

RELATÓRIO DE GESTÃO

do Exercício de 2010
Conab Sureg-MT



CUIABÁ 2011



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
WAGNER GONÇALVES ROSSI
Ministro

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CONAD
JOSÉ GERARDO FONTELLES
Presidente

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
JOSÉ MENEZES NETO
MARIA DAS GRAÇAS FONTES
EDILSON GUIMARÃES
GUILHERME COSTA DELGADO

Membros

CONSELHO FISCAL - CONFIS
PEDRO ATAÍDE CAVALCANTE
Presidente

MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES
PEDRO ATAÍDE CAVALCANTE
WESLEY JOSÉ GADÊLHA BEIER
Membros

Diretoria Colegiada
ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
Presidente
ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor Administrativo
AMAURY PIO CUNHA
Diretor Financeiro
ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
Diretor de Operações e Abastecimento
SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política e Informações

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO

OVÍDIO COSTA MIRANDA
Superintendente

ELIEZER TRAJANO DE OLIVEIRA
Gerente Financeiro e Administrativo

CHARLLES CORDOVA NICOLAU
Gerente de Operações

JACIR LOPES DA SILVEIRA
Gerente de Desenvolvimento e Gestão de Estoques

CHARLLES CORDOVA NICOLAU
CLAUDIA APARECIDA RODRIGUES DINERO COELHO
SUZANE CORRÊA T. BRITO BUENO
Elaboração

Superintendência Regional de Mato Grosso
Rua Padre Jerônimo Botelho, 510 – Edifício Everest – Bairro Dom Aquino – Cuiabá-MT – CEP 78.015.115
Fax: (65) 3624-5280 Fone: (65) 3616-3800 / 3616-3803



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MAPA**

**Companhia Nacional de Abastecimento
Conab**

**Superintendência Regional de Mato Grosso
SUREG-MT**

Relatório de Gestão do exercício de 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107, da Portaria-TCU Nº277, de 7 de dezembro de 2010, e das orientações do órgão de controle interno na forma prescrita na Norma de Execução/CGU/nº03, de 27 de dezembro de 2010.

Cuiabá

2011

SUMÁRIO

Introdução	10
1 – Identificação	11
2 - Responsabilidades, objetivos, programação e execução orçamentária	15
2.1 – Responsabilidades Institucionais - Papel da Conab na Execução das Políticas Públicas	15
2.1.1 – Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização	16
2.1.2 – Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	19
2.1.3 – Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento	20
2.1.4 – Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas	21
2.1.5 – Gestão de Estoques -Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários	24
2.2 – Estratégia de Atuação	25
2.3 – Gestão de Programas e Ações	29
2.3.1 – Programas	29
2.3.1.1 – Programa 0352 - Abastecimento Agroalimentar	29
2.3.1.2 – Programa 0360 - Gestão da Política Agropecuária	30
2.3.1.3 – Programa 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	30
2.3.2 – Principais Ações dos Programas	30
2.3.2.1 – (2130) Formação de Estoques Públicos	31
a) Preços Mínimos	32
b) Aquisição de Produtos Agrícolas	33
c) Contrato Público de Opção de Venda	33
d) Remoções de Produtos dos Estoques Públicos	34
e) Posição dos Estoques Públicos	35
2.3.2.2 - (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	36
a) Fiscalização dos Estoques Públicos	37
b) Fiscalização dos Instrumentos de Apoio à Comercialização	38
2.3.2.3 – (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	39
2.3.2.4 – (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	44
2.3.2.5 - (8579) - Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar	47
2.3.2.6 - (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	48
2.3.2.7 - (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados-Exames Periódicos	50
2.3.2.8 – (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	52
2.3.2.9 – (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	53
2.3.2.10 – (2272) Gestão e Administração do Programa	55
2.3.2.11 – (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	61
2.3.2.12 – (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Recuperação	63
2.3.2.13 – (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	66
2.3.3 – Outros Programas, Ações e Atividades	68
2.3.3.1 - Ações conjuntas MAPA/SPA - executadas pela Conab/MF (STN)	68
2.3.3.1.1 – (0299) Equalização de Preços nas Aquisições do Gov. Fed. e na Formação de Est. Reg. e Estratégicos- AGF	68
2.3.3.1.2 – (0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	68
a) – Prêmio Equalizador pago ao Produtor - PEPRO	69
b) – Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP	70
2.3.3.2 - Comercialização de Produtos Agrícolas dos Estoques Públicos	71
a) Vendas em Leilão Público - Estoques Governamentais - Vínculo AGF, AF e COV	71
b) Subvenção à Comercialização -Valor de Escoamento do Produto -VEP	72
2.3.3.3 – Serviços de Armazenagem	73
2.3.3.4 – Participação na Execução do Fome Zero	74

a) Produtos recebidos em doação	74
b) Materiais Informativos e Pedagógicos Distribuídos	75
c) Doação de Feijão dos Estoques Públicos	75
d) Doação de Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar	76
2.3.3.5 - Fiscalização das Operações de Subvenção Econômica do Prêmio de Seguro Rural	78
2.4 – Desempenho Orçamentário e Financeiro	79
2.4.1 – Execução Orçamentária	79
2.4.2 – Indicadores de Desempenho	81
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	96
4. Informações sobre movimentações e saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	96
5. Informações sobre Recursos Humanos	97
5.1 - Análise Crítica sobre a Composição dos Recursos humanos	101
6. Demonstrativo sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	109
6.1 – Levantamento da Produção Brasileira de Cana-de-Açúcar	109
6.2 – Levantamento de Safra das Culturas do Dendê e Pinhão Manso	111
6.3 – Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA	112
6.4 – Termo de Cooperação - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS	115
6.5 – Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA	118
6.6 – Distribuição de Alimentos – Ministério da Integração Nacional -MI.	120
6.7 – Distribuição de Alimentos – MDS	121
7. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV	125
8. Informações sobre Declarações de Bens e Rendas – Lei nº8.730	125
9. Estrutura de Controles Internos da UJ	126
10. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	128
11. Gestão do Patrimônio Imobiliário	130
12. Gestão da Tecnologia da Informação	131
13. Informações Cartões de Pagamento	141
14. Renúncias Tributárias	141
15. Atendimento às Determinações do TCU e OCI	142
15.1 – Recomendações TCU	142
15.2 – Recomendações OCI	143
16. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	151
17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão	162
18. Informações Contábeis	165
18.1 – Declaração do Contador Responsável	165
18.2 – Informações Contábeis – Lei nº 4.320/64	166
18.3 – Informações Contábeis – Lei nº 6.404/76	166
18.4 – Informações Sobre a Composição Acionária do Capital Social	181
18.5 – Parecer da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis	185
19. Informações sobre a remuneração paga aos Administradores	186
20. Unidades Jurisdicionadas Patrocinadoras de Entidade Fechada de Previdência Complementar	191
21. Anexos	220
Anexo I - Declaração da Área Contábil Matriz sobre SICONV	220
Anexo II - Declaração da Área Contábil Sureg-MT sobre SIASG e SICONV	221
Anexo III - Declaração da Área RH Sureg-MT	222
Anexo IV - Balanço Patrimonial Exercício findo em 31/12/2010 ATIVO	223
Anexo V -Balanço Patrimonial Exercício findo em 31/12/2010 PASSIVO	224
Anexo VI -Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercício findo em 31/12/2010	225
Anexo VII -Demonstração das Mutações do Patrimônio – 31/12/2010	226
Anexo VIII -Demonstração do Valor Adicionado – 31/12/2010	227
Anexo IX -Demonstração do Resultado - 31/12/2010	228
Anexo X - Parecer da Auditoria Independente sobre Demonstrações Contábeis	229

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AGF – Aquisição do Governo Federal
ACT – Acordo Coletivo de Trabalho
AF – Agricultura Familiar
ATR – Açúcar Total Recuperável
Audin - Auditoria Interna
BACEN – Banco Central do Brasil
CAEAF – Compra Especial da Agricultura Familiar
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAMEX – Câmara de Comércio Exterior
CDA – Cadastro de Unidades Armazenadoras
CDAF – Compra da Agricultura Familiar
CDB – Certificados de Depósito Bancários
CEASA - Centrais de Abastecimento
CGU – Controladoria Geral da União
CIBRIUS – Instituto Conab de Seguridade Social
CLT – Consolidação da Lei Trabalhista
CMN -Conselho Monetário Nacional
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONAD – Conselho de Administração da Conab
CONSAD - Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
COV – Contratos de Opção de Venda
CPR – Cédula de Produto Rural
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
DIFIN – Diretoria Financeira
DIPAI - Diretoria de Política Agrícola e Informações
DIRAB – Diretoria de Operações e Abastecimento
DIRAD – Diretoria Administrativa
DIRHU - Diretoria de Recursos Humanos
DN/TCU – Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União
DRE - Demonstrativo de Resultados
EFPC – Entidade Fechada de Previdência Complementar
EGF – Empréstimo do Governo Federal
EPI – Equipamento de Proteção Individual
FUNAI – Fundação nacional do Índio
FUNASA – Fundação Nacional de Assistência a Saúde
GEASA – Gerência de Avaliação de Safras
GEBEM – Gerência de Benefícios, Segurança e medicina do Trabalho
GECAD – Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns
GECAP – Gerência de Capacitação e Desenvolvimento

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

GEFAD – Gerência Financeira e Administrativa
GEFIS – Gerência de Fiscalização de Estoques Governamentais
GEOPE – Gerência de Operações
GESAS - Gerência de Serviço de Assistência à Saúde
GEVEP – Gerência de Avaliação e Vistoria de Estoques Privados
GPS - Sistema de Posicionamento Global
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor
LFT – Letras Financeiras do Tesouro
LOA – Lei Orçamentária Anual
MAB – Movimentos dos Atingidos por Barragem
MAPA – Ministério da Agricultura , Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MF – Ministério da Fazenda
MI – Ministério da Integração Nacional
MOC – Manual de Operações da Conab
NOC – Normas da Organização da Conab
NR - Norma Regulamentadora
NTN – Notas do Tesouro Nacional
OAN – Ouvidoria Agrária Nacional
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PCS – Plano de Cargos e Salários
PEP – Prêmio de Escoamento de Produto
PEPRO – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PESOJA – Prêmio Equalizador da Soja
PGPAF – Política d garantia d preços da Agricultura Familiar
PGPM – Política de garantia de preços Mínimos
PPA – Plano Plurianual
PROGE – Procuradoria Geral
Prohort - Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar
PROP – Prêmio de Risco de Opção Privada
PRORE – Procuradoria Regional
PTRES – Plano de Trabalho
REFAP – Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
SAS - Serviço de Assistência a Saúde
Seap - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
SEC – Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

SECOF – Setor Contábil e Financeiro
SEDEM – Setor de Desenvolvimento Empresarial
SEGEO – Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta
SEOPE – Setor de Operações de Estoques
SEPAB – Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento
SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SEREH – Setor de Recursos Humanos
SETAD – Setor Administrativo
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAGRO – Sistemas de Informações Agropecuárias e de Abastecimento
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SICONV – Sistema de Convênio
SINAC – Sistema Nacional de Comercialização
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISAC - Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissões e Concessões
SPA – Secretaria de Política Agrícola
SPAE - Secretaria de Produção e Agroenergia
SPC – Secretaria de Previdência Complementar
SUARM – Superintendência de Armazenagem
SUCON – Superintendência de Contabilidade
SUFIN – Superintendência de Finanças
SUFIS – Superintendência de Fiscalização de Estoques
SUINF – Superintendência de Informação do Agronegócio
SUMAJ – Subprocuradoria de Material Judicial
SUMOC – Superintendência de Modernização e Capacitação
SUOPE – Superintendência de Operações
SUREG- Superintendência Regional
SUREH – Superintendência de Recursos Humanos
SUTIN - Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação
TCU - Tribunal de Contas da União
TNS - Técnico de Nível Superior
TPF - Tabela de Participação Financeira
TR - Taxa Referencial
UA – Unidade Armazenadora
UC – Unidade de Comercialização
UJ – Unidade Jurisdicionada
VEP – Valor de Escoamento de Produto

LISTA DE QUADROS, TABELAS, ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS			
		Título	Pág.
QUADRO	001	Informações da Unidade Jurisdicionada	11
FIGURA	I	Organograma Atual	14
QUADRO	002	Demonstrativo de Execução Física e Financeira das Ações realizadas pela UJ	31
TABELA	001	Preços Mínimos – Safras de Verão e de Produtos Regionais	33
QUADRO	003	Demonstrativo das Aquisições - PGPM	33
QUADRO	004	Remoções de Produtos dos Estoques Públicos - PGPM	34
QUADRO	005	Demonstrativo de Despesas - Formação de Estoques Públicos	35
QUADRO	006	Demonstrativo Posição dos Estoques Público	35
QUADRO	007	Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas	37
QUADRO	008	Perdas Quantitativas e Qualitativas – 2010	38
QUADRO	009	Demonstrativo de Fiscalização por Instrumento	38
QUADRO	010	Demonstrativo de Despesas - Fiscalização dos Estoques	38
QUADRO	011	Demonstrativo de Armazéns por UA	40
QUADRO	012	Demonstrativo de Manut., Modernização e Adequação das UAs - Valor Contratado	41
QUADRO	013	Demonstrativo de Manut., Modernização e Adequação das UAs - Valor Liquidado	41
QUADRO	014	Demonstrativo de Manut., Modernização e Adequação das UAs - Valor Lançado em RP	42
QUADRO	015	Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada	46
QUADRO	016	Demonstrativo de Despesas - Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	46
QUADRO	017	Demonstrativo de Despesas - Geração e Difusão Inf. da Agrop. e Abast. Agroalimentar	48
QUADRO	018	Demonstrativo comparativo de execução 2009/2010 Assistência Médica e Odont.	49
QUADRO	019	Demonstrativo de Despesas - Assistência Médica e Odontológica	50
QUADRO	020	Demonstrativo de Despesas - Assistência Médica aos Servidores e Empregados-Exames Periódicos	51
QUADRO	021	Demonstrativo comparativo de execução 2009/2010 - Auxílio-Transporte	53
QUADRO	022	Demonstrativo comparativo de execução 2009/2010 - Auxílio-Alimentação	54
QUADRO	023	Demonstrativo de Despesas - Gestão e Administration do Programa	57
QUADRO	024	Demonstrativo - PREGÃO ELETRÔNICO	58
QUADRO	025	Demonstrativo - CONCORRÊNCIA	58
QUADRO	026	Demonstrativo - LICITAÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2010	59
GRÁFICO	I	Demonstrativo de Licitações	59
QUADRO	027	Demonstrativo de Contratos Administrativos	60

LISTA DE QUADROS, TABELAS, ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS			
		Título	Pág.
QUADRO	028	Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safra 2009/10 e 2010/11	62
QUADRO	029	Demonstrativo de Despesas - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	63
QUADRO	030	Demonstrativo comparativo de execução 2009/2010 - Capacitação de Servidores	64
QUADRO	031	Demonstrativo dos Treinamentos Realizados por Área de Conhecimento, Número de Treinandos e Carga Horária na Sureg-MT	65
QUADRO	032	Demonstrativo das Despesas Treinamentos Realizadas Exercícios 2007 a 2010	65
QUADRO	033	Demonstrativo de Despesas - Cumprimento de Sentenças Judiciais	67
QUADRO	034	Demonstrativo Leilões de PEPRO	69
QUADRO	035	Demonstrativo Leilões de PEP	70
QUADRO	036	Demonstrativo das comprovações das operações de PEP	71
QUADRO	037	Demonstrativo de Vendas dos Estoques Públicos	72
QUADRO	038	Demonstrativo das Vendas de Valor de Escoamento de Produto-VEP	72
QUADRO	039	Demonstrativo Estoque Médio com Produtos de Terceiros	73
QUADRO	040	Demonstrativo de Receita Armazenagem com Produtos de Terceiros	73
QUADRO	041	Demonstrativo das Doações Realizadas	74
QUADRO	042	Demonstrativo da Distribuição de Produtos	75
QUADRO	043	Demonstrativo da Distribuição de Feijão	75
QUADRO	044	Demonstrativo da Distribuição de Alimentos (Oriundo da Agricultura Familiar)	77
QUADRO	045	Despesas por Modalidade de Contratação	78
QUADRO	046	Demonstrativo da Execução Orçamentária	79
QUADRO	047	Demonstrativo de Restos a Pagar por Ano de Inscrição no SIAFI - 2009	96
QUADRO	048	Demonstrativo de Restos a Pagar por Ano de Inscrição no SIAFI – 2010	96
QUADRO	049	Composição do Quadro de Recursos Humanos	97
QUADRO	050	Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual	98
QUADRO	051	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária	98
QUADRO	052	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade	99
QUADRO	053	Composição do Quadro de Estagiários	99
QUADRO	054	Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010	100
QUADRO	055	Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	100
QUADRO	056	Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	101

LISTA DE QUADROS, TABELAS, ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS

Título			Pág.
Figura	III	Evolução do Número de Empregados	103
QUADRO	057	Faixa Etária X Tempo de Trabalho	104
Figura	IV	Figura IV – Evolução do N.º de Treinandos e do Custo <i>Per Capita</i>	105
Figura	V	Figura V – Serviços de Saúde	106
Figura	VI	Figura VI – Evolução das Demandas Trabalhistas	107
QUADRO	058	Quadro 058 - Demandas Trabalhistas, por Sureg e Risco	107
QUADRO	059	Demonstrativo da Produção de Cana de Açúcar	109
QUADRO	060	Demonstrativo da Produção de Açúcar	110
QUADRO	061	Demonstrativo da Produção de Alcool	110
Figura	VII	Área de Atuação do PAA	114
QUADRO	062	Demonstrativo das Metas Previstas	116
QUADRO	063	Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque / MDS	117
QUADRO	064	Demonstrativo de Aquisição pela CPR-Doação/ MDS	117
QUADRO	065	Remoções de Estoques do MDS	118
QUADRO	066	Demonstrativo da Execução da Despesa – MDS	118
QUADRO	067	Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque/ MDA	119
QUADRO	068	Demonstrativo de Remoção dos Estoques – MDA	119
QUADRO	069	Demonstrativo da Execução da Despesa – MDA	120
QUADRO	070	Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos	123
QUADRO	071	Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios	123
QUADRO	072	Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos	124
QUADRO	073	Demonstrativo Despesa-Distribuição de Alimentos-MDS	124
Declaração	I	Declaração da Área Contábil Matriz sobre SICONV	125
Declaração	II	Declaração da Área Contábil Sureg-MT sobre SIASG e SICONV	125
Declaração	III	Declaração da Área RH Sureg-MT	125
QUADRO	074	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	130
QUADRO	075	Demonstrativo da Gestão de TI - Conab	131
QUADRO	076	Demonstrativo Técnicos da Sutin por tipo de vínculo	133
QUADRO	077	Demonstrativo Distribuição de Técnicos da Sutin por Área	133
QUADRO	078	Demonstrativo de Aquisição de Equipamentos	139
Declaração	IV	Declaração do Contador Responsável da Sureg-MT - Lei nº4.320/65	165
Declaração	V	Declaração do Contador Responsável Matriz - Lei nº6.404/76	166
QUADRO	079	Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	187
QUADRO	080	Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes	192
QUADRO	081	Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes	193
QUADRO	082	Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB	194
QUADRO	083	Alocação de recursos e limites por segmento e modalidade de invest.	198
QUADRO	084	Meta de rentabilidade	199
QUADRO	085	Comparativo das Rentabilidades dos Investimentos JAN A DEZ 2010	202
QUADRO	086	Rentabilidade dos investimentos no exercício de 2003	218

Introdução

O presente Relatório de Gestão da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no Estado do Mato Grosso (Sureg-MT), relativo ao exercício de 2010, foi elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, de 01 de setembro de 2010, da DN TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, da Portaria – TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010, e das orientações do órgão de controle interno na forma prescrita na Norma de Execução/CGU/nº3, de 27 de dezembro de 2010 (Portaria CGU nº 2546, de 27 de dezembro de 2010) e demais Orientações Complementares constantes do sítio da CGU (www.cgu.gov.br).

As atividades desenvolvidas durante o exercício sob exame estão inseridas nas diversas Ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2008-2011 e nos Planos Internos da Conab. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou convênios firmados com diversos órgãos, estando todas as atividades condizentes com o Estatuto Social e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia, cujo desenvolvimento das Ações e os resultados alcançados estão explicitados no presente documento.

Cabe registrar que “Não se APLICA” ou não houve ocorrências no período na CONAB/SUREG-MT, para os itens 3,13 e 14 do Anexo II, Conteúdo Geral “A”, da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010.

Este Relatório procura enfocar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela Conab, no âmbito da Sureg-MT, para cumprir sua missão institucional que é **contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.**

Ovídio Costa Miranda
Superintendência Regional do Mato Grosso
Superintendente

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
Presidente

1 – Identificação

Quadro 001 – Informações da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de vinculação																																											
Poder: Executivo																																											
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - (14)			Código SIORG: 14																																								
Identificação da Unidade Jurisdicionada																																											
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB - (2114) Superintendência Regional do Mato Grosso - SUREG/MT - (87159)																																											
Denominação abreviada: Conab Sureg/MT																																											
Código SIORG: 87159	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 22211																																								
Situação: ativa																																											
Natureza Jurídica: Empresa Pública Federal																																											
Principal Atividade: Abastecimento Agroalimentar (Administração Pública em Geral)			Código CNAE: 8411-6																																								
Telefones/Fax de contato:	(65) 3616-3803	(65) 3616-3838	(65) 3624-5280																																								
Endereço eletrônico: mt.sureg@conab.gov.br																																											
Página da Internet: http://www.conab.gov.br																																											
Endereço Postal: Rua Padre Jerônimo Botelho, 510 – Ed. Everest – Dom Aquino-Cuiabá - MT CEP: 78015-115																																											
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada																																											
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada																																											
A Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, constituída nos termos do art. 19, inciso II, da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990 é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O seu Estatuto Social foi aprovado pelo Decreto 99.994, em 26/12/1990, com alterações nas seguintes datas. <table border="1"> <thead> <tr> <th>Versão</th> <th>Decreto</th> <th>Data do Decreto</th> <th>Data de Publicação no DOU</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1.ª Versão</td> <td>99.944</td> <td>26/12/90</td> <td>31/12/90</td> </tr> <tr> <td>2.ª Versão</td> <td>369</td> <td>19/12/91</td> <td>20/12/91</td> </tr> <tr> <td>3.ª Versão</td> <td>s.n.º</td> <td>03/07/95</td> <td>04/07/95</td> </tr> <tr> <td>4.ª Versão</td> <td>1.816</td> <td>09/02/96</td> <td>09/02/96</td> </tr> <tr> <td>5.ª Versão</td> <td>s/n.º</td> <td>19/12/96</td> <td>20/12/96</td> </tr> <tr> <td>6.ª Versão</td> <td>2.390</td> <td>19/11/97</td> <td>21/11/97</td> </tr> <tr> <td>7.ª Versão</td> <td>3.336</td> <td>13/01/00</td> <td>14/01/00</td> </tr> <tr> <td>8.ª Versão</td> <td>4.514</td> <td>13/12/02</td> <td>16/12/02</td> </tr> <tr> <td>9.ª Versão</td> <td>6.407</td> <td>24/03/08</td> <td>25/03/08</td> </tr> </tbody> </table> As atividades tiveram início em 1º de janeiro de 1991.				Versão	Decreto	Data do Decreto	Data de Publicação no DOU	1.ª Versão	99.944	26/12/90	31/12/90	2.ª Versão	369	19/12/91	20/12/91	3.ª Versão	s.n.º	03/07/95	04/07/95	4.ª Versão	1.816	09/02/96	09/02/96	5.ª Versão	s/n.º	19/12/96	20/12/96	6.ª Versão	2.390	19/11/97	21/11/97	7.ª Versão	3.336	13/01/00	14/01/00	8.ª Versão	4.514	13/12/02	16/12/02	9.ª Versão	6.407	24/03/08	25/03/08
Versão	Decreto	Data do Decreto	Data de Publicação no DOU																																								
1.ª Versão	99.944	26/12/90	31/12/90																																								
2.ª Versão	369	19/12/91	20/12/91																																								
3.ª Versão	s.n.º	03/07/95	04/07/95																																								
4.ª Versão	1.816	09/02/96	09/02/96																																								
5.ª Versão	s/n.º	19/12/96	20/12/96																																								
6.ª Versão	2.390	19/11/97	21/11/97																																								
7.ª Versão	3.336	13/01/00	14/01/00																																								
8.ª Versão	4.514	13/12/02	16/12/02																																								
9.ª Versão	6.407	24/03/08	25/03/08																																								
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada																																											
A Superintendência Regional de Mato Grosso – Sureg-MT é parte integrante da estrutura organizacional da Conab, tendo sido criada pela Resolução CONAD nº 05 de 11 de maio de 1998, mediante deliberação do Conselho de Administração da Conab, em sua 62.ª Reunião Ordinária realizada em 8/5/1998, no uso da competência que lhe confere o Art. 16, Inciso IX, do Estatuto Social (versão 24/03/2008) e o Art. 3º Inciso IX do Regimento Interno da Companhia (versão aprovada 25/11/2009)..																																											
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada																																											

Manual de Operações – MOC, Disposições Preliminares COMUNICADO CONAB/MOC N.º 014, 15/06/2007

Normas da Organização – NOC

Código de Ética da Conab

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
135209	Conab Sede Sureg MT
135210	Unid. Estoque Estratégico/ MT
135211	Núcleo Estoque Regulador/ MT - PGPM
135214	UA-Cuiabá
135215	UA-Diamantino
135216	UA-Rondonópolis
135218	UA-Sorriso
135221	UA-Chapada dos Guimarães
135224	UA-Sinop
135446	UA-Alta Floresta
135539	Unidade Conab PAA Mato Grosso
135043	Mercado de Opções-MT

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
22211	Companhia Nacional de Abastecimento - Conab

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
135209	22211
135210	
135211	
135214	
135215	
135216	
135218	
135221	
135224	
135446	
135539	
135043	

Com sede em Cuiabá, a Sureg-MT está subordinada hierarquicamente à Presidência da Conab e funcionalmente às respectivas Diretorias. No âmbito de sua jurisdição, tem as seguintes competências regimentais:

- I. Representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- II. Manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e buscar novos negócios;
- III. Divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- IV. Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
- V. Constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

I – Procuradoria Regional - PRORE

II – Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico - GEDES

a) Setor de Desenvolvimento Empresarial - SEDEM

b) Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta - SEGEO

III – Gerência de Operações - GEOPE

a) Setor de Operações de Estoques - SEOPE

b) Setor de Operações Comerciais – SECOM

c) Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento – SEPAB

IV – Gerência de Finanças e Administração - GEFAD

a) Setor de Recursos Humanos - SEREH

b) Setor Administrativo – SETAD

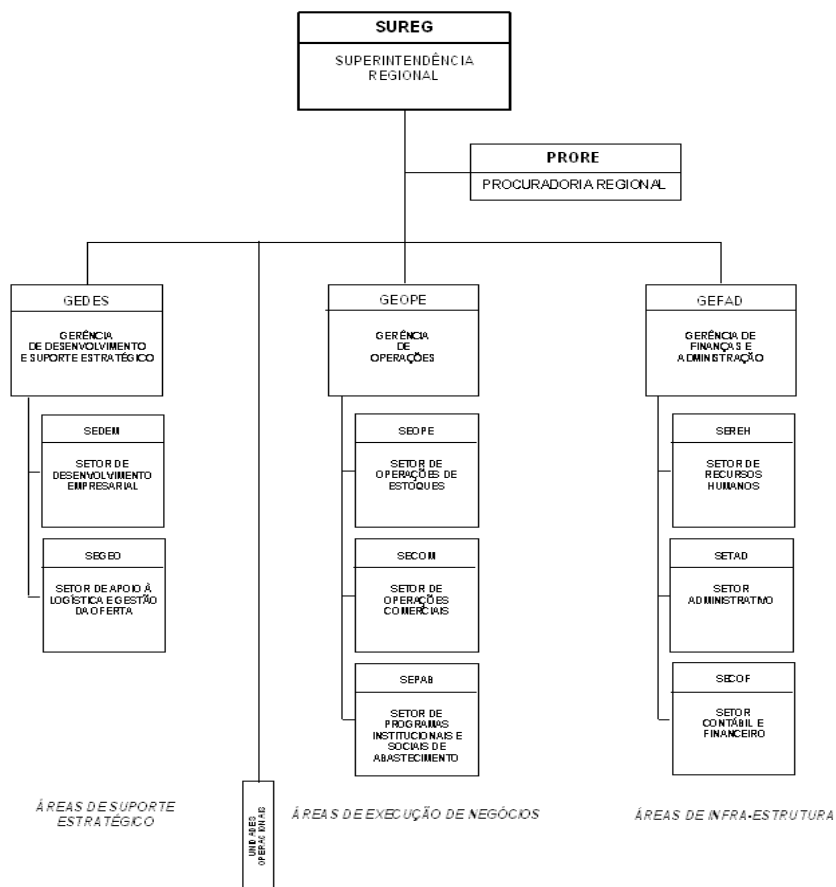
c) Setor Contábil e Financeiro – SECOF

V – Unidades Operacionais

a) Unidade de Comercialização – UC

b) Unidade Armazenadora – UA

FIGURA I - Organograma Atual



2. Responsabilidades, objetivos, programação e execução orçamentária

2.1 - Responsabilidades Institucionais da Unidade

A Conab, empresa oficial do Governo Federal que tem por finalidade executar as Políticas Agrícolas no segmento do abastecimento agroalimentar, atua em todo o território nacional por meio de suas Superintendências Regionais, visando assegurar o atendimento de necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando mecanismos de mercado, garantindo renda ao produtor rural e a regularidade do abastecimento agroalimentar.

A missão institucional da Conab é **“Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.”**

A Companhia tem por objetivos:

- planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal;
- implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;
- coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno;
- desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e observado o Decreto n.º 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - Camex, do Conselho de Governo, e dá outras providências;
- participar da formulação da política agrícola; e
- exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

Para cumprir sua missão e objetivos, a Conab realiza atividades como: comprar, vender e permutar produtos de origem agropecuária, podendo ainda, promover a estocagem e o transporte desses produtos e, se necessário, atuar como companhia de armazéns gerais, além de executar operações de comércio exterior, nos mercados físico e futuro, de produtos de origem agropecuária, participar dos programas sociais do Governo Federal que guardem conformidade com as suas competências, firmar convênios, acordos e contratos, inclusive para financiamento e para gestão de estoques agropecuários de propriedade do Governo Federal, com entidades de direito público ou privado, efetuar operações financeiras com estabelecimentos de crédito, inclusive mediante garantia do Tesouro Nacional, observada a legislação em vigor; aceitar, emitir e endossar títulos, receber garantias de caução, fiança, aval, penhor e hipoteca, aceitar doações e dar destinação a elas, de acordo com os objetivos da Companhia, promover a análise e o acompanhamento do agronegócio brasileiro, incluindo oferta e demanda, preços internos e externos de produtos agropecuários e insumos agrícolas, previsão de safras e custos de produção, promover a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de pessoal, em atividades relativas aos objetivos da Companhia, explicitados no art. 6º; e prestar, mediante remuneração, apoio técnico e administrativo ao

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a outros órgãos e entidades públicos, na execução das ações decorrentes dos mandamentos legais e regulamentares da legislação agrícola e do preceito institucional de organizar o abastecimento alimentar.

A Conab desenvolve atividades que abrangem toda a cadeia do sistema produtivo dos principais produtos agrícolas destinados ao suprimento da sociedade brasileira. Sua atuação pode ser dividida em cinco grandes segmentos de atividades:

- **Informações do Setor Agropecuário:** Desenvolver atividades de coleta, tratamento e análise de informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, dos mercados (nacional e internacional), custos de produção, e outras informações que são repassadas ao Governo Federal e ao setor agropecuário. Tais informações possibilitam ao Governo a adoção de medidas de apoio e incentivo à agropecuária, reunidas nos chamados Planos-Safra.
- **Gestão dos Estoques Públicos:** Formar e fiscalizar os estoques públicos e administrar as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques (venda ou doação aos programas sociais), participando, também, do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsas de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem o escoamento de produtos para áreas desabastecidas.
- **Programas Sociais e de Abastecimento:** Desenvolver atividades voltadas à disponibilização de produtos (pela aquisição direta ou em bolsas de mercadorias), e ao transporte e a entrega nos locais/comunidades de destino, de acordo com programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.
- **Armazenagem:** Oferecer serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.
- **Organização e apoio aos mercados varejistas de micro e pequeno porte e atacadista hortigranjeiro:** Induzir ações de preparação, formalização e regularização de unidades varejistas para formação de Centrais de Negócios, e articular com o setor e seus parceiros visando a integração de bancos de dados estatísticos, treinamento, modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa, com a disponibilização e democratização do acesso às informações geradas.

2.1.1 - Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e saindo do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

- **Aquisições do Governo Federal (AGF):** permite ao governo garantir o preço mínimo ao produtor rural e/ou sua cooperativa, mediante a aquisição direta, ou seja, com a compra direta e pagamento à vista, de produto constante da pauta da PGPM. Esta operação é realizada quando o preço de mercado estiver abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, condicionada ao repasse, pelo Tesouro Nacional, dos recursos para a operacionalização da aquisição. Os beneficiários devem atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento, quando manifestada a intenção de vender sua produção.

Posteriormente, com a abertura da economia brasileira e a necessidade de modernizar o sistema de apoio à agropecuária, foram lançados outros mecanismos, como a seguir descritos.

- **Contrato de Opção:** possibilita ao Governo Federal fazer aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que quer comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Tem como objetivo proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra. Objetiva também melhorar a execução das políticas oficiais de sustentação e regulação dos preços agrícolas no mercado interno.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito - mas não a obrigação - de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

O exercício da Opção de Venda, pelo produtor ou cooperativa, é interessante quando o preço de exercício, situar-se acima da expectativa de mercado para a época de vencimento do contrato.

- **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** possibilita ao governo garantir o preço mínimo ao produtor ou cooperativa sem que haja necessidade de adquirir o produto. Consiste em uma subvenção econômica concedida a segmento definido em Aviso específico, a ser arrematado em leilão público, para aquisição de produtos pelo valor de referência garantido pelo Governo Federal, que é utilizada posteriormente pelo arrematante que se compromete a promover o escoamento para as regiões de consumo previamente estabelecidas, conforme as condições previstas no Regulamento para Oferta de Prêmio para Escoamento de Produto PEP N.º 002/10 e Avisos específicos. Mediante os leilões realizados ocorre o pagamento da diferença entre o preço mínimo e o preço de mercado, decomposto a partir do preço de paridade de importação até a unidade federativa de produção. Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.
- **Valor de Escoamento do Produto (VEP):** valor pago a um segmento consumidor/indústria definido, que adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo

estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral do seu valor (valor do produto mais a subvenção) e, posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento para a região de consumo, é ressarcido do valor da subvenção definida no leilão.

Este tipo de operação é utilizado quando o Governo Federal tem estoques em locais distantes dos centros de consumo e necessita deslocá-los até as regiões consumidoras.

- **Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (PROP):** subvenção econômica concedida em leilão público a segmento previamente definido que se dispõe a adquirir determinado produto, em data futura, diretamente de produtores e/ou suas cooperativas, pelo preço fixado e nas unidades da federação estabelecidas pelo governo, utilizando-se para isso do lançamento, em leilão privado, de Contrato Privado de Opção de Venda. Funciona de modo similar ao Contrato de Opção de Venda e ao PEP. No entanto, quem lança os contratos é o setor privado. No caso do PROP, primeiramente há interesse na garantia de renda ao produtor rural ou sua cooperativa e que a mercadoria migre da zona de produção para a de consumo. É uma política que contempla os setores diretamente envolvidos na cadeia produtiva mas, principalmente, é um instrumento de sustentação de preços utilizado pelo governo objetivando a manutenção da renda dos produtores rurais, pois garante preços adequados em momento de baixa nas cotações.
- **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida em leilão público ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação. Operacionalmente é semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do Preço Mínimo, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.
- **Vendas em Leilão Público:** Ocorre quando o Governo dispõe de estoques públicos e quando há a necessidade intervenção oficial no mercado para regular preços e para abastecer segmentos consumidores por meio de escoamento subvencionado (VEP). As operações (com ou sem subvenção) obedecerão ao Regulamento para Operacionalização da Venda de Produtos Agropecuários dos Estoques Públicos nº 004/04, publicado no Diário Oficial da União na sua edição de 30/12/2004 e aos Avisos específicos. A intervenção do governo na comercialização de produtos agrícolas se dá com a participação das Bolsas de Cereais.
- **Vendas em Balcão:** programa que objetiva garantir, de forma contínua e sistematizada, o suprimento regular de insumos, por meio da disponibilização de estoques oficiais a preços de mercado e compatíveis com os praticados em pregões públicos.

Trata-se de um programa destinado aos pequenos criadores rurais e agroindústrias de pequeno porte, voltado à comercialização de produtos agrícolas, e que permite o acesso dos beneficiários, por meio de venda direta, aos estoques governamentais, tendo em vista que essa clientela dificilmente teria condições de participar de leilões públicos. Embora de abrangência nacional, o maior volume de negócios tem ocorrido no Nordeste e no Sul do país, não ocorrendo nenhuma operação sob responsabilidade da Sureg/MT.

Por fim, vale lembrar que é de responsabilidade da SPA/MAPA a decisão sobre os instrumentos e o momento em que serão utilizados, a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados, assim como a origem e o destino dos produtos. Cabe à Conab sua operacionalização, ou seja, a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e, quando for o caso, o pagamento da respectiva subvenção, com recursos oriundos do Tesouro Nacional.

2.1.2 - Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

A criação do PAA por instrumento legal (Lei n.º 10.696/03) representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar, historicamente ausente das políticas públicas. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com a geração de renda, e outras ações articuladas, eleva-se o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas mais desassistidas do meio rural.

A Conab exerce papel preponderante ao dar suporte às ações de comercialização, que é uma das etapas mais difíceis das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, implementando instrumentos de política agrícola específicos a essa atividade. O Programa de Aquisição de Alimentos não somente apoia a agricultura familiar como facilita o processo de doação, realizando ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e visa, ainda, à formação de estoques estratégicos.

As atividades desenvolvidas pela Companhia, referentes à operacionalização do Programa, estão em sintonia com outras ações implementadas pela Conab e relacionadas ao Fome Zero, quais sejam: estruturação de logística de recebimento, armazenagem e distribuição de donativos, e leilão eletrônico de compra de alimentos visando ao atendimento emergencial de comunidades indígenas, quilombolas e acampados da reforma agrária, em situação de risco alimentar.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA e os recursos oriundos dos Ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

- Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR-Estoque.

Este instrumento visa a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos desses agricultores, objetivando a sustentação de preços e agregação de valor. As associações e/ou cooperativas de agricultores familiares recebem antecipadamente até 100% dos recursos para compra de matéria-prima, embalagens e rótulos, pagamento de produtor/fornecedor e despesas com beneficiamento. As normas operacionais do instrumento constam no Título 33 do Manual de Operações da Conab (MOC).

– Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR-Doação.

Tem por finalidade incentivar o aumento da produção e a sustentação dos preços pagos aos pequenos produtores organizados em associação e/ou cooperativas, que entregam sua produção diretamente na instituição beneficiada. Os produtos adquiridos são destinados a atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio de doação. As normas operacionais do instrumento constam no Título 30 do Manual de Operações da Conab (MOC).

– Compra Direta da Agricultura Familiar- CDAF.

Tem apoiado o agricultor familiar na medida em que é feita diretamente pela Conab, com o pagamento líquido e certo da produção agrícola familiar. Caracteriza-se pela aquisição de produtos agropecuários definidos pelo Governo, a preços de referência, em polos de compra instalados próximos aos locais de produção. As normas operacionais do instrumento e os preços de referência constam nos Títulos 27 e 31 do Manual de Operações da Conab (MOC).

Ressalte-se que, por ocasião da compra dos alimentos, os recursos financeiros usados para o pagamento movimentam a economia, incentivando os circuitos locais e regionais de produção e comercialização. Assim, os produtos de uma determinada região são consumidos pelas populações locais, proporcionando dinamismo à economia da localidade.

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos, podendo ser canalizados para populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

2.1.3 - Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento

No âmbito dos programas institucionais e sociais de abastecimento, destacam-se as parcerias firmadas com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com o Ministério da Integração Nacional (Defesa Civil).

Para a composição das cestas de alimentos, geralmente contendo: arroz, feijão, fubá, farinha de mandioca, macarrão, óleo e açúcar, a Conab recorre ao estoque estratégico formado por produtos oriundos das aquisições do PAA e/ou adquiridos no mercado, via leilão público ou, ainda, utiliza produtos recebidos em doação ao Fome Zero.

Os beneficiários da distribuição gratuita de alimentos, são indicados pelo MDS ou pelo MI e/ou pelo Comitê Gestor das Ações Federais de Emergência, sendo que a distribuição fica a cargo dos representantes da Funai, Incra, FUNASA, Fundação Cultural Palmares, Defesa Civil, MAB, SEPIR, Ouvidoria Agrária Nacional-OAN/MDA, Forças Armadas, além dos diversos parceiros do Fome Zero.

A experiência e a capilaridade operacional da Conab são fundamentais no apoio logístico demandado pelos diversos programas e ações governamentais. Essa logística tem favorecido o recebimento, a guarda, o transporte e a disponibilização de produtos ou mercadorias para distribuição.

No contexto do Fome Zero, tais ações contemplam produtos recebidos em doação de terceiros, incluindo mercadorias e equipamentos apreendidos por órgãos públicos de fiscalização, tais como equipamentos eletrônicos, utensílios, peças de vestuários e brinquedos. Também foram distribuídos materiais de instrução pedagógica, como cartilhas utilizadas em campanhas e atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania. A movimentação dessas mercadorias, incluindo sua doação, é definida pelos órgãos gestores, cabendo à Conab as ações operacionais e fiscais decorrentes.

Fortalecendo as relações interinstitucionais a Conab participa, também, de ações relativas à ajuda internacional, encaminhando alimentos para o exterior, caso o Governo Federal assim o decida, mediante cestas cuja composição procura respeitar as características alimentares do país beneficiário. A demanda, nesse caso, é definida nas esferas diplomáticas, e o processo é conduzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional, ficando a entrega sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores.

2.1.4 - Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes a: Estimativas de Safras (principais grãos, café e cana-de-açúcar); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos (PGPM) e Preços de Referência para a Agricultura Familiar (PGPAF); Preços dos Insumos Agropecuários; Índices Econômicos; Impostos de Importação; Indicadores Econômicos e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como Aquisições-AGF, Vendas, Contrato de Opção, Programa de Escoamento do Produto – PEP, Valor do Escoamento do Produto –VEP, Programa de Venda Balcão e, dados referentes à Agricultura Familiar.

Destacam-se as estimativas de produção, cujo volume e complexidade dos trabalhos pertinentes têm aumentado, em razão da crescente safra brasileira e da exigência cada vez maior dos usuários.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mediante os **Levantamentos de Safras Agrícolas** realizados pela Conab, são de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecer a produção brasileira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativa e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas, atividade que vem sendo desenvolvida regularmente pela Conab desde a sua criação, fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo o

Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas destinados ao consumo humano, animal e industrial, obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano-safra. O conceito de ano-safra adotado significa o intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita e até o fim da comercialização (12 meses) que melhor agrega estas safras e que não necessariamente coincidem com o ano civil. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil possui safras distintas, a saber: Safra de Verão, Safra da Região Norte/Nordeste e Safra de Inverno.

O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam no segmento agro-produtivo, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas. A partir de 1998, a Conab decidiu investir no aperfeiçoamento do processo de avaliação de safra, passando a pesquisar tecnologia de sensoriamento remoto, técnicas de agrometeorologia e novos “softwares” estatísticos, visando melhor tratamento dos dados amostrais e maior acurácia e confiabilidade das informações produzidas. Para tanto, além da aquisição de equipamentos de informática, parcerias com instituições de ensino e pesquisas, como IBGE, INMET, IAPAR, SIMEPAR, DERAL, UNICAMP, INPE, UFPR, EPAGRI e UFRGS foram estabelecidas, com vistas à modernização do processo

Nesse contexto, a partir de 2003 teve início o projeto GeoSafras, que busca a redução da subjetividade na avaliação e oferece informações objetivas mais precisas sobre área cultivada e produtividade das culturas, épocas e localização da produção. Na geração das informações o GeoSafras, complementando a metodologia tradicional de consulta direta ao setor produtivo, faz uso de geotecnologias tais como, métodos estatísticos, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite (GPS), sistema de informações geográficas e modelos agrometeorológicos. O modelo de coleta possibilita o mapeamento de áreas cultivadas, por meio de imagens de satélite, e a estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos.

Entre as atividades desenvolvidas pelo GeoSafras, em 2010, destacam-se: a) aquisição do sistema de recepção de imagens de satélite (antena parabólica, software e chave da EUMETSAT), previsto no acordo de cooperação e de intercâmbio de informações coordenado pela Comunidade Europeia, chamado DevCoCast; b) manutenção das atividades do Laboratório de Tratamento de Imagens de Satélite – LATIS, implementado no acordo com o INMET; c) Desenvolvimento de um Sistema (Modelo) de previsão de produtividade baseado em parâmetros espectrais, agrometeorológicos e agrícolas; d) mapeamento das áreas de produção de café nos estados da Bahia, Rondônia, Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, de cana de açúcar, milho e soja.

A articulação institucional tem sido fundamental para viabilizar a execução desse Projeto, e o ambiente de cooperação constituído com um grupo de aproximadamente quinze instituições públicas de ensino e pesquisa e também entidades de apoio e extensão rural, sob a coordenação da Conab, tem permitido aprimorar as estimativas, tornando inquestionáveis os números do governo.

Ao final do ano de 2007, em atenção a antigas reivindicações dos agentes do agronegócio, que são usuários de informação de safras, os levantamentos do prognóstico passaram a

ser realizados em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, iniciando um processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais culturas temporais brasileiras. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam orientar a cadeia produtiva e as do IBGE atendiam a fins estatísticos.

A Conab conseguiu atender a meta prevista para as pesquisas de campo em 2010, realizando as pesquisas programadas conforme os períodos de safra das diversas regiões produtoras, sendo que nos meses em que não foram executados trabalhos em campo, os dados foram coletados por outros meios, como telefone, e-mails etc, complementando os levantamentos.

Desta forma, as pesquisas realizadas apontaram que a safra 2009/10 foi de 149,20 milhões de toneladas, superior à safra anterior em 10,4%. De acordo com o quarto levantamento da safra de grãos 2010/11, a área a ser cultivada com as principais culturas no País está estimada em 48.000,9 mil hectares, superior à da safra anterior (2009/10) em 1,29% (612,2 mil hectares), devendo atingir uma produção de cerca de 149,41 milhões de toneladas.

De forma semelhante, a Conab procedeu a elaboração de estimativas da produção de café, laranja, dendê, pinhão manso e da cana de açúcar, e, também, o levantamento dos custos de produção e os estoques privados de café, mediante Planos de Trabalho assinados com o MAPA.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propiciam ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores. Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

Também integra o conjunto de informações disponibilizadas pela Conab o projeto SIGABrasil, que consiste em um sistema de informações geográficas da agricultura brasileira, cujo objetivo é dar suporte ao agronegócio, mediante a integração de diversas bases de dados tabulares e geográficos (produção agrícola, rede de armazéns, agroindústrias, centros consumidores, malha rodoviária, ferroviária e hidroviária etc), permitindo a escolha de melhores alternativas para a logística do agronegócio, visando ao maior desempenho da cadeia produtiva agrícola do País.

Esse conjunto de informações tem permitido o planejamento de operações tais como a escolha de melhores rotas de escoamento da produção, a localização de estoques excedentes ou de regiões de fortes demandas, o fluxo de cargas, a orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária, a escolha de locais mais adequados para instalação de agroindústrias e o planejamento de programas sociais.

2.1.5 - Gestão de Estoques - Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários

A Sureg-MT atua direta e indiretamente no armazenamento de produtos agropecuários no estado de Mato Grosso. De forma direta, mantém uma **Rede Armazenadora** destinada a prestar serviços de armazenamento e correlatos ao público em geral e dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa e/ou dos quais participa (comercialização, distribuição ou formação de estoques estratégicos).

Além de atuar no armazenamento de produtos agropecuários, a Sureg-MT participa na manutenção do **Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras**, realizando operações de cadastramento e recadastramento, em âmbito regional.

As informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sua qualificação, ou seja, equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos, são fundamentais para o conhecimento da oferta de armazenagem no país.

Dentro do conjunto de armazéns cadastrados, a Conab identifica aqueles com as condições técnicas para abrigar os estoques governamentais, os quais poderão ser credenciados, a depender do interesse dos seus proprietários.

Como forma de prestar apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenagem que realiza, a Conab também exerce relevante papel na **Movimentação dos Estoques Públicos (remoção)**, que tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção (safras novas), além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes.

Como ação extremamente relevante para a gestão dos estoques, durante todo o ano é realizada Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares sob sua guarda, procedendo sistematicamente, a avaliação das condições técnico-operacionais das Unidades Armazenadoras; o acompanhamento e a avaliação da integridade quantiquantitativa dos estoques, buscando evitar perdas, desvios de produtos e os prejuízos decorrentes. Suas atividades são relacionadas à fiscalização dos estoques governamentais, envolvendo a classificação e o controle de qualidade, assim como a vistoria dos estoques privados e dos programas institucionais e sociais de abastecimento. Nessa Ação, inclui-se também as fiscalizações especiais do agronegócio, objetivando o acompanhamento da correta aplicação dos instrumentos de apoio a comercialização (PEP, PROP, PEPRO).

Com a atividade de fiscalização busca-se, proativamente, propiciar maior segurança aos estoques depositados, de forma e aumentar a transparência, a responsabilidade e a eficiência dos procedimentos adotados pelos armazenadores.

Alicerçadas pelo conjunto de informações agropecuárias, as ações empreendidas pela Conab na execução das políticas agrícola e de abastecimento, seja por intermédio de instrumentos de comercialização específicos, seja na operacionalização do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, ou ainda por meio da implementação de programas sociais e institucionais, contam com o suporte de uma estrutura armazenadora e também com a fiscalização das condições de armazenamento.

Desta forma, mediante a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, e por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, a Conab tem apoiado tanto a agricultura empresarial quanto a familiar, exercendo um importante papel na formulação e na implementação de políticas públicas voltadas ao setor agrícola e de abastecimento.

2.2 – Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

Considerando a missão institucional da Conab que é: “**Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento**” e os objetivos do Programa Abastecimento Agroalimentar, inscritos no Plano Plurianual-2008/11, que buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como a manutenção de estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira, a Companhia centrou esforços e direcionou suas ações no atendimento das necessidades dos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, famílias em situação de risco nutricional e pequenos varejistas.

Para tanto, o foco das principais ações finalísticas esteve centrado nos objetivos vinculados à execução dessas políticas, delineados no Mapa Estratégico Corporativo, quais sejam:

a) Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos

Nesse sentido, atenção especial foi dada à operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM e do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Ambos objetivam a redução das flutuações dos preços recebidos pelos produtores, de maneira a incrementar e garantir a oferta de alimentos e matérias-primas e a manutenção da renda do setor rural, pela intervenção do Governo Federal, via aquisição de produtos ou utilização de instrumentos que incentivem a comercialização. Além disso, o PAA objetiva, ainda, promover a inclusão social de grande número de pequenos agricultores familiares que, em virtude da pequena escala de produção, não conseguem facilidades e preços remuneradores na comercialização de seus produtos.

Especificamente na área de atuação da Conab, a Ação Formação de Estoques contou, em 2010, com recursos orçamentários da ordem de R\$2,3 bilhões, suficientes, caso fosse necessário, para a aquisição de 3,5 milhões de toneladas de produtos agrícolas.

Devido a situações regionais, geradas por questões de logística, por aspectos mercadológicos e econômicos, tanto nacionais quanto internacionais, os preços recebidos pelos produtores de alguns produtos, tais como milho, arroz e sisal, demandaram grandes intervenções do Governo Federal, que ocorreram por meio de leilões previstos nos instrumentos de subvenção (PEP e PEPRO) e por aquisições diretas – AGF.

A utilização desses instrumentos garantiu a estabilidade da renda do setor rural e a redução dos efeitos causados pela valorização do real e, ao Governo Federal, menores despesas com a formação e o carregamento no tempo de grande volume de estoques públicos. No Estado de Mato Grosso, em 2010, por meio do PEP, PEPRO e do VEP, foi incentivado o escoamento de mais de 7,2 milhões de toneladas de milho em grãos para outras regiões do país.

A utilização desses instrumentos garantiu a estabilidade da renda do setor rural e a redução dos efeitos causados pela valorização do real e, ao Governo Federal, menores despesas com a formação e o carregamento no tempo de grande volume de estoques públicos.

Se por um lado a utilização desses instrumentos propicia a manutenção da renda no setor rural, reduz as flutuações de preços no mercado interno e garante o abastecimento, por outro a sua operacionalização exige grande esforço administrativo, operacional e financeiro por parte da Conab, em decorrência da comprovação da operação, quando os agentes entregam nas Superintendências Regionais toda a documentação exigida nos diversos editais dos leilões públicos, para conferência, análise e pagamento da subvenção.

b) Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar

O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA visa apoiar a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e à formação de estoques estratégicos. Na operacionalização deste Programa a Conab tem aumentado a cada ano o número de agricultores familiares atendidos e o volume de recursos aplicados. Em um primeiro momento a Conab promove, por meio de palestras e reuniões, a apresentação do Programa, dos instrumentos de aquisição e das condições para participação. Após a divulgação, as associações e cooperativas de agricultores têm à disposição o PAANet, via Internet, pelo qual as propostas de participação são encaminhadas à Conab para aprovação.

Os recursos para a operacionalização do PAA são repassados à Companhia por meio de termos de cooperação celebrados com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA.

A operacionalização se materializa por meio dos instrumentos de Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR-Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação). Os produtos adquiridos com recursos do MDS são destinados à doação às famílias ou grupos sociais em situação de insegurança alimentar e nutricional, podendo, em caso de risco de perdas, serem comercializados. Por sua vez, aqueles adquiridos com recurso do MDA são direcionados para a venda, como forma de manutenção dos recursos para atendimento a novos produtores.

Mediante o instrumento de **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar** denominado **CPR-Estoque**, as operações movimentaram aproximadamente 385,6 toneladas de diversos produtos agrícolas e extrativistas, beneficiando 170 agricultores familiares enquadrados no PRONAF, organizados em cooperativas ou similares, contemplando 08 municípios, no estado de Mato Grosso.

Já a aquisição e distribuição de produtos alimentícios por meio da **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea - CPR-Doação**, atingiu, nesse ano, a quantidade de 1.626,34 toneladas, contemplando 938 agricultores familiares e 16 municípios atendidos. Esses produtos foram doados a 225 entidades, identificadas como instituições governamentais ou não-governamentais que desenvolvem trabalhos de atendimento às populações em situação de risco social, e beneficiaram cerca de 66.114 mil pessoas.

A Sureg-MT também atuou por meio do instrumento da **Compra Direta da Agricultura Familiar**, onde foram abertos 07 polos de compras, atendendo 466 produtores e adquirido 3.025,55 toneladas de feijão e milho.

Em 2009 a Sureg realizou 32 supervisões nos projetos de CPR-Doação e 34 palestras em eventos e seminários.

A operacionalização deste Programa exige grande esforço da Conab, seja na fase de divulgação dos instrumentos, seja nas aquisições e na remoção dos produtos. A promoção do Programa exige o deslocamento de empregados para regiões interioranas visando a participação em reuniões com produtores familiares, que para maior disseminação das informações são, geralmente, realizadas nos finais de semana. Exige também a criação de postos de compra em locais distantes, com a disponibilização de empregados no local e a rápida remoção dos produtos, tendo em vista que grande parte desses locais não contam com estruturas armazenadoras adequadas à guarda e conservação dos produtos.

c) Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos

Outra estratégia de atuação da Conab é a formação e manutenção de um estoque estratégico de produtos alimentícios, armazenado em unidades próprias, em locais de fácil acesso, objetivando rapidez no atendimento a situações emergenciais, com a distribuição de alimentos às famílias em situação de carência alimentar e nutricional.

Esse estoque é formado com recursos orçamentários/financeiros transferidos pelos Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e comprados por meio de leilões públicos ou com a utilização de produtos adquiridos pelo PAA.

Para celebração dos Termos de Cooperação, a Conab mantém permanente contato com os órgãos detentores das Ações Orçamentárias destinadas ao combate à fome e à miséria e realiza diversos leilões de compra, providenciando a montagem das cestas e a remoção para as áreas de distribuição ou para unidades armazenadoras mais próximas. Tais ações exigem grande esforço operacional, administrativo e de logística, pois concorre com a realização das demais atividades relacionadas tais como: formação e manutenção de estoques, fiscalização dos estoques públicos, cadastro de armazéns, atendimento a produtores familiares, operacionalização dos instrumentos de comercialização etc.

São contempladas, com as doações, famílias de trabalhadores rurais, que se encontram acampadas no aguardo de sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, de terreiros, remanescentes de quilombos, famílias desalojadas de áreas ocupadas por barragens, marisqueiros e caranguejeiros.

d) Organizar e fortalecer o comércio varejista de pequeno porte

Objetivando propiciar ao segmento dos micro e pequenos varejistas sistemas de gestão comercial que lhes propiciem a qualificação e a expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e a capital de giro, com taxas diferenciadas e com a perspectiva de que possam oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis. A Conab criou a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, perfeitamente integrada às estratégias do governo para o fortalecimento e ampliação de ações de segurança alimentar e desenvolvimento local. Os resultados previstos são:

- Para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;
- Para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação pela formalização e expansão do comércio local;
- Para os varejistas: qualificação e expansão do seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto e em condições favoráveis às indústrias fornecedoras;

➤ Para os fornecedores: expansão qualitativa de suas vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidade ociosas.

e) Articular a modernização do mercado de hortigranjeiros

Com a desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac - que tinha como proposta inicial o estabelecimento de uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais para servir como ponto de referência aos negócios entre produtores e distribuidores, propiciando o melhor ponto de equilíbrio da oferta e preços, levando à transferência do controle acionário das Ceasas para Estados e Municípios - boa parte das estruturas passou a apresentar uma série de deficiências estruturais, técnicas e operacionais. Tais deficiências implicaram, em maior ou menor grau, na obsolescência das estruturas físicas de comercialização e apoio, bem como na precarização dos métodos de gestão empresarial e dos serviços de informação e assistência técnica aos produtores, vendedores e consumidores. Muitas vezes submetidos a interesses políticos locais, ou à influência dos agentes privados, que virtualmente se apropriaram da gestão, pressionando por tarifas e preços irreais, foi solapada a capacidade de sustentabilidade financeira de boa parte das empresas gestoras.

Diante desse cenário a Conab deu início a uma série de atividades que propiciassem a remontagem desse Sistema, concretizado por meio da Portaria MAPA 171, de 24 de março de 2005, que instituiu no âmbito da Conab o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro, objetivando, entre, outros o desenvolvimento e integração dos bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento e a universalização das informações geradas, objetivando a redução de assimetrias; a modernização dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento, tornando-as áreas privilegiadas para execução e difusão das políticas públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança.

Nesse sentido, a Conab criou o portal www.ceasa.gov.br com informações diárias sobre preços e quantidades dos 46 principais produtos comercializados nas Ceasas, informações sobre o Prohort, disponibilização de trabalhos técnicos, normativos, acervo de trabalhos técnicos sobre as Ceasas, informações técnicas sobre hortaliças e frutas, informações sobre conjuntura agrícola etc.

2.3 Gestão de Programas e Ações

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Sureg-MT estão inseridas em 3 programas do PPA, distribuindo-se em 16 Ações. São realizadas, também, atividades em atendimento a convênios e outros tipos de transferências orçamentárias/financeiras, relatadas no item 2.3.4.

2.3.1 - Programas

2.3.1.1 – Programa 0352 - Programa Abastecimento Agroalimentar

- **Tipo de Programa:** Finalístico
- **Objetivo Geral:** contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira.
- **Gerente do Programa:** Alexandre Magno Franco de Aguiar – Presidente da Conab
- **Gerente Executivo:** Matheus Benevides Gadelha – Coordenador da Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias-Coamo
- **Público-Alvo** (beneficiários): O público-alvo é constituído pelos produtores rurais, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo e segmento varejista.
- **Indicadores ou parâmetros utilizados:**
 - a) Produção Nacional de Grãos:**
Fórmula de Cálculo: Total da produção de grãos, em milhões de toneladas, no ano-safra.
 - b) Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários**
Fórmula de Cálculo: Soma do número de produtores atendidos (por CPF ou CNPJ) pelos seguintes instrumentos de comercialização= Aquisições do Governo Federal (AGF) + Contratos Públicos de Opção de Venda + Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) + Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP) + Prêmio Equalizador da Soja (PESOJA) + Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO).
 - c) Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma**
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de algodão em pluma e o consumo aparente no ano de referência.
 - d) Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca**
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de arroz em casca e o consumo aparente no ano de referência.
 - e) Margem de Disponibilidade de Trigo**
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de trigo e o consumo aparente no ano de referência.

f) Margem de Disponibilidade de Milho

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente no ano de referência.

g) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Recursos Orçamentários [(Valor Gasto na Formação de Estoques Públicos-PGPM + Valor gasto na Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários)] + Recursos Não Orçamentários [(Comercialização de Produtos Via Mercados Futuros e de Opções-BB Garantia de Preços)].

h) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Total de crédito rural concedido pelas instituições Financeiras Oficiais Federais de Crédito.

2.3.1.2 Programa 0360 - Programa Gestão da Política Agropecuária

- Tipo de Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Específicas
- Objetivo Geral: coordenar a formulação, o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando à garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro.
- Gerente do Programa: Edilson Guimarães – SPA/MAPA
- Gerente Executivo: José Maria dos Anjos– SPA/MAPA
- Público-Alvo: Governo Federal
- Indicadores ou parâmetros utilizados: Programa sob a responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA, que objetiva coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas agrícolas e pecuárias, visando assumir especial relevância na formulação, avaliação, reordenamento e controle dos programas finalísticos. Os indicadores são formulados e controlados pelo próprio MAPA.

2.3.1.3 Programa 0901 - Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

- Tipo de Programa: Operações Especiais
- Objetivo Geral: cumprir o pagamento de despesas relativas a sentenças judiciais envolvendo ações trabalhistas ou condenações pecuniárias.
- Gerente do Programa: Esse programa possui apenas coordenadores nacionais.

IMPORTANTE: Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo, conforme previsto na PORTARIA-TCU Nº277, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2010, não foi apresentado tendo em conta que somente deverá ser preenchido pelas UJ que tiverem a responsabilidade de gerir Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA), situação que não se aplica a esta Sureg-MT.

2.3.2 – Principais Ações dos Programas

- **0352 - Programa Abastecimento Agroalimentar**
 - 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes;
 - 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados-Exames Periódicos
 - 2010 - Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados;
 - 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados;
 - 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados;
 - 2130 - Formação de Estoques Públicos-PGPM;
 - 2137 - Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários;
 - 2272 - Gestão e Administração do Programa;
 - 2829 - Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns;
 - 4702 - Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras;
 - 4706 - Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento;
 - 8579 - Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar;
 - 0110 - Contribuição à Previdência Privada.
- **0360 - Programa Gestão da Política Agropecuária**
 - 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação; e
 - 4711 - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras.
- **0901 - Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**
 - 0022 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado, Devida por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.

Quadro 002 - Demonstrativo de Execução Física e Financeira das Ações realizadas pela UJ

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2011
20	126	0352	20CW	A	4	servidor beneficiado	80	71	120
20	301	0352	2004	A	4	pessoa beneficiada	460	470	460
20	365	0352	2010	A	4	criança atendida	25	39	33
20	331	0352	2011	A	4	servidor beneficiado	115	113	100
20	306	0352	2012	A	4	servidor beneficiado	115	126	120
20	605	0352	2130	A	3	produto adquirido (ton)	1.100.000	45.469	1.000.000
20	125	0352	2137	A	4	fiscalização realizada	200	1.154	500
20	122	0352	2272	A	4	-	-	-	-
20	122	0352	2829	A	4	unidade modernizada	3	5	3
20	126	0352	4702	A	4	unidade cadastrada	0	239	100
20	128	0360	4572	A	4	servidor capacitado	161	71	69
20	605	0360	4711	A	4	pesquisa realizada	12	12	12

2.3.2.1 – (2130) - Formação de Estoques Públicos

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno.
- **Descrição:** Operacionalização dos instrumentos de intervenção definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como Aquisição do Governo Federal-AGF e Contrato Público de Opção de Venda, retirando o excedente do mercado no momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos, utilizando-os para o abastecimento, inclusive permitindo ou promovendo o acesso de compradores de pequeno porte (avicultores, suinocultores, agroindústrias e moinhos coloniais), realizando despesas operacionais financeiras e tributárias decorrentes das operações de compra e venda e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria de Política Agrícola – SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB
- **Coordenador nacional da Ação:** Carlos Eduardo Cruz Tavares
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Operações Especiais – SUOPE, Superintendência de Contabilidade – SUCON e Superintendência de Gestão da Oferta – SUGOF
- **Responsável regional da Ação:** GEOPE/SECOM
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
 Compete ao **Setor de Operações Comerciais – SECOM**, subordinado à GEOPE
 - I - executar as operações de aquisição dos pequenos produtores;
 - II - acompanhar as operações comerciais efetuadas pela Companhia, adotando as medidas que lhe forem pertinentes;
 - III - proceder à aquisição e venda dos produtos relativos aos estoques governamentais e aos destinados aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento, de acordo com as demandas da Matriz e da área de Apoio à Logística e Gestão da Oferta, emitindo os respectivos documentos fiscais;

2.3.2.1.1 – Resultados

(2130) Formação de Estoques Públicos			
Controle: SIAFI – PTRES 01678 – Programa de Trabalho 20.605.0352.2130.00001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária Inicial	2.300.000.000,00	0,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
Dotação Final	2.300.000.000,00	360.000.000,00	15,65
Execução Orçamentária	1.257.049.773,91	128.961.222,96	10,26
Índice	54,65	35,82	-
Meta Física (em t)	3.517.000	1.100.000	31,28
Execução Física	1.036.732	45.469	4,39
Índice	29,48	4,13	-

Para a realização das atividades correlatas aos estoques públicos a LOA/2010 consignou, para a Conab, dotação inicial de R\$2.300.000.000,00 (fonte 160) e meta física de 3.517.000 toneladas de produtos agrícolas.

Para o produto milho, houve necessidade de forte intervenção por meio de fechamentos de Leilões de PEP, o que resultou em grande volume de escoamento do produto para outras regiões, aliviando sobremaneira a necessidade de aquisições, o que resultou em aquisição de 45,4 mil toneladas de milho nos estoques públicos sob jurisdição da Sureg-MT.

a) Preços Mínimos

O preço mínimo é o resultado de estudos realizados pela Conab e acordado com o MAPA e Ministério da Fazenda, com vistas à aprovação pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para, finalmente, ser oficializado por decreto ministerial.

Funciona como preço-piso para a comercialização da safra, garantindo renda ao agricultor e sinalizando estímulos à produção.

Na tabela a seguir estão detalhados os preços mínimos vigentes durante o exercício de 2010 para as safras de verão e produtos regionais para as operações amparadas por AGF.

Tabela 001 - Preços Mínimos – Safras de Verão e de Produtos Regionais

Produto	Unidades da Federação/Regiões Amparadas	Unidade	2009		2010	
			Início de Vigência	Valor(R\$)	Início de Vigência	Valor(R\$)
Algodão em pluma	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	15 kg	Jan/09	44,60	Jan/10	44,60
Arroz longo fino em casca	Norte e MT	60 kg	Jan/09	25,50	Jan/10	28,23
Arroz longo em casca	Norte e MT	60 kg	Set/08	16,12	Jan/10	21,66
Farinha de mandioca	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	50 kg	Jan/09	23,68	Jan/10	25,67
Fécula de mandioca	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	kg	Jan/09	0,69	Jan/10	0,69
Feijão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	60 kg	Nov/08	80,00	Nov/09	80,00
Milho	MT e RO	60 kg	Jan/09	13,20	Jan/10	13,98
Sorgo	MT e RO	60 kg	Jan/09	10,56	Jan/10	11,16

Fonte: Portaria MAPA n.º 507, de 10/07/2009

b) Aquisições de Produtos Agrícolas

As aquisições de milho, realizadas em operações de Compra direta - AGF, objetivaram atender a pequenos produtores, principalmente aqueles classificados como agricultores familiares, que não conseguiram vender seu produto em operações em Leilões de PEP e PEPRO.

Quadro 003 - Demonstrativo das Aquisições - PGPM

Ano	Produto	AGF		Contrato de Opção		Total (R\$)	
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
2010	Milho	45.469	8.897.309,00	-	-	45.469	8.897.309,00
	Total-Produto	45.469	8.897.309,00	-	0,00	45.469	8.897.309,00
	Sacaria	22.440		-	0,00	22.440	0,00
2009	Milho	549.080	120.797.570,52	1.954.314	489.316.004,78	2.503.394	610.113.575,30
	Total-Produto	549.080	120.797.570,52	1.954.314	489.316.004,78	2.503.394	610.113.575,30
	Sacaria	453.578	449.042,22	-	0,00	453.578	449.042,22
2008	Milho em grão	148.480	36.073.158,31	821.074	213.452.333,86	969.554	249.525.492,17
	Total-Produto	148.480	36.073.158,31	821.074	213.452.333,86	969.554	249.525.492,17
2007	Milho em grão	220.168	40.529.677,32	0	0,00	220.168	40.529.677,32
	Total-Produto	220.168	40.529.677,32	0	0,00	220.168	40.529.677,32

Fonte: Conab/GEOPE/SECOM

c) – Contrato Público de Opção de Venda

Em 2010 não ocorreram novos leilões para operações de Contratos de Opção de Venda, visto que o instrumento escolhido para dar suporte às necessidades dos produtores do Estado de Mato Grosso foi o PEP. No início do exercício foi contabilizado 621 toneladas no estoque por força de liminar, porém, tal operação não foi concluída com o devido pagamento, devendo ser cancelada após análise da área jurídica e para atender solicitação do produtor.

d) Remoções de Produtos dos Estoques Públicos

Atividade fundamental de apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab. A movimentação dos estoques públicos tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, de forma a permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Em 2010 foi contratada a remoção de 170,2 mil toneladas de milho na região sob jurisdição da Sureg-MT, vinculado a Contrato de Opção e à PGPM. Do volume total contratado foi removido até 31/12/2010 a quantidade de 97,0 mil toneladas. A contratação ocorreu via Leilão Eletrônico, com participação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros.

A realização das remoções teve como motivo principal o atendimento do Programa Vendas em Balcão nas Regiões Norte e Nordeste e a necessidade de abertura de espaço para o recebimento de produtos da safra 2009/10. As quantidades contratadas e removidas estão detalhadas no quadro a seguir.

Quadro 004 - Remoções de Produtos dos Estoques Públicos - PGPM

UF				Valores no Leilão		Quantidades (Em t)				
Origem	Destino	Produto	Motivo	Abertura	Fechamento	Contratadas	Removidas	Canceladas	Aditadas	A Remover
MT	AC	Milho	Venda em Balcão	56.632,43	47.937,00	250	250	0	0	0
	AM	Milho	Venda em Balcão	884.430,00	748.752,00	3.000	1.305	0	0	1.695
	BA	Milho	Venda em Balcão	290.913,00	224.833,50	700	486	0	0	214
	CE	Milho	Venda em Balcão	25.204.631,74	19.736.496,07	52.000	18.222	0	0	33.778
	ES	Milho	Venda em Balcão	2.045.398,00	1.633.363,65	6.500	318	0	0	6.182
			Contr	1.267.840,00	1.018.345,95	3.500	3.500	0	0	0
	MA	Milho	Venda em Balcão	289.020,00	217.248,49	600	487	0	0	113
	MG	Milho	Venda em Balcão	2.412.342,30	2.038.762,96	11.649	10.319	0	0	1.330
			Contr	5.881.555,18	4.849.022,13	27.874	25.692	0	0	2.182
			Desvio	1.380.232,26	1.238.626,27	6.866	6.216	0	0	650
	PR	Milho	Venda em Balcão	7.713.142,55	6.078.228,00	15.561	6.731	0	0	8.830
	PE	Milho	Venda em Balcão	281.664,00	222.101,43	600	600	0	0	0
	PI	Milho	Venda em Balcão	3.729.550,12	3.020.008,66	8.000	5.711	0	0	2.289
	RN	Milho	Venda em Balcão	14.416.261,68	11.058.536,24	28.000	13.649	0	0	14.351
	RO	Feijão	Cestas de Alimentos	24.037,58	24.037,58	127	127	0	0	0
	RR	Milho	Venda em Balcão	1.790.220,00	1.492.623,61	4.000	2.442	0	0	1.558
	SE	Milho	Venda em Balcão	446.499,24	349.732,74	1.000	940	0	0	60
Total				68.114.370,08	53.998.656,28	170.227	96.995	0	0	73.232

Fonte: Conab/Dirab/Suarm/Gemov

Entre as despesas contabilizadas nesta Ação durante o exercício, no valor de R\$128.961.222,96, destaca-se o valor pago em armazenagem devido ao elevado volume de produto em estoque em armazéns de terceiros (credenciados pela Conab), tendo em conta que a capacidade

estática dos armazéns da Companhia é de apenas 199 mil toneladas e os estoques alcançaram mais de 3 milhões de toneladas.

As despesas ocorreram conforme demonstrado no quadro seguinte.

Quadro 005 - Demonstrativo de Despesas na Formação de Estoques Públicos

Natureza da Despesa Detalhada	Despesa (Em R\$)
	Sureg-MT
Aquisição de mercadorias para revenda	8.897.309,00
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	659.122,87
Armazenagem	115.320.795,38
Comissões e corretagens	124.529,45
ICMS	1.657.072,17
INSS-Produtor rural	64.209,10
Encargos financeiros	6.081,56
Serviços de terceiros	541.496,80
Análises laboratoriais	479.812,49
Taxas e pedágios	108,20
Transportes, encomendas, carretos e fretes	1.210.685,94
Total	128.961.222,96

Fonte: Siafi

e) Posição dos Estoques Públicos

No fim do exercício, os estoques públicos vinculados à PGPM, na área sob jurisdição da Sureg/MT, registravam um volume de 619,8 toneladas de arroz, 197,9 toneladas de feijão e 2.644.869 toneladas de milho.

As variações de estoque durante o exercício ocorreram principalmente devido às operações de remoção, vendas, aquisições (AGF) e VEP.

Quadro 006 - Demonstrativo Posição dos Estoques Público

Produto	Vínculo	Posição do Estoques – Sureg-MT 31/12 (t)			Variação (%) (b/a)	Variação (%) (c/b)
		2008(a)	2009(b)	2010(c)		
Arroz	AGF	164,4	243,4	243,4	48,05	0,00
	Contrato de Opção	376,4	376,4	376,4	0,00	0,00
Feijão	AGF			197,9	-	-
Milho	AGF	155.573,8	673.807,6	630.199,0	333,11	-6,47
	Contrato de Opção	804.465,0	2.342.000,4	2.013.852,7	191,13	-14,01
Sacaria(1)		1.187,0	1.346.570,0	769.010,0	113.343,13	-42,89
Total	Produto	960.579,6	3.016.427,8	2.644.869,4	214,0	-12,3
	Sacaria	1.187,0	1.346.570,0	769.010,0	113.343,1	-42,9

Fonte: Suope/Gefoc

2.3.2.2 - (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa a promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias. É objetiva realizar, também, a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.
- **Descrição:** Realização, *in loco*, de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições qualitativas e quantitativas dos produtos e das condições técnicas, cadastrais e operacionais dos armazéns e proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. As operações de Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de produtos agropecuários serão inspecionadas em relação à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e também quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB
- **Coordenador nacional da Ação:** Raimundo Francisco Melo
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Fiscalização de Estoques – SUFIS e Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais – GEFIS
- **Responsável Regional da Ação:** GEOPE/SEOPE
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
 - Compete ao **Setor de Operações de Estoques – SEOPE**, subordinado à Gerência de Operações, conforme definido no Regimento Interno:
 - I - controlar, vistoriar e fiscalizar os produtos pertencentes aos estoques próprios, governamentais e privados;
 - IV - executar a vistoria das unidades armazenadoras, com vistas à avaliação das condições de guarda e conservação dos produtos, promovendo o seu cadastramento;
 - X - acompanhar e supervisionar o controle quantitativo e qualitativo dos estoques.

2.3.2.2.1 – Resultados

(2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários			
Controle: SIAFI – PTRES 1690 – Programa de Trabalho 20.125.0352.2137.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MT	
Dotação Orçamentária Inicial	3.100.000,00	175.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	3.100.000,00	175.000,00	5,65
Execução Orçamentária	2.603.751,25	145.261,08	5,58
Índice	83,99	83,01	-
Meta Física (fiscalização realizada)	4.200	200	4,76
Execução Física	8.880	1154	13,00
Índice	211,43	577,00	-

Fonte: Siafi, Gefis e Gevep

A meta física global aprovada na LOA/2010 previa a fiscalização de 4.200 unidades, sendo consignada dotação orçamentária de R\$3.100.000,00.

Na Sureg-MT foram realizadas 1.154 fiscalizações, superando a meta física em 477,0% e representando cerca de 13,0% de todas as fiscalizações executadas pela Companhia.

a) Fiscalização dos Estoques Públicos

No calendário de fiscalização elaborado pela Superintendência de Fiscalização de Estoques - SUFIS estavam previstas fiscalizações em armazéns localizados no âmbito da Sureg-MT nos meses de fevereiro, abril/maio, julho, setembro e novembro/dezembro. Além destas, foram realizadas mais três etapas especiais, sendo visitados 932 armazéns.

Nas unidades armazenadoras vistoriadas na região sob jurisdição da Sureg-MT foram fiscalizadas cumulativamente 14,3 milhões de toneladas de produtos conforme detalhado no quadro seguinte.

Quadro 007 - Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas

Vínculo	Conab			Sureg-MT		
	Estoque (Em t)		%	Estoque (Em t)		%
	Contábil	Fiscalizado		Contábil	Fiscalizado	
AGF	2.499.130	2.499.130	100,00	3.255.453	3.252.852	99,92
Contrato de Opção	8.889.900	8.889.810	100,00	11.062.134	11.038.407	99,79
Agricultura Familiar	5.992	5.992	100,00	9.201	9.201	100,00
Fome Zero	2.297	2.297	100,00	5.906	5.906	100,00
Estoque Próprio	-	-	-	-	-	-
Varreduras	-	-	-	-	-	-
Terceiros	64.249	64.249	100,00	12.369	12.369	100,00
Total	11.461.568	11.461.478	100,00	14.345.063	14.318.735	99,82

Fonte: Conab/Dirab/Sufis/Gefis

Nos armazéns do Estado de Mato Grosso foram registradas as ocorrências de perdas quantitativas e qualitativas em armazenagem de 31,9 mil toneladas.

Quadro 008 - Perdas Quantitativas e Qualitativas – 2010

Produto	Ocorrência (Em t)				Total
	Perdas Qualitativas		Perdas Quantitativas		
	AP	Desclassificado	Desvio	Perdas em Armazenagem	
Milho	3.802	2.392	14.890	10.827	31.911
Total	3.802	2.392	14.890	10.827	31.911

b) Fiscalização dos Instrumento de Apoio à Comercialização

Com referência aos instrumentos de apoio à comercialização realizou-se fiscalização envolvendo 222 clientes de instrumentos de apoio à comercialização - PEP e apólices de seguro rural, com um aumento de 16,8% em relação ao resultado apresentado no exercício anterior.

Quadro 009 - Demonstrativo de Fiscalização por Instrumento

Discriminação	Exercício			
	2007	2008	2009	2010
PEPRO	-	125	54	-
PEP	-	-	35	178
PROP	-	-	32	-
Propostas de Seguro Rural	24	25	69	44
Total	24	150	190	222

Fonte: Gevep

Na execução da Ação a Sureg-MT gastou R\$145.261,08. Nesses custos não estão incluídas despesas (deslocamento, diárias etc) de fiscais de outras Suregs, cujos custos são contabilizados na unidade de origem do empregado.

Quadro 010 - Demonstrativo de Despesas - Fiscalização dos Estoques

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)					Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros	Equipamento e Material Permanente	
				Pes. Jurídica		
2007	69.677,50	12.234,55	121.202,45	1.080,95	2.508,99	206.704,44
2008	60.530,00	9.372,26	43.217,59	248,60	0,00	113.368,45
2009	78.095,00	11.088,10	33.721,55	285,00	2.520,00	125.709,65
2010	84.546,00	10.728,70	49.771,98	214,40	0,00	145.261,08

Fonte: Siafi

2.3.2.3 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** A Ação visa manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para a guarda, conservação, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários.
- **Descrição:** Manutenção e modernização da rede armazenadora; aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos e exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento - DIRAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – SUARM e Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns – GECAD
- **Responsável Regional da Ação:** GEOPE/SEOPE
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
 Compete ao **Setor de Operações de Estoques – SEOPE**, subordinado à Gerência de Operações, conforme definido no Regimento Interno:
 IV - executar a vistoria das unidades armazenadoras, com vistas à avaliação das condições de guarda e conservação dos produtos, promovendo o seu cadastramento;
 VI - fiscalizar obras e serviços de construção e manutenção dos imóveis próprios ou sob sua administração;
 VII - subsidiar a Matriz nas tarefas de elaborar projetos, levantar, quantificar, especificar e orçar os serviços necessários à recuperação, adequação e modernização das bases físicas.

2.3.2.3.1 – Resultados

(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns			
Controle: SIAFI – PTRES 1689 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária Inicial	27.050.000,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	21.050.000,00	2.595.000,00	12,33
Despesas Correntes	5.850.000,00	135.000,00	2,31
Despesas de Capital	15.200.000,00	2.460.000,00	16,18
Execução Orçamentária (valor liquidado)	1.400.489,93	49.691,04	3,55
Despesas Correntes	1.053.606,66	40.135,05	3,81
Despesas de Capital	346.883,27	9.555,99	2,75
Restos a Pagar	5.763.613,03	2.536.786,30	44,01
Despesas Correntes	409.482,03	92.174,16	22,51
Despesas de Capital	5.354.131,00	2.444.612,14	45,66
Execução Total	7.164.102,96	2.586.477,34	36,10
Índice	34,03	99,67	-
Meta Física – unidade modernizada	70	3	-
Execução Física	88	5	5,68
Índice	125,71	166,67	-

Fonte: Supor e Siafi

Na Rede Armazenadora Própria sob a jurisdição da Sureg-MT estão em operação cinco unidades armazenadoras, compostas por 21 armazéns, com capacidade estática total 199.400 toneladas, em ambientes natural, destinadas a prestar ao público em geral serviços de armazenamento e correlatos e, também, dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa.

Quadro 011 - Demonstrativo de Armazéns por UA

Unidade Armazenadora	Quantidade Armazéns	Cap.(t)	Tipo	Endereço
Alta Floresta	1	6.200	Convencional	Rod. MT-208, Km 145 s/nº
Diamantino	1	13.800	Graneleiro Plano	Rod. MT-121, Km 02 – Setor Aeroporto
	1	13.800	Graneleiro Plano	Rod. MT-121, Km 02 – Setor Aeroporto
Rondonópolis	1	10.000	Silo Plano	Rod. BR-364, Km 217 s/nº Dist. Industrial
	1	2.400	Convencional	Rod. BR-364, Km 217 s/nº Dist. Industrial
	1	2.400	Convencional	Rod. BR-364, Km 217 s/nº Dist. Industrial
	1	2.400	Convencional	Rod. BR-364, Km 217 s/nº Dist. Industrial
	1	13.800	Graneleiro Plano	Rod. BR-364, Km 217 s/nº Dist. Industrial
	1	13.800	Graneleiro Plano	Rod. BR-364, Km 217 s/nº Dist. Industrial
	1	13.800	Graneleiro Plano	Rod. BR-364, Km 217 s/nº Dist. Industrial
	1	13.800	Graneleiro Plano	Rod. BR-364, Km 217 s/nº Dist. Industrial
	1	3.600	Convencional	Rod. BR-364, Km 217 s/nº Dist. Industrial
	1	2.300	Convencional	Rod. BR-364, Km 217 s/nº Dist. Industrial
	1	13.800	Graneleiro Plano	Rod. Das Mangueiras, n.º 832 B. Jd. Celeste
Sinop	1	13.800	Graneleiro Plano	Rod. Das Mangueiras, n.º 832 B. Jd. Celeste
	1	4.900	Graneleiro	Av. Idemar Riedi, n.º 742 Setor Industrial
Sorriso	1	4.900	Graneleiro	Av. Idemar Riedi, n.º 742 Setor Industrial
	1	13.800	Graneleiro Plano	Av. Idemar Riedi, n.º 742 Setor Industrial
	1	13.800	Graneleiro Plano	Av. Idemar Riedi, n.º 742 Setor Industrial
	1	8.500	Graneleiro Plano	Av. Idemar Riedi, n.º 742 Setor Industrial
Total	21	199.400	-	-

Fonte: Conab/Dirab/Suarm/Gerap

Durante o exercício, foram autorizados projetos envolvendo atendimento para as cinco Unidades, representando 66,6% acima da meta física.

Os projetos aprovados tiveram uma dotação orçamentária final prevista em R\$2.586.477,34, dos quais R\$132.309,21 referem-se a Despesas Correntes e R\$2.454.168,13 a Despesas de Capital. Mais de 98% do valor previsto foi lançado em Restos a Pagar e apenas R\$49.691,04 foi efetivamente liquidado no decorrer do exercício, motivado principalmente pelos datas de conclusões das licitações que ocorreram quase que no final do exercício.

A Sureg-MT representou cerca de 36,1% do total R\$7.164.102,96 executados pela Companhia. Os serviços e obras executados por UA estão detalhados no quadro seguinte.

Quadro 012 - Demonstrativo de Manut., Modernização e Adequação das UAs - Valor Contratado

Unidade	Serviço/Obra/Equipamento	Valor Contratado (R\$)		Total Geral (R\$)
		Corrente	Capital	
Sede Sureg-MT	Aquisição de 1 aparelho de ar condicionado	0,00	1.600,00	1.600,00
	Aquisição de 14 no-breaks para as unidades armazenadoras	0,00	4.900,00	4.900,00
	Total	0,00	6.500,00	6.500,00
Diamantino	aquisição de 4 aparelhos de ar condicionado	0,00	4.131,00	4.131,00
	Aquisição de 1 lavadora de alta pressão	0,00	789,99	789,99
	Aquisição de 1 roçadeira Sthil	0,00	660,00	660,00
	Manutenção da rede elétrica	2.000,00	0,00	2.000,00
	Total	2.000,00	5.580,99	7.580,99
Rondonópolis	Aquisição de materiais elétricos	1.282,75	0,00	1.282,75
	Conserto e melhoria do sistema de termometria	28.567,98	0,00	28.567,98
	Aquisição de materiais para recuperação dos pisos do armazém n.º 18, 19 e 20	4.264,16	0,00	4.264,16
	Serviços de vedação das aberturas e janelas com telas anti-pássaros dos armazéns graneleiros	8.960,00	0,00	8.960,00
	Serviços de transição/adaptação de 6 dos exaustores para aeração	2.400,00	0,00	2.400,00
	Serviços de manutenção do quadro de comando de acionamento dos ventiladores de aeração	2.490,00	0,00	2.490,00
	Aquisição de materiais para pintura dos ventiladores e tubulações dos armazéns graneleiros	1.478,90	0,00	1.478,90
	Pavimentação das vias de trânsito e acesso externo	0,00	2.399.982,14	2.399.982,14
	Aquisição de temonebulizador portátil	0,00	4.845,00	4.845,00
	Aquisição de pulverizador de carinho	0,00	4.285,00	4.285,00
	Total	49.443,79	2.409.112,14	2.458.555,93
Sorriso	Serviços de adequação para aumento da capacidade de secagem	29.950,00	0,00	29.950,00
	Aquisição de 1 refrigerador	0,00	2.000,00	2.000,00
	Aquisição de 1 bomba d'água	0,00	1.190,00	1.190,00
	Aquisição de aparelhos de ar condicionado	0,00	4.575,00	4.575,00
	Aquisição de temonebulizador portátil	0,00	4.845,00	4.845,00
	Aquisição de pulverizador de carinho	0,00	4.285,00	4.285,00
	Total	29.950,00	16.895,00	46.845,00
Sinop	Aquisição de 1 lavadora de alta pressão	0,00	895,00	895,00
	Aquisição de 1 bomba d'água centrífuga submersa	0,00	1.480,00	1.480,00
	Conserto do quadro de gerenciamento automática de controle de demanda e fator de potência	4.315,42	0,00	4.315,42
	Serviços de adequação para aumento da capacidade de secagem	25.050,00	0,00	25.050,00
	Aquisição de aparelho de ar condicionado	0,00	4.575,00	4.575,00
	Serviços de desmontagem, revisão e manutenção do secador	8.500,00	0,00	8.500,00
	Total	37.865,42	6.950,00	44.815,42
Alta Floresta	Serviços de manutenção do secador e equipamentos da central de processamento	13.050,00	0,00	13.050,00
	Aquisição de temonebulizador portátil	0,00	4.845,00	4.845,00
	Aquisição de pulverizador de carinho	0,00	4.285,00	4.285,00
	Total	13.050,00	9.130,00	22.180,00
Total		132.309,21	2.454.168,13	2.586.477,34

Fonte: Siafi

Quadro 013 - Demonstrativo de Manut., Modernização e Adequação das UAs - Valor Liquidado

Unidade	Serviço/Obra/Equipamento	Valor Liquidado (R\$)		
		Corrente	Capital	Total
Sede Sureg-MT	Aquisição de 1 aparelho de ar condicionado	0,00	1.600,00	1.600,00
	Aquisição de 14 no-breaks para as unidades armazenadoras	0,00	0,00	0,00
	Total	0,00	1.600,00	1.600,00
Diamantino	aquisição de 4 aparelhos de ar condicionado	0,00	4.131,00	4.131,00
	Aquisição de 1 lavadora de alta pressão	0,00	789,99	789,99
	Aquisição de 1 roçadeira Sthil	0,00	660,00	660,00
	Manutenção da rede elétrica	2.000,00	0,00	2.000,00
	Total	2.000,00	5.580,99	7.580,99
Rondonópolis	Aquisição de materiais elétricos	1.282,75	0,00	1.282,75
	Conserto e melhoria do sistema de termometria	28.567,98	0,00	28.567,98
	Serviços de manutenção do quadro de comando de acionamento dos ventiladores de aeração	2.490,00	0,00	2.490,00
	Aquisição de materiais para pintura dos ventiladores e tubulações dos armazéns graneleiros	1.478,90	0,00	1.478,90
	Total	33.819,63	0,00	33.819,63
Sinop	Aquisição de 1 lavadora de alta pressão	0,00	895,00	895,00
	Aquisição de 1 bomba d'água centrífuga submersa	0,00	1.480,00	1.480,00
	Conserto do quadro de gerenciamento automática de controle de demanda e fator de potência	4.315,42	0,00	4.315,42
	Total	4.315,42	2.375,00	6.690,42
Total MT		40.135,05	9.555,99	49.691,04

Fonte: Siafi

**Quadro 014 - Demonstrativo de Manut., Modernização e Adequação das UAs -
Valor Lançado em RP**

Unidade	Serviço/Obra/Equipamento	Restos a Pagar (RS)		
		Corrente	Capital	Total
Sede Sureg-MT	Aquisição de 14 no-breaks para as unidades armazenadoras	0,00	4.900,00	4.900,00
Total		0,00	4.900,00	4.900,00
Rondonópolis	Aquisição de materiais para recuperação dos pisos do armazém n.º 18, 19 e 20	4.264,16	0,00	4.264,16
	Serviços de vedação das aberturas e janelas com telas anti-pássaros dos armazéns	8.960,00	0,00	8.960,00
	Serviços de transição/adaptação de 6 dos exaustores para aeração	2.400,00	0,00	2.400,00
	Pavimentação das vias de trânsito e acesso externo	0,00	2.399.982,14	2.399.982,14
	Aquisição de termonebulizador portátil	0,00	4.845,00	4.845,00
	Aquisição de pulverizador de carrinho	0,00	4.285,00	4.285,00
Total		15.624,16	2.409.112,14	2.424.736,30
Sorriso	Serviços de adequação para aumento da capacidade de secagem	29.950,00	0,00	29.950,00
	Aquisição de 1 refrigerador	0,00	2.000,00	2.000,00
	Aquisição de 1 bomba d'água	0,00	1.190,00	1.190,00
	Aquisição de aparelhos de ar condicionado	0,00	4.575,00	4.575,00
	Aquisição de termonebulizador portátil	0,00	4.845,00	4.845,00
	Aquisição de pulverizador de carrinho	0,00	4.285,00	4.285,00
Total		29.950,00	16.895,00	46.845,00
Sinop	Serviços de adequação para aumento da capacidade de secagem	25.050	0,00	25.050,00
	Aquisição de aparelho de ar condicionado	0	4.575,00	4.575,00
	Serviços de desmontagem, revisão e manutenção do secador	8.500,00	0,00	8.500,00
Total		33.550,00	4.575,00	38.125,00
Alta Floresta	Serviços de manutenção do secador e equipamentos da central de processamento	13.050,00	0,00	13.050,00
	Aquisição de termonebulizador portátil	0,00	4.845,00	4.845,00
	Aquisição de pulverizador de carrinho	0,00	4.285,00	4.285,00
Total		13.050,00	9.130,00	22.180,00
Total MT		92.174,16	2.444.612,14	2.536.786,30

Fonte: Siafi

Além dos serviços/obras e aquisições citadas, ocorreram, ainda, processos com **cronogramas das obras** contratadas em exercícios anteriores, conforme segue:

1- Execução da elaboração completa dos projetos das instalações elétricas existentes ("as built") e um novo projeto contendo elementos construtivos atuais e com novas propostas construtivas para a Unidade Armazenadora de Cereais de Rondonópolis.

CONTRATADA: SETER SERVIÇOS DE ENGENHARIA, TELEFONIA E REPRESENTAÇÕES LTDA-EPP, CGC n.º 00.564.461/0001-97

Processo n.º 21.212.000299/2008-42

Contrato n.º 010/2009

Valor do Contrato => R\$ 177.900,00

Prazo da obra = 150 (cento e cinquenta) dias corridos, contados após 10 (dez) dias da data de assinatura do contrato.

Assinatura do Contrato: 14 de Dezembro de 2009

Termo Aditivo n.º 01-Prorrogação do prazo

Obra Concluída em 20 de Setembro de 2010

2- Execução da elaboração completa dos projetos das instalações elétricas existentes ("as built") e um novo projeto contendo elementos construtivos atuais e com novas propostas construtivas para a Unidade Armazenadora de Cereais de Diamantino.

CONTRATADA: SETER SERVIÇOS DE ENGENHARIA, TELEFONIA E REPRESENTAÇÕES LTDA-EPP, CGC n.º 00.564.461/0001-97

Processo nº 21.212.000300/2008-39

Contrato 009/2009

Valor do Contrato => R\$ 66.870,00

Prazo da obra = 120(cento e vinte dias) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato.

Assinatura do Contrato: 14 de Dezembro de 2009

Termo Aditivo nº 01-Prorrogação do prazo

Obra Concluída em 09 de Julho de 2010

3-Execução de obra de construção de um **Vestiário/Sanitário(30,00 m²)**, uma **Caixa D'água Elevada(10.000L)** e um **Abrigo Fitossanitário(20,00 m²)** na Unidade Armazenadora de Diamantino

CONTRATADA: HZO CONSTRUÇÕES, COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA, CPF Nº 731.208.471-00 **Processo nº 21212.000563/2008-48**

Contrato 004/2009

Valor do Contrato => R\$ 54.836,72

Prazo da obra = 120(cento e vinte) dias úteis, contados após 10 dias da assinatura do contrato.

Assinatura do Contrato: 07 de Outubro de 2009

Termo Aditivo nº 01-Prorrogação do prazo

Obra Concluída em 05 de Maio de 2010

4- Execução da elaboração completa dos projetos das instalações elétricas existentes ("as built") e um novo projeto contendo elementos construtivos atuais e com novas propostas construtivas para a Unidade Armazenadora de Cereais de Sorriso.

CONTRATADA: SETER SERVIÇOS DE ENGENHARIA, TELEFONIA E REPRESENTAÇÕES LTDA-EPP, CGC n.º 00.564.461/0001-97

Processo nº 21.212.000135/2009-04

Contrato nº 011/2009

Valor do Contrato => R\$ 57.880,00

Prazo da obra = 120(cento e vinte) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato.

Assinatura do Contrato: 14 de Dezembro de 2009

Termo Aditivo nº 01-Prorrogação do prazo

Obra Concluída em 15 de outubro de 2010

5-Execução de obra de construção de um **Escritório Administrativo(100,00m²)**, **Vestiário/Sanitário(30,00 m²)**, **Caixas D'água Elevada(10.000L)**, **Balança Rodoviária(100t)**, **Laboratório(49,00 m²)**, **Abrigo Fitossanitário(20,00 m²)**, **Portões e Cercas e Encascalhamento do Acesso e das Vias Internas)** na Unidade Armazenadora de Alta Floresta.

CONTRATADA: CONSTRUTORA TOLEDO LTDA-ME, CGC n.º 10.666.482/0001-77

Processo nº 21.212.000200/2009-93

Contrato nº 012/2009

Valor do Contrato => R\$ 456.146,20

Prazo da obra = 180(cento e oitenta) dias corridos, contados 10 (dez) dias da data de assinatura do contrato.

Termo Aditivo nº 01-Prorrogação do prazo

Termo Aditivo nº 02-Prorrogação do prazo

Termo Aditivo nº 03-Prorrogação do prazo

Termo Aditivo nº 04-Prorrogação do prazo

Obra Recebida em 16 de Dezembro de 2010

6-Execução de Serviços de Pavimentação Asfáltica, Meio-fio com sarjeta e Drenagem de águas pluviais nas ruas de entorno e acesso da Unidade Armazenadora de Sinop.

CONVENIENTE – MUNICIPIO DE SINOP PREFEITURA MUNICIPAL, CNPJ-15.024.003/001-32

CONCEDENTE- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, CNPJ 25.461.699/0003-42

Processo nº 21.212.000413/2009-53

Convênio nº 001/2009 Valor do Convênio => R\$ 350.000,00

Prazo do Convênio = 160(cento e sessenta) dias corridos, contados da data de assinatura do convênio.

Termo Aditivo nº 01-Prorrogação do prazo

Termo Aditivo nº 02-Prorrogação do prazo

Termo Aditivo nº 03-Prorrogação do prazo

Termo Aditivo nº 04-Prorrogação do prazo

Obra Concluída em Dezembro/2010

2.3.2.4 - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Formar, manter e administrar o Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras.
- **Descrição:** Realização de Censo Nacional de Unidades Armazenadoras e a administração e atualização do banco de dados sobre a capacidade de armazenagem.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – SUARM e Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns – GECAD
- **Responsável Regional da Ação:** GEOPE/SEOPE

➤ **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Compete ao **Setor de Operações de Estoques – SEOPE**, subordinado à Gerência de Operações, conforme definido no Regimento Interno:

IV - executar a vistoria das unidades armazenadoras, com vistas à avaliação das condições de guarda e conservação dos produtos, promovendo o seu cadastramento;

VI - fiscalizar obras e serviços de construção e manutenção dos imóveis próprios ou sob sua administração.

2.3.2.4.1 – Resultados

(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras			
Controle: SIAFI – PTRES 001.692 – Programa de Trabalho 20.126.0352.4702.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária	500.000,00	28.000,00	5,60%
Execução Orçamentária	453.058,55	25.314,12	5,59%
Índice	90,61	90,41	-
Meta Física	4.500	-	0,00%
Execução Física	6.115	239	3,91%
Índice	135,89	-	-

Fonte: Supor, Gecad e Siafi

A meta física consolidada da Companhia, aprovada na LOA/2010 previa o cadastramento/recadastramento de 4.500 unidades armazenadoras, tendo sido executado 6.115 armazéns, representando 35,89% acima da meta física. Da meta financeira foram gastos R\$453.058,55, cerca de 90,6% da dotação de R\$500.000,00.

No âmbito da Sureg-MT, não foi estabelecido meta física, tendo em conta que no exercício anterior houve uma operação de recadastramento geral. A execução financeira ocorreu com despesas de cadastramento/recadastramento de 239 unidades armazenadoras referente a novos cadastros de unidades armazenadoras; ou solicitações de revisões e alterações nas capacidades estáticas dos armazéns, principalmente para apoio aos instrumentos de comercialização (PEP e PEPRO).

A manutenção do Cadastro de Unidades Armazenadoras é fundamental para o conhecimento da oferta de armazenagem no país. Nele, estão contidas informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sobre a qualificação, ou seja, sobre equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos.

Na área sob jurisdição da Sureg-MT, estavam cadastrados 2.115 armazéns com capacidade estática para 26,76 milhões de toneladas, representando cerca de 21% da oferta nacional. Desses, apenas 73 unidades (capacidade de 1.164.035 toneladas) estavam credenciados e aptos para trabalhar com estoques e programas do Governo Federal. Os demais armazéns encontravam-se impedidos, por motivos financeiros e/ou técnicos, ou por não terem assinado/renovado o Contrato de Depósito com a Conab, ou por constarem como inadimplentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF, conforme a seguir detalhado.

Quadro 015 - Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada

Surg	Situação	2008		2009		2010						Variação	
		Total		Total		Convencional		Granel		Total		N.º UA.	Capac.(t)
		N. UA	Capac. (t)	N. UA	Capac.(t)	N.º UA	Capac. (t)	N.º UA	Capac. (t)	N.º UA (e)	Capac. (t) (d)		
MT	Credenciados	155	2.760.644	96	1.741.401	11	88.529	62	1.075.506	73	1.164.035	-23,96	-33,16
	Descredenciados	83	952.216	24	234.129	12	64.557	19	394.354	31	458.911	29,17	96,01
	Aptos s/ Contrato	78	1.267.625	37	590.294	12	30.239	52	1.137.480	64	1.167.719	72,97	97,82
	Impedidos	1.434	15.449.816	1.213	9.500.339	289	1.342.021	1.009	9.782.891	1.298	11.124.912	7,01	17,10
	Impedidos no SICAF	321	4.096.715	637	12.422.894	137	807.731	512	12.043.179	649	12.850.910	1,88	3,45
	Cadastrados	2.071	24.527.016	2.007	24.489.057	461	2.333.077	1.654	24.433.410	2.115	26.766.487	5,38	9,30
Total Nacional	Credenciados	623	8.619.142	593	7.816.353	98	439.201	278	5.095.464	376	5.534.665	-36,59	-29,19
	Descredenciados	523	4.718.745	380	3.251.521	211	917.075	227	3.216.066	438	4.133.141	15,26	27,11
	Aptos s/ Contrato	1.176	7.886.595	751	5.732.842	367	1.142.512	478	5.356.347	845	6.498.859	12,52	13,36
	Impedidos	11.194	76.654.525	11.607	65.355.182	4.898	16.773.054	6.627	50.822.340	11.525	67.595.394	-0,71	3,43
	Impedidos no SICAF	3.107	30.637.962	3.802	48.088.873	1.537	6.570.618	2.768	47.542.928	4.305	54.113.546	13,23	12,53
	Cadastrados	16.623	128.516.969	17.133	130.244.771	7.111	25.842.460	10.378	112.033.145	17.489	137.875.605	2,08	5,86
Part. % da Sureg no Total Nacional Armaz. Credenciados		24,9%	32,0%	16,2%	22,3%	11,2%	20,2%	22,3%	21,1%	19,4%	21,0%		
Part. % da Sureg no Total Nacional Armaz. Cadastrados		12,5%	19,1%	11,7%	18,8%	6,5%	9,0%	15,9%	21,8%	12,1%	19,4%	-	-

Fonte: Conab/Dirab/Suarm/Gecad

Observa-se que houve uma queda acentuada de armazéns credenciados, tanto na quantidade quanto na capacidade estática, motivado principalmente pela exigência de apresentação de garantia no valor equivalente à 5% do produto depositado quando da renovação do contrato de depósito. Definiu-se ainda, que qualquer depósito nos armazéns só poderá ocorrer após adesão ao novo contrato de depósito com a inclusão da Cláusula 27ª – Da Garantia. A nova versão do contrato foi divulgada no MOC - TÍTULO 08 – ARMAZENAMENTO - Documento 1 – Contrato de Depósito - COMUNICADO CONAB/MOC N.º 007, DE 19/03/2010 – CONDIÇÕES DO CONTRATO DE DEPÓSITO (GUARDA E CONSERVAÇÃO) DE PRODUTOS E/OU EMBALAGENS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU DA CONAB E/OU VINCULADOS A PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS – VERSÃO IV DO PROCESSO CONAB N.º 0236/1992.

As despesas liquidadas nesta Ação, no âmbito da Sureg-MT, somaram R\$25.314,12, distribuídas conforme quadro seguinte.

Quadro 016 - Demonstrativo de Despesas - Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras 2009					
Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros-Pes. Jurídica	
2007	6.860,00	1.615,96	4.477,98	-	12.953,94
2008	3.000,00	3.033,71	1.143,45	59,24	7.236,40
2009	35.878,00	13.816,15	10.001,80	457,50	60.153,45
2010	14.390,00	6.016,20	4.837,92	70,00	25.314,12

Fonte: Siafi

2.3.2.5 - (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Subsidiar o setor e auxiliar o Governo na formulação e execução de políticas ligadas à agropecuária e ao abastecimento agroalimentar.
- **Descrição:** A Ação é implementada por meio da elaboração de estudos, análises conjunturais e prospectivas, boletins técnicos, estatísticas, banco de dados e outras informações congêneres, por técnicos da Conab ou pela contratação de especialistas, e ainda mediante a implantação de tecnologias e sistemas aplicativos próprios ou de terceiros, que possibilitam o acesso às informações e aos conhecimentos gerados, como forma de facilitar a tomada de decisão do Governo, dos produtores rurais e consumidores. A atividade é disponibilizada por meio do portal e distribuição aos clientes, de informações e conhecimentos acerca de temas relevantes, como avaliação de safras, conjunturas, custo de produção, armazenagem, valor bruto da produção, corredores de escoamento das safras, posição dos estoques, indicadores agropecuários, legislações, publicações especializadas, comercialização etc.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI
- **Coordenador Nacional da Ação:** Aírton Camargo Pacheco da Silva
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Informações do Agronegócio – SUINF
- **Responsável Regional da Ação:** GEDES/SEGEO
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
 - Ao **Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – SEGEO**, subordinado à Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico, compete:
 - I - coletar os preços dos produtos agrícolas regionais, dos insumos e dos fretes, repassando-os sistematicamente à área de Logística e Gestão Empresarial da Matriz;
 - II - acompanhar e analisar sistematicamente os níveis de estoques de produtos agrícolas, para subsidiar as possíveis intervenções no mercado pela Companhia;
 - III - acompanhar os mercados dos complexos agropecuários, fornecendo informações gerenciais, para subsidiar os estudos desenvolvidos pela Matriz;**
 - IV - prestar informações, ao público externo, sobre as normas específicas de produtos agrícolas e outros assuntos do Manual de Operações da Conab – MOC;
 - VI - participar de estudos relativos à composição e decomposição de preços, aos preços mínimos e à fixação de margens de comercialização, com a participação da área de Operações Comerciais;
 - VII - manter banco de dados com informações de preços, produção, produtividade e outros indicadores da agropecuária, com vistas a subsidiar a área de Logística e de Gestão Empresarial da Matriz.

2.3.2.5.1– Resultados

(8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar			
Controle: SIAFI – PTRES 020.873 – Programa de Trabalho 20.605.0352.28579.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária	350.000,00	20.000,00	5,71
Execução Orçamentária	67.053,63	10.678,84	15,93
Índice	19,16	53,39	
Meta Física – informação disponibilizada (unid)	9.000	-	0,00
Execução Física	8.908	-	
Índice	98,98	-	

Fonte: Supor e Siafi

Para o desenvolvimento da Ação, foi programado coleta de dados em campo e a visita de empregados aos principais fornecedores de informações, objetivando a criação de um cadastro de fornecedores, visando a melhoria da qualidade e confiabilidade dos dados. Na LOA/2010 foi aprovada dotação orçamentária de R\$350.000,00 e meta física de 9.000 informações divulgadas.

Para elaboração de estudos, análises conjunturais e prospectivas, boletins técnicos, estatísticas, banco de dados e outras informações congêneres previstas na meta física da Conab Matriz, técnicos da Sureg-MT participaram de levantamentos e pesquisas de levantamento de custo de máquinas/insumos e de produção de aves e suínos, gerando custos que somaram R\$10.678,84.

Quadro 017 - Demonstrativo de Despesas - Geração e Difusão de Informações da Agro. e do Abast. Agroalimentar

Ano	Elemento de Despesa (R\$)					Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serv Terc – Pessoa Jurídica	Indenizações e Restituições	
2008	675,00	223,50	485,00	-	-	1.383,50
2009	3.117,00	796,92	1.224,00	-	-	5.137,92
2010	4.794,00	1.912,14	3.972,70	-	-	10.678,84

Fonte: Siafi

2.3.2.6 - (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa proporcionar aos servidores, empregados e seus dependentes condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Luciano Monteiro Lopes

- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Gerência de Serviço de Assistência à Saúde - GESAS
- **Responsável Regional da Ação:** GEFAD/SEREH
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
 Ao **Setor de Recursos Humanos – SEREH**, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, conforme definido no Regimento Interno:
 VII - executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia;
 VIII - promover o acompanhamento e a fiscalização dos convênios relacionados à assistência à saúde.

2.3.2.6.1 Resultados

(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes			
Controle: SIAFI – PTRES 024581 – Programa de Trabalho 20.301.0352.2004.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária Inicial	14.882.545,00	612.000,00	
Suplementação/Cancelamento	7.670.505,00	-	-
Dotação Final	22.553.050,00	612.000,00	2,71
Execução Orçamentária	22.528.324,99	573.942,84	2,55
Índice	99,89	93,78	-
Meta Física	14.849	460	3,10
Execução Física	15.104	470	3,11
Índice	101,72	102,17	-

Fonte: SIAFI, Supor e Gesas

Visando o atendimento das necessidades dos empregados da CONAB e de seus dependentes típicos e atípicos, foi aprovada na LOA/2010+Créditos Suplementares dotação orçamentária de R\$14.882.545,00 e para a Sureg-MT foi descentralizado crédito de R\$ 612.000,000. Durante o exercício de 2010 foram gastos R\$573.942,847, perfazendo 93,7% da meta financeira.

No acumulado de 2010, a média mensal de beneficiários foi de 470, isto é, 2,17% acima da meta física de 460 beneficiários.

Em relação ao exercício anterior, a execução física de atendimentos teve uma variação de apenas 2,84%, enquanto que para os gastos por atendimento, houve um aumento de 23,89%.

Quadro 018 - Demonstrativo comparativo de execução 2009/2010

Assistência Médica e Odontológica

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	460	460	0,00	494.000,00	612.000,00	23,89
Execução	457	470	2,84	493.187,81	573.942,84	16,37
Percentual de Execução	99,35	102,17	-	99,84	93,78	-
Gasto per capita (R\$)				1.079,19	1.221,15	-

Fonte: SIAFI, Supor e Gesas

O Serviço de Assistência a Saúde (SAS) da Conab caracteriza-se pela auto-gestão, não havendo contribuição fixa mensal, pois a participação do servidor é calculada de acordo com nível/faixa salarial e a utilização dos serviços disponibilizados, conforme a Tabela de Participação Financeira (TPF), definida em Acordo Coletivo de Trabalho.

Além da garantia de assistência médico-hospitalar, odontológica e ambulatorial, por meio de convênios, a Conab promove no mês do aniversário do servidor Exames Médicos Periódicos obrigatórios, conforme disposto na Norma Regulamentadora n.º 1 (NR-1), item 1.8, da Portaria Mtb n.º 3.214/78, bem como no Regulamento de Pessoal – Capítulo XIII -Dos Deveres e Proibições. O Exame Médico Periódico é totalmente custeado pela Companhia, que consta de exames laboratoriais, consultas oftalmológica, cardiológica, ginecológica, urológica etc, além dos específicos, realizados semestralmente para ocupantes de cargos/funções definidos, como por exemplo motoristas e armazenistas.

A distribuição das despesas ocorreram conforme detalhamento seguinte.

Quadro 019 - Demonstrativo de Despesas - Assistência Médica e Odontológica

Exercício	Elemento de Despesas (R\$)					Total
	Material de Consumo	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenização e Restituição	
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	-	103.092,72	258.487,52	27.272,19	18.624,88	407.477,31
2008	10.200,00	96.307,93	367.030,99	38.257,91	-	511.796,83
2009	6.124,00	90.877,44	365.367,95	30.643,42	175,00	493.187,81
2010	-	75.882,47	468.221,82	28.368,55	1.470,00	573.942,84

Fonte: Siafi

2.3.2.7 - (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados-Exames Periódicos

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Proporcionar aos servidores e empregados condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GEBEM
- **Responsável Regional da Ação:** GEFAD/SEREH
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
Ao **Setor de Recursos Humanos – SEREH**, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, conforme definido no Regimento Interno:

VII - executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia;

VIII - promover o acompanhamento e a fiscalização dos convênios relacionados à assistência à saúde.

2.3.2.7.1 Resultados

(20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos			
Controle: SIAFI – PTRES 030856 – Programa de Trabalho 20.301.0352.20CW.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MT	
Dotação Orçamentária Inicial	467.307,00	25.600,00	
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	467.307,00	25.600,00	5,48
Execução Orçamentária	466.920,20	25.500,74	5,46
Índice	99,92	99,61	-
Meta Física	2.596	80	3,08
Execução Física	2.320	71	3,06
Índice	89,37	88,75	-

Fonte: Geare e Gebem

Quadro 020 - Demonstrativo de Despesas - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

Sureg-MT			
Elemento de Despesa (Em R\$)			Total
Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	
Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
1.280,41	22.673,38	1.546,95	25.500,74

Fonte: SIAFI

2.3.2.8 - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Objetiva efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n.º 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória n.º 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
- **Descrição:** Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GEBEM
- **Responsável Regional da Ação:** GEFAD/SEREH
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
Ao Setor de Recursos Humanos – SEREH, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, conforme definido no Regimento Interno:
VII - executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia.

2.3.2.8.1 – Resultados

(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados			
Controle: SIAFI – PTRES 001.685 – Programa de Trabalho 20.331.0352.2011.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MT	
Dotação Orçamentária Inicial	6.823.390,00	177.000,00	
Suplementação/Cancelamento	261.936,00	-	
Dotação Final	7.085.326,00	177.000,00	2,50
Execução Orçamentária	6.981.555,76	10.313,90	0,15
Índice	98,54	5,83	
Meta Física	3.897	115	2,95
Execução Física	3.771	113	3,00
Índice	96,77	98,26	

A dotação aprovada na LOA/2010+Créditos/Cancelamentos foi de R\$7.085.326,00, tendo sido gastos R\$6.981.555,76, perfazendo 98,54% do programado e a meta física estabelecida de beneficiar 3.897 empregados/mês foi cumprida em 96,77%, atendendo uma média mensal de 3.771 servidores.

A Sureg MT teve como meta física atender uma média de 115 beneficiários/mês durante o ano de 2010, tendo beneficiado 113 e atingido 98,26% do previsto. As despesas lançadas pela Regional nessa Ação foram de R\$176.017,78, sendo R\$10.313,90 em Vale-Transporte /crédito em cartão magnético e R\$165.703,88 executado pela Matriz, representando 98,26% da meta financeira de R\$177.000,00.

Quadro 021 - Demonstrativo comparativo de execução 2009/2010 - Auxílio-Transporte

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	100	115	115,00	163.000,00	177.000,00	108,59
Execução	122	113	92,62	160.731,84	176.017,78	109,51
Vale-transporte/Crédito em cartão magnético	11	0	0,00	12.686,64	10.313,90	81,30
Em pecúnia	111	113	101,80	148.045,20	165.703,88	111,93
Percentual de Execução	122,00	98,26	-	98,61	99,45	-
Gasto per capita (R\$)				1.317,47	1.557,68	-

Fonte: Siafi e Gebem

A execução orçamentária desta Ação é realizada da seguinte forma: a) pela Matriz, por meio da folha de pagamentos, para aqueles empregados que optaram pelo recebimento do benefício em pecúnia, e b) pela Sureg-MT, quando a opção for pelo recebimento em créditos em cartão magnético ou vale-transportes.

2.3.2.9 - (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa conceder o auxílio-alimentação, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
- **Descrição:** Concessão, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição, ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GEBEM

- **Coordenador Regional da Ação:** GEFAD/SEREH
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
Ao Setor de Recursos Humanos – SEREH, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, conforme definido no Regimento Interno:
VII - executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia.

2.3.2.9.1 – Resultados

(2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados			
Controle: SIAFI – PTRES 001.684 – Programa de Trabalho 20.306.0352.2012.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MT	
Dotação Orçamentária Inicial	19.092.224,00	776.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	4.061.531,00	-	-
Dotação Final	23.153.755,00	776.000,00	3,35
Execução Orçamentária	23.123.978,63	718.111,45	3,11
Índice	99,87	92,54	-
Meta Física	4.003	115	2,87
Execução Física	4.329	126	2,91
Índice	108,14	109,57	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

A dotação aprovada na LOA/2010+Suplementação/Cancelamentos foi de R\$23.153.755,00, dos quais foram gastos R\$23.123.978,63, perfazendo 99,87% do previsto.

A meta física nacional de beneficiar 4.003 servidores/mês, por meio de 23 créditos no cartão magnético (refeição ou alimentação) de valor unitário de R\$20,00/dia (Acordo Coletivo biênio 2009/2011, vigorando a partir de 1/09/2009), foi executada em 108,14%, perfazendo uma média mensal de 4.329 empregados.

A Sureg-MT previa o atendimento a 115 empregados e beneficiou 126 (9,57% acima da meta). Com relação à meta financeira, a Regional previa uma dotação orçamentária de R\$776.000,00 e executou R\$718.111,45 (92,5%), o que equivale a 3,1% da execução orçamentária nacional.

Quadro 022 - Demonstrativo comparativo de execução 2009/2010 - Auxílio-Alimentação

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	120	115	-4,17	547.500,00	776.000,00	41,74
Execução	124	126	1,61	547.127,56	718.111,45	31,25
Percentual de Execução	103,33	109,57	-	99,93	92,54	-
Gasto per capita (R\$)				4.412,32	5.699,30	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

2.3.2.10 - (2272) Gestão e Administração do Programa

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
- **Descrição:** Essas despesas compreendem: pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas públicas; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Financeira – DIFIN
- **Coordenador Nacional da Ação:** Francisco Marcelo Rodriques Bezerra
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Superintendência de Finanças – SUFIN
- **Responsável Regional da Ação:** GEFAD/SEREH/SETAD
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
 - a) Ao **Setor Administrativo – SETAD**, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, conforme definido no Regimento Interno:
 - I - proceder à aquisição, ao recebimento, à conferência, guarda e distribuição de materiais permanentes e de consumo;
 - II - examinar e preparar a documentação para formação de processos de pagamento das aquisições de materiais permanentes e de consumo, e de serviços;
 - III - executar e controlar as atividades relacionadas à administração de bens patrimoniais, realizando os respectivos inventários físicos, providenciando sua regularização e propondo sua destinação;
 - IV - executar, controlar e acompanhar as atividades de apoio administrativo relacionadas à reprografia, ao protocolo, ao arquivo, às telecomunicações e a outros de natureza análoga;
 - V - adotar as providências necessárias à publicação de extratos de contratos, convênios e outros instrumentos legais;
 - VI - executar, controlar e acompanhar as atividades de segurança, limpeza, conservação e jardinagem;
 - VII - controlar a utilização, manutenção, o licenciamento e os custos operacionais dos veículos próprios, propondo aquisição e alienação, quando for o caso;
 - VIII - promover a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e instalações das áreas da Sede;
 - IX - executar e acompanhar as atividades relacionadas a deslocamentos a serviço;
 - X - elaborar os contratos advindos da Comissão de Licitação;

XI - executar e acompanhar os contratos de prestação de serviços relativos à sua área de atuação, emitindo a documentação pertinente, e avaliar sistematicamente as bases contratuais, sobretudo nos aspectos de preço, qualidade e prazo, propondo, quando necessário, a renegociação ou o cancelamento dos instrumentos;

XII - executar e controlar as atividades relativas aos seguros contratados, acompanhando os casos de sinistros e instruindo os processos decorrentes.

b) Ao **Setor de Recursos Humanos – SEREH**, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, conforme definido no Regimento Interno:

I - preparar os dados necessários à elaboração da folha de pagamento, guias de recolhimento de encargos legais, extinção e rescisão contratual e outros de natureza similar;

II - analisar e emitir parecer sobre pedidos de transferência de empregados, observando os normativos vigentes;

III - executar e controlar as atividades de recrutamento, seleção, admissão, demissão e avaliação de pessoal;

IV - controlar e manter atualizados os dados cadastrais e os registros funcionais dos empregados das áreas vinculadas, zelando pela sua guarda;

V - manter o controle do registro de frequência, escala de férias e licenças de qualquer natureza, e cessão dos empregados;

VI - executar o controle das atividades de estágios supervisionados;

VII - executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia;

VIII - promover o acompanhamento e a fiscalização dos convênios relacionados à assistência à saúde;

IX - acompanhar a realização de exames admissionais, periódicos e demissionais;

X - executar e controlar as atividades referentes à Segurança e Medicina do Trabalho;

XI - subsidiar a área Jurídica nas ações trabalhistas e atuar como preposto, quando necessário;

XII - executar as ações de capacitação, desenvolvimento de pessoas e modernização administrativa, em consonância com as diretrizes emanadas da Matriz.

2.3.2.10.1 – Resultados

(2272) Gestão e Administração do Programa			
Controle: Siafi – PTRES 001682/001688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária Inicial	378.742.641,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	459.342.641,00	6.146.500,00	1,34
Pessoal	359.742.641,00	2.794.500,00	0,78
Custeio	81.077.168,00	3.337.000,00	4,12
Investimentos	18.522.832,00	15.000,00	0,08
Execução Orçamentária	447.856.094,54	5.990.420,81	1,34
Pessoal	356.605.474,56	2.793.041,16	0,78
Custeio	80.499.809,63	3.184.159,70	3,96
Investimentos	10.750.810,35	13.219,95	0,12
Índice	97,50	97,46	-

Fonte: Supor e Siafi

A dotação final aprovada para a Conab foi de R\$459.342.641,00, sendo R\$359.742.641,00 para despesas de pessoal e encargos sociais, R\$81.077.168,00 para custeio e R\$18.522.832,00 para investimentos.

A meta prevista para a Sureg-MT era de R\$6.146.500,00, sendo liquidado no período R\$5.990.420,81, representando 97,46% da dotação e 1,3% do gasto total da Companhia.

A variação, a menor, no Grupo de Despesas de Pessoal, não decorre de redução nas despesas deste Grupo e sim de mudança metodológica. Os valores divulgados até 2009 referiam-se à execução global da despesa, ou seja, além da execução orçamentária processada nas Regionais da Conab eram agregados, também, os custos da folha de pagamento de pessoal de toda a Companhia, cuja execução orçamentária é processada pela Matriz, em Brasília. Objetivando a aderência às normas vigentes, a Conab alterou a metodologia, passando a divulgar, a partir do exercício de 2010, apenas os valores referentes à execução orçamentária realizada em cada Regional.

Quadro 023 - Demonstrativo Despesas - Gestão e Administração do Programa

Discriminação	MT			
	2007	2008	2009	2010
Pessoal	5.864.211,87	6.824.163,55	7.286.360,75	2.793.041,16
Outros benefícios assistenciais	3.350,00	13.400,00	13.400,00	3.718,50
Vencimentos e Vantagens Fixas	4.145.010,38	4.809.578,88	5.176.513,39	451.560,62
Obrigações patronais	1.501.241,89	1.768.297,52	1.905.568,53	2.326.662,21
Outras despesas variáveis	213.026,82	229.264,78	190.878,83	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	1.582,78	3.622,37	0,00	11.099,83
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00
Custeio	3.841.700,99	3.288.561,08	3.168.667,07	3.184.159,70
Outros benefícios assistenciais	0,00	2.460,00	0,00	0,00
Diárias	116.688,00	137.022,50	162.392,00	257.462,50
Material de consumo	704.948,75	398.219,65	322.259,89	271.351,43
Passagens e Despesas com locomoção	61.779,85	85.618,81	162.633,35	188.128,32
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	129.702,69	136.625,95	114.761,92	114.246,56
Locação de mão-de-obra	542.840,32	536.134,76	589.914,75	624.381,74
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	1.990.927,39	1.760.364,04	1.600.200,07	1.550.069,94
Obrigações tributárias e contributivas	204.253,32	139.895,94	149.346,38	145.818,78
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	90.560,67	92.219,43	67.158,71	32.700,43
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	155.197,51	166.456,96	3.882,43	13.219,95
Obras e instalações	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento e material permanente	155.197,51	166.456,96	3.882,43	13.219,95
Total	9.861.110,37	10.279.181,59	10.458.910,25	5.990.420,81

Fonte: Siafi

1 - Despesas Correntes e Investimentos

As principais despesas relativas a esta Ação, no âmbito da área administrativa, foram realizadas por meio de licitações dando maior transparência às operações. Durante o exercício de 2010, ocorreram as seguintes licitações com processos iniciados na Sureg-MT.

a) Processos Licitatórios

No exercício de 2010, foram realizados 07 procedimentos licitatórios na modalidade de pregão eletrônico, 01 na modalidade de Concorrência, conforme registrados nos Processos a seguir especificados.

Quadro 024 - Demonstrativo - PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº	OBJETO	PROCESSO
001/2010	Contratação dos serviços de braçagem para as Unidades Armazenadoras	21212.00036/2010-58
002/2010	Aquisição de material de expediente para reposição de estoque Almoxarifado	21212.00025/2010-78
003/2010	Contratação de empresa especializada no fornecimento de passagens aéreas	21212.00092/2010-92
005/2010	Contratação de empresa especializada na manutenção de condicionadores de ar	21212.00093/2010-37
006/2010	Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustível para as Unidades Armazenadoras (*)	21212.00165/2010-48
008/2010	Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustível para o abastecimento de veículos da SEDE DA CONAB/SUREG-MT	21212.00379/2010-12
009/2010	Contratação de empresa especializada nos serviços de locação de veículos	2121200783/2010-96
* Licitação deserta para as UA's de Sorriso, Diamantino, Sinop e Alta Floresta		
Quadro 025 - Demonstrativo - CONCORRÊNCIA		
001/2010	Serviços de Pavimentação Asfáltica do Acesso e Circulação no Pátio Interno na Unidade Armazenadora de Rondonópolis	21212.000229/2009-75

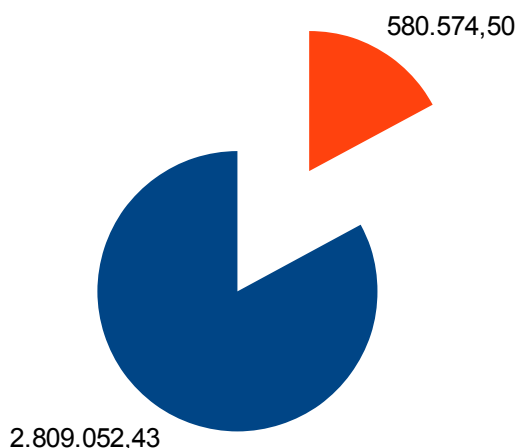
Os resultados obtidos nos processos licitatórios realizados foram os seguintes.

Quadro 026 - Demonstrativo de LICITAÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2010

PREGÕES ELETRÔNICOS					
Nº	OBJETO	Vir de Referência (R\$)	Valor Contratado	Economia (R\$)	Economia %
001/2010	Contratação dos serviços de braçagem	948,63	908,05	40,58	-4%
002/2010	Aquisição de Material de Expediente para ALMOX	17.237,10	13.091,70	4.145,40	-24%
003/2010	Cont. Emp. Fornecimento passagem aérea	40.800,00	36.720,00	4.080,00	-10%
005/2010	Cont. Emp. Manutenção ar condicionado	22.764,00	14.399,99	8.364,01	-37%
006/2010	Cont. Emp. Forn. Combustível UA	21.824,16	17.670,45	4.153,71	-19%
008/2010	Cont. Emp. Fornecimento Combustível Sede	22.803,00	20.292,70	2.510,30	-11%
009/2010	Cont. Emp. Locação de Veículos	528.428,40	305.987,40	222.441,00	-42%
SUBTOTAL		654.805,29	409.070,29	245.735,00	-38%
OUTRAS MODALIDADES					
Nº	OBJETO – MODALIDADE CONCORRÊNCIA	Vir de Referência (R\$)	Vir contratado (R\$)	Economia (R\$)	Economia %
001/2010	Pavimentação Asfáltica da UA RONDONÓPOLIS	2.734.821,64	2.399.982,14	334.839,50	-12%
SUBTOTAL		2.734.821,64	2.399.982,14	334.839,50	-12%
TOTAL GERAL		3.389.626,93	2.809.052,43	580.574,50	-17%

Os trabalhos dos Pregoeiros e da Comissão Permanente de licitação resultaram em economia na aquisição/contratação de serviços e produtos no montante de R\$580.574,50, o que representa 17% do valor de referência de R\$3,38 milhões, conforme se pode observar no gráfico seguinte.

Gráfico I - Demonstrativo Economia de Licitações



b) Contratos Administrativos

No quadro seguinte estão relacionados os contratos administrativos vigentes durante o exercício de 2010.

Quadro 027 - Demonstrativo de Contratos Administrativos

razão social	processo administrativo	nº do contrato/a no	nº da licitação/an o	base legal	objeto do contrato	vigência do contrato (início e término)	T. ADITIVO	Valor Mensal (R\$)
F. rocha & cia	21.212.691/2007-19	001/2008	001/2008	pregão eletrônico	locação de equipamentos reprográficos	14/01/2008 a 13/01/2009	14.01.2010 a 13.01.2011	2.400,00
fortesul -serv.esp.de vigilância e segurança	12-359/2006	002/2007	0001/2007	pregão eletrônico	vigilância	01.03.2007 a 29.02.2008	01.03.2010 a 28.02.2011	49.070,00
mega business	12-295/2004	001/2005	001/2004	pregão eletrônico	braçagem	18.04.2005 a 17.04.2006	18.04.2009 a 17.04.2010	40.000,00
mega business	21.212.0036/2010	002/2010	001/2010	pregão eletrônico	braçagem	16.08.2010 a 15.08.2011		26.416,66
castilho advogado associados	21.212.798/2007-59	007/2008	001/2008	concorrência	prestação de serviços advocatício	30.12.2008 a 29.12.2009	30.12.2009 a 29.12.2010	19.660,34
Petropaulo Comércio derivados de petróleo Ltda	21.212.335/2009-59	003/2009	013/2009	pregão eletrônico	combustível e lubrificante	16/09/2009 a 15/10/2010		2.000,00
mameleiro auto posto Ltda	21.212.036/2010-58	004/2010	008/2010	pregão eletrônico	combustível e lubrificante	17.09.2010 a 16.09.2011		1.653,98
sul américa prest. de serviços Ltda	21.212.253/2008-23	005/2008	008/2008	pregão eletrônico	limpeza e conservação	17.11.2008 a 16.11.2009	17.11.2010 a 16.11.2011	3.209,70
eliseu shuring e outros	21.212.109/2008-97	004/2008	dispensa	dispensa	locação de 02 imóveis	04.07.2008 a 03.07.2009	04.07.2010 a 03.07.2011	8.856,48
cunha , queiroz & garafalo Ltda	21.212.336/2009-01	0006/2009	012/2009	pregão eletrônico	locação de veículo	30.11.2009 a 29.11.2010		9.770,13
Dylan Auto Peças e Locadora Ltda	22.212.336/2009-01	0005/2009	012/2009	pregão eletrônico	locação de veículo	30.11.2009 a 29.11.2010		26.872,56
polo ar condicionado serviços e refrigeração Ltda	21.212.93/2010-37	001/2010	005/2010	pregão eletrônico	manutenção ar condicionado	15.06.2010 a 14.06.2011		1.199,99
Barão Tur. Transp e Turismo Ltda	23.212.336/2009-01	0008/2009	012/2009	pregão eletrônico	locação de veículo	30.11.2009 a 29.11.2010		4.086,33
razão social	processo administrativo	nº do contrato/a no	nº da licitação/an o	base legal	objeto do contrato	vigência do contrato (início e término)	T. ADITIVO	Valor Contratado (R\$)
HZO-Const. Com. Serv. Ltda	21212.563/2008-48	007/2009	007/2009	Tomada de Preços	Execução de obra de construção complementar na UA Diamantino	17/10/2009 a 04/02/2010	17.02.2010 a 05.05.2010	18.278,91
SETER- Serv. Eng. Tel. Rep. Ltda	21212.0300/2008-39	009/2009	006/2009	Tomada de Preços	Obra de projeto instalação elétrica para a UA Diamantino	14/12/2009 a 13.04.2010	14.04.2010 a 13.06.2010	16.717,50
SETER- Serv. Eng. Tel. Rep. Ltda	21212.0299/2008-42	0010/2009	004/2009	Tomada de Preços	Obra de projeto instalação elétrica para a UA Rondonópolis	24/12/2009 a 23/05/2010	24.05.2010 a 23.09.2010	35.580,00
SETER- Serv. Eng. Tel. Rep. Ltda	21212.0135/2009-04	0011/2009	005/2009	Tomada de Preços	Obra de projeto instalação elétrica para a UA Sorriso	14/12/2009 a 13.04.2010	14.04.2010 a 22.10.2010	13.720,00
Construtora Toledo Ltda	21217.200/2009-93	0012/2009	009/2009	Tomada de Preços	Obra de construção complementar da UA A. Floresta	24/12/2009 a 23/06/2010	07.11.2010 a 07.12.2010	76.024,37
Secretaria de Estado de MT	12-098/2004		Cessão uso	Cessão Uso	Cessão de imóvel	01/12/2004 a 30/11/2024		0,00
Prefeitura Municipal de Sinop	21.212.403/2009-53	001/2009	convênio	convênio	Pavimentação asfáltica	22/12/2004 a 30/05/2010	30.12.2010 a 19.01.2011	350.000,00

Fonte: Sureg-MT/GEFAD

2.3.2.11 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Esta Ação tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas do plantio até a colheita e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões pelo setor público e privado, de forma ágil, transparente, imparcial e segura.
- **Descrição:** Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância (por telefone, internet, geoprocessamento etc). No caso de ocorrências de situações climáticas anormais devem ser realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Roberto Bertetti
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Informações do Agronegócio – SUINF e Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras – GEASA
- **Responsável Regional da Ação:** GEDES/SEGEO
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
 Ao **Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – SEGEO**, subordinado à Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico, compete:
 V - proceder a levantamentos de safras agrícolas e de informações acerca de estoques privados, conforme orientação da Matriz.

2.3.2.11.1 – Resultados

(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras			
Controle: SIAFI – PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária	1.000.000,00	50.000,00	5,00
Execução Orçamentária	878.237,66	49.123,90	5,59
Índice	87,82	98,25	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	12	12	100,00
Execução Física	12	12	100,00
Índice	100,00	100,00	-

Fonte: Supor, Geasa e SIAfi

A Conab e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, conforme acordo firmado em 2007, continuaram em 2010 a realização conjunta das pesquisas de plantio, produção e produtividade de grãos, café e cana-de-açúcar.

O modelo de coleta vem se utilizando de dados adicionais disponibilizados pela área de Geotecnologia (mapeamento de áreas cultivadas, obtido por meio de imagens de satélite, e estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos). Após a coleta e consolidação dos dados, o resultado é divulgado pelo MAPA e disponibilizado em meio eletrônico (Internet – com versões em português, inglês e espanhol) e publicações técnicas.

A meta física global aprovada na LOA/2010 previa a realização de doze pesquisas de campo (nacional), realizadas de acordo com o período de safra nas diversas regiões produtoras, procedidos de levantamentos complementares para a atualização dos dados, utilizando-se de outros meios de busca de informações, como telefone, e-mail etc. Especificamente no Estado de Mato Grosso foram realizados 12 levantamentos de safra (regional).

No comparativo entre as safras 2009/10 e 2010/11, prevê-se um aumento de 2,5% da área plantada no Estado de Mato Grosso; passando de 9118,6 mil hectares cultivados, para 9349,4 mil hectares (estimado), o que representará um aumento de 230,8 mil hectares. A quantidade produzida na safra de grãos 2010/11 poderá ser 6,9% superior a anterior, subindo para 30.848,4 milhões de toneladas, conforme detalhado no quadro abaixo.

**Quadro 028 - Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola –
Safra 2009/10 e 2010/11**

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	428,1	614,8	43,6	186,7	912,7	1.462,6	60,2	549,9
Amendoim total	3,2	3,2	0,0	0,0	7,8	7,5	-3,8	-0,3
Amendoim 1ª safra								
Amendoim 2ª safra	3,2	3,2	0,0	0,0	7,8	7,5	-3,8	-0,3
Arroz	246,9	170,4	-31,0	-76,5	742,7	514,1	-30,8	-228,6
Aveia								
Canola								
Centeio								
Cevada								
Feijão total	103,8	104,4	0,6	0,6	120,9	142,1	17,5	21,2
Feijão 1ª safra	14,9	15,5	4,0	0,6	22,2	23,4	5,4	1,2
Feijão 2ª safra	71,7	71,7	0,0	0,0	73,3	82,5	12,6	9,2
Feijão 3ª safra	17,2	17,2	0,0	0,0	25,4	36,2	42,5	10,8
Girassol	40,6	40,6	0,0	0,0	41,7	60,0	43,9	18,3
Mamona								
Milho total	1.990,1	1.962,8	-1,4	-27,3	8.118,1	8.981,2	10,6	863,1
Milho 1ª safra	85,2	57,9	-32,0	-27,3	409,0	352,0	-13,9	-57,0
Milho 2ª safra	1.904,9	1.904,9	0,0	0,0	7.709,1	8.629,2	11,9	920,1
Soja	6.224,5	6.371,8	2,4	147,3	18.766,9	19.497,7	3,9	730,8
Sorgo	81,4	81,4	0,0	0,0	145,0	183,2	26,3	38,2
Trigo								
Triticale								
Total MT	9.118,6	9.349,4	2,5	230,8	28.855,8	30.848,4	6,9	1.992,6

Fonte: Conab/Dipai/Suinf/Geasa

Em 2010, a dotação orçamentária global aprovada na LOA para a Ação foi de R\$1,0 milhão. Na Sureg-MT, da dotação orçamentária de R\$50.000,00 foram liquidados R\$49.123,90

Quadro 029 - Demonstrativo de Despesas - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Exercício	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Desp c/ Locomoção	Outro Servs Terceiros – Pes Jurídica	Total
2007	6.545,00	1.666,48	17.085,97		25.297,45
2008	10.650,00	4.881,04	12.700,92	-	28.231,96
2009	18.671,00	7.927,13	22.493,08	75,00	49.166,21
2010	22.184,00	8.825,22	18.024,68	90,00	49.123,90

Fonte: Siafi

2.3.2.12 - (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Tem por objetivo promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
- **Descrição:** Esta ação é implementada com a realização de diversas ações voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenadora Nacional da Ação:** Maria Isabel Braga Coelho
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Modernização e Capacitação – SUMOC e Gerência de Capacitação e Desenvolvimento – GECAP
- **Responsável regional da Ação:** GEFAD/SEREH
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Ao **Setor de Recursos Humanos – SEREH**, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, compete:

- VI - executar o controle das atividades de estágios supervisionados;
- XII - executar as ações de capacitação, desenvolvimento de pessoas e modernização administrativa, em consonância com as diretrizes emanadas da Matriz.

2.3.2.14.1 – Resultados

(4572)Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação			
Controle: SIAFI – PTRES 001.694 – Programa de Trabalho 20.128.0360.4572.00001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária Inicial	1.700.000,00	40.000,00	
Suplementação/Cancelamento	-	-	2,35
Dotação Final	1.700.000,00	40.000,00	
Execução Orçamentária	1.565.871,48	35.220,04	2,25
Índice	92,11	88,05	
Meta Física	5.917	161	2,72
Execução Física	3.666	71	1,94
Índice	61,96	44,10	

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

A dotação orçamentária para a Companhia nesta Ação aprovada na LOA/2010 foi de R\$1.700.000,00 e a meta física previa o treinamento de 5.917 empregados. Durante o exercício foram treinados 3.666 empregados, 61,96% da meta, ao custo total de R\$1.565.871,48, representando 92,11% da previsão orçamentária.

Quadro 030 - Demonstrativo comparativo de execução 2009/2010 - Capacitação de Servidores

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	55	161	192,73	30.000,00	40.000,00	33,33
Execução	105	71	-32,38	29.042,18	35.220,04	21,27
Percentual de Execução	190,91	44,1	-	96,81	88,05	-
Gasto per capita (R\$)				276,59	496,06	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Para a Sureg-MT, a meta previa o treinamento de 161 empregados com dotação orçamentária de R\$40.000,00.

Em 2010, foi dada ênfase a eventos nas áreas Planejamento (33 treinandos) e de Operacional (12 treinandos).

**Quadro 031 - Demonstrativo dos Treinamentos Realizados por Área de Conhecimento,
Número de Treinandos e Carga Horária na Sureg-MT**

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Administrativa	13	216	16,62
Auditoria	-	-	-
Comunicação Social	-	-	-
Educação e Desenvolvimento	6	108	18
Financeira	6	48	8
Gerencial	-	-	-
Informática	-	-	-
Jurídica	1	390	390
Operacional	12	432	36
Planejamento	33	857	25,97
Qualidade	-	-	-
Total	71	2.051	28,89

Fonte: Gecap

Comparativamente ao exercício de 2009, o número de horas de treinamento apresentou redução de 33,3%, passando de 3.075 horas para 2.051 enquanto a média de horas por treinando teve redução de 1,36%, passando de 29,29 horas/treinando para 28,89.

As despesas financeiras com a referida Ação apresentaram os maiores gastos em Diárias e Outros Serviços de Terceiros e Encargos - Pessoa Jurídica, referentes à participação de empregados em treinamentos. A participação da Sureg em relação a despesa total da Conab nesta Ação, foi de 2,25%.

Quadro 032 - Demonstrativo das Despesas Treinamentos Realizadas Exercícios 2007 a 2010

Ano	Elemento de Despesa (R\$)						Total	
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas		Indenizações e Restituições
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	19.872,50	444,34	10.774,22	90,00	3.668,80	-	3.213,00	38.062,86
2008	21.392,50	763,12	4.402,67	-	14.013,50	-	-	40.571,79
2009	6.090,00	-	1.615,64	300,00	21.036,54	-	-	29.042,18
2010	18.120,00	-	5.722,34	-	11.377,70	-	-	35.220,04

Fonte: Siafi

2.3.2.13 - (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, devidas pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, mediante pagamento de passivos judiciais.
- **Descrição:** Pagamento de passivos judiciais devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista após Sentença judicial Transitada em Julgado.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Procuradoria Geral – PROGE
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Caparelli
- **Unidades Executoras:** Subprocuradoria de Matéria Judicial – SUMAJ
- **Responsável regional da Ação:** PRORE
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

À **Procuradoria Regional – PRORE**, subordinada hierarquicamente à Superintendência Regional e tecnicamente à Procuradoria-Geral, compete:

I - prestar assistência jurídica nos assuntos de interesse da Companhia;

II - elaborar procurações e escrituras; examinar, aprovar e cancelar as minutas de contratos, distratos, convênios, ajustes, acordos e editais, em que a Companhia seja parte ou interveniente, e promover a permanente atualização dos respectivos registros;

VII - manter arquivo atualizado com informações sobre as ações em que a Companhia seja autora, ré, assistente ou oponente;

VIII - manter atualizadas as pautas de audiências e julgamentos, com vistas ao seu estrito cumprimento;

IX - acompanhar, no âmbito de atuação da Sureg, as ações em que a Companhia seja parte, e outras cujo deslinde seja de seu interesse, em todos os graus de jurisdição, perante as Justiças comum e especializada, instruindo quanto ao cumprimento dos julgados.

2.3.2.13.1 – Resultados

(0022) Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista			
Controle: SIAFI – PTRES 001.687 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MT	
Dotação Orçamentária Inicial	12.000.000,00	126.000,00	1,05
Suplementação/Cancelamento	19.467.764,00	-	
Dotação Final	31.467.764,00	126.000,00	0,40
Execução Orçamentária	31.412.433,87	124.974,93	0,40
Índice	99,82	99,19	

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

Na LOA/2010 foi consignada dotação orçamentária nacional de R\$12.000.000,00 e suplementação de R\$19.467.764,00

As Suplementações ocorreram conforme publicado nos Decretos de 07/07/2010 – R\$5.195.246,00; Decreto de 02/08/2010 – R\$10.438.970,00; Decreto de 12/11/2010 – R\$931.387,00; Decreto de 06/12/2010 – R\$2.372.877,00; Decreto de 16/12/2010 – R\$529.284,00.

A previsão de pagamentos no âmbito da Sureg-MT era de R\$126.000,00, sendo liquidados no exercício R\$124.974,93 (99,19%).

Quadro 033 - Demonstrativo de Despesas - Cumprimento de Sentenças Judiciais

Exercício	Elemento de Despesa (R\$)				Total
	Pessoal e Encargos Sociais		Desp. Correntes		
	Depósitos Compulsórios	Sentenças Judiciais	Pensões	Sentenças Judiciais	
2007	55.018,56	209.111,79	-	-	264.130,35
2008	5.112,63	559.291,16	-	-	564.403,79
2009	40.355,16	2.843,76	-	-	43.198,92
2010	107.361,63	15.374,98	-	2.238,32	124.974,93

Fonte: Siafi Gerencial

No fim do exercício estava em trâmite 33 processos trabalhistas em que a Conab/Sureg/MT figurava como polo passivo, sendo 3 classificados como risco provável (R\$44.938,79), 17 em risco possível (R\$667.627,72) e 13 com risco remoto (R\$428.980,05).

2.3.3 – Outros Programas, Ações e Atividades

2.3.3.1 - Ações conjuntas MAPA/SPA - executadas pela Conab/MF (STN)

2.3.3.1.1 - (0299) Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Garantir o abastecimento e o preço, no mercado primário interno, dos produtos agropecuários amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos–PGPM, mediante a formação de estoques reguladores e estratégicos.
- **Descrição:** Concessão de equalização, pelo Tesouro Nacional à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, referente à diferença entre os valores de venda e compra dos produtos.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** MAPA/SPA
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Conab/ MF(STN)
- **Responsável Regional da Ação:** GEOPE/SECOM
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Não há definição formalizada pelo Regimento Interno, de competência regional na Sureg-MT. A parte operacionalizada pela regional é desenvolvida sob responsabilidade da GEOPE/SECOM

As despesas com equalização geradas nas Regionais são contabilizadas na Matriz.

Apesar de pertencer ao Programa Abastecimento Agroalimentar, essa Ação é de responsabilidade do Ministério da Fazenda.

2.3.3.1.2 - (0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários, por meio de instrumentos de equalização de preços, exonerando o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.
- **Descrição:** Equalização de preços destinando recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de prêmio ou bonificação, apurados em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado, ou para o pagamento da diferença entre o preço de exercício em contratos de opção de venda de produtos agropecuários, lançados pelo Poder Executivo, e o valor de mercado desses produtos.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria de Política Agrícola – SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
- **Unidades Executoras:** Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB e Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Fazenda – MF
- **Coordenador Nacional da Ação:** Adriano Pereira de Paula
- **Responsável Regional da Ação:** GEOPE/SECOM

➤ **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Ao **Setor de Operações Comerciais – SECOM** subordinado à Gerência de Operações, compete:

II - acompanhar as operações comerciais efetuadas pela Companhia, adotando as medidas que lhe forem pertinentes;

V - acompanhar e controlar, sob orientação da Matriz, as operações de PEP, VEP, PEPRO e outros instrumentos de incentivo à comercialização que forem criados pela Companhia.

Atualmente, para esse fim, a Conab utiliza os seguintes instrumentos: Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda-PROP e Prêmio de Escoamento do Produto-PEP.

A decisão sobre os instrumentos que serão utilizados, o momento e a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados e sua origem e destino são de responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/MAPA, cabendo à Conab apenas a operacionalização, que envolvem a elaboração de editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e o pagamento das subvenções.

Os pagamentos, no caso dos instrumentos acima citados, após análise da documentação pela Sureg e comunicação de liberação, são realizados pela Matriz, em Brasília-DF, com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional, utilizando-se da dotação aprovada para a Ação Orçamentária do Ministério da Fazenda/Operações Oficiais de Crédito, denominada Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.

a) – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor-PEPRO

É uma subvenção econômica (prêmio) concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada Estado da Federação. O PEPRO é lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do Valor de Referência.

Para o produto milho foi lançado apenas um Aviso de Leilão de PEPRO com oferta total de 250.000 toneladas.

Quadro 034 - Demonstrativo Leilões de PEPRO

Operações de PEPRO milho – Sureg/MT				
Aviso	Número de Processo	Qtde. Ofertada	Negociada	Valor Prêmio
196/10	21212.000693/2010-03	250.000.000	234.328.000	12.682.552,00
Totais		250.000.000	234.328.000	12.682.552,00

Fonte: GEOPE/SECOM

Da quantidade ofertada foi negociada 234,3 mil toneladas 1.337.429,8 toneladas com valor dos prêmios estimado em R\$12.682.552,00, a ser pago após comprovação do escoamento. As comprovações efetivamente pagas até o final do exercício alcançaram o equivalente a 26.737 toneladas no montante de R\$1.218.441,39.

b) - Prêmio para o Escoamento de Produto - PEP

É um instrumento de política agrícola que concede subvenção econômica aos interessados em adquirir o produto diretamente do produtor e/ou cooperativa, garantindo-lhes o pagamento do valor de referência, sob a condição de escoar o excedente da safra para a região de consumo, evitando-se assim a aquisição desses excedentes por parte do Governo Federal.

No âmbito da Sureg-MT foram ofertados em 11 Leilões de PEP a quantia de 7,7 milhões de toneladas de milho para escoamento, das quais foram negociadas 6.967.021 toneladas.

Quadro 035 - Demonstrativo Leilões de PEP

Operações de PEP Milho – Sureg/MT						
Aviso	Número do Processo	Data do leilão	Qtde DCOs/MT	Qtde Ofertada (kg)	Negociada (kg)	Valor Prêmio
105/10	21212.000540/2010-58	27/05/10	435	600.000.000	411.300.000	38.546.770,00
111/10	21212.000591/2010-80	08/06/10	239	600.000.000	360.903.000	33.670.531,00
116/10	21212.000646/2010-51	17/06/10	389	600.000.000	549.200.000	47.698.300,00
126/10		24/06/10		cancelado		
152/10	21212.000648/2010-41	01/07/10	323	600.000.000	573.800.000	44.310.700,00
163/10	21212.000649/2010-95	08/07/10	297	600.000.000	600.000.000	40.660.500,00
170/10	21212.000662/2010-44	15/07/10	251	600.000.000	595.000.000	34.827.500,00
175/10	21212.000671/2010-75	22/07/10	279	600.000.000	600.000.000	35.637.000,00
180/10	21212.000678/2010-57	29/07/10	409	1.200.000.000	1.200.000.000	82.997.000,00
187/10	21212.000684/2010-12	05/08/10	515	1.200.000.000	1.200.000.000	63.308.000,00
194/10	21212.000692/2010-51	12/08/10	424	800.000.000	697.060.964	33.844.616,61
216/10	21212.000802/2010-84	15/09/10	-	300.000.000	179.757.870	20.408.616,05
Totais			3.561	7.700.000.000	6.967.021.834	475.909.533,66

Fonte: GEOPE/SECOM

A previsão para pagamento dos prêmios envolve recursos na ordem de R\$475 milhões, porém, o efetivo pagamento ocorre somente após análise da documentação de comprovação de escoamento para uma das localidades previstas nos respectivos Avisos de Leilão e quando atender a todos os requisitos e prazos previstos no Regulamento/Aviso.

Devido às alterações ocorridas no Regulamento PEP (N.º 002/10) e dos Avisos para 2010, as comprovações foram centralizadas no local na Superintendência Regional da Conab que jurisdiciona a UF de domicílio do arrematante do prêmio. Para os PEP de milho em 2010, resultou que 97% das quase 3700 comprovações deverão ser analisadas na Sureg-MT.

Nos Avisos de PEP de Milho realizados, o produto foi arrematado por empresas localizadas em diversos Estados e até o final do exercício foram comprovados nas respectivas Superintendências da Conab, conforme detalhado no quadro seguinte.

Quadro 036 - Demonstrativo das comprovações das operações de PEP

Origem	Quantidade (Em t)		Valor Previsto (Em R\$)	Destino	Comprovada (Em t)	Valor Pago (Em R\$)
	Ofertada	Negociada				
Subtotal	0	0	0,00	-	26.000	2.036.700,00
MT	7.700.000	6.967.022	475.909.533,66	AC	1.800	166.500,00
				AL	4.790	474.031,00
				AM	10.002	668.696,10
				CE	15.536	1.857.202,00
				ES	9.635	777.870,08
				GO	1.400	101.220,00
				MG	14.767	1.569.847,96
				MT	958.977	85.797.668,86
				PA	300	33.900,00
				PB	20.977	1.487.940,50
				PE	14.414	1.558.006,56
				PR	3.471	202.623,30
				RJ	1.752	89.936,00
				RN	4.900	566.225,00
Total	7.700.000	6.967.022	475.909.533,66	-	1.062.721	95.351.667,36

Dos prêmios previstos para PEP-milho 2010, a Sureg-MT analisou as comprovações protocoladas e liberou, durante o exercício de 2010, pagamento de R\$85,7 milhões.

2.3.3.2 – Comercialização de Produtos Agrícolas dos Estoques Públicos

No que tange à política de abastecimento, a intervenção do governo na comercialização dos produtos se dá mediante operações como a Venda e o VEP, realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com a participação de Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, e visa a suplementar a oferta e corrigir desequilíbrios de preços.

a) Vendas em Leilão Público - Estoques Governamentais - Vínculo AGE, AF e COV

Até o fim do exercício, em âmbito da Sureg-MT, foram ofertadas 327 mil toneladas de de milho em grãos, sendo negociado 231,5 mil toneladas conforme detalhado por leilão no quadro seguinte.

Grande parte das vendas realizadas nos últimos leilões, devido a paralisação de operações contábeis no período de 15 de dezembro até o final do exercício e atrasos na confirmação dos pagamentos (crédito na conta do Tesouro), não foram baixadas dos estoques dentro do exercício.

Quadro 037 - Demonstrativo de Vendas dos Estoques Públicos

VENDAS 2010							
AVISO	Número de Processo	PRODUTO	ORIGEM	DATA	Quantidade		Valor Operação
					Ofertada (kg)	Negociada (kg)	
310/2010	21213.000974/2010-58	MILHO	PGPM	18/11/10	166.300	166.300	44.335,58
311/2010	21214.000975/2010-01	MILHO	OPÇÃO	18/11/10	46.564.160	44.524.180	13.043.240,37
329/2010	21215.000998/2010-15	MILHO	OPÇÃO	25/11/10	2.039.980	1.987.500	592.950,00
330/2010	21216.000999/2010-51	MILHO	PGPM	25/11/10	18.285.859	18.285.860	4.451.338,13
331/2010	21217.001000/2010-91	MILHO	OPÇÃO	25/11/10	94.977.462	72.334.547	17.667.006,36
350/2010	21218.001044/2010-11	MILHO	OPÇÃO	02/12/10	52.480	41.500	11.063,90
352/2010	21219.001045/2010-66	MILHO	OPÇÃO	02/12/10	22.642.915	7.918.000	1.915.402,80
353/2010	21220.001046/2010-19	MILHO	PGPM	02/12/10	8.435.640	3.511.640	882.188,78
354/2010	21221.001047/2010-55	MILHO	OPÇÃO	02/12/10	40.345.688	28.547.000	7.588.130,20
361/2010	21222.001068/2010-71	MILHO	OPÇÃO	09/12/10	10.980	10.000	2.666,00
363/2010	21223.001069/2010-15	MILHO	OPÇÃO	09/12/10	14.724.915	2.220.000	555.000,00
364/2010	21224.001070/2010-40	MILHO	OPÇÃO	09/12/10	4.924.000	750.000	181.200,00
365/2010	21225.001071/2010-94	MILHO	OPÇÃO	09/12/10	11.798.688	5.445.048	1.451.907,22
366/2010	21226.000025/2011-59	MILHO	PGPM	09/12/10	3.055.400	302.000	74.141,00
367/2010	21226.001072/2010-39	MILHO	OPÇÃO	09/12/10	62.047.449	45.858.080	11.674.833,13
TOTAL OFERTADO EM 2010:					330.071.916	231.901.655	60.135.403,47

Fonte: Conab/Dirab/Suoape/Gecom

b) Subvenção à Comercialização - Valor de Escoamento do Produto-VEP

O VEP é um valor pago a um segmento consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), que adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral de seu valor (valor do produto mais o valor da subvenção) e, posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento para a região de consumo, é ressarcido do valor da subvenção definida no leilão.

No final do exercício, mais especificamente no dia 23/12, a Conab ofertou para venda 156,2 mil toneladas de milho em grãos armazenados no Estado do Mato Grosso, sendo negociadas apenas 5.550 toneladas, conforme especificado no Aviso 376 de VEP. O baixo volume negociado pode ser explicado pela data da realização do leilão e pela grande quantidade de produto ofertado em 14 leilões de venda realizados, nos quais foram arrematadas mais de 230 mil toneladas.

Quadro 038 - Demonstrativo das Vendas de Valor de Escoamento de Produto-VEP

Operações de VEP Milho – Sureg/MT						Prêmio Previsto (Em R\$)
Aviso	Número de Processo	Data do leilão	Qtde. Ofertada	Negociada	Valor Operação	
376/10	21212.001101/2010-62	23/12/10	156.259.590	5.550.000	1.437.450,00	182.250,00
Totais			156.259.590	5.550.000	1.437.450,00	182.250,00

•Fonte: Conab/Dirab/Suoape/Geope

O valor da Operação de Venda alcançou o montante de R\$1.437.450,00 e o valor do prêmio previsto a pagar é de R\$182.250,00.

2.3.3.3 – Serviços de Armazenagem

A receita total de armazenagem de produtos de terceiros apresentou redução em relação aos resultados apresentados no mesmo período do exercício de 2009, devido ao grande volume de estoques do governo e dos problemas nas estruturas das Unidades de Sinop e Sorriso, principalmente quanto aos secadores que tiveram que ser desativados por questões de segurança.

Quadro 039 - Demonstrativo Estoque Médio com Produtos de Terceiros

Unidade	Estoque Médio Armazenado (Em t)								
	2008			2009			2010		
	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total
Alta Floresta	157	1.224	1.381	0	1.501	1.501	0	1.401	1.401
Cuiabá	44	0	44	0	0	0	0	0	0
Diamantino	4.040	1.788	5.828	13.507	4.644	18.151	24.368	740	25.108
Rondonópolis	5.577	3.775	9.352	14.785	5.563	20.348	63.273	312	63.585
Sinop	3.901	5.034	8.935	23.146	3.583	26.729	24.806	1.095	25.901
Sorriso	9.899	4.724	14.623	32.002	5.268	37.270	26.794	458	27.252
Total	23.618	16.545	40.163	83.440	20.559	103.999	139.241	4.006	143.247

Fonte: Suarm/Gearm Fonte: Conab/DRE

A Sureg-MT obteve Receita com Produtos de Terceiros de R\$445.567,98, detalhado por UA conforme quadro seguinte.

Quadro 040 - Demonstrativo de Receita Armazenagem com Produtos de Terceiros

Unidade	Receita de Armazenagem de Terceiros					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Sede-Sureg/MT	-	(266.104,10)	-	(159.387,36)	-	-
Alta Floresta	200.596,46	40.218,84	122.464,75	153.025,90	156.574,38	245.203,06
Diamantino	8.630,58	82.704,24	306.340,15	222.048,06	183.698,95	79.177,97
Rondonópolis	434.949,45	155.964,67	543.629,40	345.944,77	303.935,35	27.847,51
Sinop	443.506,76	43.021,30	126.659,12	455.195,72	249.576,23	12.881,67
Sorriso	698.689,47	399.535,77	535.669,43	767.374,30	646.440,81	80.457,77
Total-Sureg	1.786.372,72	455.340,72	1.634.762,85	1.784.201,39	1.540.225,72	445.567,98

Fonte: Conab/DRE

2.3.3.4 - Participação na Execução do Fome Zero

O Fome Zero é uma estratégia articulada nas três esferas de governo, envolvendo o Estado e a sociedade, contemplando um conjunto de ações que contribuem para que todos os brasileiros tenham acesso a uma alimentação adequada, em quantidade e qualidade suficientes, de forma digna, regular e sustentável.

A Conab por orientação consignada na Portaria Interministerial n.º 183/2003 substituída pela de n.º 1.128/2008, participa de Fome Zero, no que concerne ao abastecimento alimentar, na função de executora operacional, observadas as suas competências regimentais.

Por isso, a direção da Companhia orientou seus gestores a participar, de forma direta e com a prioridade requerida, dos processos de formulação e execução das ações demandadas pelo Fome Zero, disponibilizando para o MDS toda a sua estrutura e capilaridade operacional.

Essa contribuição institucional contempla:]

- Recebimento, guarda, movimentação e distribuição de produtos doados ao Fome Zero, incluindo máquinas, equipamentos eletrônicos, peças de vestiários, utensílios, veículos e brinquedos;
- Aquisição de bens e prestação de serviços para instalação de unidades de apoio a ações de suplementação alimentar;
- Serviços de guarda, transporte e distribuição de material informativo e pedagógico do Fome Zero; e
- Doação de produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar, promovendo ações de suplementação alimentar e geração de renda, em articulações de interesse público.

Em resumo, esse apoio em 2010 pode ser identificado em quatro linhas de ação:

a) Produtos recebidos em doação

Neste caso, compete à Conab o recebimento, transporte e guarda de mercadorias doadas ao Fome Zero, efetuando na sequência seu repasse às entidades indicadas pelo MDS. Em 2010 foram distribuídas os seguintes produtos:

Quadro 041 – Demonstrativo das Doações Realizadas

Mercadoria/Serviço	Unidade	Quantidades Distribuídas		Saldo
		2010	2003 a 2010	
Adega portátil	Unidade	-	-	2
Alimentos diversos	Kg	119.492	3.062.076	-
Alimentos diversos	Lta	1.423	122.529	-
Alimentos diversos	Unidade	-	1.756.218	-
Material didático	Unidade	-	6.500	791
Caixa de papelão	Unidade	-	224.849	164.600
Produtos de limpeza	Unidade	-	318	-
Ração animal	Kg	-	29.020	-
Remédios diversos	Unidade	-	76.087	1.800
Serviços de transporte de cartilhas	Unidade	-	256.536	-
Tecidos e peças de vestuários	Kg	130.781	660.145	14.630
Tecidos e peças de vestuários	Unidade	-	208.725	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Caixa	-	5	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Dúzia	-	15.220	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Kg	1.224	216.980	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Unidade	6.448	2.355.045	25.500
Equipamentos/ferramentas	Unidade	-	-	19
Veículos	Unidade	15	21	9

Fonte: Supab;Gepri

b) Materiais Informativos e Pedagógicos Distribuídos

Atendendo demanda do MDS, a Conab promoveu o recebimento, guarda e transporte e distribuição de impressos e materiais alusivos ao Fome Zero. Em 2010, foram distribuídas 5.366.401 unidades de diversos produtos, que foram utilizadas em atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania.

Quadro 042 – Demonstrativo da Distribuição de Produtos

Mercadoria/Serviço	Origem	Quantidades Distribuídas		Saldo
		2010	2003 a 2010	
Sacolas plásticas (supermercado)	MDS	230.000	996.000	1.004.000
Cartazes Fome Zero	MDS	-	74.285	25.915
Livros Lula 500 dias	MDS	-	16	44
Camisetas Fome Zero	MDS	-	7.970	180
Banners Fome Zero	MDS	-	-	3.205
Cartilha (Política de Segurança Alimentar)	MDS	-	554.150	152.450
Cartilhas Editora Globo 1 e 2	MDS	-	4.478.800	-
Cadernos Talher Brasil	MDS	-	50.100	-
Calendários Quilombolas	MDS	-	2.925	-
Kit Pedagógico	MDS	781	5.266	-
Caixa de Coleta Seletiva	Cáritas	-	28.500	-
Folders Coleta Seletiva	Cáritas	-	74.500	25.500
Tabela Brasileira de Composição de Alimentos	MDS	4.250	11.550	-
Agenda Bolsa Família	MDS	-	-	492
Album Seriado	MS	25	25	1.466
Cartilhas Alimentação Nutricional	MS	-	-	100.500
Cartilhas Doenças Celíacas	MS	-	107.000	-
Cartilha da Emília	MDS	679.676	884.229	-
Cartilha Alimentação Saudável/Obesidade	MDS	2.613.820	2.777.260	-
Gibis Maurício de Souza	MC	1.458.650	1.458.650	-
Envelopes Maurício de Souza	MC	379.199	379.199	-
Total		5.366.401	11.890.425	1.313.752

Fonte: Supab/Gepri

c) Doação de Feijão dos Estoques Públicos

Por meio da Lei n.º 12.058, de 13 de outubro de 2009 a Conab foi autorizada a doar até 70 mil toneladas de feijão dos estoques públicos, aos Programas conduzidos pelo MDS, pela Secretaria Nacional de Defesa Civil e pelo Ministério da Educação, em atendimento às demandas geradas pelas populações em situação de insegurança alimentar. Durante o exercício foram distribuídas 40.539 toneladas, conforme quadro a seguir.

Quadro 043 – Demonstrativo da Distribuição de Feijão

UF	N.º de Instituições Atendidas	N.º de Municípios Atendidos	Quantidade Doada (em t)
MT	109	59	1.670,1
Total	4.637	1.803	40.539,0

Fonte: Supab/Gepri



d) Doação de Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outras instituições de interesse público, a Conab, por meio da Superintendência de Abastecimento Social-Supab, fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar doou, em 2010, 30.622,7 mil toneladas de produtos alimentícios e 879,2 mil toneladas de doação de frutas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 044 – Demonstrativo da Distribuição de Alimentos(Oriundo da Agricultura Familiar)

Sureg	N.º Inst. Beneficiadas	Produto (Em t)																	Total	Doce de Frutas (Em lata)
		Açúcar		Arroz		Farinha		Feijão	Fubá de Milho	Leite em pó	Macarrão	Mel	Milho	Picles	Polpa de Frutas	Suco de Frutas	Sementes	Trigo		
		Cristal	Mascavo	Beneficiado	Casca	Mandioca	Milho													
AL	107	137,3	-	15,0	-	1.072,4	-	2.624,1	-	36,9	-	-	-	-	-	25,8	-	-	3.911,5	32,0
AM	1	-	-	-	-	-	-	26,6	-	17,1	11,5	-	-	-	-	-	-	-	55,2	-
BA	465	-	-	-	-	18,0	-	4.285,7	-	76,1	-	-	-	-	76,6	2.242,6	-	-	6.699,0	56,8
CE	205	-	-	-	-	1.438,0	-	-	-	72,5	-	-	-	-	-	-	-	-	1.510,5	157,6
ES	154	-	-	-	-	6,4	-	-	-	75,6	-	-	-	-	-	-	-	-	82,0	126,4
GO	93	33,6	-	61,6	9,1	96,4	-	0,4	-	129,3	-	-	-	-	-	-	-	-	330,4	166,5
MA	62	-	-	50,9	-	-	-	-	-	36,3	-	-	-	-	-	-	-	-	87,2	-
MG	60	-	-	114,0	-	121,9	-	-	-	67,4	0,4	-	-	-	-	-	-	-	303,7	49,0
MS	18	-	-	-	-	323,1	-	223,1	-	396,4	-	-	13,0	-	-	-	-	-	955,6	-
MT	8	-	-	-	-	-	-	10,2	-	41,6	-	-	-	-	-	-	-	-	51,8	-
PA	16	-	-	81,0	-	81,0	-	-	-	43,0	-	-	-	-	-	-	-	-	205,0	-
PB	48	-	-	12,3	-	176,6	-	97,7	-	20,6	-	-	-	-	-	-	-	-	307,2	85,9
PE	248	56,3	-	74,7	-	2.519,7	-	518,4	-	387,9	-	-	-	-	-	-	-	-	3.557,0	-
PI	89	-	-	169,0	-	710,1	-	421,9	-	37,3	-	-	311,2	-	-	-	-	-	1.649,5	-
PR	371	0,4	21,6	40,6	-	93,9	-	3.093,8	14,3	11,1	-	-	-	-	-	-	1,7	-	3.277,4	-
RJ	87	-	-	59,3	-	-	-	-	-	91,7	-	-	-	-	-	-	-	-	151,0	99,2
RN	534	0,1	-	135,4	-	590,9	-	43,7	-	21,0	-	4,5	-	-	-	-	-	-	795,6	-
RO	27	-	-	-	-	-	-	741,9	-	11,7	-	-	-	-	-	-	-	-	753,6	-
RS	119	0,0	14,1	1.362,0	-	-	37,0	330,9	-	934,9	-	-	-	-	-	0,4	-	-	2.679,3	87,6
SC	100	-	0,5	-	-	-	14,0	700,9	0,5	14,4	-	-	-	37,4	-	-	-	-	767,7	2,6
SP	492	-	-	-	-	221,6	-	1.038,6	-	546,7	-	-	-	-	-	-	-	20,0	1.826,9	15,6
TO	113	-	-	582,3	-	30,0	-	48,1	-	4,7	-	-	-	-	-	-	-	-	665,1	-
Total	3.417	227,7	36,2	2.758,1	9,1	7.500,0	51,0	14.206,0	14,8	3.074,2	11,9	4,5	324,2	37,4	76,6	2.268,8	1,7	20,0	30.622,2	879,2

Fonte: Supab/Gepri

2.3.3.5 - Fiscalização das Operações de Subvenção Econômica do Prêmio de Seguro Rural

A concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, com base na Lei n.º 10.823, de 19 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto n.º 5.121, de 29 de junho de 2004, tem como objetivo promover a universalização do acesso ao seguro rural e assegurar o papel do seguro como instrumento estabilizador de renda agropecuária, além de induzir o uso de tecnologias adequadas e a modernização da gestão do empreendimento agropecuário.

Mencionado Decreto, em seu Art. 22, estabelece que a fiscalização da aplicação dos recursos subvencionados será exercida pelo Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural-CGSR, que poderá, para tanto, firmar contratos, convênios, parcerias e acordos com órgãos ou entidades de direito público ou privado.

Por seu turno, a Resolução n.º 10, de 25 de abril de 2006, do citado Comitê, estabelece as condições a serem observadas na realização da fiscalização das operações de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, formalizadas em todo o território nacional.

O MAPA ou a Conab poderão, *in loco*, fiscalizar toda e qualquer fase ou aspecto da operação e certificar as informações prestadas pelos beneficiários e pelas seguradoras nas apólices ou certificados de seguro. Essas ações são fundamentais para o aprimoramento do Programa, sobretudo em relação à qualidade e à constatação da veracidade dos dados informados, proporcionando ao MAPA bases para a formulação de políticas públicas relacionadas com o setor.

Mediante Plano de Trabalho elaborado pela Conab, a Secretaria de Política Agrícola-SPA/MAPA descentralizou recursos orçamentários no valor de R\$199.500,00 e financeiros de R\$146.675,12, consignados no Programa **0360 – Gestão da Política Agropecuária** e na **Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa**.

Para a conclusão do Plano de Trabalho 2009/10, as operações tiveram início no mês de março para realização de 40 empreendimentos. Para o Plano de Trabalho 2010/11 ocorreram nos meses de agosto/setembro e novembro/dezembro, respectivamente 01 e 03 empreendimentos.

Na realização das operações foram liquidadas despesas no valor total de R\$146.675,12, totalizando 100,0% dos recursos financeiros descentralizados pela SPA, porém, não houve lançamentos para Sureg-MT.

2.4 – Desempenho Orçamentário e Financeiro

2.4.1 - Execução Orçamentária

A programação orçamentária da Conab é realizada de forma centralizada pela Matriz, em Brasília, a execução é efetuada na Matriz e nas Superintendências Regionais por meio de descentralizações orçamentárias/financeiras quando da realização das diversas ações.

Quadro 045 - Despesas por Modalidade de Contratação

Em R\$

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	861.982,92	0,00	861.982,92	0,00
Concorrência	287.025,32	613.522,06	287.025,32	613.522,06
Pregão	4.668.360,79	6.939.711,20	4.668.360,79	6.939.711,20
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	854.706.362,59	157.009.984,44	854.706.362,59	157.009.984,44
Inexigibilidade	690.612,97	657.482,42	690.612,97	657.482,42
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	86.584,91	84.215,14	86.584,91	84.215,14
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	43.198,92	107.361,63	43.198,92	107.361,63
Diárias	404.679,50	440.610,00	404.679,50	440.610,00
Outros				
Não se Aplica	1.448.521,73	456.219,76	1.448.521,73	456.219,76

Fonte: Siafi

Quanto à modalidade de licitação destacaram-se em 2010 as despesas executadas nas seguintes modalidades:

- Dispensa de Licitação - no valor total de R\$157.009.984,44, sobressaindo-se os custos de aquisição e despesas correlatas de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, no valor total de R\$145.332.046,99, e também a aquisição de produtos agropecuários produzidos por produtores familiares, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, cujo valor de aquisição de despesas correlatas totalizaram R\$9.902.131,42.
- Pregão – no valor total de R\$6.939.711,20, sobressaindo-se as despesas realizadas na recuperação e manutenção da rede armazenadora própria, no valor total de R\$2.409.538,13, e a aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e despesas correlatas, objetivando a distribuição a famílias ou grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Quadro 046 - Demonstrativo da Execução Orçamentária

Em R\$

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesa de Pessoal	2.365.197,93	2.915.777,77	2.365.197,93	2.915.777,77	0,00	0,00	2.114.078,92	2.673.186,18
Outros Benefícios Assistenciais	-	3.718,50	-	3.718,50	-	-	-	3.718,50
Vencimentos e Vantagens Fixas	416.430,48	451.560,62	416.430,48	451.560,62	-	-	376.613,26	416.395,79
Obrigações Patronais	1.905.568,53	2.326.662,21	1.905.568,53	2.326.662,21	-	-	1.694.266,74	2.119.235,45
Depósitos Compulsórios	40.355,16	107.361,63	40.355,16	107.361,63	-	-	40.355,16	107.361,63
Sentenças Judiciais	2.843,76	15.374,98	2.843,76	15.374,98	-	-	2.843,76	15.374,98
Indenizações e Restituições Trabalhistas	-	11.099,83	-	11.099,83	-	-	-	11.099,83
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	11.628.288,64	17.606.081,17	10.098.578,08	16.910.156,05	1.529.710,56	695.925,12	9.335.441,99	16.779.286,20
Diárias	404.679,50	440.610,00	404.679,50	440.610,00	-	-	404.679,50	440.610,00
Material de Consumo	393.737,34	347.825,46	381.475,57	318.091,80	12.261,77	29.733,66	367.333,62	317.963,05
Material de Distribuição Gratuita	5.875.797,95	12.197.829,22	4.889.176,52	11.857.510,00	986.621,43	340.319,22	4.244.018,11	11.792.795,37
Passagens e Despesas com Locomoção	259.701,10	296.015,62	251.169,09	287.920,32	8.532,01	8.095,30	247.559,60	284.190,54
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	217.739,96	211.138,85	217.739,96	193.409,44	-	17.729,41	199.200,40	191.593,39
Locação de Mão-de-Obra	589.914,75	627.591,44	525.020,21	624.381,74	64.894,54	3.209,70	477.703,89	594.045,14
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	3.497.186,77	3.237.837,54	3.049.279,81	2.948.910,88	447.906,96	288.926,66	3.020.385,58	2.919.219,54
Obrigações Tributárias e Contributivas-Op. Intra-Orçamentárias	322.197,56	210.824,29	312.703,71	202.913,12	9.493,85	7.911,17	307.571,81	202.460,42
Indenizações e Restituições	67.333,71	34.170,43	67.333,71	34.170,43	-	-	66.989,48	34.170,43
Sentenças Judiciais	-	2.238,32	-	2.238,32	-	-	-	2.238,32
4 – Investimentos	1.091.410,96	2.467.388,08	249.410,38	22.775,94	842.000,58	2.444.612,14	248.799,94	22.775,94
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	861.982,92	2.399.982,14	24.533,95	-	837.448,97	2.399.982,14	23.923,51	-
Equipamentos e Material Permanente-Op. Intra-Orçamentárias	229.428,04	67.405,94	224.876,43	22.775,94	4.551,61	44.630,00	224.876,43	22.775,94
5 – Inversões Financeira	849.986.552,71	146.128.275,77	808.726.243,85	129.351.912,76	41.260.308,86	16.776.363,01	798.979.965,76	127.286.811,44
Aquisição de Produtos para Revenda	849.986.552,71	146.128.275,77	808.726.243,85	129.351.912,76	41.260.308,86	16.776.363,01	798.979.965,76	127.286.811,44
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	865.071.450,24	169.117.522,79	821.439.430,24	149.200.622,52	43.632.020,00	19.916.900,27	810.678.286,61	146.762.059,76

Em relação ao exercício anterior verificou-se a exclusão da Ação: Ações de Informática, e a inclusão da Ação: Assistência Médica aos Empregados e Servidores-Exames Periódicos, esta não executada em 2009 pois os recursos orçamentários foram descentralizados somente em 15 de dezembro de 2009 e a liberação do limite para movimentação e empenho apenas no dia 18 de dezembro, até então último dia para a elaboração de empenhos.

Quanto às demais ações, as variações nos valores executados, para mais ou menos, decorreram do cumprimento dos compromissos assumidos, do atendimento à demanda de produtores, da manutenção da Companhia e dos produtos em estoque, e do cumprimento às determinações judiciais.

Em 2010, foi empenhado o total de R\$169.117.522,79, com variação, a menor, de 80,45%, em relação ao exercício anterior, conforme detalhamento a seguir:

- Os valores contabilizados em Despesas de Pessoal (Grupo 1) incluem o pagamento dos encargos sociais, o cumprimento das determinações judiciais e demais despesas de pequeno vulto relacionadas a pessoal. Destaca-se o grupo das Obrigações Patronais incluindo, entre outros, o pagamento do INSS, no valor de R\$1.478.633,81, e do FGTS, no valor de R\$507.606,02. A execução orçamentária das demais despesas de pessoal (salários, gratificações, férias, auxílios etc) é processada na Matriz por meio da folha de pagamento. O Grupo representou 1,72% do total empenhado em 2010 com variação, a maior, de 23,28% em relação a 2009.

- As Outras Despesas Correntes (Grupo 3) representaram 10,41% do empenho total, com variação, a maior, de 51,41% em relação ao ano anterior. Destacam-se as despesas referentes à aquisição de produtos para distribuição gratuita, no valor total de R\$12.197.829,22, adquiridas com recursos repassados pelo MDS, MDA e MI (Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e distribuição às famílias e/ou grupos atingidos por desastres naturais ou aqueles em situação de insegurança alimentar e nutricional).

- Os Investimentos (Grupo 4) totalizaram R\$2.467.388,08, representando cerca de 1,46% do total empenhado, com variação, a maior, de 126,07%. São constituídos pelos investimentos realizados na Sede da Regional, com recursos da Ação Gestão e Administração do Programa e nas unidades operacionais, utilizando o orçamento da Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. Em 2010, destacou-se a pavimentação das vias de trânsito e acesso externo da UA-Rondonópolis, no valor de R\$2.399.982,14. Em função da liberação dos limites de empenho das despesas de capital ter ocorrido durante o último trimestre do exercício, grande parte dos valores empenhados neste grupo foi inscrita em Restos a Pagar não Processados.

- No grupo Inversões Financeiras estão contabilizados os valores gastos na formação e manutenção dos estoques públicos, adquiridos por meio da formalização das AGFs e do exercício dos Contratos Públicos de Opção de Venda, e na aquisição de produtos agropecuários de produtores familiares, com recursos repassados pelo MDA. As despesas totalizaram R\$146.128.275,77, com variação, a menor, de 82,81% em relação a 2009.

2.4.2 – Indicadores de desempenho

A cultura de avaliação interna na CONAB vem sendo implantada gradativamente. Para monitorar seu desempenho, a Matriz vem centralizando os dados, informações e indicadores das atividades em avaliação.

Objetivando dar cumprimento às determinações emanadas do TCU e observando as atribuições regimentais da Gerência de Avaliação de Resultados-Gerais, foi resgatado todo o material elaborado no Projeto Empresarial para Implantação de Indicadores de Desempenho e, após avaliação e atualizações necessárias em decorrência das mudanças organizacionais e operacionais, foi iniciado um novo processo de criação de indicadores, em consonância com a metodologia proposta por aquele Tribunal, ou seja, contemplando as cinco dimensões: efetividade, economicidade, eficiência, eficácia e equidade.

Em 2010, foi dada continuidade aos trabalhos de implantação de indicadores das atividades operacionais da Companhia e da Sureg-MT, estando previsto para 2011 a revisão dos indicadores e a atualização das metas e resgate dos indicadores do planejamento estratégico da Conab.

2.4.2.1 - (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				65,42
2008				64,15
2009				99,35
2010	Meta:	100,00	Realizado	102,17

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siasi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				99,87
2008				99,96
2009				99,84
2010	Meta:	100,00	Realizado	93,78

Nome: Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Custo unitário de atendimento médico e odontológico do SAS				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do SAS				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por atendimento				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado Y= n.º de atendimentos no período				
Fonte: X= Siasi Y= Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				970,18
2008				1.157,91
2009				1.079,19
2010	Meta:	1.079,19	Realizado	1.300,02

Foi estabelecida para a SUREG-MT uma meta de 460 atendimentos médicos/odontológicos para utilização do SAS, contudo o número de assistências foi de 470, ou seja, apenas 2,17% acima do previsto. O que se observa é uma variação bem acima da média de inflação do período nos custos por atendimento, passando de R\$1.079,19 em 2009 para R\$1.300,02 em 2010.

2.4.2.2 - (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados -Exames Periódicos

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,61
Análise:				

2.4.2.3 - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício Auxílio-Transporte aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= n.º de empregados atendidos e Y= n.º total de empregados				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte				
Descrição: Percentual de gasto como benefício do Auxílio-Transporte aos empregados ativos				
Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Transporte				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Transporte				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				1.515,11
2008				1.485,02
2009				1.398,07
2010	Meta:	1.007,47	Realizado	1.587,48

Todos os indicadores estabelecidos para esta Ação ficaram dentro de limites aceitáveis e esperados.

2.4.2.4 - (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício de Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= n.º de empregados beneficiados e Y= n.º total de empregados beneficiados previsto				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				94,39
2008				104,35
2009				103,33
2010	Meta:	100,00	Realizado	109,57

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de gastos com o benefício do Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				99,91
2008				98,22
2009				99,93
2010	Meta:	100,00	Realizado	92,54

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Alimentação				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Alimentação				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado beneficiado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi e Y= Sureh/Gebem				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				4.481,21
2008				4.992,68
2009				4.412,32
2010	Meta:	4.412,32	Realizado	6.155,65

A meta física de beneficiar 115 servidores/mês, por meio de 23 créditos no cartão magnético (refeição ou alimentação) de valor unitário de R\$20,00 (ACT 09/11), foi executada em 109,57%, atingindo uma média mensal de 126 empregados.

2.4.2.5 - (2130) - Formação de Estoques Públicos

Nome: Percentual de produtos adquiridos para a Formação de Estoques Públicos				
Descrição: Percentual de produtos adquiridos em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X= quantidade de produto adquirido Y= quantidade de produto previsto				
Fonte: X = Gefoc Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Superintendente da Sugof				
Resultados:				
2007				15,26
2008				50,50
2009				99,34
2010	Meta:	100,00	Resultado:	4,13

Nome: Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X= valor executado Y= valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Superintendente da Sugof				
Resultados:				
2007				14,29
2008				35,48
2009				89,35
2010	Meta:	100,00	Resultado:	35,82

A meta de aquisição é estabelecida tendo-se em conta, basicamente, duas premissas: a de contribuir para a sustentação de renda ao produtor, dentro da política de Garantia de Preços Mínimos, e a de compor/recompor os estoques reguladores do Governo Federal, com foco na eventual necessidade de abastecimento do mercado. Todavia, esta é uma ação que depende muito da conjuntura de mercado de cada cultura (principalmente no que pertine às variações de preços decorrentes de desequilíbrios entre oferta e demanda) e de fatores como estoques oficiais de passagem e disponibilidade de armazéns credenciados. No contexto da conjuntura de mercado, a intervenção do Governo se justificou apenas com o milho, cujos preços se encontravam aviltados, dada a grande oferta do produto advinda de boa safra 2009/2010. Especificamente no caso de Mato Grosso, como o Governo Federal detinha, no Estado, no exercício de 2010, estoque de cerca de 3.000.000 de toneladas de milho, um indicador confortável no contexto do abastecimento que se fizesse necessário na entressafra, e da consequente regulação de preços no âmbito do consumidor, isto aliado à pouca capacidade estática de armazenagem credenciada, a decisão de intervenção (do Governo) privilegiou os escoamentos subvencionados, por meio dos Prêmio para Escoamento de Produto – PEP e Prêmio Equalizador Pago ao Produtor – PEPRO. Estes Instrumentos, além de

garantir o Preço Mínimo, propiciam a desocupação de armazéns, habilitando-os para o recebimento de novas safras, e, também, o abastecimento de zonas não produtoras simultaneamente à colheita neste Estado.

2.4.2.6 - (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.

Nome: Percentual de Fiscalizações Realizadas			
Descrição: Percentual de Fiscalizações realizadas em relação à meta prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= número de fiscalizações realizadas e Y= número de fiscalizações planejadas			
Fonte: X = Sufis e Y = Supor/Gepor			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup			
Resultados:			
2007			-
2008			103,71
2009			126,09
2010	Meta:	100,00	Realizado: 577,00

A principal justificativa para a elevada variação com superação da meta devido a realização de mais três etapas especiais, onde foram visitados 932 armazéns.

No calendário de fiscalização estavam previstas operações em armazéns localizados no âmbito da Sureg-MT nos meses de fevereiro, abril/maio, julho, setembro e novembro/dezembro.

Nome: Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários			
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= valor executado e Y= valor previsto na LOA			
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup			
Resultados:			
2007			99,86
2008			75,58
2009			98,98
2010	Meta:	100,00	Realizado: 83,01

Nome: Índice de Perdas em Armazenagem				
Descrição: Quantidade de perdas de produtos agropecuários apuradas em armazenagem em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a conformidade entre as quantidades de perdas e os índices técnicos estabelecidos				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: Menor que o do ano anterior				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) * 100]$				
Variáveis: X= quantidade de perdas em armazenagem (em t) e Y= quantidade de estoque contábil				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,17
2008				0,71
2009				0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado:	0,08

Nome: Índice de Desvio de Produtos Armazenados				
Descrição: Quantidade de produtos desviados por fiéis depositários em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar o índice de desvios praticados por fiéis depositários				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) * 100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos desviados (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,43
2008				0,24
2009				0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado:	0,10

Nome: Índice de ocorrência de produtos desclassificados				
Descrição: Quantidade de produtos considerados desclassificados em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos considerados como desclassificados				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) * 100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos desclassificados (em t) e Y= quantidade de estoque contábil				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,03
2008				0,08
2009				0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado:	0,02

Nome: Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão			
Descrição: Quantidade de produtos avaliados como abaixo do padrão em relação ao estoque contido			
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos abaixo do padrão			
Tipo: Efetividade			
Unidade de Medida: %			
Meta: 0,00%			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= quantidade de produtos abaixo do padrão (emt) e Y= quantidade de estoque contido			
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerente da Gefis			
Resultados:			
2007			0,03
2008			0,00
2009			0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado: 0,03

Nome: Custo por Fiscalização realizada			
Descrição: Custo unitário por fiscalização realizada			
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos por fiscalização realizada			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por fiscalização realizada			
Meta: Menor que o do exercício anterior			
Fórmula de Cálculo: X/Y			
Variáveis: X= valor executado com despesas correntes (em R\$) e Y= número de fiscalizações realizadas			
Fonte: X = Siaf e Y = Gefis/Sufis			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerente da Gefis			
Resultados:			
2007			-
2008			168,95
2009			111,79
2010	Meta:	111,79	Realizado: 131,05

Nome: Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos			
Descrição: Percentual de Estoques Públicos Fiscalizados			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta operacional			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo programado			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= Quantidade fiscalizada e Y= Quantidade planejada			
Fonte: X = Sufis e Y = Sufis			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerentes da Gefis			
Resultados:			
2007			108,32
2008			62,19
2009			204,69
2010	Meta:	100,00	Realizado: 102,28

Pelos resultados apurados verifica-se que a atividade foi desenvolvida dentro das expectativas traçadas para o exercício de 2010. No que diz respeito ao número de fiscalizações realizadas (1.154), cujo resultado superou a meta em 477%, deve-se também ao fato de que os estoques durante todo o ano de 2010 permaneceram elevados e distribuídos em grande quantidade de armazéns de terceiros e à fiscalização sobre os instrumentos de apoio à comercialização. A ocorrência de movimentações de estoques entre as regiões norte e sul do Estado de modo a atender às solicitações dos armazenadores e às necessidades dos produtores quando da colheita da safra 2009/2010 (abertura de espaço e logística dos estoques), também acabou gerando um aumento de armazéns com estoque e consequente aumento na quantidade de unidades para fiscalizar.

Vale esclarecer que em 2010 houve aumento nas despesas lançadas na Sureg-MT em decorrência do menor número de fiscais de outras regionais na execução da atividade e aumento de fiscais lotados na própria Sureg.

2.4.2.7 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

Nome: Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas				
produtos agropecuários				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Maior ou igual a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X = Unidades armazenadoras atendidas e Y = Número de unidades previstas				
Fonte: X = Gerap e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2007				200,00
2008				60,00
2009				100,00
2010	Meta:	100,00	Realizado	166,67

Nome: Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria	
Descrição: Percentual de execução financeira em relação à meta estabelecida na LOA	
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA	
Tipo: Eficácia	
Unidade de Medida: %	
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA	
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$	
Variáveis: X = Valor executado e Y = Valor previsto	
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor	
Base geográfica: UF e Brasil	
Periodicidade: Mensal	
Responsável: Gerente da Gerap	
Resultados:	
2007	96,86
2008	87,87
2009	98,61

Na Rede Armazenadora Própria sob a jurisdição da Sureg-MT estão em operação cinco unidades armazenadoras, compostas por 21 armazéns, com projetos previstos para realização de obras/aquisições em todas elas. Vários projetos foram elaborados e enviados para apreciação pelo órgão responsável na Matriz.

Desta forma, os indicadores demonstram que as metas foram alcançadas mas, as necessidades das unidades não foram plenamente atendidas porque são antigas e necessitam de manutenção e modernização.

2.4.2.8 - (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

Nome: Atendimento da Demanda de Capacitação			
Descrição: Percentual dos empregados treinados previstos na LOA			
Objetivo: Acompanhar a implementação das atividades de treinamento prevista no Plano de Capacitação			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$			
Variáveis: X = n.º de empregados treinados e Y = número de treinandos previsto			
Fonte: X= Sureh/Gecap e Y=Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecap			
Resultados:			
2007			72,22
2008			43,10
2009			190,91
2010	Meta:	100,00	Realizado 44,10

Nome: Percentual da Execução Financeira com Capacitação				
Descrição: Percentual dos gastos com a ação de capacitação dos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siaf e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				97,60
2008				90,16
2009				96,81
2010	Meta:	100,00	Realizado	88,05

Nome: Custo por Empregado Capacitado				
Descrição: Custo por empregado capacitado				
Objetivo: Apurar o valor investido por empregado capacitado				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: R\$ por empregado capacitado				
Meta: Menor que o obtido no exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: X/Y				
Variáveis: X = valor executado e Y = quantidade de empregados capacitados				
Fonte: X = Siafi e Y = Sureh/Gecap				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				585,58
2008				316,97
2009				276,59
2010	Meta:	276,59	Realizado	496,06

Foi estabelecida para a SUREG-MT meta de capacitação de empregados devendo atingir o número de 161 treinandos. Durante o exercício foi atingido 44% desta previsão, uma vez que se alcançaram apenas 71 treinandos.

2.4.2.9 - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

Nome: Percentual de Armazéns Cadastrados			
Descrição: Percentual de armazéns cadastrados no Sistema de Cadastro de Armazéns (SICARM) em relação ao programado na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X = n.º de unidades armazenadoras cadastradas Y= total de unidades armazenadoras programadas			
Fonte: X= Suarm/Gecad Y=Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecad			
Resultados:			
2007			22,90
2008			-
2009			123,45
2010	Meta:	0,00	Realizado

Nome: Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns			
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecad			
Resultados:			
2007			99,65
2008			90,46
2009			50,13
2010	Meta:	100	Realizado

Nome: Custo por Unidade Cadastrada			
Descrição: Custo unitário por unidade cadastrada			
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de cadastramento de unidades armazenadoras			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por cadastramento			
Meta:			
Fórmula de Cálculo: (X/Y)			
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de cadastramentos			
Fonte: X= Siafi e Y=Gecad/Suarm			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecad			
Resultados:			
2007			56,57
2008			50,25
2009			23,71
2010	Meta:	-	Realizado

leilões de PEP, durante 2010 a demanda para cadastramento de novas unidades armazenadoras foi elevada, tendo em conta a exigência de que o produto para ser amparado pela subvenção deve estar armazenado em unidade devidamente cadastrada na Conab.

No âmbito da Sureg-MT, a execução financeira ocorreu com despesas de cadastramento/recadastramento de 239 unidades armazenadoras referente a novos cadastros de unidades armazenadoras ou solicitações de revisões e alterações nas capacidades estáticas dos armazéns para apoio aos instrumentos de comercialização (PEP e PEPRO). Quando da elaboração do censo de armazenagem, os roteiros são elaborados de forma a maximizar o custo/benefício das operações, mas, em 2010, foram realizados apenas cadastramentos a pedido dos armazenadores ou credenciamento para aumento da capacidade, gerando aumento das despesas e, consequentemente do custo por unidades cadastrada.

2.4.2.10 - (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

Nome: Percentual de Execução Financeira na Geração e Difusão da Informações Agropecuárias				
Descrição: Percentual de execução financeira com relação ao previsto na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = Valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geint				
Resultados:				
2008				19,08
2009				85,63
2010	Meta:	100,00	Realizado	53,39

Atividades desenvolvidas: viagens para pesquisa de preços de máquinas, implementos e insumos agrícolas para cálculo dos custos de produção. Atividade totalmente planejada e coordenada pela Matriz.

2.4.2.11 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Nome: Percentual de Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de pesquisa de safras em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Igual ou superior a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X = número de pesquisas realizadas e Y = número de pesquisas previstas				
Fonte: X e Y = Suinf/Geasa				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				150,00
2008				100,00
2009				100,00
2010	Meta:	100,00	Realizado	100,00

Nome: Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de gastos com pesquisa de safras				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				97,30
2008				65,16
2009				70,24
2010	Meta:	100,00	Realizado	98,25

A quantidade de pesquisas prevista para ser realizada na área sob jurisdição da Sureg-MT ocorreu dentro do planejado. Observou-se pequena variação no valor liquidado, ainda assim, alcançou-se o resultado esperado dentro do gasto previsto.

2.4.2.12 - (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

Nome: Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais				
Descrição: Percentual de gastos com sentenças e débitos judiciais				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Superintendente da Sumaj				
Resultados:				
2007				97,83
2008				86,83
2009				77,19
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,19

As sentenças judiciais com trânsito em julgado foram cumpridas em 99,19% da programação de R\$ 126.000,00, com valor de liquidação de R\$124.974,93. Desta forma, ficou dentro do resultado esperado pelo indicador.

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não houve ocorrências no período.

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 047 - Demonstrativo de Restos a Pagar por Ano de Inscrição no SIAFI - 2009

RP PROCESSADOS 2009				
UG	INSCRITO 29.521.01.01	PAGO 29.521.02.01	CANC.	A PAGAR 29.521.01.01
135209	177.810,61	177.810,61	0,00	0,00
135214	211,50	211,50	0,00	0,00
135215	6.114,46	5.514,46	0,00	600,00
135216	7.561,94	6.561,94	0,00	1.000,00
135218	5.623,83	5.623,83	0,00	0,00
135224	5.344,15	5.344,15	0,00	0,00
135446	6.046,53	5.646,53	0,00	400,00
135043	505.271,89	505.271,89	0,00	0,00
135210	0,00	0,00	0,00	0,00
135211	11.017,31	0,00	0,00	11.017,31
135539	82.298,18	82.298,18	0,00	0,00
TOTAL	807.300,40	794.283,09	0,00	13.017,31

Quadro 048 - Demonstrativo de Restos a Pagar por Ano de Inscrição no SIAFI - 2010

RP PROCESSADOS 2010				RP NÃO PROCESSADOS 2010			
INSCRITO 29.521.01.01	PAGO 29.521.02.01	CANCELADO	A PAGAR 29.521.01.01	INSCRITO 29.511.0100	PAGO 29.511.0300	CANCELADO 19.514.0200	A PAGAR 29.511.0100 29.511.0200
62.257,29	62.257,29	0,00	0,00	123.543,71	94.187,06	29.356,65	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8.442,10	7.842,10	0,00	600,00	102.157,09	98.076,42	4.080,67	0,00
8.847,63	784.763,00	0,00	1.000,00	191.593,87	188.618,00	2.975,87	0,00
18.440,98	18.431,07	0,00	9,91	102.689,09	57.575,29	44.566,84	546,96
11.715,03	11.715,03	0,00	0,00	364.243,56	283.615,69	627,87	80.000,00
11.815,98	11.071,75	0,00	744,23	464.406,40	411.975,53	1.047,33	51.383,54
594.126,13	594.126,13	0,00	0,00	25.896.558,15	20.855.520,66	5.041.037,49	0,00
106.808,73	106.808,73	0,00	0,00	886.109,17	860.877,98	25.231,19	0,00
9.012.169,97	9.001.107,14	618,00	11.680,83	15.313.750,71	11.830.265,19	3.483.485,52	0,00
689.627,71	689.627,71	0,00	0,00	186.968,25	128.084,48	58.883,77	0,00
10.524.251,55	11.287.749,95	618,00	14.034,97	43.632.020,00	34.808.796,30	8.691.293,20	131.930,50

5. Informações sobre Recursos Humanos

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados celetistas, contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de funcionários terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento, que do quadro de pessoal 2.480 vagas estão destinadas a recepcionar os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, a quais deverão ser extintas à medida que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada por Regional.

No fim do exercício, a Sureg-MT contava com 127 empregados, sendo 109 em efetivo exercício na Regional e 18 cedidos a outros órgãos públicos ou em licença não remunerada, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 049 – Composição do Quadro de Recursos Humanos

Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Lotação Autorizada	Lotação Efetiva(1)		
1 Provimento de cargo efetivo	0	127	0	2
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	0	82	0	2
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	82	-	2
1.2.2 Servidor de Carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	18	0	0
1.4.1 Cedidos	-	14	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença Remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	4	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0
2.2.1 Servidor de Carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas	0	27	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	27	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
Total	0	127	0	2

Fonte: Sumoc/Gecav

(1) Não inclui 2 pensões vitalícias

Do quadro de empregados 60 apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 46,51% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluídos os concursados cujas admissões ocorreram mais recentemente.

**Quadro 050 - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual
Situação Apurada em 31/12/2010**

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	Sureg-MT		Variação
	31/12/09	31/12/10	
Contrato Padrão	67	67	-
Reintegrado (Transitado)	-	-	-
Reintegrado Liminar	-	-	-
Anistiado (Transitado)	-	-	-
Anistiado (Liminar)	-	-	-
Anistiado (Lei 8878/94)	62	60	(2)
Outros (Pensão vitalícia)	2	2	-
Total	131	129	(2)

Fonte: Conab/Dirad/Sureh

A faixa etária entre 41 a 50 anos apresenta concentração de 44,19% do número de empregados, seguida pela faixa entre 51 a 60 anos com 37,21%, conforme detalhado no quadro a seguir.

**Quadro 051 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária
Situação Apurada em 31/12/2010**

Tipologias do Cargo	Faixa Etária					Total
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60	
1. Provimento de cargo efetivo	2	9	57	46	13	127
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	0
1.2 Servidores de Carreira	1	4	36	32	9	82
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	1	1	6	6	4	18
2. Provimento de cargo em Comissão	0	0	0	0	0	0
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	0
2.3 Funções Gratificadas	-	4	15	8	-	27
3. Outros	0	0	0	0	0	0
3.1 Pensão Judicial – Vitalícia	-	-	-	2	-	2
4. Total	2	9	57	46	13	127

Fonte: Sutin

Do quadro de empregados apenas 33,07% possuem curso superior com especialização/doutorado ou não, conforme detalhado no quadro a seguir.

**Quadro 052 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade
Situação Apurada em 31/12/2010**

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade (1)										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1. Proveniente de cargo efetivo	1	13	8	12	54	27	11	1	0	0	127
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1.2 Servidores de Carreira	1	10	7	10	36	14	4				82
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	3	1	1	7	3	2	1	-	-	18
2. Proveniente de cargo em Comissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
2.3 Funções Gratificadas	-	-	-	1	11	10	5	-	-	-	27
3. Total	1	13	8	12	54	27	11	1	0	0	127

LEGENDA: Nível de Escolaridade 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior; 7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado; 10-Não Classificada

Fonte: Sumoc/Gecap

Obs.: Não inclui 2 pensões vitalícias

Além dos empregados efetivos, a Regional contava com 29 estagiários de nível superior, com custo anual de R\$191.236,74 (salário mais auxílio transporte).

**Quadro 053 – Composição do Quadro de Estagiários
Situação Apurada em 31/12/2010**

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Vagas Aprobadas	Quantitativo de vagas preenchidas em Dez/2010	Custo do Exercício (em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre			
Nível Superior	25	27	28	29	29	29	191.236,74
Área Fim	9	12	12	13			
Área Meio	16	15	16	16			
Nível Médio	0	0	0	0			
Área Fim	-	-	-	-			
Área Meio	-	-	-	-			
Total	25	27	28	29	29	29	191.236,74

Fonte: Sureh/Gepes

Com referência ao Quadro de Custos de Recursos Humanos, o sistema de folha de pagamentos utilizados pela Conab em sua arquitetura não foi prevista a segregação de informações na forma solicitada pelo Tribunal de Contas da União, ou seja, não foi possível retirar do grupo de servidores de carreira os valores referentes aos empregados ocupantes de funções gratificadas. Os ajustes necessários serão providenciados no decorrer do exercício de 2011.

Quadro 056 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante																
Nome: SUREG/MT																
UG/Gestão: 135209										CNPJ: 26.461.699/0003-42						
Informações sobre os contratos																
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		P	C	
01/02/10			BRAÇAGEM	03.514.206/0001-28	16/08/10	15/08/11										
01/07/08			ADVOCAT.	07.473.009/0001-69	30/12/08	29/12/09										
Observação: NÃO EXISTE NUMEROS FIXOS DE TRABALHADORES																
Legenda:																
Área:																
1 – Apoio Administrativo, Técnico e Operacional;																
2 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;																
3 – Serviços de Copa e Cozinha;																
4 – Manutenção e Conservação de Bens Móveis;																
5 – Serviços de Brigada de Incêndio;																
6 – Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;																
7 – Outras.																
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.																
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.																
Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado																
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada																
Fonte:																

5.1 - Análise Crítica sobre a Composição dos Recursos humanos

O processo de criação da Conab, decorrente da fusão de três empresas públicas, em 1990, se deu de forma intempestiva e sem planejamento e, em um cenário direcionado para a redução de funções públicas, o que acabou gerando um número expressivo de demissões à época. Nesse contexto, herdou um quadro de empregados bastante heterogêneo, baseado em culturas e direitos trabalhistas distintos.

A redução das atividades operacionais, paralelamente à contínua redução do corpo de empregados, somada a períodos de descontinuidade administrativa, impossibilitaram o planejamento de médio e longo prazos, acarretando falta de objetividade nas ações desenvolvidas.

Nesse ambiente, a Companhia implementou, entre 1994 e 2002, sete programas de demissões voluntárias e incentivadas, que resultaram na demissão de 2.866 empregados.

Desta forma, ao final de 2002 a Conab contava com 2.500 empregados, administrando um estoque público de 461.702 toneladas de produtos, com o suporte de 49 unidades armazenadoras estratégicas e com uma atuação mais restrita no âmbito dos programas sociais.

Em 2003 a Conab foi incluída na operacionalização do Fome Zero, passando a implementar também o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e a intensificar a distribuição de cestas de alimentos às populações atingidas por desastres ou a grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional. Programas próprios foram incrementados, como o Vendas em Balcão, acrescidos de novos, como a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-Refap e o Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort que, agregando-se aos já existentes, imprimiram maior dinamismo às competências atribuídas à Companhia desde o processo de fusão.

A reafirmação da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, atividade da maior relevância para o cumprimento da missão institucional da Companhia, ampliou o atendimento aos produtores rurais de forma significativa, mantendo em 2010 um estoque de 7,1 milhões de toneladas de produtos agrícolas, demandando a administração de uma rede armazenadora composta atualmente por 177 armazéns, com capacidade estática para o armazenamento de 2,0 milhões de toneladas de produtos. A PGPM demanda, ainda, a operacionalização de instrumentos de incentivo à comercialização de produtos agropecuários, tais como o PEP e PEPRO que resultaram, neste ano, no escoamento de aproximadamente 15,0 milhões de toneladas de diversos produtos para áreas consumidoras ou para a exportação.

O incremento dessas atividades criou gargalos provocados pelo reduzido número de empregados, principalmente daqueles lotados nas Superintendências Regionais, levando a Companhia a buscar a alternativa de seleção pública para a contratação de novos empregados, em face da necessidade de complementação do quadro, de forma sobretudo qualitativa. Os dois concursos públicos, realizados em 2005 e 2006, e direcionados a candidatos com formação superior, reservou maior número de vagas para Engenheiros Agrônomos/Agrícolas, visando suprir as lacunas existentes em áreas técnico-operacionais, principalmente nas Superintendências Regionais. Foram admitidos, a partir desse período, 446 concursados.

No entanto, os baixos salários dos novos empregados, contratados nas faixas iniciais da carreira, como definido em edital e em razão do plano de cargos vigente, tornaram-se motivo de não retenção desses concursados, daí decorrendo um número significativo de demissionários. Do total de concursados contratados restaram 307 empregados ao final de 2010, correspondendo a 31,2% de desligamentos, em sua maioria por insatisfação salarial.

Por outro lado, ao longo dos anos e por determinação judicial, a Companhia vem readmitindo ou reintegrando parte do contingente de empregados demitidos no período pós fusão, inclusive com base na lei de anistia. E, em que pese a existência da Lei n.º 8.878, de 11/05/94, foi somente com a publicação da Portaria n.º 278/01 que efetivamente se deu início ao retorno, em 2004, dos empregados anistiados. O Decreto n.º 6.077, de 2007, intensificou o processo, permitindo o retorno, até o momento, de 1.610 empregados, em cumprimento a esses instrumentos legais. Ao final do exercício de 2010, cerca de 54,2% do quadro funcional compõe-se de empregados que retornaram à Companhia em decorrência dos eventos citados.

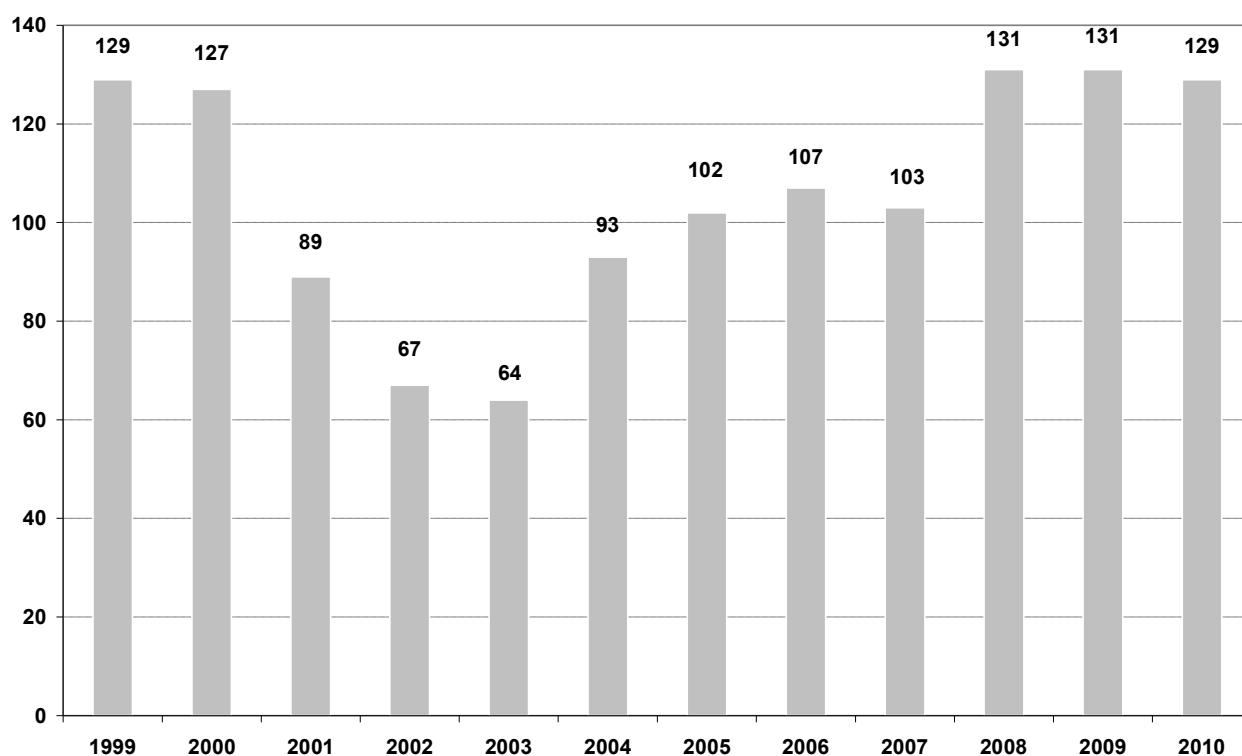
Conforme a Portaria n.º 21/2009, do DEST, a Conab está autorizada a gerenciar seu quadro de pessoal próprio, praticando atos de gestão para repor empregados desligados ou que vierem a se desligar do quadro funcional, desde que sejam observados o limite estabelecido e as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Considerando o limite máximo para o quadro de pessoal próprio da Conab, fixado pelo DEST em 5.076 empregados para o ano de 2010, estando aí incluídas 2.480 vagas destinadas a

recepcionar os readmitidos sob a condição de anistiados, este grupo tende a ser ampliado no próximo exercício.

Como parte integrante da Conab, a Sureg-MT apresenta situação idêntica. A figura a seguir mostra a evolução do seu quadro de empregados, na qual se verifica forte redução até o exercício de 2003 e gradualmente a recomposição numérica do quadro.

Figura III - Evolução do Número de Empregados



O retorno dos anistiados reduziu o gargalo gerado pelo reduzido número de empregados, atuando em diversas áreas da Companhia e participando na realização de todas as operações. Mas, em determinados setores, principalmente nas áreas de engenharia, agronomia, contabilidade e de tecnologia da informação, persiste a falta de empregados especializados, causando dificuldades e atrasos na execução de ações, principalmente no segmento operacional.

Na Sureg-MT existe a perspectiva de saída de parte significativa da força de trabalho por motivo de aposentadoria, pois 46,51% do número de empregados tem idade superior a 51 anos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 057 – Faixa Etária X Tempo de Trabalho

		Tempo de Serviço									Total
		0 a 5	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 25	26 a 30	31 a 35	35 a 40	Mais de 40	
Faixa Etária	20 a 25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	26 a 30	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
	31 a 35	4	-	-	-	-	-	-	-	-	4
	36 a 40	4	-	-	-	1	-	-	-	-	5
	41 a 45	9	8	-	-	4	2	-	-	-	23
	46 a 50	10	5	-	-	9	11	-	-	-	35
	51 a 55	5	8	-	-	5	8	6	-	-	32
	56 a 60	4	4	-	-	1	1	2	2	-	14
	61 a 65	5	2	-	-	-	1	-	-	-	8
	66 a 70	2	1	-	-	-	1	-	-	-	4
	Mais de 70	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Total		45	30	0	0	20	24	8	2	0	129

Fonte: Sureh

Considerando o limite imposto pelo DEST, a Conab identificou a necessidade de preenchimento das 154 vagas existentes, por meio da realização de concurso público ainda em 2011. Serão priorizadas as áreas da Matriz, principalmente a de Tecnologia da Informação, com 75 vagas, pois atualmente esta área conta com número elevado de mão de obra terceirizada, contratada por meio do PNUD.

A terceirização de mão de obra na Conab não apresenta impactos diretos sobre sua produtividade, pois acontece apenas em tarefas não finalísticas. Os efeitos são indiretos, principalmente no que diz respeito à complementação da capacidade da organização de produzir aplicativos de informática apropriados ao atendimento dos processos de trabalho. A permanência deste grupo é considerado de fundamental importância devido ao pequeno número de empregados especializados, decorrente da incapacidade de retenção de mão de obra em exercícios anteriores devido aos salários oferecidos serem inferiores àqueles praticados no mercado. Além da área de Tecnologia da Informação, a terceirização está presente nos serviços de limpeza, conservação, vigilância e braçagem.

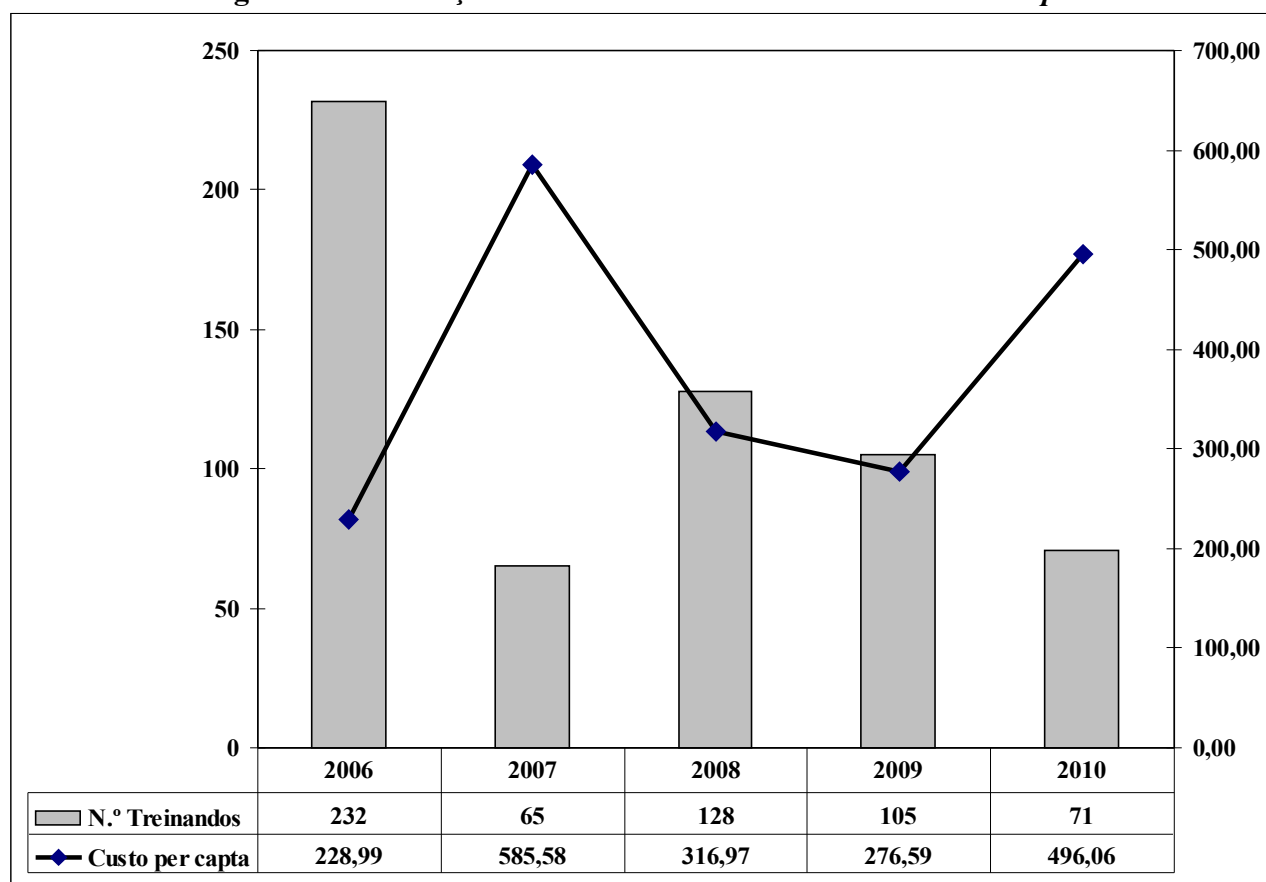
Atualmente, os ingressos no quadro de pessoal ocorrem somente pelo retorno de ex-empregados, seja por decisão judicial ou pela Lei de Anistia, ou, então, por meio de contratos especiais nas funções de diretores, assessores ou conselheiros, sem vínculo empregatício. No outro sentido, a redução ocorre pela rescisão dos contratos especiais, pela solicitação de demissão sem justa causa e por falecimento do empregado.

Em 2009, foi aprovado o novo Plano de Cargos, Carreira e Salários da Conab (PCCS-2009) com implantação a partir do mês de janeiro de 2010. A adesão dos empregados ao novo plano implica em renúncia aos benefícios e vantagens previstas no PCCS-91e do correlato Regulamento de Pessoal, podendo ser realizada em qualquer tempo, com efeito a partir da data de adesão. Até o fim do exercício 57 empregados (44,2% do quadro de pessoal) aderiram ao novo Plano.

Para a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços prestados ao governo e à sociedade tem se buscado a melhoria dos níveis de educação e formação do corpo funcional. Neste sentido, são oferecidos cursos em áreas de interesse da Companhia a todos os empregados e, também, incentivos, sob a forma de pecúnia ou por meio da concessão de facilidades (redução da jornada de trabalho, permissão para falta em dias de provas etc) ao retorno aos estudos, em cursos de 3.º grau, especialização, pós-graduação, mestrado e doutorado. Oferece ainda, cursos de 1.º e 2.º graus para empregados e terceirizados, ministrados preferencialmente por empregados, e cursos de idiomas (inglês e espanhol).

Verifica-se em 2010 redução de 32,38% no número de treinandos com crescimento de 79,355% no custo per capta. Nos exercícios passados houve maior demanda de cursos na área de informática devido a mudanças adotadas pela Companhia nos softwares de trabalho e para treinamento de novos empregados, e, também, em eventos destinados à melhoria no relacionamento pessoal, com participação de todos os empregados. Atualmente, grande parte dos eventos estão relacionados à área operacional com cursos realizados fora da área de trabalho dos treinandos, demandando maiores custos com diárias e despesas com passagens.

Figura IV – Evolução do N.º de Treinandos e do Custo *Per Capta*

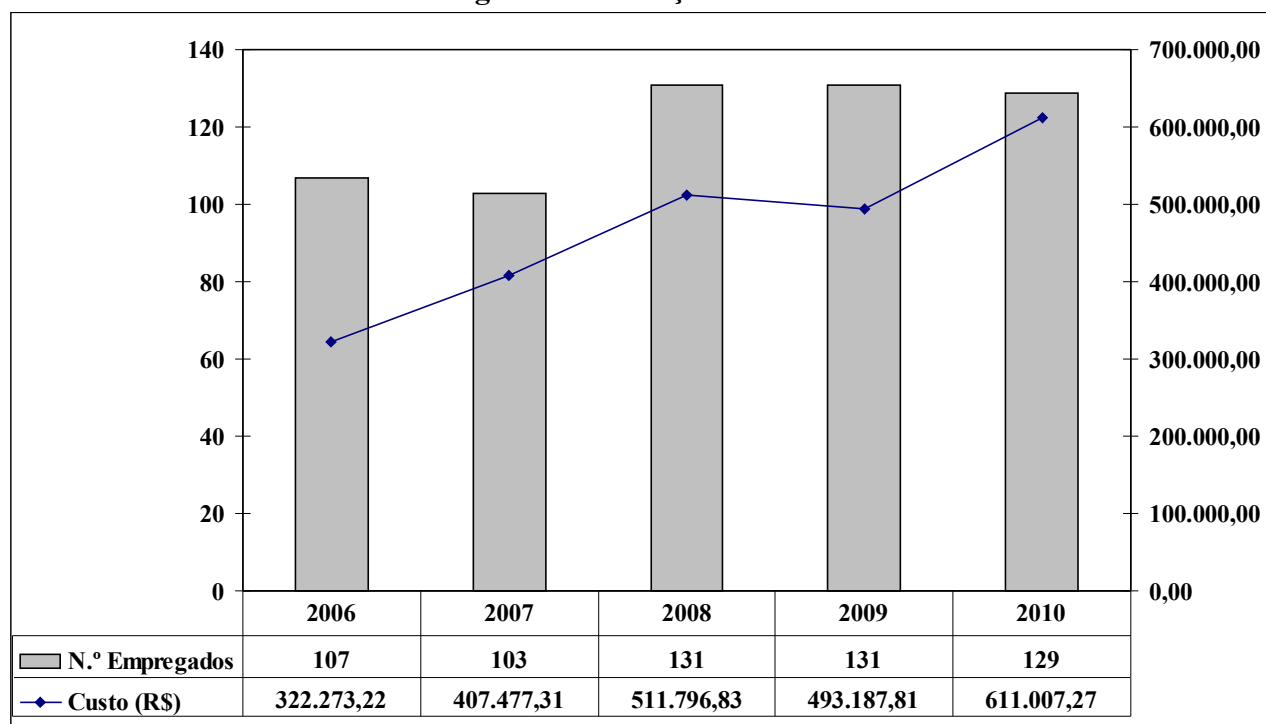


Fonte: Sumoc/Gecap e Siafi

A Companhia considera de fundamental importância, também, a manutenção da saúde física e mental do quadro de empregados. Para tanto, oferece um plano de assistência médica, odontológica e psicológica de auto gestão, não implicando em pagamentos mensais mas em participação nas despesas de acordo com o nível salarial. Além deste, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional-PCMSO inclui a realização de exames periódicos anuais gratuitos e de caráter obrigatório, a todo o corpo funcional e campanhas de vacinação antigripal. Com relação ao ambiente de trabalho, é realizado em todos os setores da Companhia o Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho-LTCAT, com identificação e caracterização de todos os agentes de riscos ocupacionais. Em decorrência, não houve registro de acidentes de trabalho em 2010.

O aumento das despesas médicas tem como principal causa o aumento da faixa etária dos empregados, com maior procura pelos serviços oferecidos pela rede credenciada e, também, pela utilização de procedimentos mais onerosos.

Figura V – Serviços de Saúde

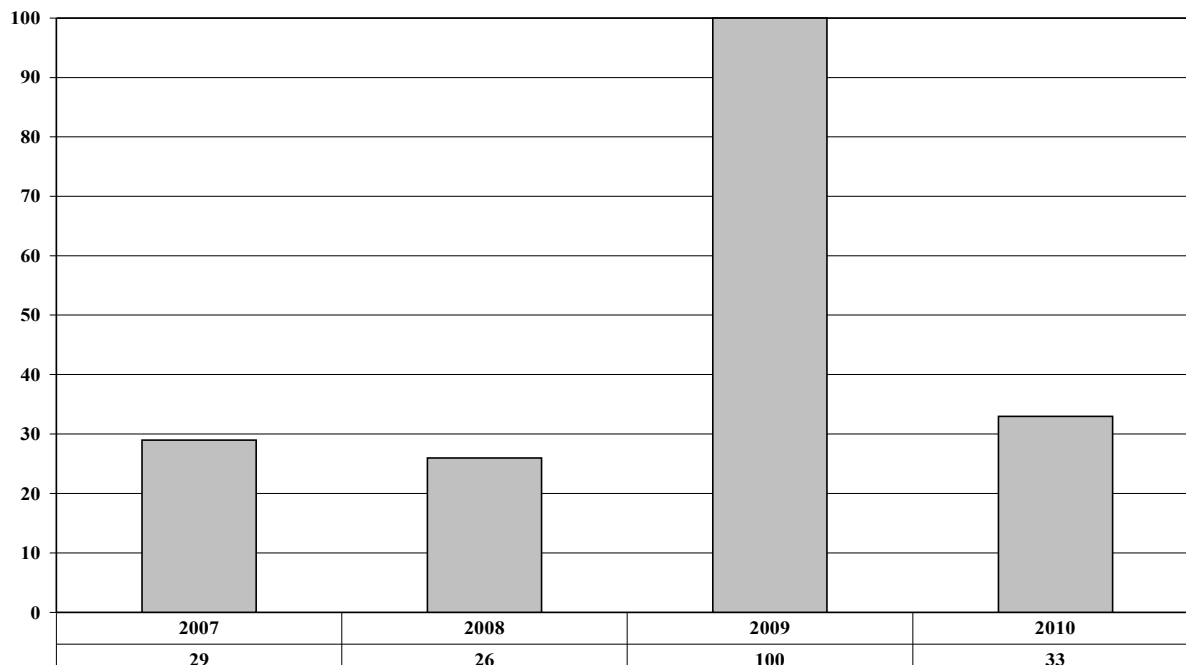


Fonte: Sureh/Gebem e Siafi

De forma complementar, a Companhia vem elaborando o Perfil Profissiográfico Previdenciário contendo todas as informações relativas à saúde dos empregados, desde as atividades que executam, os agentes nocivos aos quais estão expostos, a intensidade e a concentração desses agentes, os exames médicos clínicos realizados etc.

O retorno dos anistiados, a implantação de novo PCCS, e a não adoção de um sistema de avaliação funcional pela empresa, tem resultado em aumento de demandas relacionadas à justiça trabalhista em quase toda a Conab, principalmente pela busca de isonomia de benefícios e direitos.. Em 2009 foi registrado aumento de 284,62% no número de processos em trâmite em que a Companhia figurava como agente passivo, e, em 2010, redução de 67,0% sobre a quantidade existente no exercício anterior.

Figura VI – Evolução das Demandas Trabalhistas



Fonte: Proge/ Sumaj

Os critérios de classificação quanto aos riscos adotados pela Companhia podem sofrer alterações de acordo com o andamento dos processos nas diversas instâncias. O quadro a seguir apresenta de forma detalhada a situação por Sureg/Matriz e pelo nível de risco.

Quadro 058 - Demandas Trabalhistas, por Sureg e Risco

Sureg	Classificação de Risco								Total	
	Praticamente Certo		Prováveis		Risco Possível		Risco Remoto			
	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor
AL	1	150.000,00	6	1.817.000,00	3	410.000,00	14	700.000,00	24	3.077.000,00
AM	-	-	5	60.512,64	75	36.504.103,15	4	60.592,00	84	36.625.207,79
BA	4	500.386,71	9	971.181,54	67	2.768.698,07	108	3.173.005,58	188	7.413.271,90
CE	16	3.965.258,98	31	4.608.184,18	491	27.035.787,50	90	4.864.800,00	628	40.474.030,66
Matriz	15	935.200,67	31	1.008.354,37	182	3.507.023,49	606	3.008.392,24	834	8.458.970,77
ES	14	1.363.478,30	9	446.549,61	6	91.701,00	12	270.265,88	41	2.171.994,79
GO	-	-	1	20.000,00	3	184.588,22	10	391.498,18	14	596.086,40
MA	109	2.530.727,96	90	1.330.687,03	97	1.409.244,67	115	4.427.123,07	411	9.697.782,73
MT	-	-	3	44.938,79	17	667.627,72	13	428.980,05	33	1.141.546,56
MS	-	-	-	-	31	623,05	1	4.231.597,70	32	4.232.220,75
MG	-	-	15	854.500,00	42	5.973.000,00	-	-	57	6.827.500,00
PA	24	2.929.785,82	3	93.511,32	2	85.214,28	-	-	29	3.108.511,42
PB	-	-	60	1.721.819,39	25	778.000,00	6	118.820,81	91	2.618.640,20
PR	21	1.090.169,21	24	1.365.500,00	9	310.000,00	22	20.000,00	76	2.785.669,21
PE	12	415.000,00	60	5.167.000,00	22	768.000,00	100	45.000,00	194	6.395.000,00
PI	-	-	25	5.516.239,00	219	6.487.066,05	43	907.500,00	287	12.910.805,05
RJ	-	-	1	5.158,75	40	3.020.547,47	30	735.378,61	71	3.761.084,83
RN	9	611.853,70	125	7.167.839,19	100	6.407.055,60	12	644.767,60	246	14.831.516,09
RS	8	2.297.578,05	-	-	42	3.029.000,00	129	9.562.000,00	179	14.888.578,05
RO	1	4.500,00	17	1.084.000,00	3	126.000,00	10	286.000,00	31	1.500.500,00
SC	-	-	39	2.544.519,87	3	85.000,00	2	15.191,01	44	2.644.710,88
SP	4	718.780,89	20	15.155.000,00	13	4.340.000,00	1	22.000,00	38	20.235.780,89
TO	-	-	2	100.000,00	-	-	2	668.728,71	4	768.728,71
-	-	-	1	33.129,60	11	3.304.896,00	1	50.000,00	13	3.388.025,60
Total	238	17.512.720,29	577	51.115.625,28	1.503	107.293.176,27	1.331	34.631.641,44	3.649	210.553.163,28

Fonte: Proge



A Conab ainda não desenvolveu indicadores gerenciais para a área de recursos humanos, estando previsto para 2011 a realização de um treinamento sobre a construção de indicadores e, a partir de então, dar início aos trabalhos envolvendo a Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Resultados-Geare, a Superintendência de Recursos Humanos-Sureh e a Superintendência de Modernização e Capacitação-Sumoc.

6. Informações sobre transferências

As transferências de recursos orçamentários/financeiros foram recebidos pela UG 135100 e executados na Sureg por meio de descentralização orçamentária/financeira da Matriz, para desenvolvimento das seguintes ações.

6.1 - Acompanhamento da Safra Brasileira de Cana de Açúcar

A Conab, em um programa de cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, realizou durante os dias 29 de novembro a 12 de dezembro de 2010, o terceiro levantamento da safra 2010/11 de cana de açúcar.

Nesta etapa, as visitas atingiram praticamente todas as unidades de produção sucroalcooleira. O objetivo do levantamento é consolidar os números finais da safra na região centro-sul e indicar o desenvolvimento da safra nas regiões norte e nordeste.

De acordo com a metodologia da Conab, os dados são obtidos diretamente dos informantes das próprias unidades de produção, através de questionários aplicados pelos técnicos da Companhia. As informações geradas neste relatório, além de serem oriundas de fontes primárias, são analisadas criticamente por unidade produtora e consolidadas em nível de Unidade de Federação.

A lavoura de cana de açúcar continua em expansão no Brasil. O levantamento indica aumento de área em todas as regiões, destacando os Estados da Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e Tocantins. Lembrando também que novas usinas entraram em funcionamento nesta safra sendo 3 em Minas Gerais, 2 em São Paulo e Goiás, 1 em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro.

A estiagem prolongada na região centro-sul e a má distribuição das chuvas na região norte e nordeste explicam a redução, no geral, da produtividade. Por outro lado, o comportamento do clima favoreceu as operações de colheita, aumentou a concentração da sacarose na cana, mas prejudicou o terço final do desenvolvimento dos canaviais colhidos nesta safra.

Importante citar que as condições climáticas adversas, observadas no decorrer de 2010, poderão afetar a produtividade na próxima safra (2011/12), uma vez que a estiagem tende a dificultar o processo de desenvolvimento da lavoura.

A previsão do total de cana que será moída na safra 2010/11 é de 624.991 mil toneladas, com incremento de 3,4% em relação à safra 2009/10, o que significa que haverá 20.477 mil toneladas a mais para moagem nesta safra.

A região centro-oeste teve a produção reduzida em 1,5% em sua matéria prima.

Quadro 059 - Demonstrativo da Produção de Cana de Açúcar

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra09/10	Safra 10/11	VAR. %	Safra09/10	Safra 10/11	VAR. %	Safra09/10	Safra 10/11	VAR. %
MT	203,0	207,1	2,02	69.190	66.804	(3,45)	14.045,6	13.835,1	(1,50)
BRASIL	7.409,6	8.033,6	8,42	81.585	77.797	(4,64)	604.513,7	624.991,0	3,39
Participação da Sureg	2,74%	2,58%	-	84,81%	85,87%	-	2,32%	2,21%	-

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

Do total da cana esmagada, 288.715,1 mil toneladas (46,2%) foram destinadas à produção de açúcar e 336.275,9 mil toneladas destinadas à produção de etanol.

Quadro 060 - Demonstrativo da Produção de Açúcar

Regiões/UF	INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA		
	TOTAL	AÇÚCAR	ÁLCOOL
MT	13.835,1	3.402,1	10.433,0
BRASIL	624.991,0	288.715,1	336.275,9
Participação da Sureg	2,21%	1,18%	3,10%

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

Para o açúcar, a previsão é de crescimento, passando de 33.074,7 mil toneladas na safra passada para 38.675,6 mil toneladas na nova temporada, significando um aumento de 16,9%. No Estado de Mato Grosso a produção passará de 414.200 toneladas para 458.700 toneladas, representando aumento de 10,7%.

No que se refere ao etanol anidro, a produção estimada é de 8.107,5 milhões de litros, com estimativa de crescimento de 16,66% em relação à safra 2009/10. A previsão de aumento na produção se concentra nos Estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco e São Paulo.

Em se tratando de etanol hidratado, a produção estimada é de 19.592,1 milhões de litros, com aumento de 4,14% em relação à safra anterior. A produção está concentrada nas regiões centro-oeste e sudeste que respondem por 87,46% do etanol produzido no país, sendo os maiores produtores os Estados de São Paulo (54,26%), Goiás (11,61%), Minas Gerais (10,35%), Mato Grosso do Sul (7,39%) e Paraná (6,96%).

Quadro 061 - Demonstrativo da Produção de Alcool

AÇÚCAR (Em 1000t)				ÁLCOOL (Em 1000 litros)					
Safr 09/10	Safr 10/11	Variação		Total Safr 09/10	Total Safr 10/11	Variação		Por tipo de álcool safra 2010/11	
		Absoluta	%			Absoluta	%	Anidro	Hidratado
414,2	458,7	44,5	10,74	825.354,0	860.635,3	35.281,3	4,27	280.268,7	580.366,6
33.074,7	38.675,6	5.600,9	16,9	25.762.622,3	27.699.553,8	1.936.931,5	7,5	8.107.497,6	18.812.782,5
1,25%	1,19%	-	-	3,20%	3,11%	-	-	3,46%	3,08%

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

Para o etanol a previsão é um aumento de 7,5%, passando de um total de 25.762.622,7 mil litros para 27.699.553,8 mil litros. No Estado de Mato Grosso a produção prevista é de 860.635,3 milhões de litros, o que representa aumento de 4,27% em relação a safra anterior.

6.2 - Levantamento de Safra das Culturas do Dendê e Pinhão Manso

Em atendimento à solicitação da Secretaria de Produção e Agroenergia-SPA/EMBRAPA, a Conab elaborou Plano de Trabalho objetivando levantamento da safra de dendê nos Estados do Amazonas, Bahia, Pará e Roraima, e de pinhão manso nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Bahia, Goiás e Tocantins. Para tanto, a Conab recebeu recursos orçamentários no valor de R\$116.210,68 e financeiros de R\$24.850,03, consignados na Ação **2270-Gestão e Administração do Programa, do Programa Desenvolvimento da Agroenergia**, sob a coordenação daquela. Este objetiva ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva.

a) Dendê

A cultura do Dendê está em plena expansão com aumento significativo da área plantada e com ciclo completo desde a produção até a comercialização.

Da palma ou dendezeiro utiliza-se o fruto, cachos vazios dos frutos, cascas da amêndoa (caroço) e estipe. Do fruto são extraídos o óleo de palma e o óleo de palmiste. Com as fibras das folhas e dos cachos de frutos vazios podem ser confeccionados materiais de média densidade para tampos e artesanato. Os estipes podem ser transformados em móveis ou utilizados para construções rústicas.

Atualmente o Dendê é considerado uma das matrizes de maior potencialidade para produção de biodiesel na região norte e parte do nordeste brasileiro, não só pela sua boa adaptação nesses lugares, mas também pela alta produção de óleo por hectare e tecnologia de produção bem definida. Esse potencial vem ao encontro da necessidade do País em diversificar a matriz desse biocombustível, que atualmente tem como principal matéria prima (acima de 80%) o resíduo da produção de farelo e óleo de soja.

A área plantada no país é de aproximadamente 104,8 mil hectares com produção acima de um milhão de tonelada, porém, sem nenhuma produção no Estado de Mato Grosso.

b) Pinhão Manso

As informações obtidas no levantamento realizado indicam que a cultura do Pinhão Manso vem enfrentando diversos problemas que impedem o seu desenvolvimento e o crescimento de área, dificultando sua consolidação como mais uma alternativa agrícola.

A falta de conhecimento técnico sobre a cultura é um dos principais fatores que está colaborando para o insucesso da cultura. Os produtores pouco conhecem sobre as pragas e doenças que atacam as plantas, bem como seu respectivo controle. Não possuem informações acerca do tipo de solo adequado, declividade e altitudes ideais para a cultura.

Outra variável que está afetando o desempenho da cultura é a comercialização. O preço oferecido desestimula os pequenos produtores, levando-os ao abandono da cultura que se dizima rapidamente.

No geral, as áreas onde se observou o desenvolvimento normal da cultura são aquelas implantadas pelas empresas, que fomentam o cultivo do Pinhão Manso e dispõem de acompanhamento técnico e recursos suficientes para manter todos os tratos culturais e práticas agronômicas exigidas pela cultura.

Nos estados onde foram localizados plantio ou vestígios de cultivo do pinhão manso, foi possível estimar as áreas plantadas, remanescente ou abandonadas. As informações obtidas no levantamento indicam que o processo de produção e comercialização se encontra efetivamente implantado no estado do Pará, cuja produção é exportada para a Espanha.

Nos demais estados pode-se continuar com o acompanhamento das possíveis colheitas esperadas e dos experimentos que vem sendo realizados. Essa situação se observa nos Estados da Bahia, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Maranhão, Rio de Janeiro e Tocantins. No caso de São Paulo a tendência é de extinção da cultura, mas é necessário o acompanhamento das ações dos produtores.

É prematuro indicar uma estimativa futura de produção do pinhão manso, principalmente em virtude de que este é o primeiro levantamento de informações sobre a cultura realizado pela Conab, e, também, ainda é crítica a margem de confiança dos produtores, principalmente pela imprevisibilidade dos investimentos futuros na cultura. Para o Estado de Mato Grosso identificou-se área plantada de 3617,01 ha abrangendo 7 municípios.

Durante o período, a Conab recebeu repasse orçamentário no valor de R\$116.210,68 e financeiro no valor de R\$24.850,03. Nos levantamentos das safras foram gastos R\$28.135,90. No fim do exercício a Conab devolveu à SPAE dotação orçamentária de R\$88.074,78. Para os trabalhos desenvolvidos em Mato Grosso, segundo registros obtidos junto ao SIAFI, a despesa geral foi de R\$2.927,66, distribuídas em diárias (R\$1.504,00), material de consumo (R\$533,90) e Despesas de Locomoção (R\$889,76).

6.3 - Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA

O PAA é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei n.º 10.969, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008, constituindo-se em uma das ações da Estratégia Fome Zero, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

O Grupo Gestor do PAA, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e composto ainda pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação, é responsável pela implementação do Programa, cujas diretrizes são estabelecidas e publicadas em Resoluções.

O artigo 6.º do Decreto n.º 4.772, de 2 de julho de 2003, estabelece que o MAPA, por intermédio da Conab, fornecerá os subsídios e o suporte técnico para a operacionalização das decisões do Grupo Gestor.

Por meio deste Programa são adquiridos alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência correspondentes aos praticados nos mercados regionais, até o limite de: a) R\$4.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, na modalidade Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação; b) R\$ 4.500,00 por agricultor/ano para a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e para a Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF.

Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por instituições governamentais ou não governamentais que atendam às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Objetivando a aquisição de produtos e a operacionalização do Programa, a Conab tem firmado Termos de Cooperação com o MDS e o MDA, recebendo transferência de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351 – Agricultura Familiar-Pronaf e 1049 – Acesso à Alimentação (MDS). Com os recursos disponíveis, a Conab adquire a produção utilizando-se dos três instrumentos abaixo especificados, em conformidade com o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e com o Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008.

- **Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF:** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no PRINAF, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais.

Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab, a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios.

São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

- **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação:** objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas e associações).

São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se:

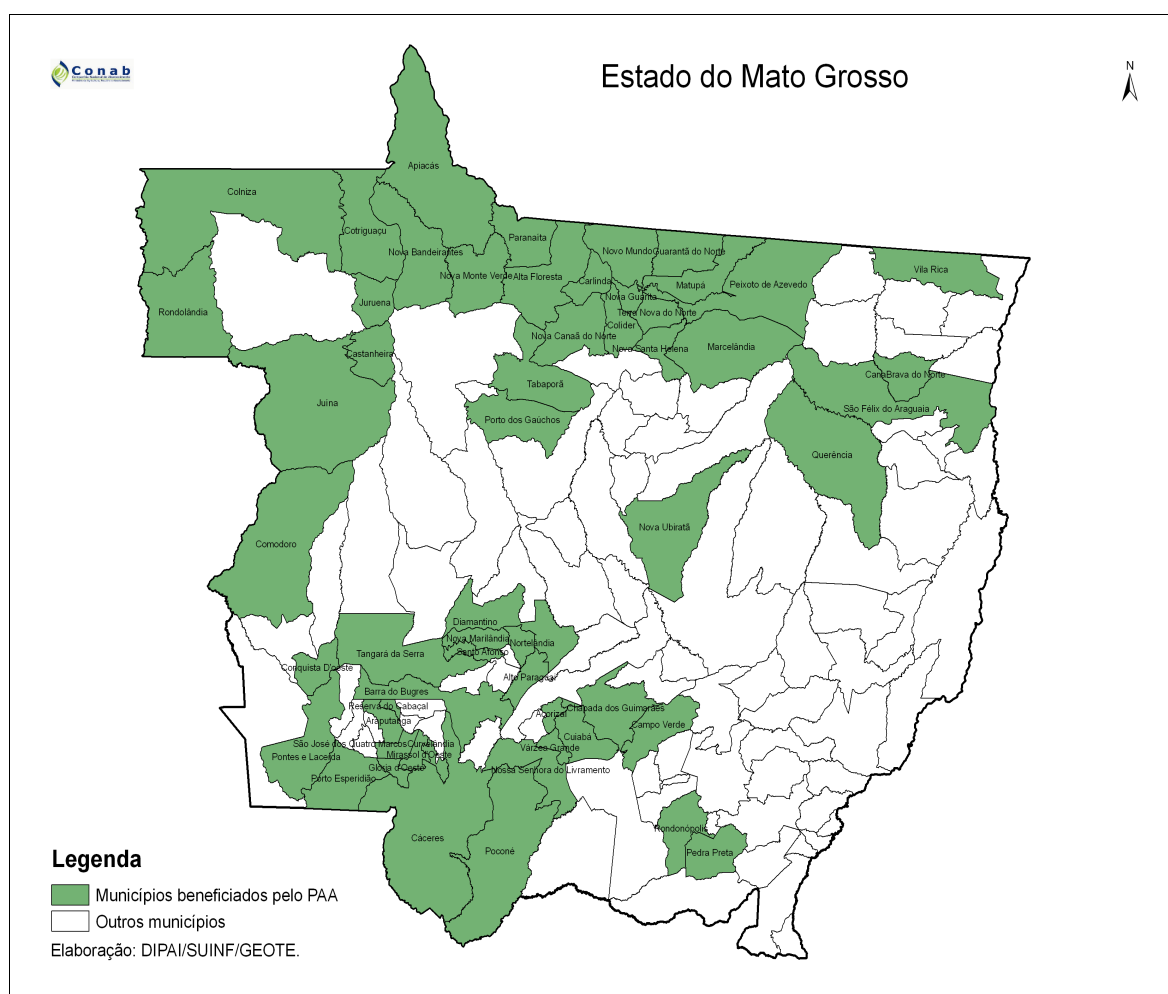
- a) produtos *in natura* da safra vigente;
- b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto;
- c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e

d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que e após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual e Operações da Conab. Quanto aos preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

O PAA entrou em operação em 2003, quando a Conab adquiriu, pelos instrumentos existentes naquele ano, 56 tipos de produtos de 41.065 produtores familiares, em 112 municípios. Em 2010 evoluiu para 316 produtos, 94.512 produtores familiares e 1.070 municípios contemplados. Especificamente no Estado do Mato Grosso foram atendidos 3.033 produtores familiares em 56 municípios, conforme demonstrado na Figura a seguir.

Figura VII - Área de Atuação do PAA



6.4 - Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS

Para a operacionalização do PAA, a Conab e o MDS celebraram Termo de Cooperação, em 2009, com descentralização de recursos orçamentários/financeiros consignados no Programa **1049-Programa Acesso à Alimentação**.

Citado Programa tem por finalidade erradicar a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana.

Integra esse Programa a **Ação 2798 - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar**, que tem por objetivo o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada. Nesse sentido, busca promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, promovendo o abastecimento institucional com alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios pra fins diversos, incluída a alimentação escolar, e constituindo estoques estratégicos de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Também integrante deste Programa, a **Ação Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar** objetiva manter com segurança, remover e redirecionar quando necessário, os estoques de alimentos adquiridos, proporcionando maior eficácia na distribuição às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, na composição de cestas de alimentos e no atendimento às calamidades públicas, visando dar suporte operacional à Ação Aquisição de Alimentos, dos produtos adquiridos nas modalidades compra direta da agricultura familiar e formação de estoque pela agricultura familiar.

O Termo de Cooperação n.º 003/2009-SESAN, no valor de R\$650.000.000,00, com vigência no período de 04 de maio de 2009 a 31 de julho de 2011, foi destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, podendo ser utilizados os instrumentos já citados, objetivando a formação de estoques estratégicos/segurança, a distribuição gratuita dos alimentos às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e, eventualmente, a sua comercialização, para evitar o comprometimento da qualidade dos alimentos.

No rol de produtores beneficiários foram priorizados: a) aqueles dos municípios pertencentes aos Territórios da Cidadania; b) a participação de grupo de mulheres, atendendo o compromisso com o Programa de Apoio às Organizações Produtivas das Mulheres Rurais; c) povos e comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas, extrativistas, acampados da reforma agrária, atingidos por barragens, pescadores artesanais e agricultores familiares enquadrados no PRONAF, que, preferencialmente, estejam organizados em cooperativas e associações, e d) famílias dos municípios dos Consórcios de Segurança Alimentar Desenvolvimento Local-Consad, que integram a estratégia do MDS para a geração de oportunidades de trabalho e renda nas sub-regiões periféricas.

No plano de aplicação dos recursos foi prevista a liberação de recursos orçamentários/financeiros em 10 etapas, distribuídas no período de vigência. Além dos recursos previstos foram celebrados 3 Termos Aditivos alterando as metas de quantidade de produto a serem adquiridas e o número de produtores atendidos. O quadro a seguir detalha as metas e os valores previstos.

Quadro 062 - Demonstrativo das Metas Previstas

Discriminação	Ano			Total
	2009	2010	2011	
Termo de Cooperação Original				
Produtores	64.752	85.140	35.822	185.714
Quantidade Produto	132.085	173.674	73.073	378.832
Pólos	34	20	13	67
Repasse (Em R\$)	240.000.000,00	250.000.000,00	160.000.000,00	650.000.000,00
Termo Aditivo n.º 1				
Produtores	10.769	-	-	10.769
Quantidade Produto	28.600	-	-	28.600
Pólos	-	-	-	0
Repasse (Em R\$)	50.000.000,00	-	-	50.000.000
Total 2009				
Produtores	75.521	-	-	75.521
Quantidade Produto	160.685	-	-	160.685
Pólos	34	-	-	-
Repasse (Em R\$)	290.000.000,00	-	-	290.000.000
Termo Aditivo n.º 2				
Produtores	-	8.000	-	8.000
Quantidade Produto	-	22.850	-	22.850
Pólos	-	-	-	0
Repasse (Em R\$)	-	40.000.000,00	-	40.000.000
Termo Aditivo n.º 3				
Produtores	-	4.840	-	4.840
Quantidade Produto	-	12.477	-	12.477
Pólos	-	-	-	-
Repasse (Em R\$)	-	24.102.538,00	-	24.102.538
Total 2010				
Produtores	-	97.980	-	97.980
Quantidade Produto	-	209.001	-	209.001

Fonte: Supaf/Gecaf

Em 2010, a Conab recebeu transferências de dotação orçamentária/financeira no valor total de R\$314.102.538,00. Além desses, o MDS autorizou a Conab a utilizar recursos no valor de R\$25.000.000,00 destinado à aquisição de gêneros alimentícios para distribuição gratuita às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, na aquisição de produtos de agricultores familiares.

Com os recursos disponibilizados pelo MDS, a Sureg-MT atendeu a 2.895 produtores familiares, conforme descrito a seguir.

a) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque)

Em 2010 foram adquiridas 10 toneladas de diversos produtos, de 8 agricultores familiares, em 1 município, conforme quadro a seguir.

Quadro 063 - Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque / MDS

Ano	Nº de Agricultores Familiares	Nº de Municípios	Quantidade (t)	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
2009	-	-	-	-
Total	-	-	-	-
2010	8	1	10	35.980,00
Total	8	1	10	35.980,00

Fonte: Supaf/Gecaf

b) Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação

Por meio deste instrumento foram adquiridas 5.980 toneladas de diversos produtos alimentícios de 2.887 produtores familiares e distribuídas a 915 instituições sociais, conforme quadro a seguir. Em relação ao exercício anterior houve aumento de 215,17% no número de produtores familiares atendidos e aumento de 267,49% na quantidade adquirida, conforme quadro a seguir.

Quadro 064 - Demonstrativo de Aquisição pela CPR-Doação/ MDS

Ano	Nº de Agricultores Familiares	Nº de municípios	Quantidade (t)	Nº de Pessoas Beneficiadas	Nº de Entidades Beneficiadas	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
2009	916	16	1.627	66.527	226	2.671.862,82
2010	2.887	56	5.980	419.541	915	9.823.596,08

Fonte: Supaf/Gecaf

c) Remoções de Produtos Vinculados ao MDS

Em 2010, foi contratada por meio de leilão público realizado pela Matriz, a remoção de 207 toneladas de cestas de alimentos e feijão para reposicionamento dos estoques. Também foram recebidas remoções 200 toneladas de leite em pó dos estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo.

As despesas com transporte são custeadas com recursos orçamentários/financeiros consignados no Programas 1049 – Acesso à Alimentação, sob a sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-Sesan/MDS, descentralizados para a por meio de Termos de Cooperação para a operacionalização do PAA e distribuição de cestas de alimentos.

Quadro 065 – Remoções de Estoques do MDS

Origem	Destino	Produto	Motivo	Valor (Em R\$)		Quantidade (Em t)		
				Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	A Remover
MT	GO	Cestas	Cestas	6.343,89	6.343,89	97	97	0
MT	MT	Cestas	Cesta	3.327,69	3.327,69	52	52	0
MT	MT	Cestas	Estratégico	7.982,43	7.982,43	46	46	0
MT	MT	Feijão	PAA	739,50	739,50	12	12	0
Total				18.393,51	18.393,51	207	207	0
RS	MT	Leite empó	Estratégico	27.707,89	27.707,89	100	100	0
SP	MT	Leite empó	Cestas	30.099,40	30.099,40	100	100	0
Total				57.807,29	57.807,29	200	200	0

Fonte: Suarm/Gemov

d) Execução Orçamentária

A despesa total na execução dessas atividades foi de R\$10.046.360,10, destacando-se as despesas com a aquisição de produtos para distribuição gratuita com participação de 98,18% na despesa total de 2010. Comparativamente ao exercício anterior houve aumento na despesa total de 172,63%, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 066 - Demonstrativo da Execução da Despesa – MDS

Ano	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	89.717,50	14.464,16	3.321.789,10	25.864,72	75,60	187.770,09	45.296,50	3.684.977,67
2010	29.477,50	12.864,42	9.864.000,00	16.995,58	0,00	95.843,76	27.178,84	10.046.360,10

Fonte: Siafi

Salientamos que para despesa - MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA, foram liquidados no exercício R\$9.445.787,70.

6.5 - Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA

Para a operacionalização do PAA, a Conab e o MDA celebraram Termo de Cooperação, com descentralização de recursos orçamentários/financeiros consignados no Programa 0351- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

O Programa 0351 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar objetiva garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar, promovendo a sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores. Dentre outras, é composto pelas seguintes ações:

- **2B81– Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA e 2B83-Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar**, que objetivam a aquisição de produtos da agricultura familiar e assentados, como forma de apoiar as políticas voltadas à agricultura familiar, compreendendo ações de comercialização vinculadas à formação de estoques estratégicos com uso preferencial para venda no mercado tradicional, de forma a possibilitar novas compras de produtos; e

- **4280–Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar**, que objetiva identificar, avaliar e difundir experiências exitosas no sentido de ampliar as alternativas de diversificação das fontes de renda dos agricultores familiares, mediante a ampliação das oportunidades de negócio e da valorização dos seus produtos e serviços.

Em 2010 foi celebrado Termo de Cooperação no valor de R\$109.890.450,00, objetivando o desenvolvimento de ações integradas na operacionalização do PAA, por meio de operações nas modalidades de Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF e de Formação de Estoques da Agricultura Familiar-CPR Estoque. Foi prevista a aquisição de 19.866 toneladas de diversos produtos, de 15.635 agricultores familiares, assim como a aquisição de equipamentos e material permanente, objetivando o fortalecimento das ações de comercialização. No exercício, ocorreu descentralização orçamentária no valor de R\$ 64.070.450,00.

Especificamente no âmbito da Sureg-MT foram atendidos 138 produtores familiares, conforme descrito a seguir.

a) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque)

Por meio desse instrumento foram adquiridas 331 toneladas de açúcar, café, castanha de cumbaru, castanha do brasil, farinha de banana, palmito, polpa de cupuaçu e rapadura, nos municípios de Apiacás, Juína, Juruena e Poconé, ao custo de R\$ 588.653,80, atendendo 138 produtores familiares. Comparativamente ao exercício anterior houve redução de 14,25% na quantidade e de 20,69% no número de produtores, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 067 - Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque/ MDA

Ano	Nº de Municípios	Nº de Agricultores Familiares	Quantidade (t)	Recursos Gastos com a Aquisição (R\$)
2009	7	174	386	571.301
2010	4	138	331	588.653,80

Fonte: Supaf/Gecaf

b) Remoção dos Estoques

Para reposição dos estoques visando a distribuição às famílias ou grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, ou a retirada de produtos de postos de compras que não ofereçam garantia de manutenção da qualidade dos produtos, ou, ainda, a comercialização, foi recebida remoção de 50 toneladas de leite em pó, conforme descrito no quadro a seguir.

Quadro 068 - Demonstrativo de Remoção dos Estoques – MDA

UF		Produto	Preços no Leilão (Em R\$)		Quantidades (t)				
Origem	Destino		Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
RS	MT	Leite empó	15.738,16	15.738,16	50	50	-	-	-
Total			15.738,16	15.738,16	50	50	-	-	-

Fonte: Suarm/Gemov

c) Execução Orçamentária

Em 2010, as despesas executadas somaram R\$619.237,17, destacando-se a Aquisição de Bens para Revenda, com 95,06% do total de despesas. Comparativamente com o exercício anterior verifica-se redução de 61,39%, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 069 - Demonstrativo da Execução da Despesa – MDA

Ano	Elemento de Despesa (Em R\$)								Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Aquisição de Bens para Revenda	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica				
2009	8.765,00	2.185,38	2.146,96	0,00	346.404,72	96.911,26	0,00	1.147.404,38	1.603.817,70
2010	8.132,00	1.421,14	444,88	-	20.585,35	-	-	588.653,80	619.237,17

Fonte: Siafi

6.6 - Distribuição de Alimentos -Ministério da Integração Nacional - MI

O **Programa 1029 – Resposta aos Desastres**, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, objetiva promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por eventos adversos, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados por desastres, supletivamente ao atendimento dos Estados e Municípios. O público-alvo são as pessoas afetadas, especialmente as de menor renda.

As bases legais deste Programa estão na Constituição Federal que, no artigo 21, prevê como competência da União o planejamento e a promoção da defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e inundações. Portanto, principalmente nos desastres de grande e muito grande porte, quando as necessidades ultrapassam a capacidade de resposta dos municípios, o atendimento supletivo do Governo Federal deve ser feito com a urgência necessária.

Compõe citado Programa a Ação orçamentária **4564 – Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres**, em todo o território nacional, que objetiva prestar socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grande porte, quando comprometida a capacidade local para pronta resposta, especialmente quanto reconhecidos como situação de emergência ou estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

Objetivando dar continuidade à distribuição de alimentos com os estoques remanescentes do exercício de 2008 e com produtos adquiridos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, a Conab, em atendimento aos Ofícios SEDEC/MI n.ºs 263 e 1712, ambos de 2009, apresentou planos de trabalho à Secretaria Nacional de Defesa Civil-SEDEC, recebendo repasse de recursos orçamentários/financeiros no valor de R\$5.086.800,00, para aquisição de embalagens, confecção das cestas de alimentos, pagamento de serviços de braçagem e contratação de transporte para o reposicionamento de produtos, visando a distribuição emergencial e gratuita de 400.000 cestas.

Durante o exercício foi contratada a remoção de 9.378 toneladas de diversos produtos, tendo sido removidas 9.294 toneladas, dos quais 230 toneladas referentes a cestas tiveram como

origem a Sureg-MT e Destino Sureg-AM, com valor contratado em Leilão de Frete em R\$88.193,50.

Para atendimento de necessidades da Defesa Civil do Estado de Mato Grosso do Sul, foi disponibilizado 120.359kg de produtos diversos, equivalente a 5.233 cestas de alimentos, ficando o transporte e distribuição sob responsabilidade daquela Entidade.

Ainda com produtos do MI, foram atendidos os acampados do INCRA no Estado de Mato Grosso, com 9.767 cestas (224.641 kg), que foram transportadas e distribuídas sob responsabilidade do INCRA.

6.7 - Distribuição de Alimentos - MDS

O **Programa 1049-Acesso à Alimentação**, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-Sesan do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome-MDS, objetiva a erradicação da fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional, garantindo à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana. O público-alvo são os agricultores familiares, as famílias em situação de insegurança alimentar e/ou nutricional, comunidades populacionais específicas.

Compõe citado Programa a Ação orçamentárias: **2792-Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos** que objetiva a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, como famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas e atingidos por barragens em estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional. Também podem ser beneficiadas populações de grandes centros e da zona rural atingidas por calamidades (enchentes, secas, deslizamentos etc) e que precisam ser imediatamente socorridas.

Para a execução desta Ação o MDS e a Conab firmaram em 2003 parceria estabelecendo o repasse por parte do Ministério dos recursos orçamentários/financeiros disponíveis para a aquisição de produtos alimentícios e custeio das despesas correlatas, ficando a Companhia responsável pela execução operacional, disponibilizando, para tanto, sua estrutura operacional e administrativa.

A coordenação dos trabalhos encontra-se sob a gestão da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar-SESAN, que, em articulação com a Funai, Funasa, Incra, OAN/MDA, SEPIR, SEAPE, Fundação Cultural Palmares e movimentos sociais, define os beneficiários, a composição das cestas de alimentos, os quantitativos e a periodicidade das entregas.

O quadro a seguir apresenta o número de famílias atendidas e a quantidade de cestas de alimentos distribuídas por beneficiários, em todo o país, no período de 2003 a 2010

A experiência iniciada em 2003 tem demonstrado a necessidade da continuidade da ação de atendimento a esses segmentos populacionais que continuam em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional. Por intermédio do Ofício CGAV/DAPE/SESAN n.º 03, de 08 de fevereiro de 2010, a SESAN solicitou a aquisição de gêneros alimentícios para a continuidade do atendimento às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O Termo de Cooperação 007/2010, celebrado entre a Conab e o MDS, estabeleceu o repasse de recursos orçamentários/financeiros no valor total de R\$138.000.000,00, divididos em duas remessas iguais no valor de R\$69.000.000,00, a primeira repassada em junho/2010 e a última prevista para o mês de abril/2011, para composição e distribuição de aproximadamente 3.224.000 cestas de alimentos no biênio 2010 e 2011 (1.612.000 cestas em cada exercício).

O maior contingente é o de famílias acampadas a espera de assentamento, para as quais se presume que necessitam de assistência enquanto não tiverem acesso à terra. Prevê-se, portanto, para o biênio 2010/2011 e início de 2012, o atendimento a cerca de 228,5 mil famílias acampadas identificadas pelo MDS/INCRA/OAN.

Situação semelhante ocorre com os atingidos por barragens, totalizando 16,3 mil famílias. Essas foram deslocadas de suas propriedades devido a construção de empreendimentos hidroelétricos, e encontram-se, em geral, expostas à insegurança alimentar em função da perda de sua fonte de sustento. Essa situação atinge não somente os pequenos agricultores, proprietários ou não de terras, mas também boa parte da comunidade próxima, pois a perspectiva do deslocamento provoca o empobrecimento geral da economia local, com a desvalorização das propriedades e da impossibilidade de iniciar novos projetos.

No caso das populações indígenas, a previsão de atendimento é de 63,8 mil famílias, comunidades remanescentes de quilombolas com 35 mil famílias, aquelas presentes em terreiros com 14 mil famílias e pescadores artesanais com 5,5 mil famílias. A situação em que se encontram tais comunidades está relacionada com ameaças ao território no qual esses grupos exercem suas formas tradicionais de produção, estando sujeitos à invasão por grileiros e posseiros e também depredação dos recursos naturais.

Comprovadas as necessidades de aporte alimentar para o conjunto das famílias, acampadas, indígenas, quilombolas, terreiro e atingidas por barragens, pescadoras artesanais e as situações emergenciais que podem levar à insegurança alimentar e que se enquadram em um estado de vulnerabilidade social extremamente grave, justifica-se a ação do MDS para o atendimento a essas famílias por meio da distribuição direta e gratuita de gêneros alimentícios.

Na formação dos estoques a Conab poderá, de comum acordo com o MDS, utilizar os estoques oriundos do PAA (MDS e/ou MDA) ou outras modalidades de estoques, a exemplo de doações recebidas em nome do Fome Zero. Os alimentos adquiridos serão recebidos e depositados nas Unidades Operacionais da Conab, preferencialmente nos estados onde ocorrerá a sua distribuição, podendo, ainda, ocorrer a contratação de transporte para reposicionamento e distribuição dos estoques.

Durante o exercício, foram realizados 25 leilões públicos para a aquisição de açúcar cristal, arroz beneficiado, farinha de mandioca e de trigo, flocos e fubá de milho, macarrão e óleo de soja, cujas quantidades, especificações e locais de entrega eram parte integrante dos avisos publicados no D.O.U e disponibilizados na Internet, no sítio da Companhia. Nestes certames foram adquiridas 27.689 toneladas dos produtos, representando cerca de 156,15% da meta estabelecida para o exercício. Além dessas foram utilizadas outras 8.597,7 t de produtos adquiridas pelo PAA e pela PGPM.

No área de atuação da Sureg-MT tradicionalmente são atendidas as famílias acampadas a espera da reforma agrária, as remanescentes dos quilombos, as indígenas e as do Movimento dos Atingidos por Barragens, sendo realizados também, de forma eventual, atendimentos especiais. A quantidade de cestas distribuídas representa, em média, 6,76% da quantidade total entregue por toda a Conab no período, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 070 – Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano	N.º Famílias Atendidas			Quantidade de Cestas Distribuídas			Quantidade de Produto Distribuído (t)		
	Brasil	MT	Part. (%)	Brasil	MT	Part. (%)	Brasil	MT	Part. (%)
2003	254.911	21.092	8,27	715.435	61.324	8,57	16.607	1.280	7,71
2004	447.764	24.146	5,39	1.620.828	145.464	8,97	38.077	3.392	8,91
2005	505.375	22.446	4,44	1.950.914	154.922	7,94	47.956	3.781	7,88
2006	343.452	22.946	6,68	1.820.792	123.382	6,78	40.943	2.942	7,19
2007	402.726	24.093	5,98	2.097.153	156.166	7,45	49.590	3.441	6,94
2008	354.218	25.946	7,32	1.439.256	63.833	4,44	32.552	1.418	4,36
2009	338.446	13.811	4,08	1.427.275	75.141	5,26	32.636	1.667	5,11
2010	446.363	14.020	3,14	1.946.543	91.521	4,70	46.299	2.394	5,17

Fonte: Supab/Gepab

Da quantidade de gêneros alimentícios adquirida por meio dos leilões públicos, a Sureg-MT recebeu 1.799,1 toneladas acrescidas de outras 787,6 toneladas de produtos vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e às AGFs, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 071 - Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios

Produto	Quantidades (t)			
	Leilão Público	PAA	PGPM	Total
Açúcar	199,9	-	-	199,9
Arroz beneficiado	999,5	-	-	999,5
Feijão	-	-	587,6	587,6
Farinha de mandioca	199,9	-	-	199,9
Fubá de milho	99,9	-	-	99,9
Leite em pó	-	200,0	-	200,0
Óleo de soja	199,9	-	-	199,9
Macarrão	100,0	-	-	100,0
Total	1.799,1	200,0	587,6	2.586,7

Fonte: Supab/Gepab

As distribuições foram iniciadas em 2003, atendendo as famílias acampadas, as remanescentes dos quilombos e as do Movimentos dos Atingidos por Barragens e nos exercícios seguintes foram estendidas indígenas e às comunidades de terreiro. No período, foram realizados também atendimentos especiais durante os exercícios de 2004, 2006 e 2007, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 072 - Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano	Beneficiários							Total
	Acampados	Quilombolas	Comunidades de Terreiro	Atend. Especiais/ Emergenciais	MAB¹	Indígenas	Marisqueiras/ Caranguejeiras/Pe s. Artesanais	
2003	N.º Famílias	19.529	587	-	-	976	-	21.092
	Quant. Cestas	58.587	1.761	-	-	976	-	61.324
	Quant. Produtos(t)	1.210	45	-	2.933	25	-	4.213
2004	N.º Famílias	19.529	697	-	2.933	-	987	24.146
	Quant. Cestas	138.041	754	-	50	-	3.736	142.581
	Quant. Produtos(t)	3.229	19	-	-	-	94	3.342
2005	N.º Famílias	19.529	654	100	500	965	1.198	22.946
	Quant. Cestas	136.130	3.555	400	500	3.860	10.977	155.422
	Quant. Produtos(t)	3.320	87	10	11	97	267	3.792
2006	N.º Famílias	19.529	654	100	500	965	1.198	22.946
	Quant. Cestas	110.679	4.976	803	500	1.930	4.494	123.382
	Quant. Produtos(t)	2.644	119	19	52	46	103	2.983
2007	N.º Famílias	19.529	701	-	-	965	2.398	23.593
	Quant. Cestas	135.415	4.106	-	-	6.755	9.390	155.666
	Quant. Produtos(t)	2.956	88	-	-	145	200	3.389
2008	N.º Famílias	20.129	654	-	-	965	4.198	25.946
	Quant. Cestas	54.312	1.962	-	-	965	6.594	63.833
	Quant. Produtos(t)	1.206	43	-	-	21	148	1.418
2009	N.º Famílias	9.767	868	100	-	965	2.111	13.811
	Quant. Cestas	56.443	3.472	400	-	3.860	10.966	75.141
	Quant. Produtos(t)	1.253	76	9	-	84	245	1.667
2010	N.º Famílias	9.767	1.077	100	-	965	2.111	14.020
	Quant. Cestas	68.370	6.912	700	-	4.895	10.644	91.521
	Quant. Produtos(t)	1.781	174	18	-	130	291	2.394

Fonte: Supab/Gepab

Obs.: (1) Movimento dos Atingidos por barragens

Na aquisição de produtos alimentícios e embalagens, montagem das cestas e na distribuição, foram gastos R\$2.361.690,48. A despesa total com a aquisição dos produtos para distribuição foi de R\$2.333.829,22, representando cerca de 98,82%. Comparativamente ao exercício anterior verifica-se recuo de 7,96% na despesa total, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 073 - Demonstrativo Despesa-Distribuição de Alimentos-MDS

Surg	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	-	-	2.554.008,85	-	-	11.837,06	-	2.565.845,91
2010	-	1.677,00	2.333.829,22	-	-	26.184,26	-	2.361.690,48

Fonte: Siafi

7. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

- Declaração da Área Contábil Matriz sobre SICONV - anexo I
- Declaração da Área Contábil Sureg-MT sobre SIASG e SICONV - anexo II

8. Informações sobre Declarações de Bens e Rendas – Lei nº8.730

- Declaração da Área RH Sureg-MT - anexo III

9. Informações Sistemas de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno		Avaliação				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1.	Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2.	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3.	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4.	Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5.	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6.	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7.	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8.	Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9.	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10.	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11.	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12.	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13.	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14.	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15.	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16.	Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17.	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18.	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19.	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20.	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21.	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22.	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação		1	2	3	4	5
23.	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24.	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25.	A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26.	A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27.	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento		1	2	3	4	5

28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

Considerações gerais: Resultado de consenso apurado em reunião com representantes da Diretoria de Operações e Abastecimento-Dirab, Diretoria de Política Agrícola e Informações-Dipai, Diretoria Financeira-Difin e de órgãos vinculados à Presidência (Corregedoria Geral-Coger, Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias-Coamo, Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão-Codag e Gabinete da Presidência-Gabin, na qual os representantes apresentaram a avaliação decorrente de reunião previamente realizadas com os superintendentes das respectivas diretorias, para decisão e avaliação no grupo, visando ao consenso.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Descarte de embalagens de agrotóxicos				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). Aquisição de lenha certificada pelo IBAMA				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Uso de Biodiesel				X	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de todos os bens/produtos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Folders e comunicações internas					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?			X		

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Considerações Gerais:

Para preenchimento do quadro foi efetuada consulta às áreas que mais demandam ações de licitações – Superintendência de Administração-Supad, Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques e Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação-Sutin Outras Informações:

1) A comissão de Coleta Seletiva Solidária da Conab-Matriz doou, até o fim do exercício de 2010, 86,5 toneladas de material reciclável, como papel branco, papelão e plástico, às cooperativas e associações de catadores de Brasília. Também foi arrecadado um total de 3.500 unidades de lâmpadas fluorescentes. A Conab iniciou esta ação em 2007, em cumprimento ao Decreto 5.940/06, que obriga órgãos e entidades da administração pública a separarem seus resíduos recicláveis para doação. A ação também se estende às Superintendências Regionais, que fazem suas doações às instituições locais.

2) Para a aquisição de combustíveis vegetais utilizados no processo de secagem de grãos são exigidos os certificados de registro emitidos por órgãos estaduais, responsáveis pela fiscalização da atividade de comercialização de lenha, assim como a declaração de corte e colheita, ou documento equivalente, com vistas a atender às exigências dos órgãos estaduais quanto à origem do produto e à comprovação de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Quaisquer Recursos Ambientais, do IBAMA.

3) Na aquisição de inseticidas, utilizados no tratamento fitossanitário nos armazéns, a Conab exige dos fabricantes: cópias do certificado de registro atualizado do produto no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, atestado de utilização e eficiência do produto, relatório técnico e bula do produto aprovado pelo MAPA, declaração indicando que o produto não poderá apresentar quaisquer restrições de uso na região onde será utilizado, e indicação do local e endereço para devolução das embalagens vazias.

4) A maioria das unidades que trabalham com grãos possuem equipamentos de controle de emissão de partículas poluidoras, tais como: captadores de pó, retentores de partículas finas nos secadores e filtros de manga, e, para aquelas que ainda não contam com estes equipamentos, a aquisição está em fase de projeto, em cumprimento à Instrução Normativa-MAPA n.º 41. Também, em fase de aquisição, equipamentos para detecção de gases.

5) Também há o reaproveitamento das impurezas retiradas pelas máquinas de pré-limpeza e dos retentores e a fabricação de briquetes de casca de arroz beneficiado, na usina de Rio Formoso-TO.

6) Nas unidades armazenadoras instaladas no Estado de Goiás, que operam sistemas de secagem com derivados de petróleo, foram construídas 'bacias' de contenção em torno dos depósitos de combustíveis para evitar contaminação do solo e da água.

7) Em atendimento a exigências dos órgãos de controle ambiental do Minas Gerais foram elaborados estudos de impacto ambiental das Unidades Armazenadoras de Uberaba e Uberlândia.

11 - Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de propriedade da União ou locado de terceiros

A Conab é uma empresa pública federal, a teor do disposto na alínea b do inciso II do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 200/1967, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei n.º 8.029m de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1.º de janeiro de 1991, integrando a Administração Pública Indireta, tendo personalidade jurídica de Direito Privado, conforme expresso no artigo 173 da Constituição da República.

Assim, por ser uma empresa pública integrante da Administração Pública Descentralizada, a Conab possui personalidade jurídica própria (distinta da União, que é Pessoa Jurídica de Direito Público) e patrimônio próprio, este não se vinculando, portanto, à Secretaria e Patrimônio da União (do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou seja Administração Pública Direta).

Por esse motivo, deixamos de apresentar as informações solicitadas no Quadro “A.11.1 - Discriminação Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União”.

No fim do exercício de 2010, a Conab mantinha 6 imóveis locados de terceiros, sendo apenas um sob responsabilidade da Sureg-MT.

Quadro 074 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Localização Geográfica			Quantidade de Imóveis	
País	UF	Endereço	Exercício	
			2009	2010
Brasil	AP	Rua Hamilton Silva n.º 1.500 – Centro – Macapá – AP	0	1
	BA	Rua Antônio Carlos Magalhães n.º 3.849 – Ed. Capemi 4.º andar – Bloco A – Pitua – Salvador – BA	1	1
	MA	Av. Jerônimo de Albuquerque n.º 6 – Ed. Nena Cardoso – Vinhas – São Luís – MA	1	1
	MG	Rua Professor Antônio Aleixo n.º 756 – Lourdes – Belo Horizonte – MG	1	1
	MS	Av. Mato Grosso – Campo Grande – MS	1	1
	MT	Rua Padre Jerônimo Botelho n.º 510 – Ed. Everest – Dom Aquino – Cuiabá – MT	1	1

Fonte: Supad/Gepas

12 - Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

12.1 - Gestão de TI da UJ

Quadro 075 – Demonstrativo da Gestão de TI - Conab

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	X				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Servidores: 39 Terceirizados: 43				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	BENS: 0% SERV.: 50%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais: Vide relatório a seguir					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

12.2 Tecnologia da Informação

O exercício de 2010 foi destacado pela entrada em produção de várias soluções tecnológicas corporativas e de menor porte, notadamente a conclusão da implantação em âmbito nacional da nota fiscal eletrônica para todas as inscrições administrativas e finalísticas, da Escrituração Fiscal Digital – EFD/Sped Fiscal, assim como o lançamento do novo sítio da Conab e os vários aplicativos de consultas públicas disponibilizados, contemplando informações em tempo real e *on-line*, além da ampliação dos links de longa distância.

12.2.1 Planejamento da área

O Planejamento das ações de TI na Conab tem como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é a principal iniciativa de sustentação do objetivo estratégico “Prover a Companhia de infraestrutura de Tecnologia da Informação atualizada”. É o suporte dos outros objetivos estratégicos, quais sejam: melhorar a geração de informação e conhecimento; facilitar o acesso às informações e conhecimentos e fortalecer os mecanismos de divulgação; atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos; fortalecer a atuação no segmento da agricultura familiar; articular a modernização do mercado de hortigranjeiros e criar ambiente interno participativo, integrado e motivado.

O PMTI tem, portanto, interseção em 7 dos 21 objetivos do Mapa Estratégico da Companhia, evidenciando-se assim o alinhamento estratégico das ações de TI e a importância destas como fator de apoio ao sucesso da execução das estratégias organizacionais.

O projeto geral preconizou um conjunto de ações e programas de forma a torná-lo uma solução mais completa possível, tendo sido composto originalmente por sete subprojetos, a maioria deles já concluídos, e outros em andamento, principalmente os que envolvem as áreas de desenvolvimento de sistemas, suporte técnico e segurança da informação.

Como um planejamento estratégico de TI de médio prazo, a execução do PMTI norteia as atividades da Sutin desde sua concepção, em 2004, até a presente data. Para tanto, suas ações e programas são priorizados e desmembrados ano a ano, de acordo com o desenvolvimento dessas ações em curso, com as necessidades e as disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Outro instrumento que merece destaque nesse contexto é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação–PDTI, aprovado, e em vigor, para o quinquênio 2007–2011, que se propõe ao atendimento das soluções de TI, abrangendo as seguintes áreas: - Definição das diretrizes de tecnologia; - Arquitetura da rede corporativa; - Diretrizes de contingência e segurança da informação; - Diagrama de integração dos sistemas priorizados; - Organização da função de TI; e - Plano de implementação e acompanhamento.

Sua elaboração levou em consideração diversas prospecções tecnológicas e decisões tomadas pela Companhia em relação à tecnologia da informação, na esteira das demais ações do Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação–PMTI, assim como as diretrizes definidas pelo governo federal, como o e-Gov e o e-Ping.

O PDTI da Conab encontra-se disponibilizado em seu sítio internet no endereço eletrônico <http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1060&t=1>.

O Comitê Gestor do Plano foi previsto nas Normas da Organização-NOC, Capítulo 60.213, sendo proposto pela Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação–Sutin e

aprovado pela Diretoria Colegiada em agosto/2007; prevê-se a sua regulamentação para o ano de 2011.

12.2.2 Perfil dos Recursos Humanos envolvidos

O quadro de pessoal permanente da Sutin necessita urgentemente de recomposição quantitativa para a adequada execução de suas atribuições regimentais. Conforme demonstra o quadro abaixo, mais da metade dos técnicos alocados na área são terceirizados (51%), sendo a quase totalidade dessa terceirização via acordo de Cooperação técnica PNUD/ABC.

Estudos feitos para subsidiar a proposta de realização de concurso público, que se encontra em fase de contratação de empresa especializada, por determinação da Presidência da Companhia, para a elaboração de edital e dos demais procedimentos para a realização do concurso, indicam o quantitativo necessário de 86 técnicos, dentre os diversos perfis para as gerências das áreas de desenvolvimento e suporte técnico da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação. No âmbito das 26 Superintendências Regionais e respectivas unidades armazenadoras vinculadas, identificou-se a necessidade de uma recomposição de 50 profissionais ao todo, na área de suporte técnico.

Quadro 076 - Demonstrativo Técnicos da Sutin por tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Quantidade
Empregados efetivos de TI da Conab (*)	38
Empregados efetivos não de TI da Conab	01
Terceirizados de TI	43
Estagiários de TI	03
Total	85

Fonte: Sutin

(*) Inclui os técnicos e seis gestores (gerentes das quatro Gerências de Área, Assistente e Superintendente)

Quadro 077 – Demonstrativo Distribuição de Técnicos da Sutin por Área

Área	Quadro Atual			Total
	Próprio	Terceirizado	Estagiário	
Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação-Sutin	2	0	0	2
Gerência de Sistema e Informação-Gesin	8	4	0	12
Gerência de Engenharia de Software-Gesof	11	35	1	47
Gerência de Administração de Rede e Segurança da Informação-Geasi	6	4	0	10
Gerência de Suporte Técnico-Gesut	12	0	2	14
Total	39	43	3	85

Fonte: Sutin

12.2.3 Segurança da Informação

12.2.3.1 Segurança Lógica

No que tange à segurança da informação, a Sutin, desde 2004, vem executando ações visando dotar a Companhia de mecanismos que minimizem as vulnerabilidades e mitiguem os riscos de incidentes de segurança que possam comprometer a integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações armazenadas em sua rede corporativa. Estas ações têm se mostrado eficazes, na medida em que não se tem registro de nenhum incidente de segurança que

tenha alguma relevância. No decorrer do exercício de 2010, aliadas a várias outras atividades rotineiras, foram realizadas ações, dentre as quais, cabe destacar:

- 1 - implantação de *firewall* de alta disponibilidade e alta performance;
- 2 - vinculação do *Dynamic Host Configuration Protocol* – DHCP ao endereço físico de todos os equipamentos que acessam a rede corporativa da Conab;
- 3 - análises de vulnerabilidades lógicas interna e externa;
- 4 - monitoramento dos serviços críticos de TI;
- 5 - instalação de nova versão de sistema de detecção de intrusos;
- 6 - implantação de sistema de análise de *logs*;
- 7 - virtualização de serviços críticos visando alta disponibilidade;
- 8 - reestruturação da política de *backup*;
- 9 - elaboração de termo de referência para contratação de nova solução de antivírus mais completa;
- 10 - elaboração de anteprojeto de segurança da informação.

No caso específico do anteprojeto de segurança da informação, é importante salientar que a contratação de pessoal para o quadro permanente da Conab facilitará a concepção, os desdobramentos e, sobretudo, a continuidade após a contratação da execução de um projeto dessa magnitude, o qual está orçado em cerca de R\$3 milhões. O escopo previsto no projeto é o seguinte:

- Gestão de Riscos (conformidade com as normas ABNT NBR ISO/IEC 27001:2005, ABNT NBR ISO/IEC 27005:2008 e a Instrução Normativa n.º 01 PR/GSI/DSIC e normas complementares);
- Análise de Processos (normas ABNT NBR ISO/IEC 27001 e melhores práticas do Cobit 4.1 e ITIL V3, utilizando métricas do GMM – *Governance Maturity Model* para análise do *framework* Cobit);
- Tratamento e Respostas a Incidentes
- Análise de Conformidade - ABNT 15.408 (conformidade com boas práticas de segurança nos ambientes/processos de desenvolvimento de sistemas de informação);
- Política e Normas de Segurança da Informação em conformidade com a ABNT NBR ISO 27001 e regulamentações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e toda regulamentação já citada (diretrizes, critérios e procedimentos para elaboração, institucionalização, divulgação e atualização da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) na Conab, retificando ou ratificando as normas em vigor e/ou criando novas, em conformidade com a ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 e Instrução Normativa 03 do Gabinete de Segurança Institucional da PR);
- Gestão de Continuidade de Negócios em conformidade com a ABNT NBR 15.999 e regulamentações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (minimizar os impactos decorrentes de falhas, desastres ou indisponibilidades significativas sobre as atividades da Conab, além de permitir que sejam recuperados ativos da informação em um nível aceitável por intermédio de ações de prevenção, resposta e recuperação);

- Gestão de Segurança da Informação (estruturação e atuação do Comitê Gestor de Segurança da Informação–CGSI, em conformidade com as Normas de Recursos Computacionais da Conab (NOC 60.213), propondo, quando for o caso, mudanças na NOC 60213, bem como as Normativas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.);
- Plano Diretor de Segurança da Informação (plano estratégico para a organização, alinhado com as suas metas, com o intuito de direcionar seus esforços de manutenção, inovação e melhoria dentro da visão de gestão de riscos, visando à diminuição dos impactos decorrentes de falhas de segurança da informação);
- Plano de Campanha de Conscientização e treinamento em Segurança da Informação.

12.2.3.2 Segurança Física

Deverão ser feitos estudos técnicos, com vistas a sua aprovação pela Diretoria, com a consequente alocação de recursos orçamentários e financeiros para mudança de local das instalações e dos empregados da Sutin, que, atualmente, encontram-se alojados em local inadequado.

12.2.4 Desenvolvimento e produção de sistemas

Na área de desenvolvimento de sistemas foi dado andamento às ações e projetos previstos no PMTI, pelas gerências de Desenvolvimento de Sistemas de Informação-Gesin e de Engenharia de Software-Gesof. Atenção também foi dada às novas demandas, aos sistemas departamentais e às manutenções corretivas, adaptativas e evolutivas.

Em todos os casos, as ações foram conduzidas com os mesmos recursos que já vinham sendo disponibilizados, com maior ênfase na utilização de recursos terceirizados, via acordo ABC/PNUD (vide composição do quadro de recursos humanos apresentado no item 10.2.1). As diretrizes tecnológicas estabelecidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação–PDTI continuaram a ser observadas em 2010. Ressalta-se também que a Sutin utiliza um Processo de Desenvolvimento de Software denominado ConabUP, cujas disciplinas: Gerenciamento de Projetos, Requisitos, Testes, Análise, Projeto e Implementação e Gerenciamento de Configuração e Mudanças, foram customizadas a partir do Processo Unificado.

Pautados na preservação da visão sistêmica, os sistemas corporativos compartilham um mesmo modelo, composto de entidades de negócio e serviços e utilizam tecnologias inovadoras na área de desenvolvimento, como a especificação *Model Driven Architecture (MDA)*. Além da utilização do Processo Unificado, utilizado no desenvolvimento dos sistemas corporativos, a Conab também faz uso de metodologia ágil (SCRUM) para o desenvolvimento de sistemas departamentais.

Preocupada com a preservação e disseminação do conhecimento adquirido, a Sutin se utiliza da ferramenta TWIKI (ferramenta de escrita colaborativa na web), para a documentação dos seus processos de trabalho e dos artefatos produzidos. Essa documentação pode ser encontrada utilizando-se o link <http://twiki.conab.gov.br/cgi-bin/twiki/view>.

Dentre as importantes realizações do ano 2010, destaca-se o lançamento do novo sítio da Conab, no mês de julho. Segundo estatísticas extraídas da ferramenta Google Analytics, foram registrados mais de 680.000 acessos entre os meses de julho a dezembro de 2010, oriundos de 90 diferentes países, cujo tempo médio de acesso tem sido superior aos tempos registrados pelos

usuários brasileiros. Estes dados corroboram a iniciativa tomada pela Conab para a reestruturação deste importante e vital meio de comunicação.

12.2.4.1 Relação de sistemas entregues em 2010

SISCOD - Sistema de Geração de Códigos para Acesso Externo: para atendimento dos empregados, fornecendo meios para o portal de acesso a sistemas da Conab, considerando que várias atividades da Companhia são realizadas em trabalhos de campo.

SISMAT - Sistema de Material, composto por 5 módulos (de solicitação de material; de cadastro de material; de manutenção de tabelas auxiliares; de cadastro de almoxarifados; de deliberação de cadastro de material): esse sistema efetua o controle de itens de consumo estocável e imediato nos almoxarifados da Conab (matriz e regionais) e também o registro de bens patrimoniais, promovendo a padronização do cadastro de material, mantendo a eficácia no controle de entrada e saída (individual e global), e propiciando melhor planejamento de compras, faturamento, atualização contábil, Escrituração Fiscal Digital/Sped Fiscal, integrado com a solução nota fiscal eletrônica, implantada em âmbito nacional. A solução encontra-se em fase de desenvolvimento, com os módulos citados já em produção.

SIGEST – Sistema de Gestão de Estoques, com 4 módulos entregues, voltados ao Programa de Aquisição de Alimentos, disponíveis no sitio Internet e/ou intranet.

- Módulo **Entrega de CPR Estoque e Doação - PAANet** : permite, ao público da agricultura familiar, o gerenciamento e envio das informações referentes às entregas do PAA, inerentes à liquidação das CPRs.

- Módulo **Entrega de CPR Estoque e Doação:** permite o recebimento e gerenciamento, pelas áreas negociais da Conab, das informações referentes às entregas do PAA e à liquidação das CPRs.

- Módulo **consulta pública de Preços Praticados no PAA:** apresenta os preços praticados por meio dos mecanismos de CPR-Estoque e CPR-Doação, disponibilizando sempre o último preço faturado com as entregas de produtos das CPRs.

- Módulo **consulta pública de Transparência Pública do PAA:** apresenta as informações das CPRs formalizadas nas modalidades CPR-Estoque e CPR-Doação do PAA, possibilitando a visão em âmbito nacional e o detalhamento em nível municipal.

SIAGRO – Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento – com 4 módulos entregues, sendo os três primeiros para acesso ao público em geral, via sítio internet e 1 (Módulo DW) para uso interno, via intranet.

- Módulo **consulta pública de bônus do programa de garantia da agricultura familiar:** consulta aos preços de garantia, preços de mercado e ao Bônus de Garantia de Preço do PGPAF, por produto e vigência.

- Módulo **consulta pública de preços de insumos agropecuários:** consulta aos preços de insumos agropecuários utilizados pela Conab e sua série histórica, de acordo com suas origens dentro do tempo.

- Módulo **consulta pública de preços mínimos básicos da política de garantia de preços mínimos:** consulta à série histórica de preços mínimos básicos de todos os produtos objeto da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM.

- Módulo **DW:** desenvolvimento da **solução PENTAHO-DW** para cálculos ponderados de preços coletados e relatório de Preço de Garantia da Agricultura Familiar.

SICARM – Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras, com três módulos entregues, disponibilizados ao público, via internet.

- Módulo **solicitação pública de cadastro de armazém**: permite que o agente armazenador promova a atualização dos dados de seu armazém já cadastrado no SICARM ou promova o cadastro prévio de novo armazém e solicite vistoria da Conab.

- Módulo **consulta pública ao cadastro nacional de unidades armazenadoras**: permite o acesso aos dados das unidades armazenadoras, com possibilidade de uso de diversos filtros nas pesquisas possibilitando, inclusive, a localização geográfica da unidade armazenadora no mapa.

- Módulo **consulta pública da capacidade estática de armazenagem cadastrada**: permite aos agentes armazenadores, proprietários, governo e público em geral, consultar os dados consolidados da capacidade de armazenagem, por região ou estado.

XFacWeb – Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos, composto de módulos distintos, disponíveis no sítio da Conab e/ou na intranet, dependendo da informação disponibilizada

- Módulo **consulta pública de Preços Praticados no Venda em Balcão**: disponibiliza os preços praticados no programa venda em balcão, apresentando sempre o último preço faturado objeto da comercialização;

- Módulo **consulta pública de Posição de Estoques Públicos - Específico e Consolidado**: viabiliza a consulta à Posição de Estoques Públicos, permitindo identificar a posição do estoque público sobre um determinado produto em uma determinada UF no dia anterior à consulta, em seus diversos Programas e Instrumentos.

- Módulos de **consulta à Posição de Estoque Específico; Estoque Analítico; Estoque Consolidado; Movimentação de Estoque**: viabilizam a consulta à Posição de Estoques Públicos, disponibilizada na intranet e/ou Internet. Permite identificar a posição do estoque público em âmbito nacional em seus diversos Programas e Instrumentos ou sobre um determinado produto em uma UF específica no dia anterior à consulta, já apresentando a situação cadastral e de impedimento de cada armazém. Para a consulta da Posição de Estoques Públicos na intranet, há possibilidade de demais filtros e dados a serem exibidos. O serviço de consulta à Movimentação de Estoques Públicos permite o acompanhamento das atividades de entrada e saída dos estoques públicos, referente ao período informado pelo usuário em um determinado armazém, produto e safra;

- Módulo de **consulta de Perdas Quantitativas, Desvios e Sinistros em Armazenagem**: viabiliza a consulta, na intranet, a todas as ocorrências de perdas quantitativas, desvios e sinistros em armazenagem, apuradas na cubagem e fiscalização dos estoques públicos e comandadas por meio de Termo de Vistoria e Notificação – TVN;

- Módulo de **consulta de Vendas Refap**: viabiliza a consulta pública, no sítio internet, às informações consolidadas das vendas faturadas do programa Refap;

- Módulo de **consulta de Doações** (cestas, ajuda humanitária, entre outras): viabiliza a consulta pública no sítio internet, às informações consolidadas de todas as doações faturadas dos programas sociais, de abastecimento e de parcerias institucionais;

- Módulo de **consulta de Vendas em Balcão**: viabiliza a consulta pública no sítio internet, às informações consolidadas das vendas faturadas do programa venda em balcão;

- Módulo de **envio de mensagens automáticas**: disponibilização de rotina automática do xFacWeb de envio de mensagem eletrônica às áreas negociais gestoras e Suregs apontando, todo dia 1º e 15º

do mês, os estoques públicos depositados em armazéns com restrição cadastral e/ou impedimento para subsidiar a gestão, notadamente quanto à priorização de escoamento;

SIAJUR - Sistema de Atividades Jurídicas: mantém base de dados centralizada, referente às informações de atividades jurídicas dos processos judiciais sob gestão das Superintendências Regionais;

NFe e EFD/Sped Fiscal: conclusão da implantação, em âmbito nacional, da solução de emissão de nota fiscal eletrônica e Escrituração Fiscal Digital – EFD para toda a Matriz, Superintendências Regionais e Unidades Armazenadoras próprias;

Portal Nfe: Disponibilização no sítio internet de solução integrada com os sistemas internos de faturamento, na qual qualquer destinatário de nota fiscal eletrônica emitida pela Conab pode realizar, no momento desejado, o *download* do XML. Na intranet, o usuário possui facilidades adicionais de consultas, reimpressão e envio de Danfe ao destinatário;

ETL xFac/xFacWeb: processo de extração, tratamento e carga dos dados do sistema xFac para banco de dados centralizado em PostgreSQL;

ETL SISCOE/xFac Postgres: processo de extração, tratamento e carga dos dados do Sistema de Comercialização Eletrônica - Siscoe em Sybase, para banco de dados corporativo em PostgreSQL, visando servir de insumo para os faturamentos relacionados às operações realizadas nos leilões eletrônicos da Conab;

Novo Sítio da Conab: o novo portal institucional da Companhia Nacional de Abastecimento possibilita um canal mais interativo entre a empresa e seu público-alvo, além de tornar o *site* mais contemporâneo e alinhado às melhores práticas da internet.

12.2.4.2 - Relação de Sistemas Mantidos em 2010

SAFRAS – Módulo Café: reestruturação arquitetural da solução, para atendimento à nova metodologia de levantamento de safras de café utilizada pela Conab.

xFac Postgres: disponibilização da versão PostgreSQL do sistema xFac, a qual substitui o armazenamento de dados em estrutura DBF para banco de dados relacional.

SISOUV: reestruturação da arquitetura para adequação ao novo sítio da Conab.

SIGEST – PAA: reestruturação da arquitetura para adequação às mudanças de requisitos demandados pela área negocial gestora e manutenção evolutiva.

SIAGRO: implementação das solicitações de mudanças demandadas pela área negocial gestora.

SICARM: implementação das solicitações de mudanças demandadas pela área negocial gestora.

XFAC: implementação, em curso, de funcionalidades para controle de produtos alimentícios beneficiados, por prazo de validade, nos termos da recomendação da Controladoria-Geral da União – CGU.

12.2.5 Contratação e gestão de bens e serviços de TI

As aquisições de bens e serviços de TI foram realizadas tomando-se como diretriz o Planejamento da área de TI para o ano de 2010, que teve como orientação geral o PMTI.

Para este Planejamento, foram consideradas as necessidades estratégicas da Companhia para o período, as disponibilidades orçamentárias e as novas demandas das áreas negociais.

As aquisições foram realizadas em total obediência à legislação pertinente (Lei 8.666, Instruções Normativas do MPOG, particularmente a IN/04, dentre outras) e aos procedimentos legais.

12.2.5.1 – Aquisição de Equipamentos

Quadro 078 – Demonstrativo de Aquisição de Equipamentos

Processos	Descrição	Qtde	Observação
3755/2009	Servidores pequeno Porte	20	
3756/2009 3757/2009	Servidores médio porte Virtualização	12	
3757/2009 1680/2010 2950/2010	Microcomputadores + monitores Microcomputadores + monitores	295 350	
1679/2010 2172/2010	Notebooks	222	Aguardando entrega pelo fornecedor
1781/2010	Autoloader – para Backups	01	
3448/2009	Impressoras portáteis	150	
3743/2009 3746/2009 3747/2009	Impressoras laser, Matriciais e jato de tinta	398	
2863/2010	Monitores de LCD	500	Aguardando entrega pelo fornecedor
2550/2010	Sistema de Armazenamento (STORAGE)	01	Fase final de contratação
1192/2010	Placas de Recuperação	1.000	Fase final de contratação
1451/2010	Servidores pequeno porte Uas Servidores pequeno porte Suregs Servidores corporativos tipo I Servidores corporativos tipo II Unidade externa portátil para HD No Breaks		Processo em fase de assinatura da ata de registro de preço e contrato
2950/2010	Microcomputadores + Monitores	279	Processo em fase de assinatura de contrato

Fonte: Sutin

12.2.5.2 - Contratação de serviços de TI

Dentre as contratações de serviços de TI realizadas e em andamento, merecem destaque:

✓ Elaboração do Edital e Termo de Referência para a Contratação de Fábrica de Software para Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas, que se encontra em trâmite entre áreas internas da Companhia (administrativa e jurídica), com vistas ao oportuno certame licitatório.

✓ Readequação e republicação do Edital para aquisição de uma SOLUÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS JUDICIAIS E GESTÃO JURÍDICA, juntamente com os serviços de treinamento, customização, instalação, conversão de dados e suporte técnico, para atender à área Jurídica, baseada em plataforma livre (banco de dados e sistema operacional). O Pregão Eletrônico foi concluído com sucesso, com a identificação da vencedora do certame. O processo encontra-se em fase de conclusão, restando apenas a assinatura de contrato pelas partes.

✓ Aditamento do contrato firmado com a empresa Sênior Sistemas S/A., para prestação de serviços de atualização de versão, suporte técnico e manutenções corretiva, legal e evolutiva do sistema de gestão de recursos humanos utilizado pela Conab. Cabe destacar que, com respaldo neste contrato, foi realizada, no ano de 2010, a implantação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Companhia, aprovado pelo Dest no ano de 2009.

✓ Firmado contrato com a Embratel, no âmbito da Ata de Registro de Preços Conab, objetivando a expansão da capacidade dos canais de comunicação que compõem a rede corporativa de dados da Companhia.

✓ Realização de processo licitatório com vistas ao registro de preços de licenças de uso de solução para acesso remoto a aplicações (registro de 250 licenças, com proposta de aquisição imediata de 64).

✓ Renovação do contrato firmado com a empresa KM&M Engenharia de Sistemas LTDA., para a prestação de serviços de atualização de versão, suporte técnico e manutenções corretiva e evolutiva do Sistema de Administração Quantitativa de Armazenagem de Grãos–SAAGRA, operado por toda a rede de Unidades Armazenadoras da Conab e que automatiza as atividades do dia-a-dia dos armazéns.

✓ Renovação do contrato firmado com a empresa E-Sales Soluções de Integração Ltda., para a prestação de serviços de atualização de versão e suporte técnico à solução de transmissão de Notas Fiscais Eletrônicas–NF-e emitidas pelos sistemas internos da Conab.

✓ Renovação do contrato firmado com a empresa Cybernet Informática Ltda. para a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção de equipamentos de informática.

✓ Renovação do contrato firmado com o Serviço Federal de Processamento de Dados–Serpro, para a prestação de serviços de acesso corporativo à Internet, via Infovia.

✓ Renovação do contrato firmado com a empresa RTM-Rede de Telecomunicações para o Mercado, para a prestação de serviço de acesso à rede da CETIP–Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

✓ Renovação do contrato firmado com o Serviço Federal de Processamento de Dados–Serpro, para a prestação de serviços de acesso às bases de dados de Entidades do Governo Federal.

12.2.6 Portal da Companhia

Além dos sistemas anteriormente citados, o detalhamento sobre os documentos, artefatos e ações envolvendo a Tecnologia da Informação podem ser obtidos no Portal da Companhia, nos seguintes endereços:

a) Portfólio de Soluções e serviços de TI:

<http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1059&t=1>

b) Plano Diretor da Tecnologia da Informação – PDTI:

<http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1060&t=1>

c) Portal Interno dos Projetos de TI (Twiki):

<http://twiki.conab.gov.br/cgi-bin/twiki/view>

13. Informações sobre Cartões de Pagamento

Não se Aplica

14. Renúncias Tributárias

Não houve ocorrências no período.

15. - Atendimento às Determinações do TCU e OCI

15.1 – Recomendações TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab/ MAPA					2114
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	014.185/2008-0	150/2010			Of. 358/2010 – TCU/SECEX-MT
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso					87159
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Superintendência Regional da conab em Mato Grosso que se abstenha de realizar contratação de prestadores de serviços terceirizados para área fim, em atendimento ao artigo 37, Inciso II, da Constituição Federal, em conformidade com a pacífica jurisprudência deste Tribunal desde o Acórdão nº 62/1995-Plenário.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Sureg-MT					135209
Síntese da providência adotada:					
A determinação foi cumprida desde a constatação.					
Síntese dos resultados obtidos					
A tarefa foi absolvida por empregados efetivos oriundos de outras unidades, com pagamento de diárias e custos de deslocamento, visto a falta de pessoal na Unidade para realização da tarefa.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

15.2 – Recomendações OCI

Para a Nota de Auditoria da CGU (236104) no exercício de 2010 foi apresentado em janeiro de 2011 o relatório a seguir:

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso / MAPA			2114
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	236104	3.1.1.1	Of. nº1080/2011/GAB/CGU Regional/MT
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso			87159
Descrição da Recomendação:			
Após recebida a defesa dos empregados e caso seja apurado que exercem cargos de gerência ou administração em entidades privadas, adotar as medidas disciplinares cabíveis.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Setor de Recursos Humanos - SREH-SUREG-I - (87171)			87171
Síntese da providência adotada:			
Foi realizada comunicação aos empregados solicitando explicações e imediata regularização			
Síntese dos resultados obtidos			
Foi comprovado que os empregados que constavam na base cadastral como gerentes ou administradores regularizaram a sua situação funcional.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso / MAPA			2114
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	236104	3.1.2.1	Of. nº1080/2011/GAB/CGU Regional/MT
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso			87159
Descrição da Recomendação:			
O processo de composição de preços em pregão deve refletir o menor custo possível, caso haja produtos similares com as mesmas qualidades técnicas dos originais. Quando não houver tal certeza, existe a prerrogativa da Administração testar os produtos ofertados para fins de comparação com um padrão mínimo de qualidade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Setor Administrativo - SETAD-SUREG-I - (87172)			87172
Síntese da providência adotada:			
O procedimento recomendado será utilizado nos pregões a exemplo do que já foi adotado nas cotações eletrônicas de 2010, quando da constatação.			
Síntese dos resultados obtidos			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso / MAPA			2114
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	236104	3.1.2.2	Of. nº1080/2011/GAB/CGU Regional/MT
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso			87159
Descrição da Recomendação:			
Realizar licitação pra a contratação de serviços de telefonia fixa de curta e longa distância, na modalidade de pregão eletrônico			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Setor Administrativo - SETAD-SUREG-I - (87172)			87172
Síntese da providência adotada:			
Face a complexidade da licitação, uma vez que necessitamos de conhecimento técnico em telefonia para elaboração do Termo de Referência, estamos providenciando junto as empresas especializadas propostas de adequação de um sistema que possa ser licitado com todas as operadoras, já que hoje operamos com uma central virtual. A prioridade foi elencada para ser esgotada até o mês de junho/2011.			
Síntese dos resultados obtidos			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso / MAPA			2114
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	236104	3.1.3.1	Of. nº1080/2011/GAB/CGU Regional/MT
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso			87159
Descrição da Recomendação:			
Formalizar os processos de pagamentos com elementos que melhor caracterizem os eventos a que se referem, como a devida numeração das folhas, observando-se a ordem cronológica dos fatos e a inserção de todos os documentos que tenham dado origem a despesas registradas no sistema de empenho e pagamentos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Setor de Recursos Humanos - SEREH-SUREG-I - (87171)			87171
Síntese da providência adotada:			
Para a correção das falhas detectadas, no processo 21.212.000064/2010-75, foram atuados um processo de credenciamento e outro de pagamento, cujo procedimento foi estendido a todos os prestadores de serviços médicos ao SAS.			
Síntese dos resultados obtidos			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso / MAPA			2114
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	236104	3.1.3.2	Of. nº1080/2011/GAB/CGU Regional/MT
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso			87159
Descrição da Recomendação:			
Item 3.1.3.2 – 001 - Instruir os processos de pagamento de fornecedores do plano de saúde com toda a documentação que evidencie a regularidade da despesa. 002 – Recomendamos o credenciamento de profissionais na área médica para atuarem como peritos			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Setor de Recursos Humanos - SEREH-SUREG-I - (87171)			87171
Síntese da providência adotada:			
001 – Foram autuados os processos de pagamentos conforme recomendação, os quais demonstram a regularidade da despesa. 002 – A Superintendência de Mato Grosso não possui em seu quadro de pessoal empregados habilitados em perícias médicas, a forma de cumprir a recomendação requer uma contratação, mediante licitação (lei 8.666/93), cuja regularidade da falha apontada está prevista para o 1º semestre/2011.			
Síntese dos resultados obtidos			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso / MAPA			2114
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	236104	3.1.3.3	Of. nº1080/2011/GAB/CGU Regional/MT
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso			87159
Descrição da Recomendação:			
Aditivar o contrato prevendo o período para o pagamento, bem como as demais situações que configurem deveres para o contratante, passíveis de multa.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Setor Administrativo - SETAD-SUREG-I - (87172)			87172
Síntese da providência adotada:			
Foi elaborado Termo Aditivo para atendimento a recomendação.			
Síntese dos resultados obtidos			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso / MAPA			2114
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	236104	3.1.3.4	Of. nº1080/2011/GAB/CGU Regional/MT
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso			87159
Descrição da Recomendação:			
Observar o prazo contratual dos serviços prestados. Caso haja necessidade de continuação de serviços após o vencimento contratual, a Unidade deve providenciar novo certame licitatório, tempestivamente.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Setor Administrativo - SETAD-SUREG-I - (87172)			87172
Síntese da providência adotada:			
As locações dos veículos obedeceram a vigência contratual, entretanto, apenas as entregas de alguns ultrapassou a data de seu encerramento, em virtude de que os pontos mais distantes das operações de remoção, para os quais os veículos foram destinados, tiveram sua conclusão prorrogada. No entanto, a partir da constatação estabelecemos um controle entre a data de vigência do contrato e a devolução do veículo, para evitar este tipo de ocorrência.			
Síntese dos resultados obtidos			
Antecipação do início das providências para estabelecimento de novo contrato.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso / MAPA			2114
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	236104	3.1.3.5	Of. nº1080/2011/GAB/CGU Regional/MT
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso			87159
Descrição da Recomendação:			
A Unidade deve agir com rigor na formalização dos processos de despesas, incluindo a correta classificação das suas informações no sistema SIAFI. 002 – Verificada a existência de créditos orçamentários, a Unidade deverá promover a licitação, quando necessário para a aquisição de bens ou serviços, devendo o empenho ser feito por ocasião da contratação da despesa.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Gerência de Finanças e Administração – GEFAD-SUREG-I			87170
Síntese da providência adotada:			
001 – Os setores que demandam documentação junto a área contábil estão destacando os tipos de despesas para evitar que os registros contábeis sejam lançados incorretamente. 002 – Mesmo com a limitação técnica para emissão de pré-empenhos não adotamos mais a emissão de empenhos prévios para os procedimentos licitatórios.			
Síntese dos resultados obtidos			
Mais segurança nos resultados obtidos			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso / MAPA			2114
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	236104	3.1.3.6	Of. nº1080/2011/GAB/CGU Regional/MT
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso			87159
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos que a documentação relativa a licitações, contratos e repactuações sejam apensadas em um único processo, de modo a permitir um melhor exame das situações a eles afetos.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Setor Administrativo - SETAD-SUREG-I - (87172)			87172
Síntese da providência adotada:			
Os processos de licitação, aditamentos, repactuações e reequilíbrios, com valores superiores ao limite de Convite, são submetidos à análise das diretorias e áreas técnicas da Matriz e aprovados em reunião de diretoria colegiada, cujo trâmite perdura em torno de 60 dias. Assim, para não ocorrer descontinuidade processual, estabeleceu-se a abertura de 02 (dois) processos distintos, um para o processo de licitação, aditamentos, repactuações e reequilíbrios financeiros e outro para acompanhamento da execução e para os pagamentos.			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhor controle e agilização no desenvolvimento dos trabalhos			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso / MAPA			2114
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	236104	3.2.1.1	Of. nº1080/2011/GAB/CGU Regional/MT
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso			87159
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos ao gestor que exija do fornecedor cópias dos comprovantes de regularidade fiscal previstos no edital da concorrência e contrato, por ocasião dos pagamentos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Setor Administrativo - SETAD-SUREG-I - (87172)			87172
Síntese da providência adotada:			
O procedimento relativo a comprovação da regularidade fiscal é efetuada “on line” pela área financeira por ocasião realização dos pagamentos, através de consulta ao SICAF, cujo extrato é anexado à documentação contábil, consoante estabelecido na Instrução Normativa nº 005, de 21/07/1995. Foi repassada a orientação a todos os setores da Regional para juntada, nos processos de controle de pagamento, dos comprovantes de regularidade fiscal (CI Nº 967, DE 09/03/2011).			
Síntese dos resultados obtidos			

16. - Atendimento às Determinações da Unidade de Controle Interno

Auditoria de avaliação de Gestão – AVG (balanço) na Área Contábil e Financeira. Relatório nº 010/2010

Período: 25 a 29/01/2010

Recomendações expedidas pelo AUDIN			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Período	Item do RA
1	AUDIN nº010/2010	25 a 29/01/2010	713.1
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos à Sureg/MT/Prore analisar os processos referentes à empresa NB Armazéns Gerais Ltda, proceder a cobrança judicial e informar à Audin o número da Ação em Cobrança .			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			PRORE-MT
Síntese da providência adotada:			
As alterações de qualidade e perda de produto arroz, de responsabilidade da empresa NB Armazéns Gerais Ltda, referentes aos processos administrativos nºs 21200.0007361/2008-67 e 21200.000735/2008-12 foram ajuizadas mediante ação nº 2008.36.03.002117-1. Quanto a perda de 2.495 kg. de feijão anão, conduzida através do processo administrativo nº 21200.003586/2009-24 teve sua análise conclusa pela área técnica, que se posicionou pela baixa contábil da pendência, nos termos do item 4.2 da Res 011/2001.			
Síntese do resultado:			
Conforme 2010NL000082 de 3/9/2010, o processo 21200.003586/2009-24 o valor foi baixado . (de paulo.hayakawa em 16/02/2011 como Solucionado)			

Recomendações expedidas pelo AUDIN			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Período	Item do RA
2	AUDIN nº010/2010	25 a 29/01/2010	714.1
Descrição da Recomendação:			
Visando um melhor acompanhamento das operações de quitação dos débitos e atualização das informações, recomendamos à Sureg-MT/Gefad/Secof promover as devidas baixas, para fins de compatibilizar os saldos contábeis e extracontábeis.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			GEFAD/SECOF
Síntese da providência adotada:			
a) As diferenças entre os saldos contábeis e os constantes das planilhas foram equacionados, com os devidos registros contábeis b) O valor de R\$ 22.619,56, apontado como divergente na CPR Alimento entre o saldo contábil e a Planilha de Controle da Gedes foram corrigidos através das Notas de Lançamento nºs 2010NL000443 a 2010NL000470 da UG 135043.			
Síntese do resultado:			
Consoante resposta da Sureg/MT e demonstrado na planilha 714.1 em anexo, consideramos o item solucionado. (de joao.filho em 14/06/2010 como Solucionado)			

Recomendações expedidas pelo AUDIN			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Período	Item do RA
3	AUDIN nº010/2010	25 a 29/01/2010	714.2
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos à Sureg/MT analisar os saldos sem movimentação e buscar meios para notificar os proponentes, visando agilizar a liquidação dos débitos parados.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			GEDES
Síntese da providência adotada:			
A execução das CPRs com Doação Simultânea está transcorrendo de acordo com os cronogramas estabelecidos e seus faturamentos e baixas mensais. Quanto as CPRs Alimentos já foram realizadas diversas cobranças e recentemente foram renegociados os prazos para que os mutuários interessados efetuem o pagamento até dezembro/2010.			
Síntese do resultado:			
Consoante resposta da Sureg/MT, consideramos o item como baixado. (de joao.filho em 14/06/2010 como Baixado)			

Recomendações expedidas pelo AUDIN			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Período	Item do RA
4	AUDIN nº010/2010	25 a 29/01/2010	715.1
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos à SUREG/MT adotar providências de cobranças, visando o recebimento das faturas pendentes e informar à Audin a situação dos débitos dos itens 1 e 4			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			SECOF
Síntese da providência adotada:			
Pendência relativa ao Sr. Denilson Gomes Bocardi - o débito registrado de R\$32ml4 com vencimento em 10.01.2010 foi quitado e baixado em 31.05.2010 - 2010NS001715. Pendência relativa ao Sr. Zamir José Mendes - o débito de R\$54,46 tratava-se de apropriação em duplicidade, regularizada através da 2010NL000720(UG 135209) e da 2010NL000050(UG 135446). Pendência relativa ao Sr. José Carlos Pinheiro - produto vendido:2010RA000500 - 2010NL001253. Débitos relativos a armazenagem baixados:2010NL001328 e 2010NL001382			
Síntese dos resultados obtidos			
de em 02/02/2011 como Solucionado Item solucionado.			

Recomendações expedidas pelo AUDIN			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Período	Item do RA
5	AUDIN nº010/2010	25 a 29/01/2010	716.1
Descrição da Recomendação:			
Conforme se verifica, os saldos contábeis e extracontábeis não estão compatíveis. Recomendamos à Sureg-MT/Gefad/Sereh interagir com a área responsável para sanar as diferenças encontradas.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			SEREH/SECOF
Síntese da providência adotada:			
Os valores apontados como divergentes foram analisados e corrigidos através das Notas de Lançamento 2010NL00058, 2010NL000059 e 2010NL000060 da UG 135218 e 2010NL000708 e 2010NL000709 da UG 135209.			
Síntese dos resultados obtidos			
de joao.filho em 22/06/2010 como Solucionado Após análise da resposta e procedimentos da Sureg/MT, consideramos o item como solucionado.			

Recomendações expedidas pelo AUDIN			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Período	Item do RA
6	AUDIN nº010/2010	25 a 29/01/2010	717.1
Descrição da Recomendação:			
Item 717-1 - a - Recomendamos à Sureg-MT/Prore analisar os processos, providenciar o resgate dos Alvarás dos reclamantes mencionados, referentes às ações liquidadas, e encaminhar ao Secof os comprovantes/documentos hábeis para proceder a baixa contábil. b - Recomendamos à Sureg-MT/Secof analisar os casos dos reclamantes que constam no quadro de controle da Prore, providenciar o registro na conta e transferir os saldos da conta 1.1.2.5.1.03.00 para 1.2.1.2.3.00.00.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			PRORE/SECOF
Síntese da providência adotada:			
Os depósitos recursais foram devidamente corrigidos/informados , bem como os saldos da conta 1.1.2.5.1.03.00 foram transferidos para a conta de longo prazo nº 1.2.1.2.3.00.00.			
Síntese dos resultados obtidos			
de paulo.hayakawa em 16/02/2011 como Solucionado Conforme anexo 1352, da resposta da Sureg, foi atndida a recomendação - Solucionado			

Recomendações expedidas pelo AUDIN			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Período	Item do RA
7	AUDIN nº010/2010	25 a 29/01/2010	718.1
Descrição da Recomendação:			
Item 718.1 - Diante do exposto, recomendamos à Sureg/MT analisar os processos e adotar os procedimentos com vista a regularização da conta.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			SECOF
Síntese da providência adotada:			
A regularização da conta se deu através das NL'S 2011NI00018,00019 e 00277.			
Síntese dos resultados obtidos			
de em 17/02/2011 como Solucionado Conforme NLs 2011NI 00018,00019 e 00277 os itens foram atendidas. solucionado			

Recomendações expedidas pelo AUDIN			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Período	Item do RA
8	AUDIN nº010/2010	25 a 29/01/2010	719.1
Descrição da Recomendação:			
Item 719.1 – Diante do exposto, recomendamos à Sureg/MT analisar os processos e adotar os procedimentos com vista a regularização da conta.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			SECOF
Síntese da providência adotada:			
Os valores de R\$ 4.311,00, 1.583,87, 38.143,75, 2.567,58, 15.354, 26, 289,30 e 26.392,96 ficaram pendentes em razão do levantamento a ser realizado, os demais foram regularizados.			
Síntese dos resultados obtidos			
de joao.filho em 25/03/2011 como Baixado O item está sendo tratado no Relatório da Auditoria de Balanço de 2010. Será baixado.			

Recomendações expedidas pelo AUDIN			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Período	Item do RA
9	AUDIN nº010/2010	25 a 29/01/2010	720.1
Descrição da Recomendação:			
Item 720.1 – Diante do exposto, recomendamos a SUREG-MT analisar os fatos e adotar as providências com vista a regularização da conta.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			SECOF
Síntese da providência adotada:			
Conta parcialmente regularizada, restando pendente resultado para os trabalhos da Comissão designada pelo ATO DE SUPERINTENDÊNCIA nº 003/2011, substituído pelo ATO DE SUPERINTENDÊNCIA Nº 017/2011			
Síntese dos resultados obtidos			
de joao.filho em 22/03/2011 como Baixado Este item será baixado, pois está sendo tratado, no Relatório da Auditoria de Balanço do exercício de 2010.			

Recomendações expedidas pelo AUDIN			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Período	Item do RA
10	AUDIN nº010/2010	25 a 29/01/2010	721.1
Descrição da Recomendação:			
Item 721.1 – Recomendamos à Sureg/MT analisar os fatos, autuar o processo de apuração e providenciar o registro na conta de apuração.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			SECOF
Síntese da providência adotada:			
Os valores apresentados na conta foram inscritos na conta 19.913.10.00 através da Nota de Lançamento nº 2010NL000704 %3 UG 135209 e autuado processo administrativo para análise e apuração.			
Síntese dos resultados obtidos			
de paulo.hayakawa em 02/08/2010 como Solucionado Conforme a resposta da Sureg, consideramos item solucionado			

Recomendações expedidas pelo AUDIN			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Período	Item do RA
11	AUDIN nº010/2010	25 a 29/01/2010	722.1
Descrição da Recomendação:			
Item 722.1 - Diante do exposto, recomendamos à Sureg-MT analisar os fatos, autuar o processo de apuração, proceder os registros na conta 199131000 e solicitar a compensação dos valores junto à Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso, se couber			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			SECOF
Síntese da providência adotada:			
Valores registrados na conta 19.913.10.00, autuados e em processo de apuração			
Síntese dos resultados obtidos			
de joao.filho em 25/03/2011 como Baixado O item está sendo tratado no Relatório da Auditoria de Balanço de 2010. Será baixado.			

Recomendações expedidas pelo AUDIN			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Período	Item do RA
12	AUDIN nº010/2010	25 a 29/01/2010	723.1
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos à SUREG/MT interagir com a área responsável pelo sistema x-FAC, objetivando a regularização das diferenças apresentadas nos Estoques Governamentais, entre os saldos contábeis e os extracontábeis.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			SECOF
Síntese da providência adotada:			
a) diferença de R\$ 59.430,85 %3 UG 135210, refere-se a lançamentos irregulares no x-FAC, corrigidos com as emissões das notas fiscais de nºs 35.480, 35.481 e 3729. b) O valor de R\$ 457.720,66 %3 UG 135539, refere-se a erros na conta informada quando da liquidação e foram corrigidos através das Notas de Lançamentos nºs 2010NL000008 / 2010NL000010 / 2010NL000012 / 2010NL000014 / 2010NL000016 / 2010NL000018 / 2010NL000019 / 2010NL000021 / 2010NL000022 / 2010NL000023 / 2010NL000024 e 2010NL000027.			
Síntese dos resultados obtidos			
de joao.filho em 22/06/2010 como Solucionado Consoante resposta da Sureg/MT dos acertos efetuados, consideramos o item solucionado.			

Auditoria de acompanhamento de Gestão, no que se refere a regularidade operacional no programa de subvenção econômica Pepro.

Relatório AUDIN nº019/2010

Período : 12 a 23.07.2010

Recomendações expedidas pelo AUDIN		
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA
1	AUDIN nº019/2010	796.1
Descrição da Recomendação:		
Item 796.1 – Recomenda-se à SUREG/MT verificar junto à DIRAD a aquisição de equipamentos de numeração automática, para paginação dos processos, a exemplo de outras empresas e entidades com elevado número de processos.		
Providências Adotadas		
Sector responsável pela implementação		GEOPE/SECOM
Síntese da providência adotada:		
A partir das comprovações dos PEP's/PEPRO's leiloados para apoio à comercialização da safra 2009/2010 (início das comprovações em outubro/10), a área envolvida atuará processo por DCO e devidamente numerados os documentos pertinentes.		
Síntese dos resultados obtidos		
de fernando.sales em 18/03/2011 como Baixado. Em que pese a opinião do Auditor Interno José Romero, que entendemos como pertinente, temos que reconhecer as dificuldades elencadas pelo Superintendente, que são agravadas pelas peculiaridades características daquela Regional do Mata Grosso. Embora, nos casos dos dossiês de documentos referentes à operações ocorridas antes de outubro/2010, a formalização processual, ainda não tenha atendido plenamente a recomendação formulada, em posicionamento verbal, o Auditor Interno Antônio Martins, que esteve na Sureg-MT em janeiro/2011, esclarece que houve uma melhora considerável dos controles internos, no que se refere à ordenação cronológica dos documentos anteriores a outubro/2010 e organização na modalidade de processos, no que concerne à documentos das operações de programas governamentais, ocorridas a partir daquele mesmo mês. Fato que, no entendimento daquele auditor, poderia nos levar a considerar satisfeita a recomendação de auditoria nº 796.1. Diante do que se apresenta, é oportuno considerarmos a pendencia como BAIXADA, uma vez que o saneamento vêm sendo adotado, na medida do que é possível à Sureg-MT, não descartando novas averiguações e recomendações em futuros trabalhos de auditoria, nas operações da espécie.		

Recomendações expedidas pelo AUDIN		
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA
2	AUDIN nº019/2010	797.1
Descrição da Recomendação:		
a) Cumprir as orientações contidas no Regulamento e Aviso Específico, abstendo-se de aceitar comprovações não previstas no aviso; b) Confirmar o cancelamento do pagamento do prêmio ao arrematante, referente aos DCO's nºs 601.3017-2 e 601.3018-0, cientificando a Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e a Audin. c) Formalizar correspondência à DIRAB indagando se não cabe penalidade à Bolsa, por falta de orientação ao produtor rural Iraci Aparecido Lambóia, que operou pela primeira vez no PEPRO, enviando cópia a AUDIN.		
Providências Adotadas		
Sector responsável pela implementação		GEOPE/SECOM
Síntese da providência adotada:		
a) Alteração nos procedimentos de protocolo; b) solicitado cancelamento dos pagamentos (fax Sureg-MT 3645, de 22/07/2010; c) Encaminhado à DIRAB/SUOPE/GECOM (a que cabe a análise e a recomendação do procedimento consequente a ser a adotada) fax Sureg-MT nº 3615, de 20/07/10, informando das irregularidades quanto a comprovação dos dois DCOS (Aviso 133/09 DCO 601.3017-2 e 601.3018-0)		
Síntese dos resultados obtidos		
de jose.santiago em 08/02/2011 como Solucionado Considerando as respostas oferecidas bem como as devidas comprovações anexadas à CI SUREG/MT n.º 0420 de 31.01.2011 damos como plenamente solucionado esse trio de recomendações, pelo qual elogiamos a forma clara concisa e objetiva como as informações fora		

Recomendações expedidas pelo AUDIN		
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA
3	AUDIN nº019/2010	798.1
Descrição da Recomendação:		
Recomenda-se consultar a PROGE acerca da legalidade do procedimento de pagamento do prêmio ao arrematante, nessas condições, enviando cópia à AUDIN para conhecimento.		
Providências Adotadas		
Sector responsável pela implementação		GEOPE/SECOM
Síntese da providência adotada:		
Conforme informação da SEFAZ-MT, os postos fiscais não mais utilizam carimbos desde a implantação da Nfe, o que por si só justifica a falta de carimbos previsto nos Avisos, que desta forma deveriam ser modificados. Como no Aviso 237/09, o item “9.5.1.5, prevê-se que “na impossibilidade devidamente comprovada de aposição dos carimbos dos postos fiscais deverá ser apresentada a Cópia do Livro Fiscal do estabelecimento do destino do produto ou apresentação de declaração emitida pela Secretaria de Fazenda Estadual validando a Nota Fiscal”, entendemos que o COMPROVANTE DE NOTA FISCAL DE SAÍDA INTERNA/INTERESTADUAL com numero de comprovante e código de barra, é válido como declaração da SEFAZ, o que torna a documentação em conformidade com o Aviso. Tais documentos são validados pelos nossos técnicos junto ao site da SEFAZ-MT.		
Síntese dos resultados obtidos		
de jose.santiago em 17/03/2011 como Pendente É fato que no aviso 237/09, previa-se que: “na impossibilidade DEVIDAMENTE COMPROVADA de aposição de carimbos dos postos fiscais deverá ser apresentada a Cópia do Livro Fiscal do estabelecimento do destino do produto ou apresentação de declaração emitida		

Recomendações expedidas pelo AUDIN		
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA
4	AUDIN nº019/2010	799.1
Descrição da Recomendação:		
Alertar a Dirab, para aprimorar a análise dos documentos de comprovação para o pagamento de Prêmio, principalmente nas operações de algodão, na fase final de vendas ao consumidor final, onde solicita-se dos contadores a apresentação de planilhas contendo números e valores de notas fiscais de vendas, sem contudo poder certificar de sua veracidade, evitando assim pagamento de notas fiscais em duplicidade e/ou mesmo pagamentos indevidos.		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		
GEOPE/SECOM		
Síntese da providência adotada:		
Com relação aos DCO's 653-5323-4 e 653-5324-2, foi informada a DIRAB/SUOPE/GECOM (fax conab/sureg/nº 4641, de 11.09.10), alertando sobre a apresentação em duplicidade de notas fiscais em DCO diferentes. Em oportunidades anteriores, já havíamos alertado para a ocorrência deste tipo de situação, fato que, inclusive foi motivo de reunião junto a SUTIN e determinação de Diretoria para o desenvolvimento de Sistema de TI que auxiliasse nesses cruzamentos por meio de Banco de Dados das notas fiscais utilizadas nas comprovações de qualquer dos instrumentos de subvenção.		
Síntese dos resultados obtidos		
de jose.santiago em 18/03/2011 como Baixado O assunto, referente a falta de um sistema informatizado que possibilite o cruzamento de dados como Notas Fiscais, que iniba a apropriação de documentos fiscais em duplicidade nas operações de pagamento de subvenções já é do conhecimento da Diretoria da Conab.		

Recomendações expedidas pelo AUDIN		
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA
5	AUDIN nº019/2010	800.1
Descrição da Recomendação:		
Providenciar o ressarcimento dos valores pagos indevidamente ao produtor/arrematante, através do DCO n.º 00.653.5324-2, informando a providência à Audin.		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		GEOPE/SECOM
GEOPE/SECOM		
Síntese da providência adotada:		
Todos os dossiês que apresentaram NF da TBM estão sendo reanalisados (29 processos) e só após a conclusão, em conjunto com a SUOPE/GEOPE, avaliaremos as alterações necessárias para assegurar a legalidade da operação. Foi informado ao arrematante das irregularidades e deduzido do valores a receber os valores pagos		
Síntese dos resultados obtidos		
de jose.santiago em 24/03/2011 como Solucionado Consoante a CI SUREG-TO n.º 1088 de 22.3.2011 e a vasta documentação comprobatória dos procedimentos adotados visando a correção das inconsistências detectadas, plenamente satisfeitas. Assim damos por solucionado a pendência porquanto parabenizamos as ações tomadas, reconhecendo as dificuldades operacionais encontradas por essa Regional para esse atendimento.		

Recomendações expedidas pelo AUDIN		
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA
6	AUDIN nº019/2010	801.1
Descrição da Recomendação:		
Reanalisar todas as comprovações dos avisos envolvendo a empresa TBM Têxtil Indústria e Comércio S.A., referente às operações de Pepero algodão de 2009 a julho de 2010, encaminhando as inconsistências de comprovação à Prore/MT para análise e posicionamento quanto a legalidade, em vista do que dispõe o item 9 - Das condições para fins de comprovação da operação, e a forma como ela efetivamente acontece, ou seja, considerando a situação em que se encontra funcionando essa empresa no Estado de Mato Grosso, especialmente quanto as planilhas de venda do produto beneficiado a terceiros, já que não possui indústria de fiação no Estado, remetendo cópia das providências à Audin; b) Cientificar às demais Superintendências de destinos desses avisos, os fatos controversos relatados e evidenciados, afim de evitar problemas semelhantes, naquelas Regionais, encaminhando cópia à Audin.		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		GEOPE/SECOM
Síntese da providência adotada:		
Todos os dossiês que apresentaram NF da TBM estão sendo reanalisados (29 processos) e só após a conclusão, em conjunto com a SUOPE/GEOPE, avaliaremos as alterações necessárias para assegurar a legalidade da operação, inclusive com pedidos de ressarcimento de pagamentos eventualmente feitos indevidamente. Quanto ao funcionamento da empresa, conforme informado pela SEFAZ, há um TERMO de Acordo entre o Governo do Estado de Mato Grosso e a Empresa TBM Têxtil Bezerra de Menezes S/A com tratamento especial e autorização para movimentação de produto para industrialização em outra UF até que a planta industrial de Rondonópolis seja concluída (prazo determinado no Acordo). Foi encaminhado fax a SUOPE/GEOPE para tomar as providências adequadas comunicar às demais Suregs.		
Síntese dos resultados obtidos		
de Jose.Santiago em 15/02/2011 como Solucionado Considerando as respostas oferecidas, bem como a substancial gama de documentos e informações acerca de solicitação de providências para o desenvolvimento de Sistema de Tecnologia da Informação que auxilie as Superintendências Regionais e Matriz na análise, conferência e liberação para pagamento com segurança, dos processos relativos aos programas de subvenção econômica em seus diversos instrumentos de intervenção (VEP, PEP, PROP,...) e também às operações do Programa de Aquisição do Governo Federal – PAA (CDAF, CPR-Estoque e CPR-Doação), que certamente subsidiarão e muito esta AUDIN, nos esforços de parceria com as Sureg's visando solucionar essa necessidade recorrente de adequação dos controles internos administrativos da Companhia ao montante de operações desenvolvidas, evitando probabilidade de pagamentos em duplicidade e/ou indevidos, pela falta de um controle efetivo que evite colocar em “risco” recursos do Tesouro Nacional, e a imagem institucional da Companhia.		

17. - Informações Relevantes da Unidade

No decorrer do exercício de 2010, muitas atividades e seus problemas operacionais foram sendo administradas e resolvidas, porém outros tantos dos problemas referentes às estruturas física e organizacional e recursos humanos, aspectos administrativos e funcionais influenciaram os resultados apresentados no Relatório de Gestão da Sureg-MT. Dentre os fatos significativos podemos destacar os seguintes.

17.1. ESTRUTURA FÍSICA

O aumento no volume de atividades da Regional continua sendo uma constante e os espaços disponíveis no prédio da sede em Cuiabá são insuficientes e inadequados.

A Sureg-MT atua, desde 1993, em um prédio locado com 4 pavimentos com uma área útil de 650m² mais um anexo de 450m², perfazendo área total de 1.100m². A parte principal do prédio, que foi adaptado parcialmente, abrigava originalmente um conjunto de 12 apartamentos. Não atende às exigências da legislação no que tange ao acesso facilitado aos portadores de deficiência, por exemplo, pois não dispõe de rampas apropriadas e elevador. Igualmente não dispõe de estacionamento com número suficiente de vagas para os empregados e visitantes.

Atualmente, grande parte do arquivo de documentos (fiscais e operacionais) encontra-se em um armazém, espaço inadequado para tal finalidade, com problemas em relação à temperatura, poeira, insetos, roedores e segurança. Iniciamos uma reforma para melhor adequar a distribuição do arquivo dentro de um dos armazéns, o que, apesar de não ser o adequado deverá atender provisoriamente.

As Unidades Armazenadoras localizadas em Rondonópolis, Sorriso, Sinop, Diamantino e Alta Floresta também têm problemas de estrutura física. Trata-se de construções com mais de 20 anos, consequentemente com deteriorações normais face à ação do tempo, principalmente nas coberturas. Foram relacionados projetos de grande porte para manutenção dessas Unidades, mas ainda não autorizados a dar o devido prosseguimento, inclusive com contratação de empresa especializada para tal, visto que não dispomos de técnicos especialistas suficientes para atender a toda a demanda, tais como engenheiros nas suas diversas especialidades de modo a atender aos requisito legais quando da preparação dos editais de licitação. Algumas Unidades apresentam problemas crônicos na cobertura e isolamentos de paredes, o que levou a priorizar a retirada dos produtos armazenados para evitar perdas de produto e prejuízos ao erário público.

17.2. ESTRUTURA DE PESSOAL

As ações da Conab no Estado de Mato Grosso, 2º maior produtor de grãos do País, têm gerado volume de trabalho superior à capacidade de execução da Regional. O pequeno contingente de pessoal, tanto da área técnico-operacional, quanto das áreas que sofrem os reflexos indiretos dessas operações (contábil e administrativa), resume-se a 112 empregados em efetivo exercício.

Do total de empregados (129), a Sureg-MT tem 33 empregados com nível de escolaridade de Ensino Fundamental e outros 54 com Ensino médio, o que representa mais de 69,2% . Ainda, temos como agravante o fato de que muitos dos empregados estão em fase de pré-aposentadoria , visto que 46,5% deles estão na faixa etária acima de 50 anos. Outros 44,9% possuem idade entre 41 e 50 anos de idade. Somente 2 empregados tem idade de até 30 anos.

Assim como na Sede, as Unidades Armazenadoras vivenciam os mesmos problemas, agravando-se a situação, pelo fato de que mais da metade do quadro de pessoal é formada por Auxiliares de Serviços Gerais – ASG, na faixa etária de 48 anos, em média, e muitos já não têm condições físicas de executar determinadas atividades operacionais e estão impedidos legalmente de exercer determinadas atividades, tal como a manipulação de inseticidas (usados para expurgo e tratamento em produtos armazenados).

Torna-se premente a necessidade de medidas que busquem a revitalização do quadro de RH da Sureg-MT, tais como, intensificar o treinamento dos atuais empregados, principalmente dos anistiados; contratação de novos empregados; reenquadramento dentro das funções desenvolvidas e um plano de desligamento incentivado, de forma escalonado, contemplando a transferência de conhecimentos para os novos contratados, visando resguardar a cultura e a excelência técnica da organização.

17.3. ESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Continuam os entraves para um bom desenvolvimento e resultados positivos das atividades realizadas na Sureg, que poderiam ser otimizadas com a implantação de softwares adequados para o controle informatizado das **operações de subvenções e tramitação de documentos** da Superintendência.

Para atender às exigências da Secretaria Estadual de Fazenda – SEFAZ/MT na emissão das Notas Fiscais Eletrônicas, implantou-se de um sistema (x-FAC) que ainda apresenta problemas (não disponibilidade em tempo integral) e não está totalmente concluído. O novo software de **controle de operações de comercialização e estoques de produtos** tem apresentado diversos problemas operacionais, principalmente pelo grande volume de manutenções que se está fazendo no sistema e pelos problemas de qualidade na rede de comunicação da Companhia.

17.4. Estrutura Organizacional

A Sureg-MT é composta por um Superintendente com dois órgão de *staff*, um Assistente e uma Procuradoria Jurídica - PRORE, e três órgãos de linha: GEOPE – Gerência de Operações, GEFAD – Gerência Financeira e Administrativa e GEDES – Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico. Subordinado hierarquicamente ao Superintendente estão também cinco Unidades Operacionais – UA RONDONÓPOLIS, UA DIAMANTINO, UA SORRISO, UA SINOP e UA ALTA FLORESTA. As gerências se subdividem em oito **Setores**.

A atual estrutura organizacional foi implantada há 6 anos e teve como principal modificação, em relação a anterior, a redução de dois setores, ocorrendo a seguinte fusão: O **Setor Fiscal** e **Setor Contábil**, formaram o atual **SECOF**; o **Setor de Material** e **Setor de Serviços Gerais**, formaram o atual **SETAD**.

Desta modificação, a que causa maior impacto é ausência de setor específico para tratar dos assuntos inerentes aos tributos, pois a legislação é extensa e com frequentes modificações, necessitando de atendimento especializado, mantendo no setor um conjunto de atividades com o mesmo objetivo: fiscal (tributos).

No Setor Administrativo – SETAD a situação não é diferente, agravando-se em razão do Princípio da Segregação de Função, que já foi objeto de relatório da CGU (gestão 2006), pois o mesmo funcionário responsável pelas contratações (material/serviços) é aquele que responde pelo

controle (contrato/almoxarifado/patrimônio), cujas atividades são regulamentadas nas próprias normas da Companhia.

Desta forma, sugere-se que o SETAD seja desmembrado, surgindo um que realize as atividades de contratações (licitações e dispensas) e outro de controle (contrato/almoxarifado/patrimônio).

17.5. Impactos na Gestão

O volume significativo de atividades que a Sureg-MT desenvolveu durante o exercício de 2010, que teve novo aumento devido às modificações realizadas nos Regulamentos e Aviso de PEP e PEPRO, gerou milhares de operações de subvenção, com considerável movimentação financeira, pagamentos e créditos de milhões de Reais em tributos federais, estaduais e municipais; geração de centenas de empregos diretos e outros tantos indiretos; movimentação de produtos; incentivos ao aumento de produção de alimentos; doações de alimentos; treinamentos e incentivos à educação de empregados e seus dependentes.

O trabalho em benefício do produtor rural e do povo brasileiro, enquanto tarefa da Conab, garante o abastecimento regular no país e favorece preços justos ao consumidor. Contudo, tal tarefa somente será realizada satisfatoriamente com a participação dos gestores das Superintendências Regionais, no que se refere às atividades que impactam a operacionalização das mesmas.

Verificadas as soluções para os problemas estruturais, a inclusão das Suregs na sugestão dos níveis de investimentos e de custeio – compras de veículos, equipamentos, manutenções, melhorias nas instalações; participação nas pré-definições das operações de subvenção – volumes, regiões no Estado, produtos, preços, motivos e objetivos para a realização das mesmas; acompanhamento dos objetivos da política em seminários e tele-conferências internas da Companhia, favorecerá uma maior articulação de ações e eficácia nos resultados da Companhia, como um todo.

Apesar das limitações de instalações e de estrutura em geral apresentadas, a Sureg-MT contribuiu em 2010 para a efetivação no alcance de sua missão enquanto empresa do Governo Federal: ***“Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e da execução das políticas agrícola e de abastecimento.”***

Reduzir tais limitações agregaria considerável potencial de ação à Sureg-MT, conduzindo o próximo exercício à produtividade e a melhoria de resultados para a vasta população com a qual está envolvida e/ou para seus beneficiários.

18 – Informações Contábeis

18.1 - Declaração do Contador Responsável

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB - Superintendência Regional do Mato Grosso - SUREG/MT			135209
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentários, Financeiro e Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstas na Lei nº4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta as Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Cuiabá - MT	Data	30/04/2011
Contador Responsável	ODIRLEY DIAS DE SOUSA	CRC nº	MT009359008

18.2 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 4,320/64

A Conab está dispensada de apresentar estas demonstrações por executar sua contabilidade no SIAFI

18.3 – Demonstrações Contábeis Lei n.º 6.404/76

a) DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS - 6.404/76

Consoante o disposto na Nota Técnica nº 308/2007-DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 14 de fevereiro de 2007, encaminhado a Conab por meio do ofício nº 4447/2007/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 14 de fevereiro de 2007, há uma impossibilidade para o desmembramento ou composição em partes dos demonstrativos elaborados em consonância com a lei 6.404/76. Assim sendo, em face das adequações promovidas pela CGU/TCU nos processos de contas da Conab, foram anexados os demonstrativos globais da Companhia nos processos individualizados (Matriz e Superintendências Regionais).

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2010.

Rubinaldo Lameira dos Santos
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC-DF Nº 9252-O

b) Balanço Patrimonial – Lei n.º 6.404/76

anexo IV – Balanço Patrimonial Exercício findo em 31/12/2010 ATIVO

anexo V – Balanço Patrimonial Exercício findo em 31/12/2010 PASSIVO

d) Demonstração dos Fluxos de Caixa

anexo VI – Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercício findo em 31/12/2010

e) Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

anexo VII – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercício findo em 31/12/2010

f) Demonstração do Valor Adicionado

anexo VIII – Demonstração do Valor Adicionado Exercício findo em 31/12/2010

g) Demonstração do Resultado

anexo IX – Demonstração do Resultado Exercício findo em 31/12/2010

h) NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	12	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	13	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	14	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	15	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	16	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	17	Créditos do Tesouro Nacional – Estoques Públicos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	18	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	19	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	20	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Créditos em Cobrança	21	Convênios/Cooperação Técnica
11	Devedores – Entidades e Agentes		

NOTA - 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e encontram-se em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA - 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 107 e 110/2010, apenas a Conab/Sede e as Superintendências Regionais nos estados do Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia e Tocantins, apresentam Processo de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas a contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA - 3. ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

NOTA - 4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a. Equivalente de Caixa : Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais;

b. Créditos a Receber: as contas a receber decorrentes da comercialização de serviços e mercadorias são registradas, no momento em que são entregues e aceitas pelos clientes;

c. Estoques Públicos: a formação e manutenção de Estoques Públicos é executada com orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/04;

c.1. Demais Estoques: os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável;

c.2. Valor Presente dos Estoques: em face das mudanças introduzidas pela Lei n.º 11.638/07, os Estoques de Mercadorias p/ Alienação, no total de R\$4.138.198 mil, foram avaliados e comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da CONAB, da 2ª quinzena de dezembro de 2010, constatando-

se que o valor contábil é compatível com o valor presente desses estoques por se tratarem de estoques públicos, sob a guarda da CONAB, eles são garantidos pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, não havendo expectativa de perda na realização desses estoques;

d. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica;

e. Almoxarifado: os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição;

f. Investimentos: os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades;

f.1 Provisões: no exercício de 2010, foi registrada provisão no valor de R\$8.061 mil; destinada à cobrir possíveis perdas, relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatais;

g. Seguros: a Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc);

h. Imobilizado: demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98;

h.1 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): no exercício de 2010, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial;

i. Benefícios a empregados: o plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença;

j. Ajustes de Exercícios Anteriores: os ajustes de exercícios anteriores, conforme definidos na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2010 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor deverá ser absorvido pela equalização dos estoques governamentais;

k. Reconhecimento da Receita

k.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando da efetiva realização desses

serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias;

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados;

l. Provisões para Contingências: encontram-se provisionadas as Contingências Praticamente Certas; no exercício de 2010 foi provisionado a quantia de R\$10.919 mil, valor este oferecido a tributação para fins de apuração da IRPJ e CSLL;

m. Regime de Tributação: para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita, são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

n. Demonstração do Resultado Abrangente: Até o exercício de 2010 não havia registro de valores que se enquadrassem no conceito contábil de “Valor Abrangente”; portanto, não existe demonstração a ser apresentada.

NOTA - 5. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
ICMS a Compensar	285.410	294.861
IRRF a Compensar	33	578
Contribuições Outros Impostos	93	79
Total de Créditos Tributários - Circulante	285.536	295.518

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de produtos, predominantemente de produtores rurais para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA - 6. LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

O montante de R\$73.465 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2011, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e convênios.

NOTA - 7. RECURSOS A RECEBER DO TESOUREIRO NACIONAL

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 2 – Encerramento do Exercício, subitem 2.2.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$150.314 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

1. R\$5.482 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2010, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;

2. R\$28.373 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2010, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);

3. R\$116.459 mil referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2011;

Os valores acima estão registrados, por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas "11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO" e "11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA", criadas para registro automático desses valores e cujos efeitos se anulam.

Foram registrados pelos Órgãos Concedentes, mediante processo manual, na conta Recursos a Receber por Transferência, o total de R\$15.965 mil, relativo aos Recursos a Receber, em decorrência de Termos de Cooperação Técnica, com o MDA, MDS e outros Órgãos.

NOTA - 8. DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$26.622 mil correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias e prestação de serviços de armazenagem.

NOTA - 9. CONTAS A RECEBER

São oriundos das alienações de bens patrimoniais, da folha de pagamento e de outros créditos relacionados às operações da Companhia, de curto e longo prazo.

a. Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Créditos por Alienação de Bens	4.377	5.686
Créditos por Cessão de Pessoal	706	876
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores ⁽¹⁾	10.860	8.475
Créditos por Infrações Legal/Contratual ⁽²⁾	160.732	155.974
Subtotal – Circulante	176.675	171.011

⁽¹⁾ incluem recursos relativos ao Programa de Assistência à Saúde – SAS, Salário Família e outros

⁽²⁾ Em consonância com as orientações contidas no manual do SIAFI, MACROFUNÇÃO 02.11.38, os débitos dos armazenadores, pertinentes aos desvios e perdas de produtos dos Estoques Governamentais, estão registrados na conta "11219.19.00 – Créditos por Infrações Legal/Contratual".

b. Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Créditos por Alienação de Bens	10.548	5.067
Títulos a Receber	29.902	29.741
Outros Créditos	656	382
Créditos a Receber em Poder da Justiça	130.003	123.313

Subtotal – Não Circulante	171.109	158.503
Total – (Circulante + Não Circulante)	347.784	329.514

NOTA - 10. CRÉDITOS EM COBRANÇA

Créditos a receber surgidos no curso normal dos negócios da Companhia, possuem expectativa de perda; entretanto, de acordo com o item 26 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005, estes valores são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável à Companhia (não contabilizados). Quanto aos créditos relativos às perdas em armazenagem dos estoques públicos, estes possuem garantia real nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04.

Esses créditos estão atualizados monetariamente, mais juros de 1% a.m, até 31/12/2010 e, portanto, representam a cifra de R\$2.098.976 mil, registrados em controles extra-contábeis, que atendem ao conceito contábil de “valor presente”, com a seguinte composição:

Em R\$ mil

Descrição	Posição em 31/12/2 010	Posição em 31/12/200 9
Ajuizados	1.946.235	1.735.601
Encaminhado para Ajuizamento	10.636	17.131
Cobrança em Andamento (administrativa)	4.508	3.608
Outros ⁽¹⁾	137.597	131.820
Total	2.098.976	1.888.160

⁽¹⁾ Remetido para instrução judicial, Composição de dívida, pagamento em juízo, Cobrança suspensa por determinação judicial.

NOTA - 11. DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos direitos a receber de Entidades Federais e da União, relativos às equalizações de preços de produtos e indenização de despesas de armazenagem dos Estoques Reguladores e Estratégicos; créditos parcelados originados de perdas de estoques governamentais depositados em armazéns de terceiros, objeto de acordos firmados entre as partes.

A conta Recursos da União registra os valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos dos meses de setembro a dezembro de 2010 e o valor de indenização de armazenagem de produtos dos estoques públicos de dezembro de 2010, a receber do Tesouro Nacional, estando assim demonstrada:

a. Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Entidades Devedoras - Federais	25.244	11.791
Créditos Parcelados	31	26
Recursos da União	94.140	63.759
Total – Circulante	119.415	75.576

b. Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Entidades Federais	15.163	38.239
Créditos Parcelados	102	102
Créditos a Recuperar	83	93
Total – Não Circulante	15.348	38.434

Em R\$ mil

NOTA - 12. RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, com predominância de causas trabalhistas em andamento, registrados no não circulante, totalizando R\$120.748 mil.

NOTA - 13. BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O valor de R\$364.341 mil representa o saldo a receber dos adiantamentos concedidos nos exercícios de 2003 a 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2010; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Esses estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Estoques de Mercadorias	4.138.198	3.355.194
Estoques de Almoxarifado	1.232	1.447
Estoques em Trânsito	3.240	1.486
Compra Antecipada - CPR	364.341	342.638
Estoques de Distribuição	1.821	0
Total	4.508.832	3.700.765

Em R\$ mil

13.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparado e mantida com os recursos previstos na Portaria

Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em Déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2010, as equalizações totalizaram R\$201.862 mil (duzentos e um milhões, oitocentos e sessenta e dois mil).

NOTA - 14. ENDIVIDAMENTO

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2010, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$5.446.380 mil e não havia obrigações vencidas. Portanto, já expressas em valor presente.

No passivo não circulante, as obrigações totalizavam a cifra de R\$15.360 mil, pertinentes a depósitos e cauções, cujas operações apresentam pendências de natureza operacional, tratando-se, portanto, de obrigação não exigível de imediato.

NOTA - 15. DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$11.689 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e outros.

NOTA - 16. CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Passivos Contingentes – Provável

Ações Trabalhistas

A Conab é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou Entidades representativas da categoria. As provisões de “perdas prováveis ou praticamente certas” são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos: desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicional de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações Tributárias

As demandas fiscais classificadas com risco “perdas prováveis ou praticamente certa” representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração

lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos planos econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da Conab dispensadas as exigências editalícias de regularidades no Cadin e no Sircoi, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial e judicial e outros pedidos.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2009	2010	2009	2010
Cível	34.791	57.034	54.408	65.003
Trabalhista	11.249	41.068	29.792	51.116
Tributária	1.679	8.109	390	23.490
Total	47.719	106.211	84.590	139.609

Passivos Contingentes – Possível

Ações Trabalhistas

A Conab é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de “perdas possíveis” podem ser dispensadas de constituição provisional e são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos, em especial daqueles oriundos da anistia administrativa (Lei nº 8.878/94): licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingresso no instituto de previdência social da Conab (Cibrius) sem o devido pagamento da joia, indenizações por danos morais e materiais, desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria e outros.

Ações Tributárias

As demandas fiscais classificadas com risco “possíveis” podem ser dispensadas de constituição de provisão e representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos Planos Econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da Conab dispensadas as exigências editalícias de regularidades no Cadin e no Sircoi, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial, judicial e outros pedidos.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2009	2010	2009	2010
Cível	161.772	129.517	164.615	152.336
Trabalhista	61.234	79.302	82.368	107.708
Tributária	2.927	108.704	7.847	109.123
Total	225.933	317.523	254.830	369.167

Ativos Contingentes – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais visando restituir indébitos tributários, reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável à Companhia (não contabilizados), de acordo com o item 26 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se as ações que visam indenizações e a cobrança, por quebra de garantias ou infrações contratuais, que representem perdas e danos para a Companhia, também reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2009	2010	2009	2010
Cível	207.931	311.182	1.025.130	792.718
Trabalhista	40	241	188	235
Tributária	42	212	46	56
Total	208.013	311.635	1.025.364	793.009

NOTA - 17. CRÉDITOS DO TESOIRO NACIONAL – ESTOQUES PÚBLICOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2010, corresponde a R\$4.548.342 mil.

NOTA - 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social: o capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b. Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2010, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R\$2.151 mil e R\$5.825 mil, respectivamente;

b.1. Reserva Legal e Dividendos: Foi calculada e provisionado a Reserva Legal e os Dividendos, de conformidade com o disposto no inciso I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$514 mil e R\$2.439 mil, respectivamente;

c. Resultado do Exercício: o resultado da Companhia é o conjunto da movimentação econômica das operações realizadas com estoques públicos envolvendo a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, operações oriundas de Contratos Públicos de Opção de Venda, Agricultura Familiar e aquisição de alimentos para doação. As demais operações são representadas pelas atividades de armazenagem e de administração. No exercício de 2010, a Companhia apurou lucro na ordem de R\$18.247 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$10.271 mil.

NOTA - 19. DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2010, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica “**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR PERDAS E DANOS**”, saldo do grupo aumentou para R\$31.357 mil:

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2009	31.108
2010	31357

NOTA - 20. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL - CIBRIUS

a. Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, qualificada como Patrocinador - Principal e o próprio CIBRIUS – Instituto Conab de Seguridade Social.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2010 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o Salário de Participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2010, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2010 e 2009, respectivamente, foi de R\$40.407 mil e R\$50.030 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

b. Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, biênio 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2010, a Conab efetivamente gastou com o SAS, já descontada a participação dos empregados, o montante de R\$21.971 mil, beneficiando 4.338 empregados e seus dependentes. O saldo a receber, em 31/12/2010, referente à participação financeira dos empregados é de R\$10.493 mil.

NOTA - 21. CONVÊNIOS/COOPERAÇÃO TÉCNICA

a. Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, consequentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: 1. Implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; 2. Modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); 3. Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); 4. Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica, Social e Ambientalmente Sustentáveis; e 5. Promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretária de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ. Em 2009, as ações do projeto, receberam repasses de recursos próprios da Conab, de outros Órgãos do MAPA, do MDA e, ainda, do Ministério da Pesca.

O montante dos recursos repassados foi:

Em R\$ mil

Descrição	Exercícios	
	2010	2009
Repasse – Recursos Próprios	3.058	2.129
Repasse – Recursos Outros Órgãos	521	2.485
Total de Repasses	3.579	4.614

b. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.081 municípios e 94 mil pessoas (produtores/famílias), sendo adquiridas 226 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos n.º 6.447, de 07/05/2008 e n.º 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$362.500 mil no ano de 2009 e R\$379.700 mil no ano de 2010.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2010.

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR

PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA

DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE

DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

DIRETOR ADMINISTRATIVO

SILVIO ISOPO PORTO

DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS

SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/O-8 CPF:067475232-53



18.4 – Informações Sobre a Composição Acionária do Capital Social

Composição do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

Rubinaldo Lameira dos Santos

Superintendência de Contabilidade

Superintendente

Contador CRC DF 009252/0-8

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2010				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB				
Ações Ordinárias - 100 %				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Governamental	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		100%	100%	100%
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Governamental	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		-	-	-

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 009252/O-8

Composição Acionária da UJ como investidora

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES					
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2010					
Denominação completa:					
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB					
Ações Ordinárias - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2008 (R\$)	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	23	CONAB	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	CONAB	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento – FND (1)	1.110.475,12	CONAB	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	BNDES	739.574,91	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	CONAB	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	CONAB	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	CONAB	81.444,72	81.444,72	81.444,72
Cia Integrada Des. Agrop. de AL. - CIDAL	1.099.730	CONAB	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	CONAB	96.486,58	96.486,58	96.486,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	742.667.252	BNDES	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras. De Participação Agroin. - BRASAGRO	1.723.142.393	CONAB	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	BNDES	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	CONAB	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (2)	19.203	CONAB	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840	BNDES	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225.365	CONAB	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10.072	CONAB	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia de Ent. Arm. Gr. de S. Paulo	108.858	BNDES	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná – CODAPAR	159.025,149	CONAB	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	64.137	BNDES	1.047,43	1.047,43	1.047,43
CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	BNDES	9.251,20	9.251,20	9.251,20
CESA - Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	BNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
Total	11.246.571.800	=====	24.283.767,98	24.283.767,98	24.283.767,98

Ações Preferenciais - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2008 (R\$)	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	21.841	BNDES	0,00	838.265,17	838.265,17
Sanyo da Amazônia S/A	225.439	BNDES	840,02	840,02	840,02
Ribeiro Cordeiro Ind. Com. – Ricosa	4.244	BNDES	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	CONAB	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/A	696	CONAB	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	10	BNDES	1.720,50	1.720,50	1.720,50
Agrícola Vale do Mangereba Ltda	24.034	CONAB	35.304,54	35.304,54	35.304,54
Cicanorte - Ind. de Conservas	1.581	BNDES	8.411,24	8.411,24	8.411,24
CCN - Cia de Coco do Nordeste	70.229	BNDES	4.906,60	4.906,60	4.906,60
Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	BNDES	1.395,27	1.395,27	1.395,27
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	1.963.531.952	BNDES	10.006.467,00	10.006.467,00	10.006.467,00
Logasa Indústria e Comércio S/A	78.040	BNDES	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	BNDES	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	6	BNDES	840,03	840,03	840,03
Ciama Exp. Ind. e Exportadora Ltda	141.008	CONAB	4.542,66	4.542,66	4.542,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	214.806	BNDES	3.508,03	3.508,03	3.508,03
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A	11.374	BNDES	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356	BNDES	16.513,39	16.513,39	16.513,39
Total	1.967.220.957	=====	10.742.262,12	11.580.527,29	11.580.527,29

Observação: Título em poder do BNDES e CONAB

(1) Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste

(2) Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art. 183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da CONAB são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da CONAB, está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei nº 9.491, de 09/09/1997 e Decreto nº 1.068, de 02/03/1994.

Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 009252/O-8



18.5 – Parecer da Auditoria Independente

Ver anexo X

19 - Remuneração Paga aos Administradores

A Conab vinha praticando a fixação dos honorários de seus dirigentes tomando como base a remuneração de empregado considerado paradigma, conforme o disposto no art. 3.º, item II, § 1.º e 2.º, alíneas a, b, c, d, do Decreto-Lei n.º 2.355, de 27 de agosto de 1987, tendo como última alteração nessa base o mês de janeiro/2010.

As novas orientações do DEST/MPOG, por meio do OF n.º 434/DEST-MP, de 14 de maio de 2010, recomendam que o estabelecimento dos honorários dos diretores sejam fixados de forma desvinculada da remuneração dos empregados da Companhia, oportunidade em que foram elaboradas as planilhas demonstrativas ora constantes do processo n.º 1.534/2010, em tramitação no âmbito da Presidência da Conab.

A remuneração dos Conselhos Fiscal e Administrativo é fixada na forma da Lei n.º 9.292/96 e parágrafos 3.º e 6.º dos artigos 15 e 24 do Estatuto Social, correspondente a 10% sobre o valor médio dos honorários da Diretoria da Conab.

O Quadro Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores não foi preenchido, tendo em vista que não há nenhum registro de pagamento efetuado, por meio da folha de pagamento, de valores inerentes a Bônus ou Participação nos Resultados.

Quadro 079 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Conselho de Administração																Em R\$1,00
Nome do Conselheiro	Período		Remuneração													
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	13.º Salário	Total
Alexandre Magno Franco de Aguiar	28/04/10	Em exercício	-	-	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.474,88	19.176,72
Boaventura Teodoro de Lima	17/11/10	16/11/10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edilson Guimarães	01/09/06	27/04/13	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.327,87	29.341,19
Guilherme Costa Delgado	14/11/06	27/07/12	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.327,87	29.341,19
José Geraldo Fontelles	15/05/09	Em exercício	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.289,46	29.302,78
José Menezes Neto	30/07/08	06/06/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	-	-	-	-	-	-	1.036,94	14.773,88
Maria das Graças Fontes	02/07/07	02/09/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	-	-	-	-	1.590,02	19.752,42
Milton Elias Ortolan	07/06/10	06/06/13	-	-	-	-	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.290,76	14.567,14
Wagner Gonçalves Rossi	26/06/07	31/03/10	2.672,93	2.212,37	2.766,53	-	-	-	-	-	-	-	-	-	668,22	8.320,05
Total			16.037,58	13.274,22	13.833,78	11.063,65	13.276,38	13.276,38	13.276,38	13.276,38	11.063,65	11.063,65	11.063,65	11.063,65	13.006,02	164.575,37
Conselho Fiscal																
Nome do Conselheiro(1)	Período		Remuneração													
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	13.º Salário	Total
Francisco Wayner Moreira	27/04/10	26/04/11	-	-	-	-	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	4.425,46	2.212,73	2.212,73	1.290,76	16.779,87
João Bosco Bahia dos Santos	31/07/09	31/01/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	-	-	-	-	-	-	-	-	232,31	9.543,79
Marcus Vinicius Sócio Magalhães	28/07/08	31/05/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	-	-	-	-	-	-	-	1.036,94	12.561,15
Pedro Ataíde Cavalcante	29/10/09	28/10/11	2.557,79	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.241,50	29.139,68
Wesley José Gadelha Beier	26/02/10	25/02/11	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.843,94	23.971,24
Total			7.903,65	6.637,11	8.853,08	8.850,92	6.638,19	4.425,46	6.638,19	6.638,19	6.638,19	8.850,92	6.638,19	6.638,19	6.645,45	91.995,73
Total Geral			23.941,23	19.911,33	22.686,86	19.914,57	19.914,57	17.701,84	19.914,57	19.914,57	17.701,84	19.914,57	17.701,84	17.701,84	19.651,47	256.571,10

Fonte: Sureh/Gefop

Síntese da Remuneração dos Administradores

a) Diretoria da Conab

Órgão			
Diretoria da Conab			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c)	1.363.466,32	1.413.375,89	1.487.561,19
a) honorários	1.174.476,19	1.193.705,97	1.234.363,82
b) benefícios diretos e indiretos	27.725,10	29.154,27	31.794,86
c) remuneração por part. em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	161.265,03	190.515,65	221.402,51
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	1.363.466,32	1.413.375,89	1.487.561,19

Fonte: Sureh/Gefop

b) Conselho Fiscal

Órgão			
Conselho Fiscal			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c)	78.400,46	81.024,43	91.995,73
a) Jetons	78.400,46	81.024,43	91.995,73
b) benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	78.400,46	81.024,43	91.995,73

Fonte: Sureh/Gefop

C) Conselho de Administração da Conab

Órgão			
Conselho Fiscal			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c)	160.534,12	162.079,36	164.575,37
a) Jetons	160.534,12	162.079,36	164.575,37
b) benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	160.534,12	162.079,36	164.575,37

Fonte: Sureh/Gefop

20 - Unidades Jurisdicionadas Patrocinadoras de Entidade Fechada de Previdência Complementar (ANEXO II PARTE C ITEM 36 da DN TCU 107/2010)

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da Previdência Complementar Patrocinada pela Conab, são realizados no âmbito da Conab/Matriz.

20.1 - Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas

a)	Nome	CIBRIUS
b)	Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
c)	CNPJ:	00.531.590/0001-89
	Plano de Benefícios:	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

d) – Demonstrativo anuais:

1. Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes

Quadro 080

Sureg	Total da Folha dos Participantes	Participação %
AL	2.598.868,22	1,45%
AM	3.083.044,07	1,73%
BA	2.877.640,74	1,61%
CE	9.568.446,41	5,36%
ES	4.350.908,25	2,44%
GO	11.776.106,24	6,59%
MA	3.338.883,10	1,87%
MG	9.427.789,57	5,28%
MS	5.581.970,24	3,12%
MT	4.336.382,98	2,43%
PA	2.823.367,38	1,58%
PB	4.185.106,74	2,34%
PE	9.010.678,63	5,04%
PI	2.729.455,62	1,53%
PR	8.320.718,74	4,66%
RJ	4.719.010,99	2,64%
RN	3.953.004,14	2,21%
RO	2.895.189,70	1,62%
RR	252.656,66	0,14%
RS	5.149.906,33	2,88%
SC	3.213.858,32	1,80%
SP	4.787.756,81	2,68%
TO	2.032.485,29	1,14%
Matriz	67.655.393,59	37,87%
Total	178.668.628,76	-

Fonte: Conab/Sureh

2 – Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes

Quadro 081

Sureg	Quantidade de Participantes Ativos	Valor das Contribuições	Participação %
		Empregados Participantes	
AC	2	29.372,89	0,24%
AL	37	160.870,22	1,33%
AM	34	218.008,17	1,81%
AP	-	-	0,00%
BA/SE	36	195.557,34	1,62%
CE	127	612.410,59	5,07%
ES	45	314.268,75	2,60%
GO	112	807.057,39	6,68%
MA	46	205.810,39	1,70%
MG	78	598.886,65	4,96%
MS	62	361.525,52	2,99%
MT	46	290.554,05	2,41%
PA	26	185.501,93	1,54%
PB	42	279.109,90	2,31%
PE	114	617.188,46	5,11%
PI	28	184.032,80	1,52%
PR	81	552.482,37	4,58%
RJ	44	349.151,41	2,89%
RN	39	259.501,48	2,15%
RO	22	165.246,84	1,37%
RR	1	16.686,14	0,14%
RS	57	347.407,45	2,88%
SC	29	227.633,15	1,89%
SP	37	345.914,50	2,86%
TO	14	153.937,57	1,27%
Matriz	446	4.597.296,49	38,07%
Total	1.605	12.075.412,45	-

Fonte: Conab/Sureh

3 - Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB Quadro 082

Sureg	Total da Folha dos Participantes	Contribuição Patronal	Participação %
AC	2.130.370,00	31.207,22	0,00
AL	2.130.370,00	157.213,78	0,01
AM	2.832.742,21	214.071,76	0,02
AP	-	-	0,00
BA/SE	2.633.257,86	191.689,52	0,02
CE	8.460.120,60	599.101,43	0,06
ES	4.204.095,48	306.688,38	0,03
GO	10.742.893,70	792.674,69	0,07
MA	2.873.370,79	202.028,64	0,02
MG	7.821.539,69	590.833,20	0,06
MS	4.989.680,64	354.681,18	0,03
MT	3.844.284,77	285.238,45	0,03
PA	2.622.350,98	182.143,75	0,02
PB	3.762.783,39	273.619,01	0,03
PE	8.010.964,44	604.503,00	0,06
PI	2.534.862,25	181.353,06	0,02
PR	7.510.769,20	543.004,15	0,05
RJ	4.313.242,83	343.808,71	0,03
RN	3.550.333,20	253.418,56	0,02
RO	2.309.355,01	160.639,48	0,02
RR	195.623,45	16.682,27	0,00
RS	4.677.306,27	341.514,53	0,03
SC	2.871.090,42	224.569,84	0,02
SP	4.303.006,63	342.157,31	0,03
TO	2.108.520,23	152.290,13	0,01
Matriz	61.186.694,10	4.728.932,61	0,44
Total	162.619.628,14	12.074.064,66	-

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

3.1 - Patronal/Paritária – R\$10.599.485,55

3.2 - - Complemento de Previdência (Serviço Passado) – R\$ 12.701.315,31*

*OBS: A diferença de R\$ 1.946.648,03, em relação aos valores consignados no DRE/Siafi, refere-se a valores inscrito em Restos a Pagar não processado.

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Valor referente ao pagamento da dotação do serviço passado da massa de empregados da Conab, patrocinadora principal do plano de benefícios do CIBRIUS, realizado na forma do termo de convênio e aditivos firmados entre as partes, concernente ao ingresso no plano em 1995 dos empregados oriundos da fusão COBAL/CFP/CIBRAZEM.

➤ **Total Contribuições – R\$ 24.775.379,97***

***OBS: A diferença de R\$ 1.946.648,03, em relação aos valores consignados no DRE/Siafi, refere-se a valores inscrito em Restos a Pagar não processado.**

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Cabe observar que as contribuições são paritárias conforme determina a legislação. Entretanto, eventual divergência entre a contribuição paritária Patronal e a contribuição dos Participantes informada pela Conab/Sureh, decorre de diferenças relacionadas ao pagamento de joias de responsabilidade exclusiva do participante e acertos outros.

4 – Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora Conab

Não ocorreram outros repasses de recursos que não contribuições.

5 – Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições

Não ocorreram outros repasses de recursos que não contribuições.

6 – Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal

Posição do Agente Custodiante – ITAÚ UNIBANCO S/A em 31/12/2010

Descrição	Valor	% Atual	% Enquadramento Fundamento Legal	
			Política Investimento	Resolução CMN nº 3792
1) Renda Fixa	435.903.197,81	85,54	75,50	100,00
A. Títulos Públicos	261.407.048,62	51,30		
1.1 – NTN-B – Título Público Federal (IPCA)	245.228.321,62	48,12		
1.2 – NTN-C – Título P. Federal (IGP-M)	16.178.727,00	3,17		
B. Aplicação em Instituições Financeiras	174.496.149,19	34,24		
FIF	31.496.130,76	6,18		
1.3 – Banco do Brasil S/A Institucional Federal	16.169.966,34	3,17		
1.4 – FIDC BCSUL – VORAX SSE	10.302.310,20	2,02		
1.5 – FIDC COMANCHE CLEAN	5.023.854,22	0,99		
Dep a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	129.487.409,06	25,41		
1.6-Banco SCHAHIN S/A 07/05/09 a 02/04/14	4.793.081,53	0,94		
1.7-Banco SOFISA S/A 19/05/09 a 18/05/2012	7.064.413,34	1,39		
1.8-Banco SCHAHIN S/A 19/05/2009 a 18/05/2012	7.075.751,03	1,39		
1.9-Banco BONSUCESSO S/A 21/05/09 a 18/05/12	7.068.600,22	1,39		
1.10-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 10/06/09 a 10/06/2012	4.823.134,08	0,95		
1.11-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 17/07/2009 a 17/07/12	5.930.161,05	1,16		
1.12-Banco BMG S/A 11/09/09 a 11/09/14	9.391.134,04	1,84		
1.13-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 11/09/2009 a 11/09/13	4.687.054,97	0,92		
1.14-Bco SOFISA S/A 23/09/2009 a 23/09/14	9.330.328,07	1,83		
1.15-Banco BMG S/A 23/09/09 a 23/09/14	7.010.143,31	1,38		
1.16-OMINI S/A Cred Finan e Invest 19/10/09 a 19/10/14	11.629.343,60	2,28		
1.17-Banco MÁXIMA S/A 19/11/09 a 19/11/14	10.371.496,49	2,04		
1.18-Banco SCHAHIN S/A 21/01/2010 a 21/01/2015	4.496.218,06	0,88		
1.19-Banco MÁXIMA S/A 22/01/10 a 22/01/15	4.501.649,54	0,88		
1.20-Portocred Financeira - 12/05/10 a 12/05/15	8.633.624,30	1,69		
1.21-ABOE Financeira - 26/05/10 a 26/05/15	4.293.278,63	0,84		
1.22-ABOE Financeira - 01/09/10 a 01/09/15	5.191.643,16	1,02		
1.23-ABOE Financeira - 14/09/10 a / /	2.069.148,77	0,41		
1.24-Barigui Financeira S/A – 18/11/10 a 18/11/15	6.118.907,83	1,2		
1.25-Banco BRJ S/A 28/12/10 a 28/12/2015	5.008.297,04	0,98		
Títulos de Empresas	628.412,15	0,12		
1.26-HOPI HARI (Debênture não Conversível)	628.412,15	0,12		
Cédula de Crédito Imobiliário	12.884.197,22	2,53		
1.27-Céd Créd Imob M BRASIL 12/11/09 a 12/06/19	6.785.544,08	1,33		
1.28-Céd Créd Imob M BRASIL 23/02/10 a 12/06/19	6.098.653,14	1,20		
2) Renda Variável	36.805.676,57	7,22	14,00	70,00
2.1 - Mercado de Ações à Vista	33.718.185,88	6,62		
Aes Tiete PN	480.000,00	0,09		
Ambev PN	1.515.600,00	0,3		
América Latina Logística ON	450.000,00	0,09		
BmfBovespa ON	393.900,00	0,08		
Bradesco PN	3.160.520,00	0,62		
Brasken PNA	712.950,00	0,14		
Brasil Foods ON	710.840,00	0,14		
Brasil Telecom ON	113.454,64	0,02		
Brasil Telecom PN	949.356,00	0,19		
Cemig ON	1.914.996,75	0,38		
Cia Eneergética de São Paulo PNB	540.000,00	0,11		
Cia Paranaense de Energia PNB	439.900,00	0,09		
Contax ON	76.800,00	0,02		
Contax PN	172.746,00	0,03		
Companhia Siderúrgica Nacional ON	1.226.820,00	0,24		
Eletrobrás PNB	1.337.500,00	0,26		
Empresa Brasileira de Telecomunicações ON	483.249,50	0,09		
Empresa Bras de Telecom Participação ON	285,70	0,00		
Empresa Bras de Telecom Participação PN	570,81	0,00		
Energisa UNIT	1.702.140,00	0,33		
Fibra ON	72.317,70	0,01		
Gerdau PN	634.760,00	0,12		
Itaunibanco PN	1.980.547,25	0,39		
Itausa PN	914.760,00	0,18		
Lojas Americanas PN	306.200,00	0,06		
Minasfer PNA	65.905,00	0,01		
Petrobrás PN	5.458.000,00	1,07		
Sabesp ON	638.850,00	0,13		
Telemar PN	655.830,00	0,13		
Telesp Participações PN	298.076,76	0,06		
Usiminas PNA	843.040,00	0,17		
Vale PNA	3.637.500,00	0,71		
Vivo Participações PN	1.599.000,00	0,31		
Weg ON	218.000,00	0,04		
Bradesco DIR	13.769,77	0		
2.2-Fundo de Ações	3.087.490,69	0,61		
Bradesco IBX ativo	3.049.580,15	0,6		
Fator Institucional	37.910,54	0,01		
3 – Investimentos Estruturados	6.050.124,04	1,19	3,00	20,00
Memorial Office (Ricci Assoc Eng Com Ltda) F. Imob	3.510.784,57	0,69		
Hermes (Mercúrio DITVM Ltda) F. Imob	2.539.339,47	0,5		
4) Imóveis	17.112.987,74	3,36	4,50	8,00
Edificações de Uso Próprio	844.484,13	0,17		
SHCGN 706/7 BLD nº 42 Sls 101 à 302	844.484,13	0,17		
Edificações para Renda	8.599.378,61	1,69		
SHCGN 706/7 BLD nº 42 Térreo e subsolo – DF	2.205.796,46	0,43		
SHN Q. 02 ljs 142 e 150 Ed. Garvey Park – DF	183.125,02	0,04		
Cent Com. Lt 24/25 Q. 4C SIA –DF	1.014.815,32	0,2		
SCLN 307 LJS 37, 39, 59, 65 e 69 – DF	339.493,47	0,07		
Centro Século XXI – Curitiba-PR	4.856.148,34	0,95		
Investimento em Shopping Center	7.669.125,00	1,5		
Conjunto Nacional de Brasília-St. Div Norte - DF	7.669.125,00	1,5		
5) Empréstimos aos Participantes	13.507.935,95	2,65	3,00	15,00
6) Disponível	233.376,36	0,05	0,00	0,00
Total Geral	509.613.298,47	100	100	

Fonte: Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN n.º 3.792 de 24/09/2009 (Estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC e revoga a 3456), alterações posteriores e demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada, em consonância com as Leis Complementares n.ºs 108 e 109/2001.

7 – Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Conforme a Carta/CIBRIUS/SUP/n.º 014, de 04/02/2011, a PREVIC, antiga SPC/MPS, somente poderá se manifestar após o recebimento do Balanço 2010, cujo prazo final para envio é até 31 de março de 2011, conforme calendário de obrigações. Entretanto, a SPC, atual PREVIC, não tem se manifestado sobre a prestação de contas, embora o Cibrius tenha solicitado formalmente. Por outro lado, a PREVIC encontra-se obrigada a prestar as informações objeto do item 20 PARTE C do Anexo II - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS da DN/TCU n.º. 107/2010, como segue:

- a) Informações consolidadas sobre a fiscalização e o controle dos planos de benefícios e sobre as entidades fechadas de previdência complementar realizadas pela SPC/MPS, conforme disposto no art. 24 da Lei Complementar n.º 108/2001;**
- b) Informações consolidadas sobre o exercício e os resultados da fiscalização e do controle das entidades de previdência complementar patrocinadas pelas respectivas patrocinadoras, conforme disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001, realizados nos últimos dois anos.**
- c) Informações quanto as providências adotadas para o encerramento da SPC, em especial os termos de transferência de patrimonial e a situação dos processos administrativos não encerrados, conforme Acórdão TCU 1.912/2010 – Plenário.**

8 - Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciando o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional.

A Política de Investimentos da entidade, disponível em inteiro teor no site www.cibrius.com.br com acesso pela lapela “CONHEÇA O CIBRIUS/Documentos Institucionais”, foi elaborada em conformidade com a **Resolução 3792/2009 do CMN**, e consignou as seguintes diretrizes, como segue:

Diretrizes para Alocação dos Investimentos

A Política de Investimentos do Plano de Benefícios Conab, administrado pelo CIBRIUS, levou em consideração os normativos vigentes sobre o assunto, as boas técnicas usualmente praticadas no mercado de Fundos de Pensão, bem como os cenários macroeconômicos.

Destaca-se que, em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3792/2009, a Política de Investimentos da entidade, estabeleceu que as decisões que envolverem os investimentos dos recursos garantidores do Plano de Benefícios do CIBRIUS deverão ser tomadas

pela Diretoria-Executiva, após a análise e parecer da Área de Investimentos e avaliação do Comitê de Investimentos, com base na Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo. Os investimentos acima de 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Cibrius serão, necessariamente, submetidos à aprovação do Conselho Deliberativo, respeitando os limites e condições impostas pela legislação pertinente e o Estatuto do CIBRIUS.

O artigo 16º da Resolução 3.792/2009, do Conselho Monetário Nacional, determina que a política de investimentos de cada plano deve conter, no mínimo, os seguintes itens:

- I. Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação.**
- II. Os limites por modalidade de investimentos, se estes forem mais restritivos que os estabelecidos na Resolução CMN n.º 3.792/09**

Quadro 083

Alocação de recursos e limites por segmento e modalidade de investimento

Segmentos	Alocações		2010	Limite Res. CMN 3792/09
	2008	2009		
Renda Fixa	79,01%	75,50%	75,50%	100,00%
Renda Variável	12,01%	15,00%	14,00%	70,00%
Empréstimos	2,89%	3,50%	3,00%	15,00%
Inv. Estruturados			3,00%	20,00%
Imóveis	6,09%	6,00%	4,50%	8,00%

III. Utilização de Instrumentos derivativos.

Não serão permitidas operações de Derivativos com alavancagem, ou seja, em que essas posições representem mais de 100% dos ativos de suas respectivas carteiras, mesmo considerando os ativos que compõem os fundos de investimentos, cujas quotas integram o patrimônio do Plano do CIBRIUS.

Operações com Derivativos só serão permitidas no intuito de proteção da carteira, respeitando os limites legais.

Outros limites e diretrizes podem ser impostos pelo CIBRIUS em Regulamento e Mandatos específicos de fundos exclusivos.

IV. Taxa mínima atuarial ou índices de referência, observado o regulamento de cada plano de benefícios.

Taxa atuarial = TR + 6% a.a.

V. Meta de rentabilidade para cada segmento de aplicação

Quadro 084
Meta de rentabilidade

Segmento	benchmark
Renda Fixa	CDI
Renda Variável	Ibovespa
Inv. Estruturados	CDI
Imóveis	TR + 6% a.a.
Empréstimos	TR + 6% a.a.

VI. Metodologia ou as fontes de referência adotadas para precificação dos ativos financeiros.

Deverá ser adotados como modelos de marcação a mercado, os ativos destinados à negociação e marcação pela curva do título e papéis aqueles que serão levados ao vencimento, desde que em consonância e obedecidos os preceitos da Resolução MPS/CGPC n.º 04/02 e alterações posteriores.

O HSBC Securities Services, agente custodiante, será responsável pelo apreçamento dos ativos da Carteira de Investimentos do Cibrius. A entidade mudou o agente custodiante para o ITAÚ UNIBANCO S/A, conforme posição da carteira em 31/12/2010.

VII. Metodologia e critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico.

a) Risco de Crédito

O Instituto aplicará seus ativos somente em títulos considerados como de baixo risco de crédito, cujo controle, tanto do bancário como do não bancário, será realizado de acordo com os *ratings* estabelecidos pelas agências classificadoras de risco, sempre respeitando os limites e restrições legais.

As agências em que o Instituto fundamentará suas decisões são as seguintes:

Agência de Classificação de Risco	Ratings considerados de Baixo Risco de Crédito
FITCH RATING	F1(bra), F2 (bra), AAA(bra), AA(bra), A(bra)
SR RATING	sr AA, sr A, brAAA, brAA+, brAA, brAA-, brA+, brA, brA-
MOODY's INVESTOR	Aaa1.br, Aaa2.br, Aaa3.br, Aa1.br, Aa2.br, A1.br, A2.br, A3.br
AUSTIN ASIS	AAA, AA, A
STANDARD & POOR'S	brAAA, brAA, brA-1, brA-2
LF Rating	AAA, AA,A

É importante ressaltar que, se duas ou mais agências classificarem o mesmo papel, o Instituto adotará, para fins de classificação de risco de crédito, àquela mais conservadora.

Como regra geral, serão adquiridos prioritariamente, títulos públicos federais que apresentarem perspectiva de rentabilidade superior à variação da meta atuarial do Instituto, inclusive quanto aos custos operacionais.

Caso seja adquirido algum título não avaliado pelas agências classificadoras de risco como demonstrado acima, **o mesmo será automaticamente classificado de alto risco de crédito.**

Para títulos classificados como médio e/ou alto risco de crédito não serão permitidas novas inversões, mas apenas levar ao vencimento os investimentos do passado existentes atualmente, que a própria falta de liquidez, impede sua realização. A existência deste tipo de ativo em algum fundo de investimentos poderá alterar este percentual, entretanto deverá estar dentro dos limites aceitáveis e permitidos pela legislação.

b) Risco de Degradação da Qualidade de Crédito

Para o caso de novos títulos e valores mobiliários que tenham sido adquiridos em conformidade com a Política de Investimentos, mas que eventualmente, após sua aquisição, tenham sofrido redução da sua nota de classificação de crédito para médio e/ou alto risco de crédito, caberá à compliance notificar à Diretoria-Executiva, que após sua avaliação, decidirá sobre a venda ou manutenção do referido ativo em sua carteira.

c) Risco de Mercado

O processo de gerenciamento e de controle de risco de mercado é feito por modelo próprio que limita a probabilidade de perdas máximas, através do cálculo mensal do *Value-at-Risk* (VaR).

O Cibrius adota os seguintes parâmetros para o cálculo do VaR: Intervalo de confiança de 95% e horizonte temporal de 21 dias úteis. Com relação aos limites, para os segmentos de renda fixa e renda variável, valem:

- Segmento de renda fixa: 1,5%;
- Segmento de renda variável: 17%.

A empresa RiskOffice, é a responsável por desenvolver os cálculos. Essas informações são apresentadas em reunião formal e analisadas pelo Comitê de Investimento do Cibrius mensalmente.

d) Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é uma preocupação constante para o Instituto e, como prudência, o mesmo mantém um percentual mínimo de seus recursos totais em ativos de liquidez imediata. Com a adoção dessa política, o Cibrius reduz a possibilidade de que haja dificuldade em honrar seus compromissos previdenciários no curto prazo.

e) Risco Operacional

O CIBRIUS, atendendo a Resolução MPS/CGPC n.º 13, de 01 de outubro de 2004, monitora os riscos não-financeiros, ou seja, o risco operacional. Define-se risco operacional quando existe a possibilidade de perdas decorrentes da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos, bem como de eventos externos que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

f) Risco Legal

O risco legal deriva do potencial questionamento jurídico na execução dos contratos. Esta categoria de risco é mensurada para as atividades do Instituto e para os investimentos que envolvam contratos específicos. O CIBRIUS poderá utilizar pareceres jurídicos especializados para os assuntos de caráter mais aprofundados.

g) Risco Sistêmico

O CIBRIUS monitora o risco sistêmico do sistema financeiro nacional, o qual está inserido. Representa o risco de que uma instituição financeira não tenha recursos suficientes para pagar outra, fazendo com que esta outra não pague uma terceira e assim por diante, daí resultando um "efeito dominó," que pode levar ao colapso todo o sistema financeiro, ou seja, a uma crise sistêmica, entendida como uma interrupção da cadeia de pagamentos da economia.

No Brasil, existem mecanismos de segurança e instrumentos, desenvolvidos pelo Bacen - como o Sistema de Pagamentos Brasileiro, conhecido como SPB, e a Transferência Eletrônica Disponível (TED) - que visam impedir que, ao fim de cada dia, haja operações financeiras não encerradas, isto é, sem transferência efetiva dos recursos financeiros envolvidos, notadamente em grandes transações.

VIII. A observância ou não de princípios de responsabilidade socioambiental

Devido à complexidade do assunto aliado à falta de uma estrutura que dê suporte, o CIBRIUS não adotará o “Princípio de Responsabilidade Socioambiental” na vigência da presente Política de Investimentos.

Retorno das Aplicações

Quadro 085
Comparativo das Rentabilidades dos Investimentos JAN A DEZ 2010

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	TR+6% aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENTA FIXA	14,22%	6,7301%	7,02%
RENTA VARIÁVEL	1,61%		-4,80%
IMÓVEIS	11,68%		4,64%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		0,35%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		11,19%
CARTEIRA GERAL	13,29%		6,15%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	INPC+5%aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENTA FIXA	14,22%	11,80%	2,16%
RENTA VARIÁVEL	1,61%		-9,11%
IMÓVEIS	11,68%		-0,11%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-4,20%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		6,14%
CARTEIRA GERAL	13,29%		1,33%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	INPC+6% aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENTA FIXA	14,22%	12,86%	1,21%
RENTA VARIÁVEL	1,61%		-9,97%
IMÓVEIS	11,68%		-1,05%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-5,10%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		5,15%
CARTEIRA GERAL	13,29%		0,38%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	CDI JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENTA FIXA	14,22%	9,76%	4,06%
RENTA VARIÁVEL	1,61%		-7,43%
IMÓVEIS	11,68%		1,75%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-2,42%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		8,12%
CARTEIRA GERAL	13,29%		3,22%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	IBOVESPA JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENTA VARIÁVEL	1,61%	1,04%	0,56%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	IBrX - 50 JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENTA VARIÁVEL	1,61%	0,75%	0,85%

Fonte: Cibrius

A Política de Investimentos de 2010, aprovada em 17/12/2009 pelo Conselho Deliberativo da Entidade Fechada de Previdência Complementar, foi elaborada em conformidade com os mandamentos da Resolução CMN n.º 3792/2009.

A sua execução apresentou-se ajustada aos parâmetros da Resolução do CMN, apontando variações em relação ao parâmetros fixados pelo Conselho Deliberativo da entidade quanto ao item Renda Variável de 85,54% em relação aos 75,50% fixados.

Cabe observar um elevado incremento dos investimentos em Depósito a Prazo com Garantia Especial-DPGE, de R\$79 milhões para R\$129 milhões e quotas de FIF de R\$8,6 milhões para R\$31,5 milhões, cuja movimentação poderá ser objeto de exame nas ações de fiscalização de que trata o art. 25 da LC 108/2001, notadamente quanto aos requisitos de segurança, rentabilidade e liquidez das inversões.

Os resultados alcançaram 6,15% em relação a meta atuarial de TR+6% dentro de um cenário de uma TR abaixo de 1%, portanto muito longe de refletir um índice que represente a inflação do período. Quando comparados com INPC+6% ou 5% e com o CDI, os resultados são significativamente reduzidos. Por outro lado, as operações de empréstimos aos participantes apresentou um notável desempenho, com um resultado mínimo de 5,5% em relação aos Benchmark. Isto com a aplicação de apenas 2,65% dos Recursos Garantidores, quando a Resolução do CMN permite até 15%, indicando que a entidade pode rever as taxas de empréstimos de forma a torná-las mais atrativas aos participantes, bem como alocar maior volume de recursos, buscando cumprir o estatuto da entidade quanto a sua função de **Promover o bem-estar social dos seus destinatários**.

e) Conclusões contidas no Parecer da Auditoria Independente

Conforme a Carta/CIBRIUS/SUP/N.º 014, de 04/02/2011, o Parecer da auditoria Independente referente Balanço 2010 estará disponível até o dia 31 de março de 2011, conforme calendário de obrigações.

Entretanto, para fins informativo, destacamos abaixo o parecer de 2009 da **BDO Trevisan Auditores Independentes**, CRC 2SP013439/O-5 “S” DF, de responsabilidade do Sócio-contador, Sr. Marcelo Faria Pereira, CRC 1Rj077911/O-2 “S” DF, Parecer de Auditoria Independente, com as seguintes conclusões:

- “1. Examinamos o balanço patrimonial do CIBRIUS – instituto CONAB de Seguridade Social, levantamento em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do instituto; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Instituto, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL em 31 de dezembro de

2009, o resultado de suas operações e seus fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades do Instituto. Conforme mencionado na nota explicativa n.º 12, o **Instituto possui registrado como provisão matemática a constituir o montante de R\$596.267 milhões**, que representa o **desequilíbrio atuarial pela insuficiência da cobertura do custo do serviço passado**. Ademais, o Instituto poderia apresentar um novo déficit atuarial, tendo em vista que, de acordo com o atuário externo, muito embora o regulamento do plano de benefícios estabeleça a correção dos benefícios concedidos pela TR + 6% ao ano, **existe a necessidade de se determinar um indexador que reflita efetivamente a inflação (INPC-IBGE)**. Essa alteração seria possível no caso da contratação da dívida junto à Patrocinadora CONAB, entretanto, a ação de cobrança movida contra a CONAB referente à cobertura do custo do serviço passado encontra-se em discussão judicial e, conforme andamento processual, foi julgada procedente em 1.ª instância, estando pendente do julgamento da apelação interposta pela Conab.
5. Conforme mencionado na nota explicativa n.º 11, em 31 de dezembro de 2009, o instituto possui registrado no **exigível contingencial o montante de R\$189.749 milhões**, dos quais R\$174.892 milhões referem-se ao contingenciamento dos **riscos previdenciários em decorrência de potenciais demandas judiciais com exigência na mudança do indexador do plano de benefícios de TR para INPC**. Em virtude das incertezas relacionadas a esse tema, não é possível determinar quais poderão ser os reflexos que esse assunto poderá trazer às demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1.
6. Anteriormente, as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, compreendendo o balanço patrimonial, demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros, foram examinadas por outros auditores independentes e o parecer, datado de 20 de fevereiro de 2009, foi emitido sem ressalva, com ênfase em relação aos mesmos assuntos mencionados no parágrafo 4.”

f) - Conclusões do último estudo atuarial

PARECER ATUARIAL ANUAL 2010

A avaliação atuarial anual de 2010 foi realizada, na data base de 31 de agosto, especificamente para mensurar os custos e a situação financeiro-atuarial do Plano CONAB do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL, dimensionar as provisões matemáticas e apresentar os resultados da avaliação atuarial, em consonância com o Regulamento do Plano, metodologia, hipóteses e premissas atuariais definidas conforme determina legislação em vigor, com base em dados cadastrais fornecidos pela Entidade.

Os dados cadastrais dos Participantes, fornecidos pela Entidade, foram consistidos comparando com parâmetros mínimos e máximos aceitáveis na data desta avaliação, e foram considerados suficientes e completos para efeito da avaliação.

Para atendimento as exigências legais, especificamente a Resolução CGPC n.º 18/2006, foram efetuados estudos de aderência das hipóteses, apresentados em relatório específico, que não apontaram necessidade de alteração das hipóteses analisadas em relação ao ano anterior.

Utilizando a mesma metodologia dos anos anteriores, o estudo estatístico da hipótese de crescimento real de salários apontou um incremento médio anual de 3,09% ao ano.

Da avaliação realizada obteve-se um resultado para Reserva Matemática total de R\$ 924.318.110,77 em 31/08/2010 e comparando com o Ativo Líquido Previdenciário de R\$ 315.766.645,62, registrado no balancete nesta mesma data, para equilíbrio do Plano deve ser acrescido das Reservas Matemáticas a Constituir de R\$ 608.551.465,15, cujo valor deverá ser objeto de contrato com a Patrocinadora.

Para formalização do contrato das insuficiências, recomendamos observar o valor apurado na avaliação de 31/05/2000, devendo-se observar o limite de R\$282.032.218,17, devidamente atualizado (juros e correção monetária), de maneira a se enquadrar nas disposições da Emenda Constitucional n.º 20/98, que, inclusive, foi o evento determinante para a intervenção no Instituto que foi suspensa em 2007.

No momento da contratação, caso este valor seja insuficiente o excedente deverá ser objeto de majoração de contribuições a fim de equilibrar o Plano.

O valor registrado no balancete de agosto/2010, na mesma data da avaliação, na conta de Provisões Matemáticas a Constituir, corresponde a R\$641.363.117,58, que comparado ao valor da insuficiência desta avaliação, de R\$608.551.465,15, apresenta uma diferença a menor de R\$32.811.652,43 em relação ao contabilizado.

O valor da insuficiência apurada na avaliação de 31/05/2000 atualizada até 31/08/2010 corresponde a R\$799.870.566,77, que deduzindo-se o atual contrato da Dotação Inicial que está sendo amortizado, registrado no balancete nesta data, de R\$44.830.506,05 e mais a insuficiência apurada nesta avaliação, apresenta uma redução de R\$146.488.595,57.

Quanto aos custos percentuais do plano, sobre o total da folha de Salários de Participação dos Participantes, comparativamente ao ano anterior:

Discriminação	2009	2010	%
Custo Normal	18,48%	18,54%	0,06%
Custo a Amortizar Serviço Passado	177,92%	210,43%	32,51%
Custo Total do Plano	196,40%	228,97%	32,57%
Contribuição Total em Vigor	19,11%	19,21%	0,10%
Déficit de Cobertura	-177,29%	-209,76%	-32,47%

Em contrapartida as contribuições vertidas, de acordo com a tabela de contribuições aplicada em vigor, apresentam um custeio sobre o total da folha de Salários de Participação dos Participantes, comparativamente ao ano anterior:

Contribuições	2009	2010	Diferença%
Normais Participantes	9,55%	9,58%	0,03%
Jóias	0,02%	0,07%	0,05%
Normais Patrocinadoras	9,55%	9,57%	0,02%
Assistidos para o Plano (1)	9,59%	9,59%	-
Assistidos administração (1)	1,22%	1,22%	-

1% sobre os benefícios dos assistidos

Relativamente aos resultados apurados nesta avaliação e comparados à avaliação anterior, cabe ressaltar os fatos relevantes que ocorreram no intervalo entre a avaliação anterior, ocorrida em 2009 e esta avaliação, em 31/08/2010, que influenciaram para que tais resultados fossem obtidos.

Motivos de aumento do custo percentual dos compromissos

•A variação ocorrida no custo normal do plano está dentro da normalidade e compatível com a metodologia de apuração do custo, considerando a massa de participantes sem novos entrados, o crescimento dos salários, do SRB e do benefício hipotético do INSS, que em relação ao ano anterior, está dentro da normalidade;

•A insuficiência das Reservas Técnicas a amortizar apontada na avaliação de 2009, no valor de R\$578.540.441,65, correspondente a compromissos de serviço passado, equivalente a 177,92% do total da folha de salários de participação naquela data, não foi amortizado conforme proposto no plano de custeio, em função da não efetivação da contratação das insuficiências de responsabilidade da patrocinadora CONAB, referente ao custo do serviço passado a contratar;

•O saldo devedor a Amortizar do valor da Dotação Global (serviço passado contratado), com recontração em dezembro/2002, cujo valor registrado no balancete agosto/2010 equivale a R\$44.830.506,05, que inclui o valor referente ao reconhecimento de correção monetária integral do mês de maio de 1994 no saldo do valor original da dotação global, não atingiu o grau exigido de rentabilidade devido ao índice de correção inflacionária contratual (TR) constante do termo aditivo, estar abaixo da inflação efetiva. Não foi adotada a devida correção recomendada, permanecendo com o indexador da TR, enquanto o recomendado seria o INPC-IBGE e consequentemente a amortização mensal não está no compasso das necessidades do plano;

•Alertamos da necessidade imediata de equilíbrio do plano, muito embora a contratação das insuficiências das reservas técnicas a contratar (serviço passado de responsabilidade da Patrocinadora CONAB) e a mudança de índice já tenha sido reconhecida pela Patrocinadora, através da Nota Técnica DIAFI N.º 006/03, de 24/06/2003, referendada pela Diretoria Colegiada da CONAB (sexcentésima primeira reunião ordinária) e pelo Conselho de Administração da mesma (126ª reunião ordinária), respectivamente, em 07/07/2003 e 06/08/2003. Tais aprovações foram referendadas pelo MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através dos Ofícios n.º 693/MAPA/SE de 26/09/2003 e n.º 694/MAPA/SE de 26/09/2003 enviados, respectivamente, ao Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, indicando que o MAPA estava de acordo com a proposição da CONAB, consubstanciada no Ofício CONAB/PRESI/N.º 498 de 06/08/2003 e, no momento, em análise para aprovação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Através do Ofício n.º 1.911 DEFIS/CGRE de 28/09/2004 a Secretaria de Previdência Complementar reitera o entendimento, já por diversas vezes externado pelo CIBRIUS, pela CONAB e pela própria SPC/MPS que, sobre o ponto de vista técnico atuarial, não existia óbice em se atribuir ao serviço passado o déficit remanescente no plano de benefícios da Entidade. Na oportunidade a SPC/MPS solicitou o obséquio das providências no âmbito do DEST, no sentido de propiciar imediata contratação da dívida entre o CIBRIUS e a CONAB, de maneira que pudesse ser cessada a intervenção na entidade.

Conforme informação da Entidade, a Patrocinadora CONAB encaminhou ao Secretário Executivo do MAPA, OFÍCIO PRESI N.º 412, de 30 de junho de 2006, onde solicitava apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, no sentido de buscar uma solução definitiva acerca da contratação das insuficiências atuariais relativas ao serviço passado, bem como a alteração do indexador do plano de benefícios da TR para o INPC-IBGE, e que foi atendido pelo Ofício n.º 409/2006/SE-MAPA para reunião conjunta com o CIBRIUS, CONAB/MAPA, DEST/MP e SOF/MP.

Nesta reunião, ocorrida no DEST, a pauta foi revertida para o levantamento da intervenção na entidade, sob protestos da patrocinadora, vez que o objetivo da intervenção não

havia sido alcançado, qual seja, a contratação das insuficiências atuariais do plano. Contudo a Secretaria de Previdência Complementar ratificou seu entendimento quando enviou o Ofício N.º 1749/SPC/DEFIS/CGRE de 08/06/2007 ao MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no qual, o Secretário foi enfático, no sentido de determinar levantamento da intervenção na entidade e dar posse aos órgãos estatutários.

Nesse Ofício restou claro ainda, que a Secretaria de Previdência Complementar, afirmou a responsabilidade da patrocinadora CONAB sobre o passivo atuarial do CIBRIUS e solicitou providências quanto à responsabilidade de contratar a dívida das insuficiências do serviço passado e troca do indexador, bem como a continuidade da manutenção da Entidade.

O MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio do Ofício n.º 390/2007/SE-MAPA de 13/06/2007 solicitou providências cabíveis à Patrocinadora, ensejando o encerramento da intervenção, que ocorreu em 30/11/2007, oficializado pelo Ofício SPC/DEFI/CGRE N.º 2791 de 31/07/2006.

- Muito embora o regulamento estabeleça indexador menor para correção dos benefícios concedidos (TR + 6% ao ano), ressaltamos a necessidade de se fixar um indicador que reflita efetivamente a inflação, ou seja, o INPC-IBGE, tendo em vista que hoje, de maneira geral, é o que se tem praticado para salários.

Entretanto, cabe destacar a necessidade da efetivação do contrato das insuficiências de responsabilidade da Patrocinadora CONAB (Dotação Inicial e Serviço Passado, contratado e a contratar) com a substituição do indexador atual (TR + 6% aa), pois ao contrário haveria um novo déficit no plano, podendo levar o mesmo a uma situação de insolvência definitiva ou a um aumento das contribuições dos Participantes ativos, assistidos e da Patrocinadora.

- A redução da Folha salarial futura, base de cálculo das contribuições, evidencia que a massa de participantes ativos não está se renovando.

Motivos de redução do custo nominal do compromisso passado:

- De acordo com o Regulamento do Plano, os Benefícios já Concedidos foram corrigidos pelo índice da Caderneta de Poupança, deduzindo a taxa de juros (TR – taxa referencial);

- A rentabilidade nominal da aplicação do Patrimônio, no período de 31/08/2009 a 31/08/2010, obtida através do fluxo dos registros contábeis das receitas e despesas, pelo método da taxa interna de retorno, resultou em percentual de 10,92%, descontando-se a inflação (INPC-IBGE) acumulada no período, de 4,29%, mais a taxa de juro atuarial de 6% ao ano, resulta em -0,34% de rentabilidade real;

- Se considerarmos a meta de inflação pela TR (Taxa referencial), acumulada em 0,45%, resultaria em 4,17% de rentabilidade real;

- Destaque-se que ao simularmos a Taxa de rentabilidade, considerando que o contrato da Dotação Global aditada, de R\$44.830.506,05 em 31/08/2010, contratualmente corrigido pelo indexador TR, caso fosse substituído pelo indexador do INPC, a rentabilidade bruta do Patrimônio seria de 11,32%. E ainda, caso desconsiderássemos o contrato existente, bem como o fluxo das respectivas prestações recebidas, a rentabilidade bruta do Plano seria de 12,38%.

- Reiteramos as considerações feitas em anos anteriores, sobre o índice de correção dos Benefícios Concedidos (TR), que apesar de ser item regulamentar, não é compatível com a realidade da inflação, e sua mudança, dependendo do momento econômico, deve provocar aumento de custo ao plano. Portanto, julgamos conveniente indicar, nos contratos de amortização – da Dotação Inicial, bem como de Serviço Passado, de responsabilidade da patrocinadora, no que concerne ao indexador atuarial do mesmo, a necessidade de se aplicar o INPC-IBGE, ou outro

índice compatível com a inflação, acrescido de juros atuariais de 6% ao ano, necessário para capitalização, a fim de atender a hipótese de rentabilidade adotada nesta avaliação atuarial.

Ressalte-se que para o caso de não ser alterado o indexador da Dotação Inicial já contratada mais o Serviço Passado a contratar junto à patrocinadora, a aplicação de reajustes nos benefícios dos assistidos de forma diversa àquela estabelecida pelo Regulamento do plano, ocasionaria um déficit no Plano, ocasionando o aumento das contribuições dos Participantes assistidos, ativos e Patrocinadora e ainda, conforme a relevância deste déficit, talvez a própria insolvência definitiva do plano.

Quanto ao grau de capitalização do Fundo, considerando o Patrimônio Líquido Previdenciário de R\$315.766.645,62, já considerando o valor da Dotação Inicial contratada com a Patrocinadora, registrada contabilmente como ativo do Plano, no momento, deduzindo-se o valor correspondente à cobertura das Reservas de Benefícios concedidos de R\$239.439.822,32, para os Benefícios a Conceder, de R\$684.878.288,45, a cobertura corresponde a 11,14%. Isto indica que em 31/08/2010 os benefícios concedidos estão cobertos e os benefícios a conceder apontam uma cobertura de apenas 11,14%, ou seja, o plano no momento está insolvente.

Salientamos que a maturidade do plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas previstas para o próximo ano de 247% das receitas de contribuição, considerando os iminentes como aposentados e, caso o plano não tenha adesão de novos participantes, o patrimônio da Entidade se apresenta em fase de declínio.

Recomendamos agilizar as negociações para contratação da dívida, pois o prolongamento do prazo, que já decorre por mais de nove anos, poderá ocasionar em uma situação insustentável tanto para Patrocinadora como para os Participantes, tendo em vista que o pagamento dos benefícios já concedidos, com o patrimônio já em descapitalização, tende a reduzir a capitalização do Plano, em tal ponto que, poderá caminhar para uma situação de regime de repartição simples. Ou, por outro lado, a negociação do valor, em prazo muito curto, para Patrocinadora, poderá se tornar inviável, devido à soma que corresponderá a cada parcela. Entretanto, observe-se que na realidade, a gravidade da situação já vem sendo colocada nas avaliações atuariais anuais, inclusive some-se às preocupações da Entidade desde 2003, que se pode verificar quando do encaminhamento da avaliação atuarial daquele ano à Patrocinadora, através da CARTA/CIBRIUS/SUP/INT/N.º 257 DE 29/05/2003, conforme teores da mesma, que nos deu ciência.

O Plano de Custeio Vigente aplicado resulta em uma contribuição média, de 19,20%, para cobertura do Custo Normal do Plano CONAB, com a aplicação da Tabela de Contribuição vigente, conforme anexo deste relatório, em que as Patrocinadoras aportam em média, o equivalente a 9,56% do total dos Salários-de-Participação e, por sua vez, os Participantes ativos contribuem com idêntico percentual, sobre a mesma base, acrescido de 0,07% à título de joia. Aos Participantes assistidos até 2005, aplica-se a taxa 9,59% sobre o valor do benefício suplementar e 1,22% para cobertura de despesas administrativas incluindo todos assistidos.

Atualmente, o aporte relativo à amortização do saldo da dotação global representa, nesta avaliação, 15,50% do total da folha de salários de participação dos participantes, enquanto que o exigido seria de mais 209,76%.

Quanto às hipóteses biométricas, verificamos a aderência das tábuas de Mortalidade Geral e Invalidez adotadas pelo Plano, com o objetivo de adequar as estimativas de ocorrências ao real comportamento da massa de participantes do Plano.

Em relação às tábuas atualmente utilizadas pelo Plano, Tábua “AT-2000 – media (male, female)” para mortalidade e sobrevivência de válidos, “Light Média” para Entrada em Invalidez e “Winklevoss” sobrevivência dos inválidos, observamos que no período analisado de 2000 a 2009 não houve desvio significativo dos fatos observados em relação ao esperado.

Assim, de acordo com os testes estatísticos aplicados que indicam aderência das hipóteses adotadas, sugerimos para esta avaliação a manutenção das atuais Tábuas aplicadas, com monitoramento ao longo do tempo.

Assim, com base em tais fatos concluímos que o Plano de Benefícios CONAB do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL, mantendo a atual tabela de contribuição, encontra-se em equilíbrio na cobertura do custo normal do Plano. Contudo, na cobertura dos encargos de Serviço Passado é insuficiente e a situação financeiro-atuarial é deficitária, neste momento, em virtude dos valores a amortizar ainda estarem sendo aportados com insuficiência.

Destacamos que, os percentuais apresentados deverão ser reavaliados após o prazo de um ano desta avaliação ou na ocorrência de fato relevante.

O Plano de Custeio atual está ajustado às determinações legais vigentes, aplicando-se a paridade de contribuições aos Participantes e Patrocinadoras para cobertura do custo normal do Plano, e estendendo o custeio das despesas administrativas para os assistidos, considerando as disposições do artigo 7.º da Lei n.º108/2001.

Além da preocupação com a contratação das insuficiências, cumpre-nos salientar que devido às características do Plano, principalmente no que diz respeito à vitaliciedade dos benefícios, aumentos constantes na expectativa de vida dos Participantes e tendência global de perspectivas de redução nas taxas de juros, destacamos a necessidade de acompanhamento e monitoramento destas variáveis.

Relativamente ao Fundo Previdencial, relativo a Reserva de Poupança de desligados de R\$693.238,73, sugerimos mantê-lo conforme dispõe o Regulamento do Plano.

Por fim, salientamos que os resultados desta avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que, modificações futuras destes fatores, poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais.

Projeções considerando o Plano de Custeio Atual, com aporte das Reservas a Amortizar Contratadas (Sobrevida até 2017).

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
Patrimônio					270936139,57
2010	17.750.245,92	R\$ 12.205.379,85	2.773.475,93	43.909.342,53	254.208.946,89
2011	15.593.345,80	R\$ 11.514.509,30	2.436.460,28	46.128.252,77	232.752.088,93
2012	13.427.958,15	R\$ 10.862.744,62	2.098.118,46	48.379.109,96	206.565.563,28
2013	11.279.276,85	R\$ 10.247.872,28	1.762.387,01	50.331.879,39	175.998.446,01
2014	9.739.765,90	-	1.521.838,42	50.773.667,75	133.442.705,74
2015	8.448.207,81	-	1.320.032,47	50.451.665,54	90.119.215,55
2016	7.445.673,96	-	1.163.386,56	49.448.003,90	46.953.499,06
2017	6.609.510,50	-	1.032.736,02	47.986.847,08	4.543.426,46
2018	5.803.073,23	-	906.730,19	46.522.158,93	(37.082.389,43)
2019	5.214.854,43	-	814.821,00	44.510.286,96	(77.192.642,97)
2020	4.637.381,54	-	724.590,86	42.653.187,06	(115.933.039,36)

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
2021	4.190.675,35	-	654.793,02	40.505.588,64	(152.902.745,68)
2022	3.822.374,55	-	597.246,02	38.272.324,29	(187.949.941,44)
2023	3.528.670,33	-	551.354,74	35.960.262,51	(220.932.888,37)
2024	3.225.902,26	-	504.047,23	33.836.601,11	(252.047.634,45)
2025	2.988.119,46	-	466.893,67	31.609.249,19	(281.135.657,85)
2026	2.768.640,16	-	432.600,03	29.467.288,41	(308.266.906,13)
2027	2.553.109,99	-	398.923,44	27.419.834,52	(333.532.554,09)
2028	2.345.520,53	-	366.487,58	25.484.298,50	(357.037.819,65)
2029	2.162.261,72	-	337.853,39	23.625.971,50	(378.839.382,82)
2030	1.978.788,93	-	309.185,77	21.890.604,70	(399.060.384,36)
2031	1.806.457,04	-	282.258,91	20.252.269,99	(417.788.456,22)
2032	1.641.232,19	-	256.442,53	18.672.009,26	(435.075.675,82)
2033	1.491.801,57	-	233.094,00	17.167.476,22	(450.984.444,46)
2034	1.352.778,51	-	211.371,64	15.747.969,23	(465.591.006,82)
2035	1.226.648,09	-	191.663,76	14.392.329,84	(478.948.352,34)
2036	1.108.759,57	-	173.243,68	13.112.196,43	(491.125.032,88)
2037	992.330,48	-	155.051,64	11.912.773,44	(502.200.527,48)
2038	890.401,37	-	139.125,21	10.777.566,55	(512.226.817,87)
2039	795.956,51	-	124.368,20	9.712.714,32	(521.267.943,89)
2040	708.756,34	-	110.743,18	8.716.987,52	(529.386.918,25)
2041	628.562,89	-	98.212,95	7.789.242,66	(536.645.810,97)
2042	555.131,97	-	86.739,37	6.928.384,86	(543.105.803,23)
2043	488.206,10	-	76.282,20	6.133.224,61	(548.827.103,94)
2044	427.518,53	-	66.799,77	5.402.521,69	(553.868.906,86)
2045	372.789,85	-	58.248,41	4.734.856,71	(558.289.222,14)
2046	323.719,51	-	50.581,17	4.128.476,82	(562.144.560,62)
2047	279.995,85	-	43.749,35	3.581.449,89	(565.489.764,02)
2048	241.287,90	-	37.701,23	3.091.436,26	(568.377.613,62)
2049	207.250,22	-	32.382,85	2.655.754,05	(570.858.500,30)
2050	177.524,38	-	27.738,18	2.271.405,43	(572.980.119,53)
2051	151.744,27	-	23.710,04	1.935.019,47	(574.787.104,78)
2052	129.535,46	-	20.239,92	1.642.983,43	(576.320.792,67)
2053	110.468,70	-	17.260,73	1.390.878,51	(577.618.463,21)
2054	93.794,24	-	14.655,35	1.171.018,62	(578.710.342,94)
2055	79.824,30	-	12.472,55	985.853,30	(579.628.844,49)
2056	67.853,49	-	10.602,11	827.860,86	(580.399.453,97)
2057	57.136,68	-	8.927,61	688.999,82	(581.040.244,72)
2058	47.262,97	-	7.384,84	564.454,31	(581.564.820,89)
2059	38.732,01	-	6.051,88	458.322,19	(581.990.462,94)
2060	31.990,96	-	4.998,59	374.193,56	(582.337.664,13)
2061	25.702,56	-	4.016,02	298.339,52	(582.614.317,12)
2062	20.604,64	-	3.219,47	237.246,42	(582.834.178,37)
2063	16.485,69	-	2.575,89	188.295,25	(583.008.563,83)
2064	12.861,04	-	2.009,54	146.248,09	(583.143.960,42)
2065	9.610,73	-	1.501,68	109.479,61	(583.245.330,98)
2066	6.808,01	-	1.063,75	78.341,89	(583.317.928,61)
2067	4.861,73	-	759,65	56.523,87	(583.370.350,40)
2068	3.419,48	-	534,29	40.369,40	(583.407.834,61)

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
2069	2.390,34	-	373,49	28.783,39	(583.434.601,15)
2070	1.660,55	-	259,46	20.514,84	(583.453.714,91)
2071	1.025,84	-	160,29	13.464,20	(583.466.313,55)
2072	732,25	-	114,41	9.944,66	(583.475.640,38)
2073	462,39	-	72,25	6.816,25	(583.482.066,48)
2074	299,81	-	46,84	4.839,95	(583.486.653,47)
2075	194,93	-	30,46	3.511,26	(583.490.000,26)
2076	138,24	-	21,60	2.711,15	(583.492.594,77)
2077	71,80	-	11,22	1.861,62	(583.494.395,81)
2078	50,76	-	7,93	1.485,08	(583.495.838,06)
2079	39,39	-	6,16	1.231,79	(583.497.036,61)
2080	31,15	-	4,87	1.029,11	(583.498.039,43)
2081	23,66	-	3,70	850,63	(583.498.870,10)
2082	19,70	-	3,08	720,56	(583.499.574,04)
2083	12,00	-	1,88	566,71	(583.500.130,62)
2084	5,81	-	0,91	437,49	(583.500.563,22)
2085	3,60	-	0,56	356,31	(583.500.916,49)
2086	2,25	-	0,35	291,81	(583.501.206,40)
2087	0,97	-	0,15	234,73	(583.501.440,32)
2088	0,75	-	0,12	194,00	(583.501.633,69)
2089	0,65	-	0,10	159,99	(583.501.793,13)
2090	0,04	-	0,01	125,84	(583.501.918,94)

20.2. Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício, com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanar as irregularidades verificadas.

A Patrocinadora Conab, por meio da Auditoria Interna-AUDIN, órgão interno de auditoria, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001 e no §2.º do art. 41 da Lei Complementar n.º 109/2001, realizou, no transcorrer do exercício de 2010, Auditorias Especial de Gestão no INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL-CIBRIUS, relativa aos exercícios de 2009, que deram origem aos Relatórios Audin n.º 01/2010, n.º 02/2010 e n.º 03/2010, que consignaram as seguintes **RECOMENDAÇÕES**, em fase de avaliação e resposta do auditado:

Auditorias Especial de Gestão- Audin n.º 01/2010

“Sob o ponto de vista da performance relativa à gestão do Instituto, os indicadores apresentados, os instrumentos de controle e acompanhamento implementados aos longo do exercício, e ainda o aprimoramento dos mecanismos de governança corporativa, evidenciam que o perfil da entidade, em termos de eficiência e eficácia, apresenta-se como satisfatório.

Entretanto, alguns aspectos que envolvem riscos ainda permeiam a gestão e, pela significância no contexto da entidade, devem merecer, por conseguinte, recomendações específicas.

A) Entre as regras de funcionamento do Comitê de Investimentos, cabe destacar as que se seguem:

As decisões no âmbito do Comitê deverão contar com a presença de no mínimo quatro representantes, sendo dois deles Diretores e o Chefe da Área de Investimentos ou seu substituto, e mais um Chefe de Área.

As matérias aprovadas no âmbito do Comitê deverão ser embasadas em pareceres, análises técnicas, econômicas, financeiras e conjunturais, estando sempre em consonância com a Política de Investimentos do Instituto.

Sobre as regras supracitadas, **recomendamos** a alteração da redação, na forma a seguir explicitada.

R-1 – “As decisões no âmbito do Comitê deverão contar, obrigatoriamente, com a presença de, no mínimo, quatro representantes, sendo dois deles Diretores e o Chefe da Área de Investimentos ou seu substituto, e mais um Chefe de Área”.

R-2 - “Todas as matérias discutidas no âmbito do Comitê deverão estar, obrigatoriamente, embasadas em pareceres e análises técnicas, econômicas, financeiras e conjunturais, em estreita consonância com a Política de Investimentos do Instituto. As discussões, ponderações e decisões finais deverão ser explicitadas em Ata, e os documentos referenciados, de suporte às decisões do Comitê, serão obrigatoriamente arquivados, para consulta a qualquer tempo”.

B) Na comparação dos dois últimos exercícios constata-se que houve uma redução de 60 participantes, sendo 25 no grupo dos ativos e 35 no dos assistidos. Não houve menção sobre esse aspecto nas Notas Explicativas e no Relatório Anual de Informações aos Participantes de 2009.

Recomendamos que a entidade preste os seguintes esclarecimentos:

R-3 - Os quantitativos informados em 2008 e 2009 representam, efetivamente, a massa de participantes no Plano de Benefícios?

R-4 - No caso da confirmação dos números apresentados, explicitar as causas das diferenças observadas em cada situação no contexto do plano, como também os reflexos financeiros advindos dessas alterações na avaliação atuarial de 2009.

C) Por meio da SA n.º 014/2010, a equipe de auditores fez as seguintes indagações acerca dos estudos que estavam sendo desenvolvidos pela GAMA – Consultores Associados, dentre estes:

a) se os estudos contemplam retroatividade para os benefícios concedidos, por conta de uma eventual mudança do indexador de TR para INPC/IBGE? Caso positivo, qual o horizonte temporal dessa retroatividade, e haverá pagamento retroativo das diferenças?

b) sendo positiva a resposta da questão anterior, será contemplada, também a retroatividade da correção pelo INPC/IBGE das insuficiências já contratadas junto à patrocinadora? Caso negativo, não haverá um forte desequilíbrio financeiro no âmbito dos recursos garantidores do Plano?

c) sendo positivas as respostas para os itens anteriores, quais os fundamentos fáticos e legais que suportariam uma proposição dessa natureza? Quais as perspectivas de haver concordância por parte da patrocinadora e das demais instâncias decisórias?

d) na eventualidade de serem demandados estudos específicos sobre a matéria no contexto do projeto global, objeto de uma eventual contratação junto à uma entidade de consultoria e, em face da fragilidade dos fundamentos fáticos e legais, não se constituiria em uma iniciativa temerária, já que, por certo, irá gravar os custos totais dos serviços?

Inicialmente cabe registrar a Comunicação Interna Cibrius n.º 103/2010, por meio da qual foi oferecida as respostas, não obstante as questões tratadas envolvam aspectos relevantes no contexto da gestão, foi subscrita, pelo Chefe da Área de Cadastro, e não a quem o pedido de esclarecimentos

foi dirigido – no caso, o Diretor Superintendente -, ou mesmo o Diretor de Seguridade, a que a matéria está afeta.

As respostas oferecidas foram evasivas e em nada esclarecem os questionamentos da equipe de auditoria. A manifestação faz referências a um Grupo de Trabalho que apresentou sugestões para compor os estudos atuariais, mas não informa como foi constituído, ou mesmo o ato formal de constituição desse grupo (houve, sim, um grupo de trabalho formalmente constituído pela Patrocinadora, mas que foi desfeito, já que parte de seus componentes passou a fazer parte do Conselho Deliberativo, por indicação da Patrocinadora).

Diante dos fatos elencados, **recomendamos** que a entidade adote as seguintes providências:

R-5 -Melhor explicitação das respostas frente aos questionamentos formulados pela equipe de auditoria por meio da SA n.º 014/2010.

R-6 - Tendo em vista que todas as respostas aos questionamentos da equipe de auditores foram no sentido de aguardar a conclusão dos estudos da empresa de consultoria, depreende-se que um novo contrato foi pactuado com a Gama – Consultores Associados.

Ora, se os questionamentos formulados pela equipe de auditores ficaram pendentes até a conclusão dos estudos por parte da empresa de consultoria, então o Cibrius não estabeleceu, conforme é natural em qualquer processo de gestão, as diretrizes e os pressupostos básicos para o desenvolvimento e o delineamento desses mesmos estudos?

R-7 - Pelo que nos foi dado a observar, grande parte dos estudos voltados ao processo de saldamento do atual plano e constituição de um novo plano estavam contemplados no contrato firmado em 5.11.2007 com a empresa GAMA – Consultores Associados, mesma entidade que está elaborando novos estudos. Não foram aproveitados os estudos realizados sob a égide do contrato anterior, cujo pagamento, por parte do Cibrius, foi de aproximadamente R\$70.000,00?

R-8 - As propostas intituladas de “serviços complementares” apresentadas pela Gama – Consultores Associados ainda em 2008 – segundo essa entidade, por solicitação da Patrocinadora – foram considerados nos estudos desenvolvidos pela mesma consultoria em 2010?

R-9 - Essa entidade promoveu análise minuciosa, objetivando verificar a existência de eventuais redundâncias nas propostas apresentadas pela empresa de consultoria, ou seja: a) estudos contratados por meio de pacto firmado em 5.11.2007, em que o Cibrius desembolsou aproximadamente R\$70.000,00; b) propostas apresentadas em 2008 – em número de cinco – a um custo de R\$179.276,00; c) últimos estudos desenvolvidos e apresentados ao Cibrius em 2010?

R-10 - O grupo de trabalho mencionado na CI Cibrius 103/2010 é constituído formalmente? Como se deu a indicação dos seus componentes? Houve algum ato da Patrocinadora constituindo o Grupo? Caso o grupo seja informal, não se constitui em uma disfunção à sua participação ativa nas discussões relativas ao processo de gestão da entidade? Outros participantes também não poderiam reivindicar essa mesma condição?

Constata-se que a entidade condiciona todos os esclarecimentos solicitados à apresentação dos estudos finais por parte da empresa contratada, o que reforça, em princípio, o não estabelecimento prévio de diretrizes e dos pressupostos básicos, que deveriam balizar o desenvolvimento dos trabalhos.

D) **O saldo de R\$220.897,60, alocado no programa de investimentos como “impostos a recuperar”**, refere-se ao Imposto de Renda retido indevidamente em exercícios anteriores a favor da Receita Federal do Brasil, incidentes sobre pagamento de dividendos e juros sobre o Capital a

partir de 01.9.2001, data em que o Cibrius já se encontrava sob Regime Especial de Tributação - RET. Até o encerramento do exercício, a matéria ainda se encontrava pendente.

R-11 - Tendo em vista que a matéria vem se arrastando há quase dez anos, recomendamos que a entidade viabilize outras alternativas objetivando a celeridade do desfecho da questão, informando a Audin as medidas adotadas.

E) Sobre as provisões para perdas, recomendamos que a entidade adote as seguintes providências:

R-12- Elabore relatório circunstanciado sobre os créditos objeto das provisões para perdas, informando, inclusive, as ações que vem sendo implementadas para o recebimento, como também uma avaliação sobre a perspectiva de sucesso.

R-13 -Melhor explicita a baixa do valor de R\$630.124,84, relativa à provisão para perdas relacionadas aos créditos junto a Parque Temático Playcenter (atualmente Hopi Hari) – segmento de Renda Variável/Mercado de Ações), já que as Notas Explicativas das contas de 2009 não fazem menção ao fato.

F) Por oportuno, cabe registrar que o saldo de R\$ 36.703,89, registrado ao final do exercício de 2008 na rubrica 1.2.4.4.02 – Financiamentos Imobiliários, refere-se a contrato de empréstimo imobiliário concedido em 17.10.2000, e que não honrado pelo participante. O Cibrius, além de promover o provisionamento para perda de R\$ 16.575,24, ajuizou ação de cobrança na 13ª Vara Cível (Processo 2003.01.1.081840-2). Já em 31.12.2009, não há registro dessa operação, como também esclarecimentos nas Notas Explicativas.

R-14 -Relativamente à rubrica 1.2.4.4.02 – Financiamentos Imobiliários, recomendamos que a entidade preste os esclarecimentos sobre os atos e fatos que ensejaram a baixa dos respectivos valores, inclusive se a ação em curso na justiça foi arquivada, se for o caso.

G) Com referências às aplicações em DPGE's, recomendamos o que se segue:

R-15 - Que a entidade verifique a data correta da emissão e compra das aplicações indicadas como de 2005, elaborando, se for o caso, uma errata com a indicação das datas corretas, dando a publicidade julgada necessária.

R-16 - No que se refere à opção por essa modalidade de investimento, recomendamos que a entidade mantenha um controle bastante rígido sobre suas aplicações, levando-se em conta os limites legais representados pelo Patrimônio Líquido das instituições e os dos saldos de depósitos a prazo e obrigações por letras de câmbio, o horizonte temporal de recuperação dos recursos na eventualidade de decretação de regime especial ou insolvência, avaliação do custo-benefício no confronto *riscos X rentabilidade* e comparação com os cenários das demais alternativas de investimentos, entre outras variáveis.

H) **No que concerne às aplicações em renda fixa, verifica-se que, enquanto o montante médio aplicado** cresceu nominalmente na proporção de 18,25%, os rendimentos advindos experimentaram uma retração de 1,24%. Já os índices de rentabilidade obtidos nos Fundos de Investimentos em Renda Fixa, renda variável e fundos imobiliários (estruturados), excetuando o Fundo de Renda Fixa Pactual Select Bolsa e os de modalidade estruturantes (imobiliários), não alcançaram as metas fixadas para o exercício.

R-17 - Com referência aos investimentos médios em renda fixa *versus* ganhos financeiros em 2009, recomendamos que a unidade auditada elabore e apresente relatório sucinto sobre os fatores restritivos da performance apresentada.

R-18 - Sob o ponto de vista das aplicações em Fundos de Investimentos, recomendamos que a entidade elabore e apresente relatório sucinto sobre às que não alcançaram as metas de rentabilidade fixadas para o exercício, apontando as causas mais relevantes.

I) por meio da SA n.º 13/2010, solicitou esclarecimentos sobre a convocação sistemática da Conselheira Suplente do Conselho Deliberativo Zélia Holanda Mar, lotada em Manaus-AM, embora as reuniões contassem com a presença do Conselheiro titular Francisco Pereira da Silva (que também tem domicílio fora de Brasília, gerando, por conseguinte, despesas de mesma natureza).

Diante do exposto, recomendamos:

R-19 - Que a entidade promova um levantamento detalhado das despesas derivadas do deslocamento da Conselheira Suplente (somente no caso da presença do titular nas reuniões), submetendo a matéria à apreciação do Conselho Fiscal.

R-20 - Objetivando um melhor aprimoramento no processo de governança, no que concerne à clareza e objetividade nas normas de conduta, recomendamos à entidade a alteração do § 3.º do artigo 27 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo, que passaria a ter a seguintes redação:

“Além dos casos previstos no § 1.º deste artigo, o suplente poderá comparecer às reuniões, a Convite do Presidente do Conselho Deliberativo, em caráter excepcional e quando alguma matéria a ser tratada assim justificar. a) a justificativa para a formulação do convite deverá ser devidamente registrada em Ata; b) o Suplente convidado não terá direito a voto e nem poderá relatar matéria ou formular proposições”.

J) Consoante Relatório de Processos Judiciais posicionado em 18.8.2010, o contencioso da entidade estava composto por 198 ações nas quais a entidade figura como autora e ré. Nos casos em que a entidade encontra-se como pólo passivo, grande parte das ações refere-se ao pleito dos assistidos em alterar o indexador do benefício de TR para INPC/IBGE, como também dos reintegrados e anistiados, cujas petições têm como fulcro central a inserção no Plano de Benefício sem o pagamento da jóia regulamentar.

R-21 - Sobre a matéria em lide, recomendamos que a entidade disponibilize relatório circunstanciado sobre as principais ações em curso, destacando o andamento, data provável de desfecho, probabilidade de recursos subsequentes, prováveis valores atualizados, entre outras informações julgadas relevantes

K) A propósito, ao compulsarmos as Atas do Conselho Deliberativo, verificamos que, na 1.º Reunião Extraordinária ocorrida em 27.11.2009, ficou consignado que um dos Conselheiros colocou em dúvida a redação dada ao artigo 31 do Estatuto da entidade, ao afirmar que, além de contrariar o disposto na Lei Complementar n.º 108/2001, teve o intuito de anular as conquistas dos participantes e assistidos, conseguidas no passado.

R-22 - Diante da observação supracitada e formalmente registrada em ata, recomendamos que a entidade analise e se posicione formalmente e de forma circunstanciada sobre os pontos ali focados. E para que não paire nenhuma dúvida quanto à aderência da gestão ao marco regulatório a que está sujeita a entidade, recomendamos, ainda, que seja feita consulta a Previc, se for o caso, sobre a exata aplicabilidade da Lei Complementar n.º 108/2001.

Auditorias Especial de Gestão- Audin N° 02/2010

Exercício de 2003

Consoante Acórdão N° 2.887/2008-TCU-1ª Câmara, o Tribunal de Contas da União – TCU, determinou à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab “que exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto Conab de Seguridade Social (Cibrius), ainda que o Instituto esteja sob condição de intervenção ou liquidação extrajudicial, devendo tais atividades serem retomadas a partir do último exercício em que houve ações de supervisão e fiscalização, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n° 108/2001 c/c art. 41, § 2º, da Lei Complementar n° 109/2001”.

Tendo em vista a quantidade expressiva de exercícios a serem auditados, foi ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC que a Audin incluiria em seu plano de trabalho a fiscalização no Cibrius nos exercícios pretéritos, de forma escalonada, a partir do último exercício auditado. Nesse sentido, o relatório contemplou a **análise da gestão do exercício de 2003 e consignou as seguintes conclusões:**

Conclusões

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

2. Relativamente à reavaliação atuarial elaborada pela empresa responsável pelo Plano de Benefícios, merecem ser destacados os seguintes pontos:

2.1 Os resultados apurados na reavaliação e projetados para 31.12.2003, apontam uma Reserva Matemática de R\$430.596.194,17 e um Ativo Líquido Previdenciário de R\$211.662.179,76, resultando em um déficit técnico de R\$240.930.776,90.

2.2 Sugere que, não obstante o regulamento do Plano estabelecer o indexador de correção dos benefícios pela TR + 6% a.a., seja fixado um indexador que reflita efetivamente a inflação, apontando o INPC-IBGE. Enfatiza, entretanto, que a fixação de um outro indexador contemplaria, não só os benefícios concedidos, como também sobre os valores correspondentes ao serviço passado já contratado e a contratar junto à patrocinadora. Por outro lado, alerta que a alteração do indexador somente para os benefícios concedidos, levaria a um déficit do plano, podendo levá-lo a uma situação de insolvência definitiva ou aumento significativo da contribuição dos participantes.

2.3 Relativamente ao grau de capitalização do Plano, chama a atenção para o fato de que, considerando o volume do Patrimônio Líquido Previdenciário (já considerado o valor da dotação contratada) e a exigibilidade derivada dos benefícios concedidos, os benefícios a conceder estão cobertos em apenas 19,02%.

2.4 Por outro lado, chama a atenção para o fato de que o plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas correspondendo a 100,87% das receitas. Diante desse cenário, e caso o plano não tenha novas adesões, o patrimônio da entidade entra em fase de declínio.

2.5 Recomenda a agilização das negociações relativas à contratação das insuficiências atuariais, porquanto a postergação de tal providência poderá levar a entidade a uma situação insustentável, com reflexos diretos para a patrocinadora e participantes, já que o quadro atual de descapitalização do plano poderá levar a uma situação de insolvência.

3. Com base nos dados analisados, concluiu que o Plano de Benefícios Previdenciários encontrava-se, na data da reavaliação, em equilíbrio na cobertura do custo normal do plano, justificando a

manutenção da aplicação da tabela atual de contribuições. Chama a atenção, contudo, para o fato de que a cobertura dos encargos de Serviço Passado é insuficiente e a situação financeiro-atuarial é deficitária, pelo fato de que os valores a amortizar aportados serem inferiores às necessidades prevalecentes.

4. A avaliação da empresa atuária registra que o Plano de Custeio encontrava-se, no exercício, ajustado ao disposto nos diplomas legais vigentes, com a aplicação adequada da paridade de contribuições dos participantes e patrocinadoras, na cobertura dos custos normais do Plano, e, inclusive, com a extensão de cobertura do custeio das despesas administrativas por parte dos assistidos, na forma preceituada no art. 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

5. Finalizando o seu parecer, a empresa responsável pela reavaliação, destaca que, em vista das características do Plano da entidade, no que se refere à vitaliciedade dos benefícios, há uma tendência de majoração dos custos pelo agravamento dos aumentos na expectativa de vida dos participantes. Diante desse cenário, recomenda a manutenção dos superávits futuros em reservas de contingências, distribuídas somente após estudos atuariais.

6. Ao examinar os balanços patrimoniais do Cibrius levantados em 31 de dezembro de 2003, e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro, a Auditoria Independente (Trevisan Auditores Independentes), emitiu o seguinte parecer: *“Em nossa opinião, com base em nosso exame e no parecer do atuário externo sobre a adequação dos cálculos atuariais das provisões matemáticas e fundos e reservas, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto CONAB de Seguridade Social – Cibrius, em 31 de dezembro de 2003, a apuração de seu resultado e seu fluxo financeiro para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas contábeis emanadas pela Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social”*.

7. Relativamente à aderência regulatória, as diligências levadas a efeito indicam que a entidade cumpriu, à espécie, os normativos e legislação prevalecentes, notadamente os emanados do Conselho Monetário Nacional – CMN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

8. A patrocinadora promoveu, no transcorrer do exercício, o pagamento das contribuições patronais, assim como dos serviços contratados, dentro dos prazos regulamentares.

9. O portfólio dos investimentos garantidores apresenta um perfil relativamente conservador, já que 73,10% dos recursos estavam alocados em renda fixa.

10. Os rendimentos obtidos na carteira de aplicações globalmente considerada situaram-se no patamar de 18,83%, superior à meta atuarial (10,93%:TR + 6% a. a.) e de referência (17,00% : INPC + 6% a .a.)

11. Encontram-se registradas no balanço do exercício, provisões constituídas para perdas de ativos aplicados em investimentos realizados em exercícios pretéritos, no montante de R\$ 17.477.612,28. Na tentativa de recuperar tais ativos, o Cibrius ajuizou diversas ações, as quais ainda se encontram em curso até a presente data.

12.. As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

13..

Quadro 086 - RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO DE 2003

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2003	TR+6% aa JAN A DEZ 2003	RESULTADO
RENTA FIXA	19,32%	10,9300%	7,56%
RENTA VARIÁVEL	53,40%		38,29%
IMÓVEIS	-18,85%		-26,85%
Fundo Imobiliário	5,26%		-5,11%
EMPRÉSTIMOS	38,22%		24,60%
CARTEIRA GERAL	18,83%		7,12%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2003	INPC+6% aa JAN A DEZ 2003	RESULTADO
RENTA FIXA	19,32%	17,00%	1,98%
RENTA VARIÁVEL	53,40%		32,96%
IMÓVEIS	-18,85%		
Fundo Imobiliário	5,26%		
EMPRÉSTIMOS	38,22%		18,14%
CARTEIRA GERAL	18,83%		1,78%

Relativamente à rentabilidade bruta dos investimentos, constata-se que o resultado global obtido, quando cotejado com os índices de referência, manteve-se em patamar superior.

No caso da carteira de imóveis, o resultado adverso se deu, principalmente pelo ajuste do valor do imóvel localizado no Centro Século XXI, que provocou um impacto negativo de R\$3.228.625,68 na rentabilidade dessas aplicações.

**Auditorias Especial de Gestão- Audin N° 03/2010
Exercício de 2002**

Consoante Acórdão N° 2.887/2008-TCU-1ª Câmara, o Tribunal de Contas da União – TCU, determinou à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab “*que exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto Conab de Seguridade Social (Cibrius), ainda que o Instituto esteja sob condição de intervenção ou liquidação extrajudicial, devendo tais atividades serem retomadas a partir do último exercício em que houve ações de supervisão e fiscalização, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001 c/c art. 41, § 2º, da Lei Complementar nº 109/2001*”.

Tendo em vista a quantidade expressiva de exercícios a serem auditados, foi ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC que a Audin incluiria em seu plano de trabalho a fiscalização no Cibrius nos exercícios pretéritos, de forma escalonada, a partir do último exercício auditado. Nesse sentido, o relatório contemplou a **análise da gestão do exercício de 2002 e consignou as seguintes conclusões:**

Conclusões

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência

Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

2. Relativamente à reavaliação atuarial elaborada pela empresa responsável pelo Plano de Benefícios, merecem ser destacados os seguintes pontos:

2.1 Os resultados apurados na reavaliação de 31.12.2002, apontam uma Reserva Matemática total de R\$344.693 mil e um Ativo Líquido Previdenciário de R\$91.710 mil, resultando em um Déficit Técnico de R\$252.983mil.

2.3 Relativamente ao grau de capitalização do Plano, chama a atenção para o fato de que, considerando o volume do Patrimônio Líquido Previdenciário (incluído o valor da dotação contratada de R\$66.135 mil) e a exigibilidade derivada dos benefícios concedidos, os benefícios a conceder estão cobertos em apenas 14,14%.

2.4 Salienta que o índice atual de correção dos Benefícios Concedidos (TR), apesar de regulamentado, não é compatível com a realidade da inflação, e sua mudança, dependendo do momento econômico, deve provocar aumento do custo do plano. Nesse sentido, entende como conveniente de estabelecer, no caso da contratação do serviço passado junto à patrocinadora, o INPC/IBGE como indexador, ou outro índice compatível com a inflação, acrescido de juros atuariais de 6% ao ano.

2.5 A avaliação da empresa atuária registra que o Plano de Custeio encontrava-se, no exercício, ajustado ao disposto nos diplomas legais vigentes, com a aplicação adequada da paridade de contribuições dos participantes e patrocinadoras, na cobertura dos custos normais do Plano.

3. Ao examinar o parecer do atuário externo sobre os cálculos atuariais das provisões matemáticas e dos fundos e reservas e os balanços patrimoniais do Cibrius e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro, a Auditoria Independente (Trevisan Auditores Independentes), emitiu parecer, no sentido de que as demonstrações *contábeis relativas ao exercício de 2002 “representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto CONAB de Seguridade Social – Cibrius, em 31 de dezembro de 2002, a apuração de seu resultado e seu fluxo financeiro para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas contábeis emanadas pela Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social”*.

4. Relativamente à aderência regulatória, as diligências levadas a efeito indicam que a entidade cumpriu, à espécie, os normativos e legislação prevalecentes, notadamente os emanados do Conselho Monetário Nacional – CMN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

5. A patrocinadora promoveu, no transcorrer do exercício, o pagamento das contribuições patronais, assim como dos serviços contratados, dentro dos prazos regulamentares.

11. Encontram-se registradas no balanço do exercício provisões constituídas para perdas de ativos aplicados em investimentos realizados em exercícios pretéritos, no montante de R\$13.476 mil. Na tentativa de recuperar tais ativos, o Cibrius ajuizou diversas ações, as quais ainda se encontram em curso até a presente data.

12. As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas às diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

21. Anexos

Anexo I - Declaração da Área Contábil Matriz sobre SICONV



DECLARAÇÃO

Declaramos para fins de atendimento aos normativos de elaboração do Relatório de Gestão, que os valores recebidos pela Conab no exercício de 2010, foram provenientes de Termos de Cooperação, e estes não são registrados no SICONV.

Brasília-DF, 21 de fevereiro de 2011.



Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendência de Contabilidade
Superintendente



Mara Nívia Ribeiro Costa
Gerência de Controle de Convênios e
Operações Governamentais
Gerente

Anexo II - Declaração da Área Contábil Sureg-MT sobre SICONV e SIASG



DECLARAÇÃO

Declaramos que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios firmados por esta Superintendência estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009.

Cuiabá, 14 de março de 2011.



ELIEZER TRAJANO DE OLIVEIRA
Gerente Financeiro e Administrativo

Anexo III - Declaração da Área RH Sureg-MT



DECLARAÇÃO

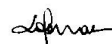
DECLARO para os fins previstos na Instrução Normativa do TCU nº 57, de 27 de agosto de 2008, Decisão Normativa do TCU nº 102 de 02 de setembro de 2009, Portaria-TCU nº 389, de 21 de dezembro de 2009 e Norma de Execução da CGU nº 3, de 4 de novembro de 2009, aprovada pela Portaria-CGU nº 2270, de 4 de novembro de 2009 que os integrantes do rol de responsáveis da Superintendência Regional da Conab, no Estado de Mato Grosso, Empresa Pública Federal de direito privado, criada por meio da Lei nº 8.029, de 12/04/1990, apresentaram perante a unidade de pessoal suas Declarações de Bens e Rendas de que trata a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, referentes ao ano base de 2009, exercício de 2010, a seguir relacionados:

NOME	CARGO	NOMEAÇÃO	EXONERAÇÃO	Entregou Declaração
Ovidio Costa Miranda	Dirigente Máximo - Superintendente	PTR nº345/2003	**	Sim
Eliezer Trajano de Oliveira	Dirigente Máximo - Superintendente - Substituto	AD DIAFI nº 434/2003	**	Sim
Jacir Lopes da Silveira	Gerente de Desenvolvimento e Suporte Estratégico	PRT nº 049/2006	**	Sim
Francielle Tonietti Capilé Guedes	Gerente de Desenvolvimento e Suporte Estratégico - Substituto	AD DIRHU nº 565/2008	**	Sim
Eliezer Trajano de Oliveira	Gerente de Finanças e Administração	PRT.272/2001	**	Sim
João Batista de Souza Reis	Gerente de Finanças e Administração - Substituto	AD DIAFI nº 151/2005	**	Sim
Charles Cordova Nicolau	Gerente de Operações	PRT nº 222/2007	**	Sim
Deoclides Rodrigues da Silva Filho	Gerente de Operações - Substituto	AD DIRHU nº 573/2008	**	Sim

Cuiabá (MT), 17 de março de 2011.



OVIDIO COSTA MIRANDA
Superintendência Regional
Superintendente



SOLANGE FERREIRA DE MORAES
Setor de Recursos Humanos
Encarregado - Substituto

Anexo IV – Balanço Patrimonial Exercício findo em 31/12/2010 ATIVO

ATIVO	2010	2009
CIRCULANTE	5.212.315.145,43	4.453.686.306,52
DISPONÍVEL	972.426,41	69.258.896,90
Bancos Conta Movimento	0,00	10.113,12
Aplicações Financeiras	972.426,41	69.248.783,78
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	702.486.519,56	683.639.519,23
CRÉDITOS A RECEBER	578.264.288,00	604.170.044,36
Devedores por Fornecimento	26.622.370,92	24.683.961,44
Créditos Tributários	285.535.734,14	295.518.485,05
Recursos a Receber	89.431.178,90	112.956.698,11
Créditos Diversos a Receber	176.675.004,04	171.010.899,76
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	119.415.257,35	75.576.653,45
Entidades Devedoras	25.244.207,00	11.791.366,60
Créditos Parcelados	31.542,66	26.071,63
Recursos da União	94.139.507,69	63.759.215,22
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.806.974,21	3.852.106,33
Adiantamentos a Pessoal	4.456.974,21	3.842.910,10
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	350.000,00	0,00
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundo	0,00	9.196,23
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	40.715,09
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	4.508.832.121,49	3.700.765.083,11
Estoques para Alienação	4.138.198.154,24	3.355.193.999,67
Estoques de Distribuição	1.821.338,22	0,00
Estoques Internos - Almoxarifado	1.163.790,54	1.072.054,81
Títulos e Valores em Circulação	67.890,17	374.999,38
Materiais em Trânsito	3.240.040,96	1.486.014,00
Compra Antecipada - Entrega Futura	364.340.907,36	342.638.015,25
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	24.077,97	22.807,28
Valores Pendentes	24.077,97	22.807,28
ATIVO NÃO CIRCULANTE	567.647.970,33	491.988.908,31
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	307.205.272,55	239.601.644,03
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	120.748.569,96	42.646.685,44
Recursos Vinculados	120.748.569,96	42.646.685,44
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	186.456.702,59	196.954.958,59
Devedores - Entidades e Agentes	15.347.849,42	38.434.005,81
Créditos Diversos a Receber	171.108.853,17	158.520.952,78
INVESTIMENTOS	80.262.840,30	91.560.820,94
Participações Societárias	27.803.290,88	35.864.295,27
Outros Investimentos	52.459.549,42	55.696.525,67
IMOBILIZADO	180.147.857,48	160.826.443,34
Bens Imóveis	275.770.754,07	250.874.881,40
Bens Móveis	73.372.988,03	66.124.518,53
Depreciações	-168.995.884,62	-156.172.956,59
INTANGÍVEL	32.000,00	0,00
TOTAL	5.779.963.115,76	4.945.675.214,83

anexo V – Balanço Patrimonial Exercício findo em 31/12/2010 PASSIVO

P A S S I V O	2010	2009
CIRCULANTE	5.446.379.747,49	4.605.038.799,15
DEPÓSITOS	30.625.802,58	33.757.908,62
CONSIGNAÇÕES	1.858.851,68	2.150.956,19
Previdência Social	0,00	278,43
Pensão Alimentícia	4.006,06	4.547,83
Planos de Seguros	199.216,17	168.093,44
Empréstimos	241.634,99	194.114,99
Outros Tributos e Consignações	1.413.994,46	1.776.747,58
Impostos e Contribuições Diversos	0,00	7.173,92
RECURSOS DA UNIÃO	17.077.860,98	17.118.859,64
Recursos Fiscais	7.500.722,89	5.027.899,28
Recursos Previdenciários	9.577.138,09	12.090.960,36
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	11.689.089,92	14.488.092,79
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	5.415.753.944,91	4.571.280.890,53
OBRIGAÇÕES A PAGAR	59.009.233,29	217.992.803,35
Fornecedores	55.179.709,89	208.570.261,62
Pessoal a Pagar	6.491,17	234.310,55
Encargos Sociais a Recolher	984.653,38	856.603,97
Obrigações Tributárias	48.724,95	428.375,18
Débitos Diversos a Pagar	350.401,69	2.875.434,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	2.439.252,21	5.027.817,34
PROVISÕES	243.404.292,41	218.640.087,89
Provisão para Férias	26.582.748,81	22.258.212,11
Provisão p/IRPJ e CSLL	7.976.030,89	847.350,16
ICMS s/Mercadorias para Revenda	571.652,59	367.171,89
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	131.701.823,93
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Encargos Sociais sobre Provisões	9.932.791,82	7.745.857,81
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	549.222.334,34	529.645.643,65
Entidades Credoras	549.222.334,34	529.645.643,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.548.342.382,92	3.601.884.180,32
Operações Especiais	4.548.342.382,92	3.601.884.180,32
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	15.754.080,72	2.780.940,88
Adiantamentos de Clientes	15.754.080,72	2.780.940,88
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	2.652,71	37.337,10
OUTRAS OBRIGAÇÕES	18.968,52	1.000,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	298.897,34
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	15.360.005,51	38.308.194,04
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	15.290.585,51	38.238.774,04
OBRIGAÇÕES A PAGAR	15.290.585,51	38.238.774,04
Entidades de Previdência Complementar	15.162.764,10	38.238.774,04
Entidades Federais	127.821,41	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	318.223.362,76	302.328.221,64
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	50.501.495,63	49.987.968,85
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	23.956.776,59	23.443.249,81
LUCROS A DESTINAR	44.541.368,28	29.159.753,94
TOTAL	5.779.963.115,76	4.945.675.214,83

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE

Anexo VI – Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercício findo 31/12/2010

DESCRIÇÃO	Exercício	
	2010	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	18.246.566,50	43.771.943,96
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	-68.690.715,84	189.438.127,64
Depreciações	12.822.928,03	11.378.233,44
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	-20.190.414,15	-8.405.243,08
Aumento (Redução) nos Créditos Tributários	9.562.102,02	-108.981.664,72
Redução nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	23.525.519,21	28.399.726,39
Aumento (Redução) nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	-43.700.636,04	2.299.533,48
Aumento em Pessoal e Encargos	-1.089.322,24	-103.599,17
Aumento (Redução) nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	40.715,09	-40.715,09
Redução (Aumento) nos Valores Pendentes a Curto Prazo	-300.168,03	235.499,00
Redução (Aumento) nos Empréstimos - Estoques Públicos	138.391.164,22	-68.855.347,19
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	-156.189.720,72	125.925.662,32
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	-2.799.002,87	8.293.248,13
Aumento (Redução) nas Provisões	16.788.173,63	133.701.484,84
Aumento (Redução) nas Entidades Credoras	19.576.690,69	71.719.299,66
Aumento nos Adiantamentos de Clientes	12.973.139,84	2.222.092,37
Aumento nos Recursos Vinculados	-78.101.884,52	-8.350.082,74
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-50.444.149,34	233.210.071,60
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	11.297.980,64	-1.450.252,16
Aplicações no Imobilizado	-32.176.342,17	-33.280.048,96
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-20.878.361,53	-34.730.301,12
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Reserva Legal	0,00	-434.867,74
Dividendos a Pagar	-2.439.252,21	-5.027.817,34
Redução de Dividendos a Pagar	-2.588.565,13	-1.363.979,64
Outras Reservas de Capital	0,00	-106.562,93
Resultado de Exercício Anterior	0,00	-163.350.668,52
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	-19.856.097,97
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	8.063.857,72	-3.106.670,99
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	3.036.040,38	-193.246.665,13
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	-68.286.470,49	5.233.105,35
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	-68.286.470,49	5.233.105,35
No Início do Exercício	69.258.896,90	64.025.791,55
No Final do Exercício	972.426,41	69.258.896,90

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SILVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

Anexo VII – Demonstração das Mutações de Patrimônio – 31/12/2010

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL CORREÇÃO MONET.D.O CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL TRANSE. P/AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	DE LUCROS RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO	LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 01/01/2009	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	834.701,13	11.249.173,74	11.570.455,95	178.634.902,82	451.286.313,33
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR							-163.350.668,52	-163.350.668,52
LUCROS OU PREJ. ACUMULADOS								0,00
LUC.A DEST.DE EXERC.ANTERIORES							-22.962.768,96	-22.962.768,96
RESULTADO DO EXERCÍCIO								0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								36.838.288,60
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO							42.924.593,80	
RESERVAS DE RET. DO LUCRO						0,00		0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-106.562,93				-106.562,93
DOAÇÕES								0,00
DOAÇÕES TRANSE.P/RES.DE CAPITAL								0,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					623.620,12		-1.058.487,86	623.620,12
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-5.027.817,34	0,00
SALDO EM 31/12/2009	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	11.872.793,86	11.570.455,95	29.159.753,94	302.328.221,64
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR							0,00	0,00
LUCROS OU PREJ. ACUMULADOS								0,00
LUC. A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							8.063.857,72	8.063.857,72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535,61	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								7.317.756,62
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO								0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL								0,00
DOAÇÕES								0,00
DOAÇÕES TRANSE.P/RES.DE CAPITAL								0,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		-513.526,78	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-2.439.252,21	0,00
SALDO EM 31/12/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

anexo VIII – Demonstração do Valor Adicionado Exercício Findo em 31/12/2010

DESCRIÇÃO	2010	%	2009	%
1.RECEITAS	394.013.198,77	78,22	219.113.851,24	43,81
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	389.423.364,37	77,30	195.264.764,77	39,04
1.2 - Outros Resultados	4.589.834,40	0,91	23.849.086,47	4,77
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	412.356.496,76	81,86	218.071.876,68	43,60
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	272.239.284,51	54,04	147.001.307,09	29,39
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	140.117.212,25	27,81	71.070.569,59	14,21
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	-18.343.297,99	-3,64	1.041.974,56	0,21
4.RETENÇÕES	15.207.353,03	3,02	13.304.113,08	2,66
4.1 - Depreciação	15.207.353,03	3,02	13.304.113,08	2,66
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	-33.550.651,02	-6,66	-12.262.138,52	-2,45
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	537.301.132,03	106,66	512.453.253,31	102,45
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	537.301.132,03	106,66	512.453.253,31	102,45
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	503.750.481,01	100,00	500.191.114,79	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	503.750.481,01	100,00	500.191.114,79	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	428.496.864,47	85,06	358.304.347,64	71,63
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	54.900.889,63	10,90	96.340.907,87	19,26
8.3 - Juros e Aluguéis	2.106.160,41	0,42	1.773.915,32	0,35
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	18.246.566,50	3,62	43.771.943,96	8,75
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	5.825.184,24	1,16	617.405,51	0,12
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	2.150.846,65	0,43	229.944,65	0,05
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	10.270.535,61	2,04	42.924.593,80	8,58
8.8 - Dividendos	2.439.252,21	0,48	5.027.817,34	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	513.526,78	0,10	1.058.487,86	0,00
8.10 - Lucros Retidos	7.317.756,62	1,45	36.838.288,60	7,36

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

Anexo IX – Demonstração do Resultado Exercício findo em 31/12/2010

DETALHAMENTO	2010	2009
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	389.427.296,95	195.266.743,04
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	364.331.410,40	154.515.694,96
Vendas Estoques Estratégicos	266.564.417,22	70.953.028,46
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	93.748.987,59	86.306.728,78
Vendas Abastecimento Social	1.773,98	-7.829,98
Vendas Atacado e Outros	-64.785,56	927,46
Adição a Receita de Vendas	4.081.017,17	-2.737.159,76
RECEITA DE SERVIÇOS	25.095.886,55	40.751.048,08
Serviços de Armazenagem	25.095.886,55	40.751.048,08
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	15.435.144,96	5.946.485,16
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	373.992.151,99	189.320.257,88
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	469.963.039,71	248.548.305,54
CMV - Estoques Estratégicos	368.549.066,00	125.276.083,56
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	101.196.431,65	122.844.632,99
CMV - Atacado e Outros	217.542,06	427.588,99
ARREDONDAMENTOS	181.302,86	520.930,79
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	-201.862.370,69	-120.842.556,37
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	105.710.180,11	61.093.577,92
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	631.033.429,93	547.401.715,12
(-) DESPESAS DE PESSOAL	379.098.236,98	313.656.557,81
Vencimentos e Vantagens Fixas	259.628.758,80	214.052.127,03
Obrigações Patronais	93.696.051,97	75.580.921,92
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	15.067.547,10	12.620.622,38
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	10.705.879,11	11.402.886,48
(-) DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	251.935.192,95	233.745.157,31
Despesas/Receitas Financeiras	-227.168,48	-5.953.215,72
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	24.775.379,97	24.661.884,00
Transferências ao Exterior	2.348.800,00	1.729.024,13
Material de Consumo	4.291.084,20	6.483.659,12
Diárias - Pessoal Civil	10.443.299,65	8.720.509,38
Passagens e Despesas com Locomoção	3.662.398,89	3.535.653,56
Serviços de Consultoria	15.900,00	31.000,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.302.617,89	2.108.095,05
Locação de Mão-de-Obra	16.557.127,61	13.362.071,49
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	93.619.952,74	86.944.328,14
Obrigações Tributárias e Contributivas	30.147.520,43	58.896.545,41
Aquisições de Bens para Revenda	414.699,34	197.578,86
Outras Despesas Operacionais	63.583.580,71	33.028.023,89
(+) RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	537.061.291,03	506.239.604,25
Transferências Financeiras	411.790.569,26	419.332.541,19
Multas e Encargos de Outras Origens	2.920.971,74	5.863.837,09
Indenizações e Restituições	112.387.365,75	53.310.501,52
Receitas Imobiliárias	4.962.201,05	4.853.391,05
Receitas de Valores Mobiliários	61.578,53	42.731,22
Receitas Diversas	4.938.604,70	22.836.602,18
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	-1.918.690,89	8.609,56
RESULTADO OPERACIONAL	13.656.732,10	19.922.857,49
OUTROS RESULTADOS	4.589.834,40	23.849.086,47
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	4.586.745,87	24.107.328,66
Alienação de Bens Móveis	-207.444,28	-589.896,88
Alienação de Bens Imóveis	3.593.982,61	22.981.600,28
Depreciação - Reversão	1.200.207,54	1.715.625,26
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-3.088,53	258.242,19
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	18.246.566,50	43.771.943,96
Provisão para Imposto de Renda	5.825.184,24	617.405,51
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	2.150.846,65	229.944,65
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10.270.535,61	42.924.593,80
LUCRO POR AÇÃO	5,52	23,08

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

Anexo X – Parecer da Auditoria Independente sobre Demonstrações Contábeis



À
Diretoria da
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

1. Examinamos o balanço patrimonial da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, levantado em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, da Demonstração do valor Adicionado e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo nesta data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil que requerem a realização dos exames com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações, o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como a apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, em 31 de dezembro de 2010, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e o seu fluxo de caixa nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Legislação Vigente e Princípios Fundamentais da contabilidade.

4. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentado para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer foi emitido em 31 de março de 2010,

Brasília, 03 de março de 2011.



ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC/RS 71.505/O - 3 - "S" - DF
RESPONSÁVEL TÉCNICO
MACIEL AUDITORES E CONSULTORES S/S LTDA
CRC/RS 4.773/O-4 - "S-DF"